



**UCSAL - UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS E CIDADANIA
MESTRADO EM POLÍTICAS SOCIAIS E CIDADANIA (PSC)**

CAIQUE DE OLIVEIRA SOBREIRA CRUZ

O NOVO INFERNO DE DANTE: NEOLIBERALISMO E OS SEUS TRATOS

SALVADOR

2023

CAIQUE DE OLIVEIRA SOBREIRA CRUZ

O NOVO INFERNO DE DANTE: NEOLIBERALISMO E OS SEUS TRATOS.

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais e Cidadania.

Linha de Pesquisa: Estado, Desenvolvimento e Desigualdades Sociais.

Orientação: Professor Doutor Joaci de Sousa Cunha.

SALVADOR

2023

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha Catalográfica. UCSal. Biblioteca

C957 Cruz, Caique de Oliveira Sobreira
O Novo inferno de Dante: neoliberalismo e os seus tratos / Caique de
Oliveira Sobreira Cruz. – Salvador, 2023.
224 f.

Orientador: Prof. Dr. Joaci de Sousa Cunha.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica do Salvador. Pró-
Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Políticas Sociais
e Cidadania. Linha de Pesquisa: Estado, Desenvolvimento e
Desigualdades Sociais.

1. Neoliberalismo 2. Crise Estrutural do Capital 3. Circuito dos Afetos
4. Ideologia 5. Forma-Ideológica I. Cunha, Joaci de Sousa - Orientador
II. Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-
Graduação III. Título.

CDU 330.342.172

CAIQUE DE OLIVEIRA SOBREIRA CRUZ

O NOVO INFERNO DE DANTE: NEOLIBERALISMO E OS SEUS TRATOS.

Aprovado em: 17/07/2023.

Banca examinadora:



Prof. Dr. Joaci de Sousa Cunha (Orientador)
(PPGPSC-UCSal)

Documento assinado digitalmente
 **KATIA OLIVER DE SA**
Data: 31/07/2023 20:55:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Kátia Oliver de Sá (Membro Interno)
(PPGPSC-UCSal)

Documento assinado digitalmente
 **MAURICIO MELLO VIEIRA MARTINS**
Data: 31/07/2023 21:22:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Mauricio Mello Vieira Martins (Membro Externo)
(PPGSD-UFF)

Dedico este trabalho aos meus pais, Francisco Sobreira e Irani de Oliveira, e à honra e memória de *Mel Sobreira*.

AGRADECIMENTOS

Primordialmente, faz-se necessário tecer menções honrosas aos meus pais, Francisco Sobreira Menezes Cruz e Irani de Oliveira Sobreira Cruz, que foram fundamentais não só para a minha construção e constituição enquanto *ser*, mas, também, para que eu pudesse continuar vivendo em meio ao caos e à debacle total da minha estrutura psíquica nos últimos anos, de tal sorte que, sem essas figuras, provavelmente, nem vida orgânica eu ainda teria e, por conseguinte, qualquer produção da minha lavra inexistiria (ao menos a partir de 2019), especialmente, essa dissertação. Ante ao exposto, está muito bem evidenciado a crucialidade dos papéis que ambos vem exercendo no meu cotidiano, o que impossibilita a possibilidade de me furtar de elegê-los enquanto os principais responsáveis pela produção deste simplório texto que os ofereço em homenagem.

Aprofundo e estendo essa gratidão a *Mel Sobreira*, a quem eu devo, por ter nutrido e estimulado em mim os sentimentos de empatia, solidariedade, fraternidade, amor, ternura etc., desde os meus treze anos de idade, e, também estou em dívida pela parcela do afeto amor que me restou enquanto *ser* em meio à minha catástrofe psíquica completa. Por isso, e tantas outras coisas, a carregarei comigo por toda a minha vida, agradecendo-lhe em todos os espaços e oportunidades que me forem abertas, pois só morre quem é esquecido e, nas minhas memórias, ela jamais estará apagada, mas, sim, ao contrário, manter-se-á cada vez mais ativa e viva, de forma que tenho o compromisso incontornável de não “cair” para mantê-la de “pé”.

Cumprе salientar, *pari passu*, a importância da companhia e do apoio que recebi, recebo e, certamente, sempre receberei, da minha irmã, Gabriela Sobreira, figura sem a qual seria impossível continuar essa jornada no “novo inferno de Dante” que é a sociedade capitalista em sua faceta neoliberal, sendo os seus incentivos otimistas excelentes motivadores para que eu possa crer que ainda tenho alguma função na sociedade e na realidade concreta ao ponto de não ser apenas “menos que nada”.

Trago à baila, agora, o meu grande amigo e, camarada, Arthur D’Elia, aquele que foi o meu *braço direito e fiel escudeiro* durante os anos mais penosos e dolorosos de toda a minha vida, sendo peça-chave para que eu pudesse aliviar o meu quadro depressivo. Portanto, com certeza, o seu *ombro amigo* é parte significativa dessa trajetória e não poderia deixar de ser registrado nesse momento, haja vista que a “fé” na revolução que mantenho se deve, em grande medida, ao seu incentivo diante dos meus trabalhos e, sem isso, o meu marxismo não estaria tão vívido e impenitente como fora demonstrado na escrita e na exposição da pesquisa que aqui se encontra.

Avançando na trilha, mencionaremos a figura importantíssima que foi e ainda é Manassés Júnior, um *amigo-irmão* que eu tive durante os últimos vinte e um anos, colocando-se enquanto um parceiro incondicional que me proporcionou a possibilidade de poder partilhar consigo os melhores e os piores momentos da minha jornada de vida e, desta forma, oferecendo-me um *lôcus* de reserva espiritual em que eu pudesse desabafar sem segredos sobre todas as misérias e as mazelas da minha “alma”, em tal medida que ter lhe conhecido em 2002 foi um ponto de não retorno para mim e isso me faz carregar traços e afetos saudáveis dessa relação em tudo aquilo que produzi até hoje.

Agradeço, também, enormemente, ao meu camarada André Brandão que, em diversas oportunidades durante os dois anos do processo de mestrado, esteve a postos para me ouvir acerca das duríssimas dores do “parto” desta dissertação que me impusera um dos grandes momentos críticos e severos da minha caminhada, acumulando e colecionando mais traumas ao atravessar esse percurso e, em vista disso, as “trocas de figurinhas” que tive com André nesse período serviram não só como hipóteses de maturações teóricas, mas, concomitantemente como uma das minhas válvulas de escape, uma espécie de desafo emocional. Ademais, é imperioso registrar que, em um desses bate-papos corriqueiros, André me indicou e me convenceu da importância de ler o livro “O realismo capitalista” de Mark Fisher para amplificar o meu leque teórico acerca do objeto da minha pesquisa: o neoliberalismo. Diante do fato de que, no final de toda a investigação realizada, essa obra indicada tenha sido a base do capítulo três desta dissertação, não poderemos deixar de constatar que a ação de André teve influência teórica no referido texto.

Imprescindível se faz destacarmos o papel crucial e decisivo da coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania da UCSal, a professora Kátia Oliver de Sá, que conseguiu conduzir o meu processo com muito profissionalismo buscando os desfechos das problemáticas visando à redução de danos. A professora Kátia trouxe a resolutividade para a transferência da minha antiga orientadora, que foi deligada da Universidade (a reconhecida professora Ângela Borges que também merece menção, pois me orientou em 2021 e 2022) para o novo orientador (o professor Joaci Cunha que foi meu orientador final), mantendo contato e supervisão de perto para trazer celeridade e qualidade ao processo, estando à disposição para reuniões e conversas. Percebendo a dificuldade que enfrentávamos para conseguir avançar na pesquisa com o prazo estabelecido, ela intermediou a situação com a Pró-Reitora de Pesquisa, Extensão, Pós-Graduação e Mobilidade Acadêmica da UCSal (Professora Silvana Sá de Carvalho) e com a FAPESB para viabilizar a extensão do contrato de bolsa/cotas em mais 2 (dois) meses, ampliando-o.

A supramencionada atuação, literalmente, possibilitou a construção e o encerramento da pesquisa, pois, da nossa parte, não tínhamos condições materiais e subjetivas (problemas psicológicos) para encerrá-la em 28/02/2023 como estava posto pelo prazo “normal”, de modo que não existiria dissertação e/ou finalização da pesquisa sem a intervenção da coordenadora Kátia. Além de ter aceitado o convite para compor as bancas de qualificação e de defesa, que foram montadas de última hora, possibilitando o complemento formal das exigências necessárias ao procedimento. Enfim, a postura empática e solidária, até mesmo ao tecer as suas críticas ao nosso trabalho, foi motivadora para o seu aperfeiçoamento e a sua conclusão, pois, ao invés de críticas destrutivas, a coordenadora operou críticas construtivas.

Rendemos agradecimentos ao brilhante professor Mauricio Vieira Martins por ter aceitado participar da banca mesmo sendo informado apenas sete dias antes da data de qualificação e, por isso, saliento que a minha admiração por ele só aumenta cada vez mais ao passar do tempo. O referido pensador é, certamente, como já o disse em “Live”, um dos marxistas mais íntegros e humanistas que nós temos no país. O seu compromisso e o seu zelo durante o processo foram admiráveis, inclusive, não conhecemos outra pessoa que leria e avaliaria mais de 220 páginas com tremenda atenção e respeito em um curto-espço de tempo como o feito pelo professor, demonstrando nas suas avaliações que, de fato, dedicou-se a uma imersão dentro de um texto, mesmo tendo sido avisado precedentemente que não seria um grande e importante texto, mas, ainda assim, a sua extrema seriedade me fez dar a devida importância a uma produção que eu acreditava ter sido um completo fiasco advindo da minha lavra. Por tal intento, Mauricio terá menção honrosa da minha parte por onde eu passar.

Aproveito o espaço para direcionar os meus mais sinceros agradecimentos aos meus familiares que não mediram esforços para me ajudar neste quadrante histórico em que luto contra a depressão. A esperança e o amor que emanam têm sido fundamentais para encarar o “vale das sombras”.

Ofereço menções honrosas ao meu amigo e, colega, Matheus Martins, pelo seu excelente trabalho enquanto representante da Turma 2021.1 do PPG-PSC, efetuando as suas obrigações de forma esmerada e com extrema proficiência, contribuindo para amenizar as agruras que tivemos de passar ao longo do processo de mestrado. Tal citação se impõe diante daqueles que prezam por uma atuação coletivista e não individualista nos âmbitos universitários.

À guisa de conclusão, mencionarei a minha “casa”, a Universidade Católica do Salvador, onde tive a oportunidade de construir diversos mecanismos de interação e integração entre os estudantes e os gestores da faculdade (de direito) e da Universidade (no geral) desde a

minha entrada em fevereiro de 2014 e, também, na condição de integrante do movimento estudantil, contribuir diretamente para a confecção do modelo avaliativo processual adotado pela UCSal a partir de 2017.

A trajetória de nove anos que tive nessa instituição, que reputo ter sido exitosa, fez-me crescer enquanto ser humano, tanto no que concerne à minha capacidade teórica quanto no atinente à minha essência humana. Ingressei na “casa” praticamente alheio aos processos históricos em que estava inserido na totalidade social e saí com uma perspectiva de buscar interpretar a realidade para mudá-la, sempre visando a construir projetos que possam acolher e desenvolver propostas para mudanças sociais que beneficiem os mais despossuídos, desprotegidos, oprimidos e excluídos, tal qual o *modus operandi* confessional e comunitário dessa Universidade. Portanto, a construção que a UCSal me ofertou foi no ramo educacional científico, porém, mais do que isso, foi, também, no campo do humanismo que carrego dentro de mim desde então, no que serei eternamente grato à Católica do Salvador por isso.

Diante do exposto, é com extremo pesar e dor no “coração” que exponho a finalização desta relação tão construtiva, haja vista que, dadas as circunstâncias atuais postas, a tendência histórica é a de que depositar essa dissertação de mestrado no repositório institucional da UCSal seja o meu último e derradeiro ato dentro da “casa”, ao menos é o que se apresenta no horizonte, apesar de sabermos que a história é dialética. A bem da verdade, tanto eu como a instituição tomamos rumos distintos nos últimos períodos, e, talvez, aquela Universidade que eu sempre sonhei que ajudaria a se manter e se reproduzir, não se apresente mais na realidade concreta. Por mais triste que possa ser, todos os ciclos históricos um dia se encerram.

Porém, as saudades serão eternas, pois não foi por acaso que desde o primeiro passo que dei dentro da instituição inicialmente no *campus* de Pituacu os meus objetivos sempre foram de contribuir mesmo que em mínima parcela para o engrandecimento da Católica e para registrar o meu nome na sua história, assim como grandes estudantes que passaram por ela, a exemplo dos meus pais, do camarada Luciano, dentre milhares de outros quadros importantíssimos. Nesse sentido, o amor é o sentimento que fica, pois jamais haverá ressentimento por esse ou aquele estar dirigindo a UCSal de tal ou qual forma e/ou por essa ou aquela divergência quanto as formas de ensino que se apresentam atualmente em seu *modus operandi* neoliberal, ao fim e ao cabo, a instituição Universidade Católica do Salvador sempre será maior do que tudo e sobreviverá à passagem de todos nós.

Por fim, e não menos importante, agradeço imensamente à valiosíssima Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) que patrocinou financeiramente essa pesquisa que fora exposta no formato de dissertação e possibilitou a oportunidade da sua

existência, demonstrando a importância das instituições de fomento à pesquisa e à ciência neste país, no que devemos congratulá-la pelo seu excelente trabalho e desempenho no exercício das suas funções, além de desejar que a sua atuação possa se ampliar e se estender cada vez mais ao longo dos próximos períodos.

“Contudo, o principal guia na escolha de nossa posição há de ser a prosperidade da humanidade [...] Se ele realizar coisas só para si mesmo, poderá até se tornar um famoso erudito, um grande sábio, um excelente poeta, mas nunca se tornará um ser humano completo e verdadeiramente grande. A história chama de grandes aqueles homens que se enobrecem na medida em que trabalharam pelo interesse geral; a experiência louva como mais felizes aqueles que mais tornaram outros felizes [...] Se escolhermos uma posição em que possamos contribuir da melhor forma possível para a humanidade, então não haverá fardo que nos possa rebaixar, pois serão sacrifícios por todos; então, não desfrutaremos de uma alegria pobre, limitada, egoísta; nossa felicidade será a de milhões, nossos atos viverão serenos, mas terão efeitos eternos, e nossas cinzas serão molhadas pelas lágrimas ardentes de pessoas nobres.”

(Karl Marx, agosto de 1835).

RESUMO

A presente investigação teve como principal objetivo a apreensão e a exposição do fenômeno social denominado “neoliberalismo”, tomando-o não como um mero conjunto e/ou sistematização de ideias de mundo ou teses doutrinárias, mas, sim, enquanto um novo padrão de acumulação do capital baseado na flexibilização completa da vida social, como uma expressão concreta do movimento de rearranjo do sociometabolismo do capital. Portanto, tratamos de compreender o neoliberalismo como o resultado de um processo material totalizante. Inicialmente, desenvolvendo a tese de que ele não foi um produto das “ideias” dos pensadores neoliberais, em verdade, a sua gênese estaria intimamente ligada ao desdobramento da conjunção de quatro processos fundamentais: a crise estrutural do sociometabolismo do capital como indicada por Mészáros, a debacle do “socialismo real” com o fim da URSS, a queda do “keynesianismo” e da social-democracia e, por fim, o advento da globalização/mundialização que representou o estágio da luta de classes a partir das décadas de 1960 e 1970 do século XX, com o avanço do imperialismo e das grandes burguesias para a destruição dos “Estados nacionais”, visando a possibilidade de estabelecer uma nova arena internacional que pudesse reproduzir o novo modelo societal (neoliberalismo) que estava sendo construído na prática social e, concomitantemente, recuperar o seu “poder de classe” (em todos os sentidos e âmbitos). Após estabelecer os quatro pontos-chave da genealogia do neoliberalismo e identificá-los como fundantes deste fenômeno, avançamos para o estudo das doutrinas que foram utilizadas para reproduzir e legitimar essa nova “forma” do sistema capitalista, remando, desse modo, não na direção reducionista de excluir o papel do programa neoliberal como um elemento fulcral da realidade social e procedendo com uma visão engessada de centralidade/lateralidade dos complexos sociais, mas, sim, na direção de erigir uma relação de fundante/fundado em que os quatro eventos supramencionados fundaram o neoliberalismo, porém que este não se resume estritamente àqueles. Para interpretar as formulações dos principais teóricos neoliberais (Mises, Hayek, Friedman) utilizamos como ferramenta nevrálgica a categoria ideologia na sua acepção dada por Karl Marx e Friederich Engels, na obra “A ideologia Alemã”, de 1845-1846, que tem uma conotação “negativa” ao dispor que uma visão “ideológica” dos fenômenos seria uma ótica parcial (parcial como sinônimo de incompleto), manchada e/ou turva da realidade social. Outrossim, analisamos, *pari passu*, as três primeiras grandes experiências neoliberais do mundo: Chile (com Pinochet, a partir de 1973), Inglaterra (com Margaret Thatcher, a partir de 1979) e Estados Unidos da América (com Ronald Reagan, a partir de 1980-1981), visando a extrair os seus saldos

históricos. Por fim, trouxe-mos à baila o conceito de “forma-ideológica” com o desiderato de demonstrar a subjetividade específica que o neoliberalismo fundou (*sistema de adoecimento dos afetos*) e de que forma essa nova subjetividade foi introjetada no *ser* humano, principalmente no que concerne à emergência do que se popularizou sob a nomenclatura de “sujeito-empresa” e as suas implicações no quadro psíquico da classe trabalhadora; a exemplo da barbarização da vida cotidiana e as formas de gestão dos sofrimentos psíquicos que daí foram derivados.

Palavras-chave: neoliberalismo; crise estrutural do capital; circuito dos afetos; ideologia; forma-ideológica.

ABSTRACT

The present investigation had as its main objective the apprehension and exposure of the social phenomenon called “neoliberalism”, taking it not as a mere set and/or systematization of ideas of the world or doctrinal theses, but rather as a new standard of control of capital based on the complete flexibilization of social life, as a concrete expression of the rearrangement movement of capital's sociometabolism. Therefore, we try to understand neoliberalism as the result of a totalizing material process. Initially, developing the thesis that it was not a product of the “ideas” of neoliberal thinkers, in fact, its genesis would be closely linked to the unfolding of the conjunction of four fundamental processes: the structural crisis of the sociometabolism of capital as indicated by Mészáros, the debacle of “real socialism” with the end of the USSR, the fall of “Keynesianism” and social democracy and, finally, the advent of globalization/globalization that represented the stage of class struggle from the 1960s onwards. 1970s of the 20th century, with the advance of imperialism and the big bourgeoisie towards the destruction of the "National States", aiming at the possibility of establishing a new international arena that could reproduce the new societal model (neoliberalism) that was being built in social and economic practice, concomitantly, to recover its “class power” (in all senses and scopes). After establishing the four key points of the genealogy of neoliberalism and identifying them as the founders of this phenomenon, we move on to the study of the doctrines that were used to reproduce and legitimize this new “form” of the capitalist system, paddling, in this way, not in the direction reductionist of excluding the role of the neoliberal program as a key element of social reality and proceeding with a plastered view of centrality/laterality of social complexes, but, rather, in the direction of erecting a relationship of founder/founded on which the four aforementioned events founded neoliberalism, but that this is not strictly limited to those. To interpret the formulations of the main neoliberal theorists (Mises, Hayek, Friedman) we use as a neuralgic tool the ideology category in its meaning given by Karl Marx and Friederich Engels, in the work “The German Ideology”, from 1845-1846, which has a connotation “negative” when stating that an “ideological” view of the phenomena would be a partial perspective (partial as a synonym for incomplete), stained and/or blurred of social reality. Furthermore, we analyze, *pari passu*, the first three great neoliberal experiences in the world: Chile (with Pinochet, from 1973 onwards), England (with Margaret Thatcher, from 1979 onwards) and the United States of America (with Ronald Reagan, from 1980-1981), in order to extract their historical balances. Finally, we bring up the concept of “ideological form” with the aim of demonstrating the specific subjectivity that neoliberalism founded (system of illness of affections) and how this

new subjectivity was introjected in the human being, especially with regard to the emergence of what became popular under the nomenclature of “subject-company” and its implications in the psychic framework of the working class; like the barbarization of everyday life and the forms of management of psychic suffering that derived from it.

Keywords: neoliberalism; structural crisis of capital; circuit of affections; ideology; ideological-form.

LISTA DE GRÁFICOS, TABELAS E QUADROS

Gráfico 1 Ativos no Balanço do Federal Reserve (2005-2013)	72
Gráfico 2 Taxas de crescimento (%) – 1968/1984 - EUA, Reino Unido, Japão e OCDE	80
Gráfico 3 Taxas Médias de Crescimento – 1950/1984 - EUA, Reino Unido, Japão e OCDE	81
Tabela 1 Evolução do preço do petróleo (dólar/barril) – 1970/1979	78
Tabela 2 Formação Bruta de Capital Fixo (%) – 1969/1977 – EUA, Japão, Reino Unido e OCDE	81
Tabela 3 Desemprego (% da população ativa total) – 1970/1982 – Inglaterra, Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Canadá	83
Tabela 4 Inflação (%) – 1970/1981 – Inglaterra, Estados Unidos, Japão, Alemanha Ocidental, França, Canadá, Itália, Países da OCDE	84

LISTA DE SIGLAS

- **APEC:** Cooperação Econômica Ásia-Pacífico.
- **EUA:** Estados Unidos da América.
- **FMI:** Fundo Monetário Internacional.
- **MERCOSUL:** Mercado Comum do Sul.
- **NAFTA:** North American Free Trade Agreement.
- **NEP:** Nova Política Econômica.
- **OCDE:** Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.
- **OTAN:** Organização do Tratado do Atlântico Norte.
- **PCUS:** Partido Comunista da União Soviética.
- **PIB:** Produto Interno Bruto.
- **UE:** União Europeia.
- **URSS:** União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
1. CAPÍTULO 1: A GENEALOGIA DO NEOLIBERALISMO.....	33
1.1. A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E A DEBACLE DO “SOCIALISMO REAL”.....	37
1.2. A FALÊNCIA DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL OU KEYNESIANO.....	67
2. CAPÍTULO 2: A TEORIA NEOLIBERAL SE CONVERTENDO EM PRÁXIS SOCIAL.....	89
2.1. DO LIBERALISMO VULGAR AO NEOLIBERALISMO.....	90
2.2. O CONCEITO DE IDEOLOGIA, SEUS SENTIDOS E USOS.....	96
2.3. GRAMSCI E A IDEOLOGIA MARXISTA.....	104
2.4. A IDEOLOGIA NEOLIBERAL.....	111
2.5. O NEOLIBERALISMO EM PRÁTICA OU UMA VISÃO DO INFERNO.....	126
3. CAPÍTULO 3: BARBÁRIE À VISTA: A SUBJETIVIDADE NEOLIBERAL E A SUA “FORMA-IDEOLÓGICA”.....	146
3.1. A SUBJETIVIDADE HUMANA NO NOVO MODELO SOCIETAL.....	155
3.2. O NEOLIBERALISMO E A GESTÃO DO SOFRIMENTO PSÍQUICO.....	159
3.3. O SUJEITO-EMPRESA E O “ADOECIMENTO” DOS TRABALHADORES.....	163
3.4. A SUPOSTA FALTA DE ALTERNATIVAS.....	168
3.5. A HEGEMONIA DA FORMA-IDEOLÓGICA DO SISTEMA.....	171
3.6. O CIRCUITO DOS AFETOS NA SOCIABILIDADE NEOLIBERAL.....	179
3.7. PÓS-FORDISMO: FLEXIBILIZAÇÃO, INSTABILIDADE E COLAPSO DA ESTRUTURA PSÍQUICA DOS SUJEITOS.....	186
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	203
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	220

INTRODUÇÃO

O problema a que se destina esta pesquisa está relacionado aos sintomas causados pela “crise estrutural” do capitalismo e pela falência do sistema “fordista” de organização do trabalho que, geraram em âmbito mundial, a construção de um novo padrão de mercado de trabalho¹, enfraquecendo as relações formais de trabalho² e dando margem para o crescimento do labor informal, questões estas que vão sinalizar o nascimento de um novo padrão de acumulação flexível do capital: o neoliberalismo. Houve, também, o enfraquecimento da classe trabalhadora pela mudança geopolítica do final do século XX. Em decorrência dessa crise se abriu espaço ao “pós-fordismo”, levando a maior concentração de poder às mãos do capital em contraponto às regulações mais rígidas do Estado nas relações trabalhistas³, com o reforço das políticas estatais neoliberais, privatizantes, que dilapidaram os estados de “bem-estar-social” pela Europa e nos países “desenvolvidos”, mas, também, nos países “terceiro-mundistas”, “subdesenvolvidos”, como é o caso do Brasil que, mesmo já tendo relações trabalhistas frágeis, por ter vivenciado apenas um “fordismo periférico”⁴, passou por transformações qualitativas quanto ao esgarçamento do trabalho formal (especialmente após a implementação completa do neoliberalismo na década de 1990, na assim chamada “primeira ofensiva neoliberal” no país), acumulando um desemprego estrutural⁵, além de vários outros países da América Latina que foram forçados a adotar o chamado neoliberalismo, a exemplo do Chile, da Argentina, do Uruguai (etc.)⁶.

O nosso enfoque será desvendar e expor, tanto a genealogia material quanto a teórica do novo padrão de acumulação flexível do capital (o neoliberalismo enquanto nova formatação societal), levando em consideração que os modelos do “socialismo real” e os da denominada “social-democracia” foram drasticamente afetados por essa crise global supramencionada no

¹ “[...] o mercado de trabalho de trabalho constitui-se num espaço de relações sociais fundamentais, na medida em que a posição dos indivíduos na estrutura social vai ser fortemente determinada pelas relações que eles mantêm com esse mercado” (IVO; BORGES et al. 2020, p.414).

² BORGES, Ângela. 2016, p. 714.

³ *Ibidem*.

⁴ BORGES, Ângela; DRUCK, Maria da Graça. 1993, p.7.

⁵ BEZERRA, Paula. Pela primeira vez, mais da metade dos brasileiros não têm trabalho, diz IBGE. 2020.

⁶ “Note-se que a América Latina foi pioneira na implementação das políticas neoliberais, como é o caso do Chile (a partir de 1973), Uruguai (1974) e Argentina (1976). Essas primeiras experiências ocorreram em concomitância com a implementação de regimes militares ditatoriais na região, o que corrobora o argumento desenvolvido anteriormente, qual seja, embora o objetivo final seja a constituição de um Estado mínimo, a necessidade de desmantelamento das conquistas sociais e de expansão dos mercados requer a presença de Estados fortes, no caso latino-americano, ditatoriais.” (BARUCO, 2005, p.51).

parágrafo anterior, que começou nas décadas de 70⁷ e 80 do século XX, e a queda de ambos abriu a janela de possibilidade para a emergência do neoliberalismo e, por isso, nos ocuparemos “centralmente” desse período originário do processo, nas suas raízes mais profundas, sem avançar para uma análise acerca do neoliberalismo no século XXI.

Estudaremos e explicitaremos o que se passou no século XX, seguindo o conselho de Hegel de que a “coruja de minerva só alça voo ao decair do crepúsculo”, ou seja, ao pensador é mais sugestivo que investigue os fenômenos após o seu acontecimento, pois a latência do momento pode fazer-lhe escapar das mãos as múltiplas determinações do fenômeno que pretende apreender.

Por suposto que este roteiro diz respeito apenas à pesquisa que será empreendida em âmbito de mestrado, em nossa dissertação, na qual a exposição do “estado da arte” se torna objetivo mais crucial. Em outro giro, as complementações da pesquisa, incluindo as experiências do século XXI, serão realizadas para e em objeto posterior, seja livro ou tese de doutorado.

Ademais, buscaremos, na dissertação, redesenhar a explicação do contexto histórico do nascimento do neoliberalismo sob uma ótica marxista, para que este fenômeno social possa ser encarado como uma derivação das condições materiais e das relações de produção⁸ e não como visto nas explicações hegemônicas em que ele surge, principalmente, do embate de ideias e teorias, em um padrão idealista de explicação de mundo, com as ideias dos neoliberais gerando o sistema neoliberal.

Neste processo, no primeiro capítulo da exposição de nossa pesquisa (“A genealogia Neoliberal”), faremos uma síntese geral das problemáticas envolvidas nas derrotas dos modelos

⁷ BORGES, Ângela. 2016, p. 713.

⁸ Como explica Marx, as categorias são determinações de existência, elas não estão constituídas *a priori* no próprio sujeito: “Como em geral em toda ciência histórica e social, no curso das categorias econômicas é preciso ter presente que o sujeito [...] é dado tanto na realidade como na cabeça, e que, por conseguinte, as categorias expressam formas de ser, determinações de existência [...] que, por isso, a sociedade, também do ponto de vista científico, de modo algum só começa ali onde o discurso é sobre ela enquanto tal.” (MARX, 2011, p.85). No mesmo sentido, assevera Engels: “Quando ele fala de princípios, refere-se a princípios de pensamento independentes, não deduzidos do mundo exterior, e de princípios formais, derivados, aplicáveis à natureza e ao mundo dos homens pelos quais, portanto, a natureza e o homem serão regidos. Mas, de onde tira o pensamento esses princípios? Tira de si mesmo? [...] Os esquemas lógicos só podem referir-se a formas conceituais, e, aqui, trata-se apenas das formas do que existe, do mundo exterior, formas que jamais o pensamento pode derivar de si mesmo, mas que deve buscar no mundo exterior. Mas isto inverte toda a relação estabelecida: os princípios já não são o ponto de partida da investigação, mas seus resultados finais; não se aplicam à natureza e à história humana, mas deles são extraídos; não é a natureza e o mundo dos homens que se regem pelos princípios, mas só estes é que têm razão de ser quando coincidem com a natureza e com a história. Nisto consiste a verdadeira concepção materialista das coisas, o oposto do que afirma o Sr. Dühring, que é idealista e cuja concepção inverte todas as coisas, construindo o mundo real partindo da idéia, de uma série de esquemas, planos ou categorias existentes e de valor eterno e anterior à existência do mundo.” (ENGELS, 1877, p.15).

mais sociais em face do retorno ao ultraliberalismo e traçaremos os elementos constitutivos e conectivos entre essas derrotas e a ascensão do neoliberalismo.

Outrossim, demonstraremos os dados e estatísticas mais latentes que apontam no sentido de que o sistema capitalista vive uma crise estrutural a partir de 1974-1975⁹ e, de posse disso, evidenciaremos que o modelo neoliberal advém de uma tentativa do capitalismo de superar essa crise, obviamente, sem sucesso, pelo que recolhemos de bibliografia até então.

As peças-chaves para compreender a genealogia do fenômeno, serão concentradas na crise econômica internacional do sistema capitalista, na debacle do “socialismo real” impetrado na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)¹⁰ (tendo como base para essa explicação três grandes declínios destes sistemas que engendraram o seu colapso geral, são eles: crises na economia externa e interna, na política interna e externa e na cultura interna e externa¹¹. Além de uma análise acerca da subjetividade implementada no “socialismo real” pelo seu *circuito dos afetos*¹², o que denominaremos de um *sistema de resignação dos afetos*¹³, envolvendo-nos diretamente com a interpretação da *psiquê* tanto individual quanto coletiva) e na derrocada teórica e prática dos modelos de sociedade de estado de bem-estar social baseadas no keynesianismo e/ou em neokeynesianismos, expondo a queda do “Taylorismo” e do “Fordismo” enquanto padrões de organização do mundo do trabalho. Por fim, traremos à baila o fenômeno da globalização/mundialização que servirá, também, de fonte material para a implementação e reprodução do neoliberalismo¹⁴.

⁹ “Nos anos de 1974-1975 a economia capitalista mundial experimentou sua primeira recessão generalizada desde a segunda-guerra mundial.” (BARUCO, 2005, p.37).

¹⁰ “Especialmente nos três últimos anos da década de oitenta, com uma força e um ritmo inesperados, os vetores que erodiam a estrutura institucional do autoproclamado “socialismo real” operaram a desarticulação dos sistemas sociopolíticos vigentes nos Estados que compunham o chamado “campo socialista” – e, também, dos padrões de relacionamento estabelecidos entre tais Estados. A queda do Muro de Berlim, em novembro de 1989, tornou-se o fato mais emblemático dessa derrocada.” (NETTO, 2012, p.14).

¹¹ “[...] o padrão intensivo é incompatível seja com um ordenamento econômico estatizado burocraticamente, seja com o seu imbricado e correspondente ordenamento político, de baixíssima participação autônoma [...] A crise do “campo socialista” é, nesta ótica, uma crise estruturalmente determinada pela exaustão de um padrão de crescimento econômico e do sistema político a ele funcional.” (NETTO, 2012, p.20-21).

¹² A concepção que daremos a essa terminologia é a de que ela representa a interligação dos afetos dos indivíduos entre si e com as estruturas e instituições sociais, com estas últimas moldando e até gerenciando a produção e reprodução dos afetos nestes indivíduos. Uma espécie de círculo afetivo em que estão dispostos dialeticamente nas condições de passividade e atividade tanto o *ser* quanto as estruturas da sociedade: o sujeito o “outro”, o Estado, o Direito, as *formas* econômicas, as religiões e demais entidades culturais, as instituições administrativas do Estado etc.

¹³ Utilizaremos este conceito enquanto a estrutura específica de subjetividade engendradora e derivada do *circuito dos afetos* do “socialismo real” que domesticava as pulsões e os desejos da classe trabalhadora nesse sistema “pós-capitalista”.

¹⁴ “[...] as experiências neoliberais são completamente inseparáveis de processos globais de complexidade similar, especialmente o imperialismo e a globalização. [...] o neoliberalismo não pode ser encapsulado em uma frase de efeito: ele não pode nem ser definido de maneira puramente conceptual” (FILHO, 2015, p.60).

Acerca do conceito de *circuito dos afetos* se faz necessário trazermos a fonte primária que nos serviu de base para sustentar o nosso conceito particular, para demonstrar a sua genealogia e os seus principais fundamentos, além de assinalar quais são os pontos nevrálgicos de virada e transformação que aplicamos em relação ao disposto inicialmente pelo formulador do que entendemos por *circuito dos afetos*, que foi o professor Vladimir Safatle em seu livro, “O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo”, publicado em 2016, onde trata do fato de que os diferentes modos de *circuito dos afetos* se apresentam como um dos principais produtores de “conflitos, sofrimentos e desejos” psíquicos (SAFATLE, 2021, p.38), formulando e reproduzindo *corpos*¹⁵ individuais e coletivos/sociais que vão introjetar um determinado *modus operandi* afetivo na estrutura psíquica dos indivíduos “[...] o circuito de afetos que produzem corpos políticos, individuais e coletivos” (SAFATLE, 2021).

O que nos chamou bastante atenção e nos fez utilizar tal obra foi o fato de que nessa concepção proposta por Safatle (2021) haja a construção de *corpos* de um modo estrutural (envolvendo tanto a sociedade quanto o “outro”) e até mesmo externamente aos *seres* (não partindo deles, mas implicando-os), sendo estes *corpos* os responsáveis pela sujeição e submissão dos indivíduos, modulando-os e os gerindo, ao invés da comum elaboração estritamente psicologizante que transforma o indivíduo em uma redoma “central” de onde partem todas as explicações dos fenômenos, colocando em sua natureza predicados afetivos que fazem da subjetividade do sujeito isolado o composto abstrato para a explicação de qualquer manifestação psíquica. Além do conceito de *corpos*, a noção de *afeto* do supramencionado autor também leva aos caminhos levantados:

Por outro lado, a própria noção de “afeto” é indissociável de uma dinâmica de imbricação que descreve a **alteração produzida por algo que parece vir do exterior** e que nem sempre é constituído como objeto da consciência representacional. Por isso, ela é a base para a compreensão tanto das formas de instauração sensível da vida psíquica quanto da **natureza social de tal instauração**. Fato que nos mostra como, desde a origem: “o socius está presente no EU”. **Ser afetado é instaurar a vida psíquica através da forma mais elementar de sociabilidade**, essa sociabilidade que passa pela *aiesthesis* e que, em sua dimensão mais importante, constrói vínculos inconscientes (SAFATLE, 2021, p.38. Grifos nossos).

Vejamos, agora, o que Safatle (2021) vai apontar enquanto significado de “sociedade” e como o que ele compreende por *circuito de afetos* estará intrinsecamente interligado tanto à formação quanto à conformação e à reprodução das “sociedades”:

¹⁵ “Pois um corpo não é apenas o espaço no qual afecções são produzidas, ele também é produto de afecções. As afecções constroem o corpo em sua geografia, em suas regiões de intensidade, em sua responsividade.” (SAFATLE, 2021, p.20).

Sociedades são, em sua dimensão fundamental, circuitos de afetos. Elas constroem vínculos através da maneira com que corpos são afetados, objetos sentidos e desejos impulsionados. Há uma gramática de afetos que organiza toda e qualquer sociedade, que fornece a ossatura de nossas formas de vida.

Temos, na citação anterior, a melhor definição para o que procuramos: *formas sociais* afetivas que são capazes de construir e fazer mover afetos que possam influir nos *corpos* e nos sujeitos, *per si*, por intermédio, seja da “atração”, seja da “repulsa”, seja na maneira em que os “objetos” são sentidos por estes *corpos* e os desejos impulsionados neles: “Talvez houvesse a circulação daquilo que os nossos olhos não podem ser indiferentes **porque nos afeta, seja através das formas de atração, seja através da repulsa**. No lugar da lei, das normas e das regras havia, na verdade, **um circuito de afetos**.” (*Ibidem*, p.14. Grifos nossos).

Todavia, também podemos visualizar a conceituação do que seria a “dimensão fundamental” de uma sociedade, apontando justamente para o *circuito de afetos* como resposta para tanto, e será precisamente neste ponto que representa a ontologia e o metabolismo da terminologia na ótica de Safatle que encontraremos a nossa primeira divergência decisiva, pois, para nós, o *circuito dos afetos* não é a pedra angular da formação de uma sociedade, em verdade, ele é “apenas” uma das derivações importantes das relações de produção, estas sim, que retratam o verdadeiro sociometabolismo de uma sociabilidade e são a sua “dimensão fundamental”.

Através deste movimento de reviravolta tratamos de inverter a ordem da relação entre fundante e fundado erigida pelo professor Safatle. Em nossa lavra, o *circuito dos afetos* não configura a base do poder, mas, a sua extensão e reprodução, quem funda os complexos sociais são as relações econômicas e, por isso, o *circuito dos afetos* se posiciona enquanto elemento fundado que ganha autonomia relativa e retorna ao seu fundador para alterá-lo em prol da sua própria reprodução. Contudo, para Safatle (2021, p.38-39. Grifos nossos) “a política é, **em sua determinação essencial**, um modo de produção de circuito de afetos.”. Em nossa ótica, não há esse nivelamento de ser “determinação essencial” e, *pari passu*, não encontramos na política a gênese dos *circuitos dos afetos*, mas, sim, nas relações de produção que emanam circuitos afetivos em todos os *lôcus* sociais (incluindo aí a “política” mencionada por Vladimir Safatle) de acordo com o funcionamento do seu sociometabolismo.

Um exemplo: é possível, observar nas obras de Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes, que o medo (em conjunto com a esperança que o precede) é o afeto central para a construção do poder, ou seja, os dispositivos engendrados pelo medo são os fundamentos da tessitura social. Já em Freud, Lacan e Safatle, apesar da esperança e do medo ainda aparecerem com

larga importância, o “desamparo”¹⁶ é a figura central que deve ser perseguida até mesmo para as transformações (superações) das sociedades que ainda gerem os *corpos* por intermédio do medo¹⁷, de tal sorte que um circuito afetivo ganha o contorno de *fundamento último* das relações¹⁸, como observado por Safatle ao comentar sobre as teses hobbesianas: “Nesta perspectiva, compreender sociedades como circuitos de afetos implicaria partir dos modos de gestão social do medo [...]” (SAFATLE, 2021, p.16). Para Hobbes, o medo das condições e das consequências do “estado natural” fizeram surgir as estruturas sociais como motores da “coesão social”¹⁹.

Em nossa interpretação o processo é, ao contrário, uma estrutura de poder fundada em determinadas relações de produção vai gerar o *circuito dos afetos* apropriado dando primazia aos afetos necessários para a sua sobrevivência, podendo ser o medo ou qualquer outro, portanto, não é o medo que faz emergir as estruturas sociais, mas o exato oposto. As sociedades não são *per se* os próprios *circuitos dos afetos* (e nem mesmo estes são a sua “dimensão fundamental”), mas, sim, o ponto de partida para a criação destes, conforme Marx (2006, p.25) apontou ao destacar que cada forma-social engendra seus próprios problemas psíquicos e, também, os seus afetos: “[...] está na natureza de nossa sociedade gerar muitos suicídios [...] As sociedades não geram, todas, portanto, os mesmos produtos”.

Será possível verificar, durante a exposição da nossa pesquisa, que tal procedimento de reversão também foi efetuado ao utilizarmos a compreensão de Safatle sobre o neoliberalismo na obra “Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico”, qual seja: “A economia é a continuação da psicologia por outros meios” (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.17). O *modus operandi* se manteve, realizamos, também, aí, uma apropriação crítica das formulações do professor Safatle, aplicando a materialização das suas teses que foram importantíssimas para a nossa pesquisa sobre o fenômeno do neoliberalismo, mas, em nossa perspectiva, os eventos históricos concretos foram a edificação do fenômeno, e a sua corrente afetiva foi um produto

¹⁶ “Faz-se necessário adotar outra estratégia e se perguntar qual a corporeidade social pode ser produzida por um circuito de afetos baseado no desamparo. Pois o desamparo cria vínculos não apenas através da transformação de toda abertura ao outro em demandas de amparo. Ele cria vínculos por despossessão e por absorção de contingências. Estar desamparado é deixar-se abrir a um afeto que me despossei dos predicados que me identificam. [...] Um corpo político produzido pelo desamparo é um corpo em contínua despossessão e desidentificação de suas determinações” (SAFATLE, 2021, p.21).

¹⁷ “Com tal tarefa em mente, foi questão de insistir que só nos liberaremos de tais modos de determinação de sujeitos à condição de mostrar a viabilidade de pensar a sociedade a partir de um circuito de afetos que não tenha o medo como fundamento. [...] Foi Freud quem insistiu nas consequências transformadoras de compreender não exatamente o medo, mas o desamparo como afeto político central.” (SAFATLE, 2021, p.18).

¹⁸ “[...] podemos pensar a política a partir da maneira como afetos determinados produzem modos específicos de encarnação.” (SAFATLE, 2021, p.20).

¹⁹ Para uma explicação mais concisa e efetiva da questão indicamos a leitura do nosso artigo “Igualdade natural, desconfiança e o homem lobo na obra de Hobbes.”.

desta edificação. Quanto à tese de que a realidade é uma resultante do processo afetivo, Safatle (2021, p.38) vai citar Freud no sentido de que, *ao fim e ao cabo, no apagar das luzes*, todas as ciências humanas e sociais acabariam sendo subsumidas pela psicologia enquanto uma ciência geral de onde todas as outras germinariam, menos a ciência da natureza.

Tal divergência determinou uma série de interpretações diferentes sobre a realidade social que expusemos, especialmente, nos capítulos um e dois desta dissertação, ao não darmos “primazia” ao *circuito dos afetos* em comparação a outras causas e complexos sociais, lastreando-nos sob a égide da categoria da totalidade e, concomitantemente, na relação entre fundante e fundado proposta por Marx e Engels. Apontemos uma das concepções de Safatle que podem evidenciar as nossas diferenças analíticas:

Eles [os circuitos de afetos] nos permitirão compreender tanto a natureza de comportamentos sociais quanto a incidência de regressões políticas, desvelando também como normatividades sociais fundamentam-se em fantasias capazes de reatualizar continuamente os mesmos afetos em situações materialmente distintas uma das outras. (SAFATLE, 2021, p.16).

Se é verdade que um determinado *circuito dos afetos* possa existir em situações históricas com condições socioeconômicas diversas e/ou até antagônicas, e cremos ser que sim, estamos convencidos de que não encontraremos o “nó górdio” da questão enfocando a análise unilateralmente no *circuito dos afetos* repetido em diferentes sociedades. Para nós, o ponto será encontrado justamente ao nos determos sobre a totalidade da sociabilidade estudada e buscarmos as pequenas e particulares semelhanças nos padrões socioeconômicos que possibilitem a abertura de espaços e lacunas para que os mesmos afetos possam existir e ser válvulas fundamentais em relações de produção e em complexos sociais distintos, como será possível ao leitor apreender da nossa pesquisa o fato de que existem afetos que se mantêm em atuação e protagonismo em menor ou maior grau e com algumas modificações na apresentação do seu *ser-aí*, tanto na URSS, que foi uma *forma-social* estabelecida sob a mediação da estatização dos modos de produção, quanto no capitalismo em sua faceta neoliberal estruturado sob o desígnio da propriedade privada dos meios de produção. Neste caso, pendemos à interpretação de que o capital ainda é a *última instância* de ambos os modelos sociais e, nesse ínterim, poderemos encontrar respostas mais amplas e profundas para a temática do que tomar os afetos semelhantes como ponto de partida e/ou chegada para buscar a raiz do ponto.

Então, por mais que Safatle (2021, p.16. Grifos nossos) informe que “[...] os circuitos de afetos **produzidos** por formas de vidas específicas, o fato de que ele tenha levantado a seguinte hipótese “Talvez precisemos partir da constatação de que sociedades são, em seu nível fundamental, circuitos de afetos” (*Ibidem*, p.16), distanciou-nos “metodologicamente” e, tal

ocorrência, nos proporcionou a possibilidade de encontrar a especificidade dos afetos produzidos em sociedades distintas que formaram o seu próprio *circuito dos afetos* com a sua singularidade, como é o caso do *sistema de adoecimento dos afetos* gerado pelo neoliberalismo.

Ao estarmos de posse da compreensão de que não foi a esperança, o medo, o desamparo e/ou outro afeto que engendrou os corpos sociais e/ou são as suas “dimensões fundamentais”, pudemos avaliar que estes afetos não são fixos ou inatos, mas, sim, apresentam-se em escalas e densidades diferentes nas sociedades conforme as suas disposições socioeconômicas. Incrementando criticamente um pouco das noções de processo, movimento, *devenir* e *ser-aí* de Hegel, podemos apreender como os afetos estão se apresentando no momento analisado, pois eles agem de modo histórico e não enquanto predicados humanos (nisso temos acordo com Safatle), ou seja, a título de exemplificação, demonstramos, no capítulo três, que o “prazer” do trabalhador no neoliberalismo é convertido em algo “superficial” e até mesmo prejudicial a si mesmo, haja vista que o capital adequou este e outros desejos aos seus interesses, sendo o *ser-aí* do “prazer”, o seu modo de apresentação e representação atual, que é a tentativa da alta *performance* no mercado de trabalho e a busca por colher o resultado disso em um *quantum* de *forma-dinheiro* que possa lhe proporcionar o acesso ao “gozo superficial” produzido pela decadente indústria do entretenimento dos dias atuais, através do “consumismo”.

No exemplo dado é possível vislumbrar que os desejos são produtos da sociedade e a sua forma de efetivação irá variar de acordo com a disposição do seu *ser-aí*, o que nos fez apreender um “prazer” diferente do que podemos ver de maneira mais estática, por exemplo, em Spinoza e outros, no seguinte sentido: quem irá definir o que será o “prazer”, e como ele será introjetado no *ser* atualmente, será o capital na sua intensa batalha pela valorização do valor, portanto, o “prazer” não estará conceitualmente preso à forma de o sentir na sua plenitude ou no fato de o sentir durante o próprio processo, mas ao que se sente no seu *ser-aí*. “[...] estruturas do desejo como empuxo em direção ao que não se determina por completo na atualidade: o que não deve ser visto como uma fixação na perpetuação da inatualidade, mas como pressão em direção à reconfiguração da presença.”. (SAFATLE, 2021, p.30).

Portanto, salientada a diferença quanto ao *itinerário* de pesquisa e investigação entre nós e o professor Safatle, podemos afirmar que ficará explícito ao leitor, no decorrer da dissertação, que temos acordo com grande parte das suas proposições nas duas obras que utilizamos em nossa pesquisa, a divergência se dá mesmo no pano de fundo “metodológico”. Observemos como Safatle (2021, p.14) traz à baila uma concepção de desejos como não sendo predicados humanos, mas resultado de processos externos nos quais eles estão imersos: “[...] o que interfere em nossa história vindo de um exterior radical, de um movimento de desejos que

não é meu, mas no qual estou implicado”, inclusive, postulando que devemos ter uma compreensão e prática cotidiana “antipredicativa” para que sejamos afastados e “contidamente despossuídos de suas determinações”, alcançando a possibilidade de estarmos “abertos a um modo de afecção que não é simplesmente a expressão da presença do outro no interior do sistema consciente de interesses e vontades” (SAFATLE, 2021, p.25), pois “[...] é melhor dizer que se trata de uma afecção que tem força de construir vínculos a partir do que me desposui de minhas determinações e predicações” (SAFATLE, 2021, p.25).

Estamos convencidos, assim como Safatle (2021, p.15), da importância dos *circuitos dos afetos* e dos seus “regimes extensivos de implicação” nas sociabilidades humanas e da necessidade de estarmos concentrados e atentos na apreensão deles como uma forma de compreensão mais completa e totalizante da realidade social, especialmente em um contexto onde a hegemonia teórica sempre nos direciona a uma dicotomia estéril promovida pelo logicismo formal, colocando em polos inconciliáveis o sujeito em relação ao objeto, o indivíduo em relação a sociedade²⁰, de tal sorte que se apresenta como uma espécie de obrigação tomar algum dos lados de modo unilateral para erigir as formas de pensar e expressar a realidade, por conta da extrema especialização e fragmentação do saber promovidas desde a fundação da disciplina Sociologia no final do século XIX. Nesse “inverno sombrio” a nossa dissertação vem, utilizando-se do materialismo histórico, reafirmar o caráter dialético e totalizante do mundo social e, portanto, produzir uma análise que leve em consideração tanto elementos objetivos como subjetivos numa unidade de diversos, sem estabelecer um caráter fatorialista de “centralidade” unilateral para nenhum dos lados, a primazia, repise-se, é da totalidade. Dessa forma, as questões econômicas, políticas e culturais serão tão importantes quanto as psicológicas e afetivas e, nessa toada, os *circuitos dos afetos* ganham relevo em nossas reflexões.

Ademais, também temos completo acordo com a formulação de que qualquer transformação política e social deve estar comprometida com a superação dos *circuitos afetivos* da sociedade do capital, haja vista que as grandes revoluções não se tratam apenas de construir novas *formas* econômicas e políticas, como explica Safatle: “Uma sociedade que desaba são também sentimentos que desaparecem e afetos inauditos que nascem. Por isso, quando uma

²⁰ “Normalmente, acreditamos que uma teoria dos afetos não contribui para o esclarecimento da natureza dos impasses dos vínculos sociopolíticos. Pois aceitamos que a dimensão dos afetos diz respeito à vida individual dos sujeitos, enquanto a compreensão dos problemas ligados aos vínculos sociais exigiria uma perspectiva diferente, capaz de descrever o funcionamento estrutural da sociedade e de suas esferas de valores. Os afetos nos remeteriam a sistemas individuais [...] o que impossibilitaria a compreensão da vida social [...]” (SAFATLE, 2021, p.37).

sociedade desaba, leva consigo os sujeitos que ela mesma criou para reproduzir sentimentos e sofrimentos.” (SAFATLE, 2021, p.16).

Transformações políticas efetivas não são apenas modificações nos modelos de circulação de bens e de distribuição de riquezas. São modificações na estrutura dos sujeitos, em seus modos de determinação, nos regimes de suas economias psíquicas e nas dinâmicas de seus vínculos sociais. **Pois uma transformação política não muda apenas o circuito de bens. Modifica também o circuito de afetos que produzem corpos políticos, individuais e coletivos.** (SAFATLE, 2021. Grifos nossos).

Para realmente começar a pensar a liberdade e reorientar as possibilidades da crítica, há de se seguir o movimento da vida. [...] Mais do que novas ideias, neste momento histórico [...] precisamos de outro corpo. Para começar outro tempo político, será necessário inicialmente mudar de corpo. **Pois nunca haverá nova política com os velhos sentimentos de sempre.** (SAFATLE, 2021, p.29. Grifos nossos).

Em nosso segundo capítulo (“A teoria neoliberal se convertendo em práxis social”), a discussão mais generalizada posta no primeiro capítulo ganhará mais especificidade e unidade dialética entre teoria e prática, quando discutiremos qual é a nevrurgia e o núcleo duro teórico que embasa o neoliberalismo, qual seja, a metafísica do “Deus mercado” contra qualquer tipo de racionalização econômica seja em menor ou maior grau, que está entranhada em seus principais formuladores, como Mises, Hayek e Friedman.

Para compreender a essencialidade do que denominamos de “liberalismo vulgar” e, também, do neoliberalismo, utilizaremos com frequência e profundidade a conceituação de ideologia e de ideólogo que Marx e Engels propuseram na obra “A ideologia Alemã”, qual seja: a conversão de fenômenos sociais particulares e historicamente determinados para fenômenos universais, naturais e supra históricos, estendendo os interesses da burguesia como se fossem interesses do gênero humano no geral, em toda a história da humanidade (MARX; ENGELS, 2007, p.49).

Além da discussão sobre o escopo teórico neoliberal, faremos uma avaliação sobre a sua prática social, ampliando o horizonte da genealogia proposto no capítulo 1, avançando aqui para a exemplificação concreta dos três primeiros epicentros do neoliberalismo, na ordem: Chile, Inglaterra e Estados Unidos da América, países estes que serviram de base para a geração da sistematização do que seria o neoliberalismo, o seu receituário e programa geral²¹, que depois

²¹ “A etapa seguinte se define pela passagem do neoliberalismo do plano teórico para o campo político, o que se concretiza com a chegada ao governo das forças liberal-conservadoras na Inglaterra, em 1979, com Margaret Thatcher; nos Estados Unidos, em 1980, com Ronald Reagan; e na Alemanha, em 1982, com Helmut Kohl. Para o caso inglês, as primeiras políticas de cunho neoliberal a serem implementadas foram a desregulação, a privatização e a abertura comercial. No entanto, estas ideias e as políticas delas resultantes, são incorporadas pelos organismos multilaterais, fundamentalmente FMI e BIRD, e implementadas nos países que recorrem a estas instituições, em especial os da periferia do sistema capitalista, na qual está incluída a América Latina.” (BARUCO, 2005, p.51).

seria imposto ao resto do mundo por aparelhos como FMI e Banco Mundial e pela hegemonia dos neoliberais na academia burguesa (universidades ocidentais):

Além disso, os defensores da proposta neoliberal ocupam atualmente posições de considerável influência no campo da educação (nas universidades e em muitos "bancos de ideias"), nos meios de comunicação, em conselhos de administração de corporações e instituições financeiras, em instituições-chave do Estado (áreas do Tesouro, bancos centrais), bem como em instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC), que regulam as finanças e o comércio globais. Em suma, o neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretar, viverem e compreenderem o mundo. (HARVEY, 2014, p.13).

Por fim, no terceiro capítulo (“Barbárie à vista: A subjetividade neoliberal e a sua “forma-ideológica””), abordaremos como a prática social do neoliberalismo forjou um novo *ser* com o objetivo de controle e disciplina dos *corpos* (inclusive, com formas de gestão do sofrimento psíquico como as “psicoterapias hegemônicas”), além de gestar “desejos”²² e afetos, visando à legitimação, à manutenção e à reprodução do novo modelo de expressão do capitalismo, efetuado não somente o domínio físico da classe trabalhadora nos âmbitos econômicos (empresas) e políticos (o Estado Moderno e o Direito), mas, também, o domínio espiritual, através da remodelação do padrão de vida cotidiana dos indivíduos, que passam a se enxergar e aparecer na sociedade enquanto *sujeito-empresa*²³, impregnados pelo complexo valorativo neoliberal (individualismo, competição, produtividade etc.), subsumindo a sua identidade dentro dos marcos do funcionamento de uma empresa (seja privada ou pública, pois ambas são mediadas pela *forma-mercadoria*), portanto, regrido a sua própria vida como se fosse um objeto completamente coisificado e desprovido de humanidade.

Nesse sentido, a humanidade se torna apenas mais uma máquina do sistema que precisa “evoluir” e aumentar cada vez mais a sua produtividade tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, otimizando ao máximo o seu tempo e a sua vida para alcançar tal objetivo.

Quando o indivíduo é colocado como centro da dinâmica, na verdade pesa sobre ele

²² “Podemos falar em “instauração” porque a força do neoliberalismo é performativa. Ela não atua meramente como coerção comportamental, ao modo de uma disciplina que regula ideais, identificações e visões de mundo. Ela molda nossos desejos, e, nesse sentido, a performatividade neoliberal tem igualmente efeitos ontológicos na determinação e produção do sofrimento. Ela recodifica identidades, valores e modos de vida por meio dos quais os sujeitos realmente modificam a si próprios. Se admitimos que uma forma de vida tende a manter sua unidade extraindo produtividade de suas contradições, determinadas e indeterminadas, de acordo com estratégias provenientes do trabalho e do mercado, do desejo e da linguagem, poderemos localizar os efeitos estruturais da dimensão performativa da gestão neoliberal do sofrimento.” (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.11).

²³ “Os sujeitos passam a se compreender como empresas submetidas à insegurança típica da dinâmica do mercado. Em uma sociedade competitiva, os indivíduos comparam e hierarquizam constantemente coisas e pessoas, sendo eles mesmos passíveis de (des)classificação a todo momento.” (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.48).

com máximo vigor uma lei externa, a lei da valorização do capital. Ao internalizá-la, é o próprio indivíduo que passa a exigir de si mesmo ser um empreendedor bem-sucedido, buscando “otimizar” o potencial de todos os seus atributos capazes de ser “valorizados”, tais como imaginação, motivação, autonomia, que caracteriza esse agir. Essa subjetividade ilusoriamente inflada provoca inevitavelmente, no momento de seu absoluto esvaziamento, frustração, angústia associada ao fracasso e autoculpabilização; a patologia típica nesse contexto é a depressão. (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.48).

Este terceiro capítulo completará a nossa ambição de demonstrar a decadência geral que a sociedade capitalista iniciou com o neoliberalismo: o aprofundamento da crise econômica (exposta nos dois primeiros capítulos), a degeneração política (também posta nos capítulos anteriores) e a decomposição dos laços de solidariedade e coletividade entre os indivíduos e, por conseguinte, o esgarçamento da tessitura social, aprofundando cada vez mais a humanidade na completa barbarização da vida social, amplificando o *mal-estar* na cultura e fundando um novo indivíduo completamente “bestializado” e subserviente à lógica da *forma-mercadoria* e das leis tendenciais do capital (barbarização que aparecerá no terceiro capítulo).

Ao fim e ao cabo, elaboraremos nas nossas “considerações finais” uma sistematização geral do que discutimos nos três capítulos da dissertação sobre o neoliberalismo enquanto novo modelo societal, a doutrina neoliberal e a genealogia do fenômeno social.

A disposição dos capítulos terá caráter de continuidade, como uma espécie de síntese global de um processo coordenado continuado, porquanto que não haverá uma estruturação em que cada capítulo esteja fragmentado e separado do outro com um corte epistemológico. Em verdade, todos os capítulos estarão interligados e se complementando numa ordem ontológica.

O formato da exposição da pesquisa penderá para uma *forma* mais livre (aberta) e ensaística, permitindo críticas severas e ácidas, unindo dialeticamente a linguagem tanto formal quanto coloquial, ao mesmo tempo em que dispensa o engessamento das recorrências a largas bibliografias e citações e à necessidade das grandes conclusões, podendo apresentar irrupções e interrupções abruptas sem finalizar a extensão das problemáticas postas, mas, apresentando aquilo que lhe há de essencial, além de fugir das entranhas de uma suposta neutralidade científica que muito se defende na academia burguesa do mundo ocidental e tem como ilusória pretensão realizar um afastamento entre o sujeito cognoscente e o objeto cognoscível.

Referente ao marco teórico, baseamo-nos no “método”²⁴ de interpretação social inaugurado pelos pensadores Karl Marx e Friedrich Engels, no século XIX, conhecido na

²⁴ “Método” entre aspas, pois o “método” do materialismo histórico consiste precisamente no fato de não haver “método” algum. Segundo Chasin (2009, p.89), “Se por método se entende uma arrumação operativa, a priori, da subjetividade, consubstanciada por um conjunto normativo de procedimentos”, ou se se “pressupõe um fundamento gnosiológico, ou seja, uma teoria autônoma das faculdades humanas cognitivas, preliminarmente

“praça” com a nomenclatura de materialismo histórico, que tem por nevrurgia o procedimento de reproduzir idealmente o processo (movimento) real, como é possível vislumbrar na lavra do professor José Paulo Netto: “a teoria é o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador - é o real reproduzido e interpretado no plano ideal (do pensamento)”²⁵, ou seja, é a emergência do real em forma de conceito.

Partimos, também, das categorias essenciais que foram retiradas/resgatadas da realidade social pelo materialismo histórico, a exemplo da “totalidade”, da “contradição”, da “essência”, da “aparência”, da lei do valor e das diversas outras leis sociais, da *forma-mercadoria* etc., perseguindo o horizonte teórico de que os complexos e fenômenos sociais estão interligados e em relação de interdependência com a totalidade social. Fundamentamo-nos, nesta pesquisa, especialmente em NETTO e LUKÁCS, para nos apoderar de Karl Marx enquanto teórico social totalizante que fora, haja vista que ambos os comentadores concebem Marx deste modo, além disso, tratam os escritos e a obra completa de Marx nos seguintes termos: uma *síntese global de um complexo coordenado continuado*. Visualizemos, então, em LUKÁCS a expressão e explicação da categoria da totalidade que foi crucial para a nossa dissertação, ao visarmos conseguir compreender as questões unindo sujeito e objeto, numa unidade de diversos totalizante (como é possível enxergar ao vermos o fenômeno do neoliberalismo sob o prisma de múltiplas determinações sociais interconectados a um todo social): “É o ponto de vista da totalidade e não a predominância das causas econômicas na explicação da história o que distingue de forma decisiva o marxismo da ciência burguesa” (LUKÁCS, 1965, p. 47 apud NETTO, 2004).

E o que há de fundamentalmente revolucionário na ciência proletária não é apenas o fato de opor à sociedade burguesa conteúdos revolucionários, mas sim, em primeiro lugar, a essência revolucionária do próprio método. O reino da categoria da totalidade é o portador do princípio revolucionário da ciência (LUKÁCS, 2003, p.41).

A categoria da Totalidade, a dominação do todo sobre as partes, que é determinante e se exerce em todos os domínios, constituem a essência do método que Marx tomou de Hegel e que transformou de maneira original para dele fazer o fundamento de uma ciência inteiramente nova (LUKÁCS, 1974. p.49).

Diante do exposto, torna-se indubitável a concepção de que a categoria da “totalidade” é indispensável e fulcral à sistematização teórico-filosófica marxiana, postando-se enquanto uma categoria que se apresenta enquanto o “demiurgo” do materialismo histórico, ao menos, em nossa ótica.

estabelecida”, ou, ainda, “se envolve e tem por compreendido um *modus operandi* universal da racionalidade”, se esta for a concepção de método, não há isto em Marx ou Engels.

²⁵ NETTO, José Paulo. 2011.

Por fim, a pesquisa se eivará de caráter bibliográfico e descritivo que tem como interesse descrever, classificar e interpretar os fatos e fenômenos ocorridos em uma sociedade, portanto, trata-se de uma pesquisa teórica, realizada por meio de uma abordagem qualitativa, buscando um esclarecimento acerca do problema para que se possa levantar hipóteses e elementos críticos, prezando pelas técnicas de revisão bibliográfica a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, na maior parte com abordagem teórica marxista, artigos de periódicos e materiais disponibilizados na internet, sistematizações, análises documentais e dados estatísticos.

A revisão da bibliografia terá embasamento na discussão sobre pesquisas empíricas com resultados já apresentados nos últimos anos e que parecem dialogar com a hipótese central desta pesquisa. Destarte, o nosso papel neste “projeto” é coletar todo este resultado já exposto, agrupar e realizar uma síntese particular sobre a questão, visando a busca de uma conclusão própria acerca da degradação e precarização da vida social neste novo modelo de reprodução do sistema capitalista (o neoliberalismo), tendo como pressuposto para tanto a ótica marxista. Será levado em conta tudo o que for levantado pela revisão sistemática supracitada, seus conceitos básicos, ponderações, convergências e divergências.

A quantidade de autores que serão estudados e aproveitados será delimitada pelo prazo máximo de entrega da dissertação, portanto, configura-se em um trabalho concreto baseado no materialismo histórico, sem definir aprioristicamente os delineamentos finais tanto da investigação como da exposição, conforme reza a tradição marxista, exhaustivamente explicitada por nós em Cruz (2022b):

Como veremos durante toda a obra, Marx não se utiliza de um instrumental categorial anterior à pesquisa (como ocorre na Sociologia em geral) e não tem um “método” ideal constituído a priori, em verdade, ele acredita que a realidade concreta tem as próprias legalidades e o que ele faz é apreender delas as categorias, e não ir para a realidade já com as categorias e os “métodos” previamente pensados.

1. A GENEALOGIA DO NEOLIBERALISMO

“Da nossa vida, em meio da jornada,
Achei-me numa selva tenebrosa,
Tendo perdido a verdadeira estrada.”²⁶

‘Agora, por teu prol, eu tenho o intento
De levar-te comigo; ir-te-ei guiando
Pela estância do eterno sofrimento”²⁷

Deter-nos-emos, neste “trato”, sobre a árvore genealógica do fenômeno social denominado de “neoliberalismo”, em sua dualidade na práxis social: teoria e prática.

O primeiro destacamento fundamental para esta empreitada se expressa na posição dialética que defendemos acerca da temática, que diverge de boa parte das bibliografias que compõem o *estado da arte* e as suas reflexões hegemônicas que, de um lado, avistamos uma análise puramente economicista, que se baseia apenas em políticas econômicas específicas para delinear o fenômeno social por ora abordado, de outro lado, vislumbramos uma concepção que restringe o neoliberalismo ou a uma sistematização teórica que idealmente moldou a realidade concreta ou a um conjunto de preceitos morais que engendram condutas práticas individualizantes, formando um sujeito atomizado e coisificado, por intermédio de uma complexo valorativo neoliberal, ou no termo rebaixado utilizado pelos pensadores adeptos dessas teorizações: “ideologia neoliberal”²⁸.

²⁶ (DANTE, 2020, p.5).

²⁷ (DANTE, 2020, p.10).

²⁸ É fundamental frisar que, baseando-nos na teoria marxiana (no livro “A ideologia Alemã”), o conceito de ideologia se reveste de um caráter “negativo”, sendo a constituição de uma ótica turva e parcial da realidade que é totalizante. Um exemplo: no feudalismo, as ideias predominantes transformavam o que era particular de um tempo histórico (a existência dos reis e senhores feudais) atribuindo a isto um caráter universal, como se essa estrutura social fosse dada e formatada por uma divindade: o Deus cristão. O mesmo ocorre no capitalismo, nas teorias hegemônicas, ao visarem a estender os complexos sociais específicos do mundo moderno como se fossem da própria natureza humana e existentes em toda a história (o caso do Direito, do Estado, do Mercado, e de todas as instituições burguesas), novamente convertendo o particular em universal, haja vista que esses complexos nem sempre existiram e não são a-históricos, apenas se apresentaram em determinado contexto histórico específico e determinado. Noutra gama, a ideologia, também, enquanto visão parcial da realidade, pode ser a compreensão parcial de um fenômeno, exemplo: conhecer corretamente o sistema jurídico brasileiro, mas, não saber quais são as suas raízes fundamentais, tendo acesso apenas à “forma” do Direito e não ao seu “conteúdo” mais profundo e essencial. Neste caso, não significaria que ter uma compreensão ideológica da realidade seja sinônimo de visão errada, não, ela pode estar certa, no entanto, é apenas parcial, particularista e fragmentada, então, você não consegue conceber uma extração da realidade em sua totalidade. Portanto, dada essa concepção do termo

A dialeticidade da nossa abordagem tem a sua nevrurgia não tão somente na unidade de diversos que complementam a teoria e a prática do neoliberalismo (e o seu sociometabolismo específico), mas, também, na apreensão da realidade enquanto totalidade, norteamto que nos conduzirá para um caminho em que tanto as políticas econômicas quanto as questões das ideias hegemônicas estão interligadas na construção e reprodução do fenômeno, complementando-se. Evitamos, portanto, a linearidade das análises que conceituam o neoliberalismo como um conjunto de políticas econômicas ou de ideias que se estendem e moldam condutas práticas.

Ademais, partindo do materialismo histórico, as pistas que nos levam para o caminho da estrutura do neoliberalismo (enquanto novo padrão de acumulação do capital), apontam que, diferentemente do que muitos defendem, não foi um complexo teórico ideal sistematizado que fundou e fez ocorrer o neoliberalismo na prática social capitalista, em verdade, o fundamento último da querela indica que foi o esgotamento de uma forma de arranjo do capitalismo, embasado no fordismo e, em algumas partes do globo terrestre, em um Estado de *bem-estar-social*, que abriram o espaço concreto para que as teorias neoliberais encontrassem espaço para estreitar no campo do sociometabolismo do capital, constituindo um rearranjo nas formas de reprodução do sistema capitalista com um novo padrão de acumulação “flexível” do capital.

Por conseguinte, foi a crise geral do capitalismo, que se iniciou nos meados da década de 70 do século passado (1974-1975)²⁹, que oportunizou a entrada em ação do neoliberalismo (enquanto relação social), o que retira o exacerbamento dado por alguns teóricos ao trabalho de convencimento dos indivíduos feito pelos “pensadores” neoliberais.

Seguimos, neste sentido, a linha interpretativa da professora Virginia Fontes, no que concerne às participações da crise estrutural do capitalismo³⁰ e da geopolítica do imperialismo nas relações sociais (luta de classes, globalização/mundialização) sendo estas as aberturas para

“ideologia” que resgatamos na obra marxiana, em especial, do “A ideologia alemã”, não poderemos manifestar com frequência (somente usaremos no capítulo 3, com adaptações e ressalvas) o uso corrente do termo por parte dos estudiosos contemporâneos do neoliberalismo, no caso de “ideologia” como uma sistematização de ideias sobre o mundo. Resta salientar que Gramsci, mesmo sendo um intelectual marxista de alto calibre, também mencionava ideologia com o significado rebaixado (em nossa ótica) de conjunto de ideias e/ou ideário de mundo, tendo em vista que não teve acesso a leitura do “A ideologia alemã”, como já explicitamos com maior profundidade em (CRUZ, 2022b). Além de outros clássicos como Lenin, Rosa de Luxemburgo e, em alguma medida, também, Lukács (apesar deste sofisticar bastante a tese posta por Gramsci, mas, ainda assim, toma ideologia como uma teleologia secundária que engendra formas de consciência acerca da realidade e agindo nela. O que abriria espaço para o surgimento da “ideologia” da classe trabalhadora, tese a qual temos discordâncias).

²⁹ “Nos anos de 1974-1975 a economia capitalista mundial experimentou sua primeira recessão generalizada desde a segunda-guerra mundial.” (BARUCO, 2005, p.37).

³⁰ Sobre o que seria a “crise estrutural” do capitalismo, remetemos à lavra de Mészáros que foi o mais proeminente defensor da tese: “Vivemos na era de uma crise histórica sem precedentes. Sua severidade pode ser medida pelo fato de que não estamos frente a uma crise cíclica do capitalismo mais ou menos extensa, como as vividas no passado, mas a uma crise estrutural, profunda, do próprio sistema do capital. Como tal, esta crise afeta — pela primeira vez em toda a história — o conjunto da humanidade, exigindo, para esta sobreviver, algumas mudanças fundamentais na maneira pela qual o metabolismo social é controlado.” (MÉSZÁROS, 2015, p.7).

a origem do neoliberalismo e as ideias dos teóricos neoliberais sendo a reprodução desse processo (não a sua produção), que só ocorreu devido ao conjunto material de defenestrações sofridas pelo sistema em suas próprias contradições internas.

Como assevera Virginia (2020), o neoliberalismo não adveio somente, e principalmente, de um confronto de ideias entre os neoliberais e os sociais-democratas e/ou keynesianos que, supostamente, teria como produto a vitória daqueles no embate de ideias, mesmo que estivessem incorretos em seus pressupostos teóricos³¹.

Essas constatações não impedem a conferência de reconhecimento ao papel dessas ideias neoliberais e da disputa que os seus portadores travaram para derrubar as ideias de Estado mais interventor. Contudo, a preparação teórica do neoliberalismo vem sendo gestada ao menos desde 1938³² e o início da década de 1940, e apenas com a crise estrutural do capitalismo, 3 décadas depois, essas ideias foram ganhar espaço e vida no corpo social internacional³³, o que diz muito sobre a validade das teses da professora Virginia.

Esse novo rearranjo social do capital advém da sua necessidade concreta de manter as taxas de lucro das classes dominantes (nesse ponto, essa pensadora prefere apostar na potência do capital portador de juros e não apenas ou “centralmente” no rentismo), mesmo perante uma brutal crise do sistema. O dismantelamento do modelo fordista acompanha a abertura dessa tendência pela busca da manutenção de uma relação exploratória em níveis que não estavam mais disponíveis na formatação do sistema utilizada até a grande debacle retromencionada.

A localização do nosso ponto de partida com precisão serve como baliza para demarcar as diferenças entre pesquisas fragmentadas e pesquisas fundamentadas na categoria da totalidade que advém do modo de *ser* do corpo social ao qual estamos enfincados: a realidade

³¹ Nesse ponto é importante frisar que para Virginia (2020) ambas as posições são incorretas, tanto as keynesianas quanto as neoliberais e, mais do que isso, segundo a professora, a própria social-democracia keynesiana, contraditoriamente, deu as bases de fomentação para a existência do neoliberalismo.

³² “Quando o termo “neoliberalismo” surge no Colóquio Walter Lippmann, realizado em Paris, no ano de 1938, ele simboliza o esforço para restaurar certas bases teóricas do liberalismo, num contexto em que este havia perdido a hegemonia. Esse ideário, tão múltiplo em suas formulações quanto em suas práticas, desenvolve-se nas décadas seguintes em *think tanks* com apoio maciço de corporações. Seu principal polo de organização, a partir de 1947, é a Sociedade Mont Pèlerin.” (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.65).

³³ O próprio Milton Friedman, um dos maiores expoentes do neoliberalismo, vai afirmar que foi a crise que produziu realmente as mudanças: “Em uma conferência em York, a notória observação de Milton Friedman foi citada várias vezes: “apenas uma crise - real ou assim percebida - produz mudança de verdade. Quando essa crise ocorre, as ações tomadas dependem das ideias circulando por aí. Essa, acredito, é nossa função básica: desenvolver alternativas às políticas existentes, mantê-las vivas e disponíveis até que o politicamente impossível se torne politicamente inevitável.” (FISHER, 2020, p.142).

é uma totalidade de complexo de complexos, conforme aduz Lukács³⁴ e reforçam Ronaldo Vielmi Fortes³⁵ e Sérgio Lessa³⁶.

De posse deste introito, o leitor poderá iniciar o “estudo” deste escrito convencido de que encontrará em seus meandros uma perspectiva que visa a apreender o real em sua conectividade, sem resvalar nas teses fracionadas que isolam elementos dos fenômenos sociais como se fossem micróbios a serem observados nas lentes de um microscópio nos laboratórios que estudam expressões da natureza inorgânica e orgânica.

Dessa forma, não participamos do conjunto hegemônico nas ciências sociais que aplicam a metodologia da especialização e da fragmentação do saber em conjunto com uma tendência a adotar e replicar a repartição que ocorre nas ciências da natureza, como se fossem, também, válidas nas questões do *ser social*. Porquanto que, para nós, o neoliberalismo, fenômeno social que norteia o desiderato da presente pesquisa e exposição, é um conceito (no sentido de ser um real que vai emergir em conceito e não de conceito abstrato *a priori*) extremamente complexo para ser definido como um conjunto de políticas econômicas ou de ideais que geram condutas práticas (quanto a esse ponto, só a título de exemplo, podemos mencionar a obra “A nova razão do mundo”, de Dardot e Laval, que enfoca na subjetivação da “razão” neoliberal como um dos pontos mais altos e preponderantes dessa nova Era), especialmente se esses conjuntos são postos enquanto os elementos principais e fundantes do modelo neoliberal.

Buscaremos, então, uma definição mais completa e totalizante, abarcando todas essas múltiplas determinações enquanto elementos que conjuntamente edificam o neoliberalismo, apoiando-nos na tradição que identifica a dificuldade dessa conceituação e atrai para si a densidade incontornável de ter que lidar com um fenômeno eivado de contradições, composto por um modo de produção que passa a se reproduzir em uma escala ampliada e diversificada das fases anteriores, uma teoria longe de ser unificada em seus setores internos, uma nova prática social e conduta social, e uma nova hegemonia capitalista produzida por este novo modelo de reprodução do capital e a sua *forma-ideológica*.

³⁴ “Mesmo se nos fosse possível uma análise de todos **os complexos cuja totalidade perfaz a sociedade como complexo [...]**” (LUKÁCS, 2018, p.203).

³⁵ “A totalidade do ser social é determinada como um complexo de complexos dinâmicos e heterogêneos.” (FORTES, 2011, p.95).

³⁶ “A humanidade se constitui, por essa via, em um complexo de complexos cuja evolução é crescentemente determinada pela consciência que possui de si própria [...] Em suma, o complexo de complexos, que é o ser social para Lukács, é muito mais que uma mera totalidade: é uma universalidade potencialmente capaz de conscientemente dirigir sua história.” (LESSA, 2016, p.73-74).

Adentraremos na seara historiográfica antes de formular a nossa conceituação de neoliberalismo, pois ela servirá de alicerce para compreendermos uma parcela significativa de como as teorias neoliberais surgiram e como os atores da sua disseminação se portaram ao longo do século XX. Outrossim, fornecerá, também, a condição do contexto histórico que forneceu a abertura material para que essas teorias pudessem se “apoderar” dos indivíduos, mediante o quadro de crise drástica das formas de reprodução do capitalismo em frangalhos. Nesse sentido, interpretar e expressar a genealogia do fenômeno tem contornos de necessidade para uma ótica integrada entre o neoliberalismo na história, na teoria e na prática social.

Repisamos que, mesmo que o neoliberalismo enquanto escopo teórico tenha começado a ser esboçado, no final dos anos 30 e início dos anos 40, para combater as teorias keynesianas e o “socialismo real”, foi somente com a crise geral do capitalismo e o início da estagnação e decadência econômica, política, social e cultural do “socialismo real”³⁷ que o neoliberalismo conseguiu abrir as portas para a sua implementação.

Essas duas grandes crises enterraram os horizontes sociais que estavam sendo construídos, impondo uma falência teórica e prática de ambas as vertentes, como se tivessem sido “derrotadas” pela história.

A crise global da sociedade contemporânea, que marca peculiarmente as três últimas décadas deste século [XX], revela-se – plena, embora não exclusivamente – na crise do Estado de bem-estar e na crise do chamado socialismo real, as duas conformações societárias que, cada uma a seu modo, procuraram soluções para os antagonismos (e suas consequências) próprios à ordem do capital. (NETTO, 2012, p.73).

1.1. A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E A DEBACLE DO “SOCIALISMO REAL”

A crise estrutural do capitalismo também está atrelada, em alguma medida, ao declínio do “socialismo soviético”, tendo em vista que a própria queda e o desmanche dos Estados sociais-democratas ocorreu antes do esfarelamento final dos Estados burocráticos soviéticos,

³⁷ “Especialmente nos três últimos anos da década de oitenta, com uma força e um ritmo inesperados, os vetores que erodiam a estrutura institucional do autoproclamado “socialismo real” operaram a desarticulação dos sistemas sociopolíticos vigentes nos Estados que compunham o chamado “campo socialista” – e, também, dos padrões de relacionamento estabelecidos entre tais Estados. A queda do Muro de Berlim, em novembro de 1989, tornou-se o fato mais emblemático dessa derrocada.” (NETTO, 2012, p.14).

demonstrando que não foi uma crise apenas particular da URSS, mas, com bases da crise estrutural do capital no mundo, como nos explica Mészáros (2002, p. 734):

Na situação pós-revolucionária, o sistema soviético, em sua oposição ao capitalismo, pôde por um longo tempo redefinir negativamente a si próprio. Ofereceu um modo de superar a crise do capitalismo ao assegurar o desenvolvimento industrial pela instituição de sua própria forma –pós-capitalista – de extração de trabalho excedente. A exaustão deste apego à reprodução ampliada do capital no interior de uma estrutura pós-capitalista diretamente administrada pelo Estado coincidiu com o desdobramento da crise estrutural do sistema do capital como um todo, trazendo com ele uma dramática implosão da ordem sociometabólica de tipo soviético.

A partir de 1974 já não era possível para o capitalismo ocidental continuar sobrevivendo na crise estrutural mantendo lucro sem mudar completamente a sua configuração e o seu padrão de acumulação. Neste mesmo período, o “mundo” soviético ainda “crescia” e se reproduzia, porém, tendencialmente, com quedas nas suas escalas de “desenvolvimento”, como se estivesse em uma sequência de derrubada de dominós enfileirados, o que explicita a tendência aberta de desmoronamento do sistema soviético que iria fortalecer tanto a origem do neoliberalismo nas décadas de 1970 e 1980 quanto iria ser decisivo para a vitória “final” da nova sociedade neoliberal que foi sacramentada com maior vigor, potência e extensão na década de 1990 com a dissolução completa da URSS.

O capital, por suas contradições internas, teve travado completamente os seus dois mecanismos de reprodução: o modo de produção capitalista com um Estado mais interventor e, *pari passu*, a sociedade “pós-capitalista” do “socialismo real” que não continha a propriedade privada dos meios de produção, contudo, reproduzia as principais leis do capital com um novo rearranjo social em que o Estado conseguisse guiar a produção e a circulação de maneira mais “planejada”, conforme indicou Mészáros.

Mészáros tratou de contrapor a ideia da existência de qualquer forma de transição ao socialismo na Rússia revolucionária, o que, para ele, deixava ainda historicamente inédito o horizonte da construção da sociedade regulada pelos produtores livremente associados. **Razão pela qual cunhou ainda em 1978 a expressão “sociedades pós-capitalistas” para se referir àquelas pós-revolucionárias, ou seja, sociedades que atravessaram um processo revolucionário cuja experiência não havia rendido uma alternativa produtiva mundial sociometabólica de uma sociedade gerida pelos produtores associados, mantendo, por conseguinte, a regência do capital como ordenadora de todo o organismo social produtivo** –removendo, contudo, a pluralidade dos capitais na gestão do trabalho e a substituindo por um estado hipertrofiado que executara a extração do trabalho excedente pela via política. (REZENDE, 2017, p.8. Grifos nossos).

Utilizaremos, nesse ponto, a concepção de Mészáros (2002), que diferencia capital de capitalismo, com aquele precedendo este e podendo se reproduzir em outras sociedades mesmo

que não sejam capitalistas com meios de produção privados. Esta formulação engendrou o seu conceito e a sua terminologia para o “socialismo” da URSS que, em seus termos, foi uma sociedade “pós-capitalista” que manteve os alicerces necessários para reproduzir o capital em novos parâmetros inéditos na história.

Qualquer tentativa de ganhar controle sobre o capital tratando-o como uma “coisa material” ligada a uma “relação simples” com seu proprietário privado –em vez de instituir uma alternativa sustentável ao seu processo dinâmico, “em cujos vários momentos ele nunca deixa de ser capital” –pode apenas resultar em fracasso catastrófico. Nenhum mecanismo jurídico pode, por si só, remover o capital, como comando necessário sobre o trabalho, do processo metabólico sob as circunstâncias que prevaleceram historicamente durante tanto tempo e que inevitavelmente foram herdadas após a revolução. [...] **Isto requer auto-emancipação substantiva do trabalho, ao contrário da ficção jurídica de emancipação tragicamente perseguida sob a dependência do fetichismo herdado do capital –na qualidade de “mecanismo” e entidade material capaz de “acumulação socialista” –sob os sistemas pós-capitalistas de tipo soviético.** (MÉSZÁROS, 2002, p.712. Grifos nossos).

Evidentemente que, no âmbito das teorias hegemônicas, tratou-se de cindir a queda dos dois modelos. Para o socialismo a queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) significava, no terreno da teoria burguesa, o fim do marxismo e do socialismo no geral, a demonstração do seu suposto “fracasso” e a pretensa impossibilidade de superação do capitalismo por uma nova sociabilidade coletiva, justa, livre e solidária. Noutro giro, para a crise capitalista, realizou-se uma assepsia metodológica em que a crise estrutural definiria apenas o fracasso do tipo de capitalismo com maior interferência do Estado, o capitalismo Keynesiano, pós-keynesiano, social-democrata e de outras vertentes, não significando, então, um fracasso do capitalismo *per se*, mas de um dos seus modelos específicos.

Premissas essas que possibilitaram a classe dominante combater em duas frentes: anunciar para a humanidade que a teoria marxiana e a construção do socialismo, seriam impossíveis, e defender a tese de que o capitalismo venceu, mas que teria de instaurar um novo *modus operandi*, pois quase tudo o que envolvia o Estado naquele período travava o desenvolvimento do sistema e gerava a crise em que estavam inseridos³⁸. Com isso, desloca-se a fonte da crise brutal, que foi produto da crise estrutural do capitalismo para uma outra origem: as sucessivas interferências dos Estados na economia e a reunião dos trabalhadores em organizações e sindicatos reivindicando direitos sociais é que causaram a crise e todas as problemáticas envoltas a ela.

³⁸ “Tratava-se, sobretudo, de dar uma resposta alternativa à crise de amplas dimensões que se instalava na Europa, uma resposta que não recaísse na ampliação do controle estatal. Para esses pensadores, a “única saída” seria o neoliberalismo.” (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.65).

A chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as ideias neoliberais passaram a ganhar terreno. As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. (ANDERSON, 1995, p.2).

Neste sentido, inevitavelmente, o peso dos “fracassos” recairia mais sobre os ombros do “socialismo real” do que para o keynesianismo, embora este último também tenha sido um dos adversários elegidos pelos teóricos neoliberais e toda a sua horda nas suas empreitadas.

E isto na medida exata em que a crise do socialismo real – por razões frequentemente ideológicas – tem sido analisada com um franco descolamento da crise da ordem do capital, donde o clichê, falso pela sua unilateralidade, de que esta quadra histórica é singularizada pelo colapso do projeto socialista (NETTO, 2012, p.74).

O colapso do “socialismo real”, um dos fenômenos que oportunizou a radicalização dos setores apologetas do capital, por não sentirem mais a necessidade de sustentar direitos sociais e garantias para a classe trabalhadora no “mundo ocidental” capitalista, pois não havia mais nenhum contraponto geopolítico como norte para encorajar o proletariado dos países capitalistas, foi um processo de derrocada resultante de inúmeros fatores e condições, às quais não poderemos adentrar detalhadamente nesta dissertação por motivos de adequação aos padrões de tempo, espaço e recorte metodológico da academia burguesa, na medida em que precisaríamos erigir outra dissertação paralela para elaborar sobre o tema. Entretanto, o tema abre possibilidades para novos trabalhos e pesquisas com a temática centrada na questão da URSS e suas crises que levaram à debacle o dito “socialismo real”.

Todavia, algumas linhas gerais são importantes para instigar a interpretação sobre algumas ocorrências que foram fundamentais para que o neoliberalismo pudesse avançar e galgar a predominância nos espaços que se tornaram esvaziados pelas derrocadas do “pós-capitalismo” e do keynesianismo social-liberal ou do social-democrata³⁹.

A complexidade do caso soviético implica em análises que ainda estão muito abertas, pois foram acontecimentos recentes do ponto de vista histórico, portanto, mesmo as mais

³⁹ “Em relação ao liberalismo clássico, o neoliberalismo representava muito mais intervenção do Estado. A verdadeira questão era: onde o Estado efetivamente intervia? De fato, não se tratava mais da intervenção na esfera da coordenação da atividade econômica. Para os neoliberais, mesmo a regulação de moldes keynesianos era tão insuportável quanto qualquer forma de Estado socialista.” (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.24).

fecundas investigações ainda carecem de complementações, inclusive porque dados novos acerca dessa temática vêm surgindo no século posterior ao evento, o XXI. Ao nosso ver, os pontos nevrálgicos do processo devem ser expostos na conjugação de pelo menos 3 grandes declínios que engendraram o colapso geral: crises na economia externa e interna, na política interna e externa e na cultura interna e externa.

A decadência desses três compostos sociais; economia, política e cultura, levaram o “socialismo real” soviético para uma circunstância extremamente delicada, um “beco” quase sem saída. Ressalvamos que estamos a falar, em especial, da URSS que era a principal base de sustentação do “socialismo real” na geopolítica internacional e, por isso, a sua defenestração tem altíssimo impacto para o avanço do nosso objeto de estudo: o neoliberalismo.

No entanto, não temos nenhuma concordância com as interpretações “manualescas” que colocam no mesmo pacote todas as experiências “pós-capitalistas” como se fossem unas e indivisíveis, na toada de que todas as construções das novas sociedades no século XX tenham sido tão somente a replicação do modelo soviético, como uma cartilha ou manual de revolução e de “socialismo”. Essas posições teóricas estão extremamente equivocadas, pois cada experiência continha centenas de particularidades próprias, sendo impossível generalizar todos os processos e explicá-los exatamente com a mesma métrica utilizada para investigar a URSS. Um dos exemplos mais evidentes que comprovam a nossa provocação foi e continua sendo a revolução chinesa, que teve características próprias e até mesmo posições políticas e econômicas que às vezes eram completamente antagônicas à posição oficial da direção da URSS, motivando um mal-estar em algumas ocasiões históricas entre as duas experiências.

Ademais, dentro da própria URSS, haviam países que divergiam de posturas da Rússia soviética. Nessa guarida, temos ciência de que as simplificações dos três elementos de declínio que estamos a tratar, também, dizem muito mais respeito à direção da URSS, do que à propriedade e à possibilidade de capturar fielmente as posturas, ações e consequências dos seus países reducionista e conhecidos como “satélites”.

Feitas as devidas observações, vamos direcionar, resumidamente e *en passant*, algumas “pegadas” que servem como chaves para identificar os pontos medulares da “bomba-relógio” soviética (um sociometabolismo com contradições brutais que tendiam a se exacerbar ao longo do tempo).

Na economia, um dos movimentos fulcrais já se inicia no período pós-revolução de 1917, nos anos seguintes à tomada do poder, houve intensas discussões sobre como organizar o mundo do trabalho dentro da insígnia de um processo de transição revolucionário. Lenin (1870-1924), que, até então, era um ferrenho e feroz crítico do modelo Taylor de organização do

trabalho, por ser, segundo ele, a demonstração mais monstruosa da exploração capitalista⁴⁰, passa a defender que o taylorismo seria necessário ao menos nas fases iniciais daquele pretendo “Estado operário”, haja vista que a revolução herdou do velho mundo czarista Russo uma espécie de feudalismo; não haviam forças produtivas avançadas como nos países ocidentais que passaram pela via revolucionária de constituição do capitalismo, e nem mesmo aparentava que a Rússia conseguiria se desenvolver na “via prussiana”, pois sofreu uma derrota retumbante na primeira guerra mundial (1914-1918).

As máquinas que existiam eram atrasadas, os locais de trabalho e as suas formas de expressão eram assemelhados ao sistema feudal, os que produziam a riqueza ainda estavam em grande parte nos campos e o proletariado estava em um início de transição para uma nova morfologia de concentração do trabalho: o operariado. Esta incipiente fração do proletariado nem sequer tinha se desenvolvido em sua plenitude na Rússia, a maioria dos trabalhadores era do campo ou ainda camponeses advindos e remanescentes do sistema feudal. Nesse contexto, podemos ler Lenin se perguntando no pós-revolução, em qual local do país estariam as grandes máquinas para que pudessem ser planificadas e socializadas⁴¹.

Nas circunstâncias descritas, Lenin recuou na sua posição teórica e política no tocante ao modelo Taylor e passou a apoiá-lo enquanto o modelo mais avançado e científico que poderia ser utilizado⁴², pois não havia ainda um modo de organização do trabalho socialista que pudesse ser implementado e eles precisavam se desenvolver para poder melhorar de fato a qualidade de vida do seu povo, ou repartiriam e socializariam apenas a miséria e o atraso em que Rússia estava mergulhada.

O taylorismo, sem que o queiram seus autores e contra a vontade destes, aproxima o tempo em que o proletariado tomará em suas mãos toda a produção social e designará suas próprias comissões, comissões operárias, para distribuir e ordenar

⁴⁰ Como é possível visualizar em seus textos “‘Sistema científico’ para esmagar o operário” de 1913 e “O sistema Taylor é a escravização do homem pela máquina” de 1914. Vislumbremos em uma passagem de cada texto, primeiro, o de 1913 e, depois o de 1914: “Em que consiste este “sistema científico”? Em sugar do operário três vezes mais trabalho no transcurso da mesma jornada de trabalho. Faz-se trabalhar o operário mais forte e hábil; registra-se valendo-se de um relógio especial – em segundos e décimos de segundo – o tempo investido em cada operação, em cada movimento; elaboram-se os procedimentos de trabalho mais econômicos e produtivos; reproduz-se o trabalho do melhor operário em uma cena cinematográfica... [...] ... as mesmas 9 ou 10 horas da jornada de trabalho explora do operário três vezes mais trabalho, dilapidam-se, sem piedade, todas as suas energias, absorve-se com triplicada rapidez cada gota de energia nervosa e muscular do escravo assalariado. Quem morrerá antes? Há muitos esperando nas portas das fábricas!” (LENIN *apud* LAZAGNA, 2020, p.40). No segundo texto: “Porém, a dominação do capital converte, cada vez mais, todos esses meios em instrumentos de opressão sobre o operário. O taylorismo é um destes meios.” (*Ibidem*).

⁴¹ “A dificuldade principal está no terreno econômico: isto é, em introduzir um registro e um controle mais estrito e geral da produção e da distribuição de produtos, em aumentar a produtividade do trabalho e socializar a produção na prática.” (LENIN *apud* ROIO, 2007, p.75).

⁴² “[...] na primavera de 1918, Lenin propõe a implantação do taylorismo nas fábricas russas com o objetivo de acelerar a produção” (LAZAGNA, 2020, p.43).

acertadamente todo o trabalho social. A grande produção, as máquinas, as ferrovias, os telefones, tudo isto oferece inúmeras possibilidades de reduzir quatro vezes o tempo de trabalho dos operários organizados, assegurando-lhes um bem-estar quatro vezes maior do que hoje. E as comissões operárias, com a assistência dos sindicatos operários, saberão aplicar estes princípios de distribuição sensata do trabalho social quando este se vir livre da escravização pelo capital. (LENIN *apud* LAZAGNA, 2020, p.41).

Alguns condenam⁴³ essa nova posição “leniniana” por atrelar ela a uma falta de sofisticação teórica, um rebaixamento das suas próprias posições ou mesmo a sua incompreensão do que seria de fato o modelo Taylor, em especial, porque, naquela quadra histórica, uma fração menor dos bolcheviques mantinham a concepção de que para uma verdadeira transição revolucionária seria basilar e elementar a construção, no compasso da realidade concreta, de um novo e inédito modo de organização do mundo do trabalho com teor socialista, pois, se a hipótese dos marxistas seria negar as estruturas e instituições do capitalismo, uma transição deveria, em tese, iniciar essa negação visando a criar um novo mundo social e, para tanto, precisariam, evidentemente, erigir complexos sociais inéditos, mesmo que balizados pelos limites da concreticidade em que a revolução estivesse envolvida.

Uma das principais críticas do taylorismo e defensora dessa perspectiva de que seria fundamental rechaçar este modelo que foi gerado no capitalismo e fundar um novo marcadamente socialista, foi a reconhecida teórica marxista e revolucionária Alexandra Kollontai (1872-1952), que travou um forte debate e combate à implementação do modelo Taylor em severa divergência com Lenin, e, frise-se a importância da questão, pois essa foi uma das principais discordâncias da autora em relação a Lenin, sendo Kollontai, também uma “leninista”.

No referido embate entre a fração “mais à esquerda” encabeçada por Kollontai⁴⁴ e a nova análise de conjuntura de Lenin, esta última saiu vencedora com o apoio da maior parcela da vanguarda bolchevique. Nesta gama, o modelo Taylor de organização do mundo do trabalho, que estava em alta nos países capitalistas mais avançados, foi transplantado para organizar as relações de trabalho na Rússia.

Alertamos, novamente, para o fato de que não poderemos aprofundar nenhum dos alicerces da crise do “socialismo real”, ou seja, não faremos um balanço universal dos

⁴³ Como vemos em (LINHART, 1983) que defende a tese de que a própria interpretação e compreensão de Lenin acerca do que seria o taylorismo foram equivocadas.

⁴⁴ “De outro lado, estava a Oposição Operária, que tinha como principais nomes Schiliapnikov e Alexandra Kollontai. Criada em 1920, a oposição defendia que a direção de um homem só na fábrica era ‘um produto da concepção individualista da classe burguesa’ (KOLLONTAI, 1980 [1921], p. 8). A gestão das fábricas devia ser coletiva, não ficando apenas nas mãos dos antigos especialistas burgueses. Os trabalhadores participariam da gestão através dos sindicatos, que precisavam ter autonomia em relação ao partido.” (AUGUSTIN, 2013, p.52).

problemas causados pelo taylorismo em todas as décadas do seu funcionamento na URSS⁴⁵, nem sequer pretendemos realizar uma crítica teórica precisa ou moralista sobre as condutas de Lenin para apoiar e implementar esse modo de organização do mundo do trabalho de origem capitalista em uma sociabilidade que buscava a transição para o socialismo, afinal a história é referenciada pelo seu contexto histórico.

A concepção de Lenin acerca da organização e controle do processo de trabalho não pode ser compreendida superficialmente, apartada também dos fundamentos do centralismo democrático e, especialmente, da combinação por ele defendida entre uma participação organizada em instâncias políticas e um maior direcionamento no processo de produção, em que era necessário dar respostas rápidas e efetivas para garantir a produção da vida. **Portanto, consideramos que equacionar mecanicamente as posições do revolucionário russo aos princípios do sistema taylorista, ou limitar-se à ideia de uma adesão simplista de Lenin ao taylorismo, apartando a sua posição da totalidade de suas formulações, apenas reproduz a aparência do problema.** (GUIMARÃES; ROSSLER, 2022, p.10).

Na teoria, Lenin iniciou sendo totalmente contra o taylorismo (depois, passou a defendê-lo parcialmente), o seu “ideal” era suplantá-lo e fundar um novo método de organização do trabalho, porém, em contraponto a isto, a realidade concreta que ele avistou estar inserido, na sua concepção, inviabilizava completamente a sua interpretação sobre o tema, impondo uma nova formulação que tivesse por objetivo adequar o modelo Taylor nos parâmetros possíveis para diminuir a sua desumanização, caso contrário, não poderiam adotar modelo algum, e o demasiado estado de putrefação deixado pela herança do czarismo e dos governos provisórios que mantiveram as suas bases essenciais, jamais poderia ser superado para modernizar tanto as relações de produção quanto as forças produtivas do país, possibilitando futuramente as condições objetivas necessárias para avançar rumo ao socialismo.

O que visualizamos, então, não foi uma falta de refinamento teórico ou queda de nível intelectual de Lenin, mas, sim, uma postura dialética em reconhecer que a história é feita de avanços e regressos e, muitas vezes, de avanços e regressos ao mesmo tempo, essa foi a concepção factual de Lenin, como no ditado popular: *um passo atrás para poder dar dois à frente mais tarde*. Algo semelhante pode ser vislumbrado em toda a discussão de implementação ou não da Nova Política Econômica (NEP) em 1921⁴⁶, defendida por Lenin, uma espécie de recuo na instauração e manutenção de zonas capitalistas convivendo com o processo de transição para que pudesse ser possível, na sua visão, planificar completamente a economia

⁴⁵ Ressaltamos que o taylorismo à moda Soviética ganhou características próprias e particularidades que não estavam presentes no taylorismo original capitalista, contudo, esses meandros são laterais para as problemáticas envoltas ao nosso objeto de pesquisa.

⁴⁶ Política econômica com a qual nós temos severos desacordos, mas, que não farão parte da nossa exposição.

depois de um salto necessário que a Nova Política Econômica (NEP) supostamente trataria de fomentar.

Acentuar o contexto histórico, social, econômico, cultural, impede-nos de “derrapar” nas avaliações anacrônicas acerca dos acontecimentos, todavia, não é um “cheque em branco” para camuflar erros históricos, ocorre o inverso, permite-nos poder realizar um balanço dos resultados positivos e negativos da experiência, sem moralismos ou individualismo metodológico, tendo posse de quais foram as circunstâncias sociais em que determinados indivíduos agiram ou se omitiram, dentro dos condicionamentos e tensões com a sua coletividade. O papel do indivíduo na história deve ser vinculado aos termos postos pelo seu tempo histórico e pela sociabilidade.

Ao realizar a “análise concreta da situação concreta”, Vladimir Lenin interpretou que o taylorismo não era o ideal e tinha conhecimento da exploração que ele causava, contudo, era o modelo de produtividade mais avançado do mundo naquele período temporal, e para conseguir fazer o salto econômico na Rússia, caminhando nos delineamentos do que Marx preconizava como um dos fatores mais cruciais para uma revolução ser bem-sucedida: ela deveria ocorrer em países com forças produtivas muito avançadas, para que pudessem ser socializadas, conseguindo produzir ainda tanto quanto o capitalismo, aproveitando as suas tecnologias, técnicas e produções para conseguir ampliar o padrão de vida aceitável visando a levá-lo ao alcance de toda a população, fazendo surgir uma nova sociabilidade que, apoiada na “pós-escassez”⁴⁷, pudesse aproveitar do desenvolvimento deixado pelo capitalismo. Conforme apontaram Marx e Engels (2007, p.43)⁴⁸, uma revolução necessita que essas condições “objetivas” estejam maduras para que o processo de transição pudesse ser eficiente e se efetivar, caso contrário, aconteceria o que já mencionamos, a “distribuição da pobreza e da miséria” da sociedade para todos os trabalhadores, pois não haveria nada o que dividir.

⁴⁷ “[...] uma sociedade de “pós-escassez” não significa acreditar na infinitude do mundo da natureza, como argumentam, em crítica ao marxismo, os liberais vulgares. Nas teorias marxistas mais relevantes, ninguém aposta na infinitude da natureza, mas, sim, que a sociabilidade nos termos contemporâneos da relação de intercâmbio entre o homem e a natureza, por intermédio do trabalho, já consegue produzir a quantidade de produtos necessária para suprir todas as demandas objetivas e subjetivas da humanidade, ou seja, o “nó górdio” da afirmação de “pós-escassez” significa aduzir que o problema da economia ou da sociedade não é mais o da “escassez”, pois, os próprios dados estatísticos da produtividade já demonstram que produzimos tudo em demasia, para muito mais do que a quantidade de pessoas que temos no mundo.” (CRUZ, 2022b).

⁴⁸ “[...] os elementos materiais de uma subversão total, que são sobretudo, de um lado, as forças produtivas existentes e, de outro, a formação de uma massa revolucionária que revolucione não apenas as condições particulares da sociedade até então existente, como também a própria “produção da vida” que ainda vigora – a “atividade total” na qual a sociedade se baseia –, se tais elementos não existem, então é bastante indiferente, para o desenvolvimento prático, se a ideia dessa subversão já foi proclamada uma centena de vezes – como o demonstra a história do comunismo.”.

Perseguindo essa toada, aparentemente, o taylorismo seria o único meio já em existência na prática social capaz de executar essa estrondosa transformação econômica, a opção oposta seria arriscar construir um modelo completamente novo mesmo correndo o risco de estagnar a revolução em todos os seus âmbitos pela falta da “revolução” nas forças produtivas, o que incluía a forma de trabalho, que teria que se capacitar para tornar o novo modo efetivo.

A tese “leniniana” prevaleceu e foi implementado o modelo Taylor de organização de trabalho na Rússia, colocando os trabalhadores em uma estrutura extremamente desumanizadora, com forte hierarquia e disciplina dentro das fábricas que estavam sendo fundadas, um paradigma de produtividade exaustivo, uma produção massiva e extensiva que retirava o “espírito” dos proletários através da aplicação de ações monótonas e repetitivas agravando o processo de “alienação” (exteriorização de si) e extremando o arquétipo do sujeito enquanto mero apêndice das máquinas, restringindo a sua individualidade e a sua potencialidade criativa, elegendo uma equipe de “técnicos” e “burocratas” para realizar um plano de produção que deveria ser seguido à risca sem desvios por parte dos trabalhadores, sendo esses “técnicos” os ascendentes na cadeia hierárquica das fábricas, impedindo que as decisões fossem emanadas do proletariado.

Destacavam, também, os trabalhadores que conseguiam a extrema produtividade dentro das fábricas e os colocavam como “modelos” de padrão que todos os outros operários deveriam seguir e copiar, para que, assim, conseguissem ser uma “máquina” com poder de excelência na questão quantitativa do processo. A identidade e a potência criadora eram esmagadas dentro do taylorismo soviético, a quantidade de mercadorias e forças produtivas importava mais do que a qualidade.

Para legitimar a implementação de tal processo na Rússia que se norteava sob pressupostos de uma transição revolucionária, Lenin formulou uma adequação a essa contradição entre atraso e avanço, da seguinte forma: o modelo defendido seria o único habilitado comprovadamente para efetuar um *boom* econômico no cenário russo e, diante disso, se cumpriria futuramente um dos requisitos básicos para a realização do socialismo; a produção massiva que tenha condições de estabilizar a vida econômica de toda a população e, *pari passu*, somando a isso outro aspecto; Vladimir estava convencido de que, com o modelo Taylor, eles conseguiriam produzir em larga escala e com uma velocidade exacerbada, o que possibilitaria a diminuição das horas trabalhadas e, nesse sentido, concomitantemente ao aceleração do crescimento do país estaria a oportunidade de produzir o suficiente e ainda dar mais tempo útil fora das fábricas para os trabalhadores, o que resultaria, supostamente, na ampla oportunização dos trabalhadores gastarem mais tempo na construção do poder político do que dentro das

fábricas e, por consequência, haveria o aprofundamento da *democracia socialista* levando o poder político para as mãos dos trabalhadores, finalizando as mediações entre o proletariado e o Estado: “a obra de se conseguir que toda a população aprenda a arte de governar e comece a governar” (LENIN apud ROIO, 2007, p.76).

Em resumo, Lenin aposta que a simplificação da execução das tarefas no processo de produção imediata através da aplicação do taylorismo resultaria numa diminuição da jornada de trabalho. Os operários poderiam, pois, participar da vida política através da gestão estatal, o que lhes garantiria a supervisão e o controle da expansão do taylorismo para toda a sociedade. Já desvencilhado dos seus traços capitalistas (pois controlado pelo proletariado), esse sistema impulsionaria o desenvolvimento das forças produtivas, abrindo o caminho para o exercício da democracia socialista pelas massas. (LAZAGNA, 2020, p.43-44).

Nessa quadra, com a formação e a edificação de uma “forma-política” que garantisse a *ditadura do proletariado* (democracia substantiva para a maioria da população, com atos despóticos apenas se houver resistência ou tentativa de golpe por parte da burguesia antes da sua expropriação completa e, mesmo estes atos, teriam de passar pelo crivo da população), a sociedade dos conselhos alicerçada nos “soviets” (organização política que conseguiu erguer, mesmo com todos os percalços, a democracia mais substantiva da história humana em espaços separados no tempo entre 1917 a 1924), seria possível, perante essas condições, retomar o avanço das questões econômicas no geral e da organização do mundo do trabalho em específico, pois os trabalhadores e os seus conselhos de representação estariam de posse do poder político, reunindo plenas condições de reverter um processo de crescimento ao estilo capitalista para um de corte “socialista”: o crescimento dentro e com os parâmetros da própria transição.

A dupla função da adoção do taylorismo teria como produto o crescimento econômico imprescindível para que a transição pudesse ocorrer e se reproduzir e, concomitantemente, as condições para o domínio da nova “forma-política” pelo proletariado que dotado de grande consciência política e social, após ter mais tempo livre para tratar dessas questões, conseguiria aproveitar as novas forças produtivas mais avançadas e a partir daí aspirar uma inédita organização do mundo do trabalho de inspiração socialista, e não tão somente recorrer às fórmulas do velho mundo capitalista.

O crescimento econômico começou realmente a ocorrer, e, por que não afirmar, também, que houve o desenvolvimento, significando um salto qualitativo ainda maior do que o mero crescimento? A problemática da ordem do dia estava sendo solucionada em decorrência da eficiência do taylorismo no ramo da produção em massa, nesse aspecto, a prática social demonstrou, em partes, certa concordância com a tática de Lenin, porém, o Estado “burocrático” não estava se dissolvendo nas mãos dos trabalhadores e os conselhos e sindicatos

passavam a ser conjuntos de tensão e pressão ao Estado, em alguma medida, aos moldes da clássica “sociedade civil” burguesa, onde as estruturas de contra-hegemonia alçam as pautas do proletariado contra o Estado Burguês e as suas instituições, por intermédio da luta coletiva.

Frisamos que Lenin, em seus textos políticos da época, foi a favor de garantir a autonomia relativa dessas entidades do proletariado para que o “Estado Operário” pudesse também ser moldado conforme as demandas e os tensionamentos dos trabalhadores que estavam fora dele. Inclusive, em severa polêmica com Leon Trotsky (1879-1940), pois este estava se posicionando no sentido inverso, trazendo à baila, por exemplo, teses como a da necessidade de uma maior aproximação dos sindicatos dos trabalhadores em relação ao “Estado Operário”, uma certa absorção maior dessas entidades para que pudessem ser militarizadas e hierarquizadas com uma firmeza mais latente, visando a uma militarização maior da vida social, em especial, no que concernia aos agrupamentos coletivos de representação do proletariado⁴⁹.

Entretanto, as teses e as movimentações políticas de Lenin não foram suficientes para atingir o que ele teleologicamente havia previsto: um crescimento e desenvolvimento econômico acelerado em conjunto com a ampliação da democracia substantiva e o controle do “Estado Operário”, *ora*, pelos próprios operários. As forças produtivas se desenvolviam, as mercadorias aumentavam, mas, *pari passu*, crescia a clivagem entre a classe trabalhadora e o poder político que, na altura de 1922, se expandia por causa fundação da URSS que uniu e entrelaçou neste ano os seguintes países: Bielorrússia, Rússia, Transcaucásia, Ucrânia. Expansão que iria se amplificar consideravelmente nas décadas seguintes.

A formulação “leniniana” que atrelou o aumento da produtividade com um pretenso maior tempo livre para construir o novo poder político, não teve as suas variáveis intercruzadas. Em verdade, o decorrer do processo gerou uma ampliação do controle social e da subjugação tanto da economia (com a figura do Estado “racionalizado” conduzindo as fábricas e a produção no campo) quanto do “povo” (afastamento dos trabalhadores dos organismos de poder, burocratização do “Estado Operário”, com os membros que iam integrando o partido ficando nas posições de comando, uma espécie de fusão entre o partido que continha a vanguarda bolchevique e o Estado que se perpetrou em decorrência e após o “comunismo de guerra”, processo extremado ao limite do pós 1924 em diante, com a liderança definitiva de Josef Stalin sobre a URSS iniciada no segundo semestre de 1924, época em que Lenin não estava mais no

⁴⁹ Segue discurso de Trotsky datado de março de 1920: “A militarização do trabalho é impensável sem a militarização dos próprios sindicatos, sem o estabelecimento de um regime em que cada operário se sinta um soldado do trabalho que não pode dispor de si mesmo livremente; quando recebe uma ordem para transladar-se, tem que cumpri-la: se não o fizer será um desertor que deve ser castigado. Quem deve ocupar-se disso? O sindicato. Ele cria o novo regime. Isto é a militarização da classe operária.” (TROTSKY apud Rodrigues, 2009, p.33).

mundo terreno, pois se fora em janeiro deste mesmo ano. Destaque-se que antes de ser alçado ao poder supremo, Stalin já estava como secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) desde 1922 e presenciou e atuou em todo o debate sobre o modo de organização do mundo do trabalho na Rússia e, depois, na URSS).

Provavelmente, um elemento deverasmente fundamental estava passando ao largo de toda a discussão feita por Lenin e a maioria da vanguarda bolchevique, ganhando realces secundários e apenas tendo reconhecida a devida importância pela teórica e revolucionária Kollontai e os seus adeptos.

O referido elemento, é nada mais, nada menos, do que uma das principais formulações teóricas marxianas: a compreensão de que o trabalho é a categoria fundante do *ser social*⁵⁰, de tal significância que foi capaz de retirar a humanidade de um estágio de submissão ao mundo da natureza e realizar um salto ontológico devastador, erguendo a nossa espécie ao patamar de possuir um controle relativo sobre a natureza (poder alterá-la em favor das nossas necessidades, seja em termos positivos ou negativos. Basta lembrarmos como estamos degradando o meio ambiente completamente para aumentar a produção e a taxa de lucro da burguesia desavergonhada com as questões ambientais), nas famosas “relações de produção”, que, por resumo, são as condições materiais em que os *seres* humanos se reúnem para produzir as condições materiais e espirituais da sua própria existência e reprodução.

Contemporaneamente, reunimo-nos na trágica e drástica divisão social do trabalho nevrálgicamente personificada pelas figuras da burguesia e do proletariado, o que não quer dizer, de maneira alguma, que só existam essas duas classes no sistema capitalista, mas, sim, que ambas são as “principais”: uma por conter todo o poder econômico, político, cultural, religioso etc., e a outra por ser a maioria e, também, produzir a maior parcela das mercadorias que circulam no mundo, portando a condição de ser a geradora de mais-valor, carregando o crescimento da sociedade nas suas costas.

O detalhe imperioso a ser destacado é que o trabalho não só foi a categoria da realidade capaz de fundar o *ser social*, mas, também, continua sendo de importância voraz para a reprodução da humanidade por milênios, contribuindo com os processos de progresso e regresso das organizações sociais que foram construídas e superadas ao longo da nossa história.

⁵⁰ Segundo Lukács (2018, p.9-10): “Apenas o trabalho tem sua essência ontológica em um pronunciado caráter de transição: sua essência é uma inter-relação entre ser humano (sociedade) e natureza, e tanto a inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) quanto a orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da série a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no ser humano que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social.”

Portanto, relembremos que, para Marx e Engels, o trabalho, além de ter toda essa densidade mais abstrata, ganha, também, uma complexidade, mesmo nas suas especificidades históricas materiais, ou seja, o trabalho não só serve para gerar crescimento e desenvolvimento econômico como a Rússia revolucionária necessitava, ele também molda e conforma a subjetividade dos indivíduos e da própria classe, modula o nosso caráter, os nossos princípios, as nossas crenças, a nossa visão de mundo, se seremos mais individualistas ou mais coletivistas, se teremos uma arcada biopsicossocial⁵¹ de autonomia e potência ou de submissão e aceitação, se pensaremos no próximo com um bom *quantum* de empatia ou se teremos uma conduta prática norteada pelo reconhecido ditado popular “farinha pouca, o meu pirão primeiro”.

Por suposto, centenas ou milhares de outros aspectos vão condicionando o *ser*, seja para reproduzir e ampliar a formação constituída pelos modos de trabalho ou até mesmo para negá-las. À vista disso, não estamos operando aqui um reducionismo brutal em que o trabalho é “central” (ele é fundante, não “central”, pois, ele já ocupou várias vezes na história os papéis laterais, de menos relevo, submerso pela política, cultura etc.), não, definitivamente não, o que expomos é que o trabalho é aquele vínculo estrutural universalizado na sociedade que está no cerne do indivíduo e do *ser social* e, sendo assim, emoldura as nossas características e com certa medida de influência, inclusive, configurando o núcleo familiar (diferentemente do que muitos pensam, não é só a religião que configura este núcleo, a questão econômica concorre diretamente na sua composição) e destinando até mesmo condicionamentos impostos a nós desde que nascemos, por exemplo, nos primórdios do capitalismo, após os 12 anos já se considerava que a pessoa era adulta, trabalhava e vivia como um adulto, afora a sua dependência do lar para viver, quando a produção quantitativa não era mais suficiente para o capital, este passou a visar a instituir uma produção qualitativa, então, criou a categoria da “adolescência”⁵² que não existia e que aparenta para as pessoas, atualmente, ser “a-histórica” por estar entranhada, em nosso cotidiano contemporâneo, dentro das limitações do “realismo ingênuo”.

Depois de constituir a fase da “adolescência”, o sistema capitalista produziu as escolas para os ensinos complementares durante essa idade, dos 12 até os 16/18, abdicando, desta forma, de uma grande parcela de mão de obra barata e produtiva das crianças e adolescentes, buscando produzir com mais “qualidade” ao começar a inserir os jovens no mercado de trabalho

⁵¹ Terminologia um tanto quanto antiquada se partirmos do prisma da totalidade, pois, o *ser* tem composto em seu *corpo*, todas essas influências que estão em um mesmo complexo integrado. Juntar na grafia essas etapas biológico-psicológico-social, aparentemente remonta a uma ideia incorreta de intersecção, como se fossem elementos que não estão atrelados na mesma totalidade, mas se inter cruzariam enquanto fenômenos que vivem separadamente.

⁵² Quanto a essa temática, indicamos consultar o livro “Adolescência e errância – destinos do laço social no contemporâneo” da professora Luciana Gageiro Coutinho.

com uma “qualificação” educacional mais sólida. A convivência dos adolescentes saiu um pouco das fábricas para os ambientes escolares, com uma finalidade em fundar um *Homo economicus* mais preparado para exercer a sua função de *Homo faber*. Isso explica muito a forma como o trabalho e as relações de produção derivadas, que lhe personificam em cada sociedade, interferem e condicionam a vida dos indivíduos do seu nascimento até a sua morte.

Ficaremos apenas neste exemplo da categoria da “adolescência”, por não ser o nosso mote de pesquisa e, como sempre, nos meandros escorregadios dos padrões burgueses de produção de conhecimento, qualquer desvio do objeto específico de pesquisa, recortadíssimo e fragmentado, pode levar à problemáticas formais para conseguir erigir uma dissertação, mesmo que o resvala com a categoria da totalidade seja mínimo, conforme explicitamos detalhadamente e com maior rigor em nossa obra “Uma crítica marxista à Sociologia”.

Considerando, também, o papel dos outros complexos sociais (a política, a cultura *lato sensu*, as religiões, o direito e a “ideologia jurídica”, os costumes e as tradições de todas as ordens etc.) na formação do sujeito, fica evidenciado a umbilical interligação entre o modo de trabalho e a constituição do *ser* e do seu *circuito dos afetos* (no qual ele está socialmente inserido).

Nessa quadra, não poderíamos esperar grandes avanços na formação de um “novo homem” (novo *ser* humano) quando os trabalhadores foram incorporados no degradante modelo Taylor de organização do mundo do trabalho, que, “ao fim e ao cabo”, tinha sido um dos principais mecanismos de achatamento espiritual da classe trabalhadora; o trabalho vivo aparentava ser como o trabalho morto, esvaziado de conteúdo e monótono como uma máquina, apesar de ainda ser o que gerava o novo valor enquanto o trabalho morto perdia, não agregava nada a mais do que si mesmo, decaindo em valor na deterioração pelo tempo e pelos problemas técnicos, necessitando do trabalho vivo para ser gerada, utilizada e consertada.

A feroz desumanização dos trabalhadores que foi inserida no ramo industrial sem um estágio capitalista intermediário entre o feudalismo czarista e a revolução bolchevique de 1917, tornou-se uma situação desastrosa do ponto de vista do desenvolvimento material e espiritual, político, e, especialmente, na elevação da consciência social dos operários e, também, dos trabalhadores rurais e camponeses.

O indivíduo que é forjado, no seu trabalho, para ser submisso, subjugado, hierarquizado, disciplinado, controlado, e sem possibilidades abertas para reflexões próprias que pudessem sequer fazer avançar as premissas da sua produção e nem mesmo contestar ou fazer evoluir o modo de organização do mundo do trabalho que lhe fora imposto, desaguaria em uma espécie de replicação da “alienação”.

Edificou-se, nos primeiros grandes passos econômicos e políticos da Rússia revolucionária, o que denominaremos de *sistema de resignação dos afetos*. O enclausuramento dentro do ambiente de trabalho limitou demasiadamente as potencialidades humanas (como ocorria nas sociedades capitalistas de maneira mais ampliada e extremada, utilizando o mesmo taylorismo), inclusive, engendrando nas décadas posteriores o reducionismo da arte no geral, sendo esta umas das grandes formas de expressão humana que, mesmo contendo uma autonomia relativa como aduz Lukács na sua *Estética*⁵³, conseguiu ser engessada pelo *sistema de resignação dos afetos*, o que poderia nos render um ótimo debate posterior, em outra oportunidade, sobre o rebaixamento da arte soviética, enquadrando-a no signo da revolução, ou seja, a finalidade da arte só poderia ser revolucionária para que ela tivesse um verdadeiro “valor” objetivo.

Essa demarcação limítrofe fez da maior parte da arte soviética um instrumento, uma ferramenta para os interesses do “Estado Operário”, por mais que, ainda assim, tenhamos visto surgir grandiosos artistas que defendiam essas teses esdrúxulas, porém, concomitantemente, foram fantásticos na arte que fizeram, apenas um exemplo: Bertold Brecht (1898-1956), um gigante da Literatura, da Dramaturgia e do Teatro, que “desprezava” o Teatro de Shakespeare (1564-1616) por não ter uma origem e uma finalidade revolucionária. Passou despercebido das suas vistas que autores clássicos como Shakespeare produziram uma arte “bela”, em forma e conteúdo, expressando, inclusive, mesmo sem o autor teleologicamente induzir, questões que demonstravam a opressão e as mazelas da sociedade com os seus sujeitos e, para isso, nem Shakespeare, Dante (1265-1321), Goethe (1749-1832), Balzac (1799-1850) e milhares de outros, precisaram produzir com uma teleologia revolucionária, eles conseguiram erigir isso sem ser o objetivo fulcral. Está aí o grande “barato” da autonomia relativa do complexo estético em comparação aos outros, até mesmo em relação à teoria social e à filosofia.

Sendo possível um aristocrata, reacionário, politicamente regressivo, como Honoré de Balzac, construir o mais elevado do nosso realismo, fundando tanto o realismo moderno quanto o realismo mágico e fantástico (já no seu primeiro título “A pele de Onagro”), ao ponto de conseguir expressar toda a “degeneração” da aristocracia pela qual ele era fascinado pessoalmente e, também, a decadência geral da burguesia, demonstrando até mesmo, por intermédio de dados econômicos, a situação fatídica dos indivíduos não “bem nascidos”. Não

⁵³ “A arte e a ciência desenvolvem diante das necessidades históricas e sociais sua especificidade e função social na reprodução da humanidade, adquirem sua autonomia relativa ante o complexo fundante do trabalho e da totalidade social.” (LUKÁCS, 2018, p.11).

foi por acaso ou mera citação protocolar que Engels afirmou em uma carta que aprendeu mais lendo o “velho” Honoré de Balzac do que estudando economistas, historiadores etc.⁵⁴

O *ser* enquadrado com régua e compasso, domesticado e submisso, nas fábricas e demais locais de labor, desenvolveu o sentimento de insuficiência e incompletude, mantendo as mediações e a “alienação” no mundo do trabalho, com um *sistema de resignação dos afetos* a pleno vapor.

Os subjugados nas relações de produção ficaram fortemente condicionados a manter a postura passiva, também, na seara política, replicando a fantasmagórica necessidade de grandes mediações que mais os afastavam do que os aproximavam de ter o poder econômico e político nas suas próprias mãos, a vanguarda começava a ter a liberdade e a anuência dos trabalhadores para conseguir ampliar a sua autonomia e manter a burocracia instituída pela necessidade de garantir a permanência da vitória da revolução, pois ela estava sob um ataque constante do “exército branco” czarista e reacionário e com a intervenção de tantos países estrangeiros em seu solo para sabotar e enalacar a revolução que é possível até utilizar mais do que duas mãos para contá-los.

A própria Rússia foi penalizada com quase três anos de guerra civil e intervenção armada do imperialismo. Assim a prioridade foi novamente alterada para a defesa do poder revolucionário a todo custo, criando novas formas de hierarquia e burocracia, que distorceram profundamente a democracia dos soviets e colocou em cheque a aliança operário-camponesa. (ROIO, 2007, p.77-78).

O “nó górdio” é que, para manter uma transição, seria preciso, após as ameaças dos inimigos da classe trabalhadora em geral, retomar a construção da “forma-política” que foi iniciada no pós revolução com o poder diluído nos *soviets* (conselhos com representação direta dos trabalhadores e mecanismos de controle por parte da população). O curto período que a Rússia Revolucionária esteve construindo esse poder político inédito na modernidade (a sua expressão rudimentar foi apenas vista na Comuna de Paris, que durou pouquíssimo tempo), foi interrompido pelas duras batalhas internas e externas que, provavelmente, só poderiam ser vencidas com uma militarização do povo, a ampliação do exército vermelho e a concentração das decisões na vanguarda para uma maior disciplina militar e uma eficiência ao estilo de guerra (“comunismo de guerra”).

⁵⁴ “[...] em torno desse quadro central, ele agrupa toda a história da sociedade francesa e na qual aprendi mais mesmo, no que diz respeito aos detalhes econômicos do que em todos os livros dos historiadores, economistas, estatísticos profissionais da época, tomados em conjunto. [...] Que Balzac tenha sido forçado a ir de encontro às suas próprias simpatias de classe e de seus preconceitos políticos, que tenha visto a inevitável queda seus queridos aristocratas e que os tenha descrito como não merecendo melhor sorte; que tenha visto os verdadeiros homens do futuro somente onde poderiam ser encontrados naquela época, eu o considero como um dos maiores triunfos do realismo e uma das maiores particularidades do velho Balzac.” (ENGELS, 1888).

Ao não conseguir desfazer por completo essa estrutura e aparato de guerra, a tendência foi o “Estado Operário” se ampliar e burocratizar cada vez mais, especialmente, no período da sua consolidação, 1924-1927, com a liderança de Stalin sobre a URSS. Após esse período, a experiência do “socialismo real” nunca mais conseguiu estabelecer os parâmetros da “forma-política” que, ao nosso ver, expressou a maior democracia da história da modernidade, que foi o “poder popular” que variou entre existir e não existir, no período de 1917 a 1924, por causa das graves e dramáticas turbulências experienciadas nesses anos.

Temos conhecimento de que os conselhos proletários, na época alcunhados de “conselhos operários”, continuaram a existir por décadas, inclusive, em 1936, foi criado o “Soviete Supremo da União Soviética”, contudo, essas instituições não recuperaram o conteúdo dos *soviets* originais da Era revolucionária, apenas mantiveram a sua formalidade e nomenclatura. As decisões fundamentais e o poder não vinham mais de baixo para cima, mas, de cima para baixo.

Os conselhos foram saturados e engessados, perdendo a essencialidade de conter a força, a expressão e a potencialidade de entregar os rumos políticos e econômicos do país diretamente para os trabalhadores. A substancialidade da *democracia socialista*, vista nos primeiros anos da transição aberta, jamais voltou a se repetir, a formalidade e as mediações tomaram completamente o terreno e o que visava a ser uma *ditadura do proletariado* (democracia substantiva) tornou-se um domínio sobre o proletariado.

Embora, registre-se, não houve nada parecido com o que foi visto nos países capitalistas, em especial, os que utilizaram a “via prussiana” de desenvolvimento do Estado para se inserirem na arena do capitalismo internacional em uma posição mais forte e avançada: Áustria e Itália fascistas e Alemanha nazista. Portanto, a tão propagada categoria do “Totalitarismo” que encaixota fenômenos diversos e até contrários e excludentes em conteúdo como se fossem semelhantes, e que foi difundida por Hannah Arendt (1906-1975), não encontra foro e nem ganha nenhum milímetro de terreno no solo das nossas análises marxistas.

Ressaltamos que o *sistema de resignação dos afetos*, conceito que apreendemos ao estudar e formular acerca dos problemas da URSS, não deve ser interpretado como sinônimo de castração ou exclusão dos afetos, em verdade, é o inverso, no *sistema de resignação dos afetos* da Rússia Soviética, estruturada pelo taylorismo, houve uma grande potência e latência dos afetos dos trabalhadores, seja na confiança de que o “Estado Operário” estava “racionalizado” e rumando para uma nova sociedade, o que fazia eles se esforçarem cada vez mais nos seus afazeres e trabalhos (a sua parte, já que a mediação e a distância deles para a máquina estatal aumentava cada vez mais), seja na esperança de que toda a história humana

mudaria a partir daquele salto societal que eles estavam preparando, seja na forte crença nas ideias revolucionárias postas pelos bolcheviques, seja na convicção de que poderiam vencer tanto o governo provisório quanto os adeptos do czarismo e o próprio czar, uma convicção nutrida por grandes atores políticos da época.

Sem uma convicção poderosíssima, os revolucionários russos não conseguiriam uma vitória difícilima e improvável do ponto de vista objetivo, a contar pelas invasões no pós-revolução. Ademais, nenhum povo conseguiria vencer a batalha de “Stalingrado” (travada no período de 17 de julho de 1942 a 2 de fevereiro de 1943), nas condições que estavam, se não tivessem afetos extrapolando as condições materiais, e uma convicção impenetrável de que a própria vida deveria servir à coletividade. Lutaram até a morte, sem medo ou remorsos, para salvar não só o seu povo e/ou a URSS no geral, mas, para esmagar o nazismo e livrar todo o mundo de uma catástrofe anunciada, a maior da história humana, protagonizada pelos nazistas em união com os fascistas. Essa batalha foi a “divisora de águas” na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o momento que marcou a principal virada dos “aliados” contra o “eixo”. Certamente, uma das vitórias mais importantes da humanidade contra a barbárie.

Portanto, não há de se negar a importância e a consumação de certos afetos na população da Rússia soviética em ocasiões fundamentais para a nossa história. O *sistema de resignação dos afetos* representa, em verdade, uma modulação, um enquadramento dos afetos, limitando os seus ambientes de formação e expressão, retirando dos sujeitos a autonomia dos seus afetos nas suas principais vertentes: individualmente como *ser em-si* e coletivamente por sua classe, podando a busca pela inalcançável, mas, perseguível plenitude e afloramento dos sentimentos sem as mediações de estruturas remanescentes da sociedade burguesa que engendram “alienações”, também impossibilitando que as manifestações de tomada de consciência e as exteriorizações das feições genuinamente substantivas pudessem erigir e explodir em um belo e sublime espetáculo do “novo *ser humano*” em transição, dotado diretamente dos poderes sobre o mundo social e o mundo da natureza.

Posta em marcha essa estrutura na Rússia Revolucionária: modelo Taylor de organização do mundo do trabalho, *forma-política* assemelhada a um Estado Moderno Burocrático (apenas sem a influência de uma burguesia concreta, um Estado Burguês sem burguesia. Como explica Amadeo Bordiga em seu artigo sobre a “doutrina do corpo possuído pelo demônio”)⁵⁵, enquadramento da cultura em uma caixa “socialista” e engessamento da potencialidade estética humana.

⁵⁵ Disponível em: <https://proelium.medium.com/doutrina-do-corpo-possu%C3%ADdo-pelo-dem%C3%B4nio%C2%B9-9f856b0c84fb#1dd5> Acesso em: 22 abril. 2023.

Abriram-se todos os “portões” e tendências para a construção de uma sociabilidade que não conseguiria resistir por muito tempo, sem capacidade para superar os grandes entraves que vieram a surgir no mundo, não só para a Rússia Soviética, mas, inclusive, para os países capitalistas ancorados no pós-keynesianismo ou na social-democracia.

A engrenagem social soviética ficou completamente impotente diante da crise estrutural do capitalismo⁵⁶, a partir da década de 70 do século XX, que atingiu, também, de sobremodo, os países da URSS, demonstrando que qualquer sistema econômico é internacional e, que, em um mundo onde predominam as leis tendenciais do capital, até mesmo nos países ditos ‘socialistas’, uma grande crise do sociometabolismo do capital se espalha em escala global, afinal, a economia segue interligada, por isso, à tese do internacionalismo de Marx e Engels contrasta com a tese adotada pela Rússia Soviética de “socialismo em um só país” (sem esquecermos de pontuar o contexto histórico que, provavelmente, tenha contribuído bastante para bloquear a expansão das revoluções, como foi o caso da derrota da Revolução Alemã, sendo a vitória desta tão esperada e aguardada por Lenin como um “farol” para guiar a vitória do socialismo no mundo).

Retornaremos à minuciosidade da história para conseguirmos extrair um pequeno plasma das condições econômicas e políticas externas à URSS e, também, dos embates travados em face do mundo ocidental capitalista (por completude). Dessa forma, ficarão mais explícitas as condições gerais que envergaram uma barreira intransponível para a continuação das grandes sociabilidades pós-capitalistas (apesar de ainda restarem no século XXI alguns resquícios das transições “malsucedidas” inauguradas no século XX, como são os casos de Cuba, Coreia do Norte, Vietnam etc.), no contexto da grande crise mundial da segunda metade do século XX.

A crise estrutural do capitalismo, na década de 1970, derivou na derrocada dos modelos tayloristas e fordistas do mundo do trabalho. Nesse cenário internacional de declínio do sistema capitalista se localizou a decadência do modelo fordista de produção que era fundamentalmente erigido por relações trabalhistas formais dentro de um quadro fabril de organização do trabalho. O “pós-fordismo” inaugurou um novo padrão de transferência do trabalho do setor industrial para o setor de serviços, com o setor terciário ganhando maior espaço na dinâmica do mercado a partir do fenômeno da globalização:

A globalização do processo de acumulação de capital vai tornar a adoção das novas tecnologias e dos variados modelos de gestão condição necessária para o acesso a mercados que se tornam cada vez mais mutantes. [...] Os mercados de trabalho dos

⁵⁶ Como explica com eficiência Rezende (2017, p.34): “A derrocada do sistema soviético veio acompanhada da crise estrutural do capital que se iniciou nos anos 1970, revelando a sua subordinação à ordem sociometabólica do capital, a sua mera organização da regência do capital dentro de uma ordem de um capital coletivo/não-social.”.

países centrais vêm sendo profundamente atingidos por este conjunto de mudanças. Observa-se uma drástica redução no número de empregados na indústria e o aumento do número de empregados nas atividades do terciário. Isto se dá tanto pelo desenvolvimento de novos serviços de produção demandados pelos novos padrões de desenvolvimento industrial, como pela transferência de parte dos serviços, que antes eram realizados internamente, para empresas especializadas de setor serviços (terceirização). (BORGES, Ângela; DRUCK, Maria da Graça. 1993, p.10).

Para compreender o cenário da globalização é preciso fazer uma digressão ao século XX e às suas diversas rupturas e transformações no âmbito da geopolítica. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, o mundo ficou dividido e polarizado entre duas grandes potências, os EUA e a URSS. A primeira saiu muito forte do pós-guerra, pois não houve grandes conflitos diretos em seu território, o que fez com que os seus danos concretos fossem muito menores do que os dos demais envolvidos na guerra, e também ganharam muito dinheiro abastecendo os “aliados” vendendo arsenais bélicos. Já no final da década de 1940 eles (EUA) produziam cerca de 30% da riqueza mundial, além de ter utilizado estratégias como o “Plano Marshall” e a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)⁵⁷ em 1949 para conter o avanço soviético.

Ambas as potências, tinham, também, um enorme poderio militar e disputavam os espaços pelo mundo. Toda essa conjuntura formou uma bipolaridade geopolítica, dando início ao que denominam de “Guerra Fria”. Neste cenário, a Revolução Russa, que ocorreu em 1917, começou a influenciar dezenas de países que se tornaram parceiros da URSS e outros que realizaram revoluções próprias, além de incentivar vários trabalhadores, por todo o mundo, a se organizarem para buscar mais direitos e melhorias de vida mesmo sob o modo de produção capitalista, pois vislumbravam as conquistas sociais dos trabalhadores nos países soviéticos. Por isso, a URSS, enquanto constituição de uma possível construção societal “pós-capitalista”, foi um evento histórico inapagável, haja vista que mudou completamente a dinâmica de preponderância do capitalismo no mundo, a disputa entre o “socialismo real” e o capitalismo fez com que tanto os trabalhadores dos novos países soviéticos tomassem o poder pelas próprias mãos, como, também, efervesceu a “luta de classes” por todo o globo terrestre, obrigando os países capitalistas a instituírem vários direitos trabalhistas e, até mesmo, Estados de “bem-estar social” para conter os ânimos das massas.

⁵⁷ A North Atlantic Treaty Organization – NATO, conhecida no Brasil como Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN, é uma coligação/aliança militar formada em 4 de abril de 1949, em meio a guerra fria, pelos Estados Unidos da América e países Europeus, para combater a União Soviética e o avanço do “socialismo real” pelo mundo. Um detalhe importante é que, mesmo após a queda da URSS, a OTAN continuou existindo e hoje (2023) conta com 31 países membros.

Essa acirrada disputa entre as duas grandes potências da época, seja em termos econômicos, políticos, espaciais etc., deixava em aberto um grande leque de possibilidades para se pensar novas formas de produzir e reproduzir as condições materiais de existência humana, ou seja, modificar as relações de produção ou, em menor escala, disputar para “humanizar” mais as estruturas do próprio capitalismo.

A queda da União Soviética, a partir de 1991, em conjunto com a queda do muro de Berlim, em 1989, inauguravam no mundo uma nova geopolítica, na qual os EUA seriam a grande força mundial, ditando a instauração da nova ordem mundial. Não havia mais possibilidades de discussões e dissensos sobre como se organizar a sociedade, pois, com o fim da URSS, criou-se uma hegemonia capitalista no mundo em que esse sistema se fazia único, e se mostrava para todos como a única alternativa possível, muitos teóricos chegaram a afirmar que seria o “fim da história”⁵⁸.

A derrocada do “socialismo real” abriu as portas para que o capitalismo e o imperialismo, personificados pelos EUA, fossem tidos como a única forma da humanidade conviver em sociedade. Mudou-se da bipolarização mundial para uma hegemonia única, com um cenário internacional unipolar. Foi nessa esteira que se abriu espaço para a reconfiguração dos Estados capitalistas e para aplicação de seu programa integral, sem meio termos, com isso, tivemos a implementação do neoliberalismo em boa parte do mundo, no final do século XX, processo capitaneado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI)⁵⁹, no “Consenso de Washington”, em 1989. Neoliberalismo este que já existia desde a década de 1970, donde se originou, mas que ainda não tinha a hegemonia do mundo, a qual foi possível conquistar com a dissolução a URSS.

O fim da “guerra fria” foi como se um lado tivesse sido superior e vencido o outro em comparação ao modo de produção. Nessa gama, a dominação norte-americana foi completa, com o discurso vitorioso de ter ganho a disputa geopolítica, espalhavam a “ideologia neoliberal” e, ao mesmo tempo, disseminavam que o fim da URSS seria, em conjunto, o fim do marxismo e das possibilidades de transformações bruscas e de superação do capital seja de que maneira fosse; associando toda a obra de Marx ao que se passou de modo concreto nos países que construíram o “socialismo real”.

⁵⁸ Como foi o caso de (FUKUYAMA, 1992).

⁵⁹ O Fundo Monetário Internacional – FMI é um organismo internacional de caráter financeiro que foi criado em julho de 1944 na Conferência de Bretton Woods, com o suposto objetivo de contribuir com a comunidade internacional após as grandes crises financeiras e humanitárias derivadas da Segunda Guerra Mundial. Com sede nos Estados Unidos da América (único país que tem poder de veto na organização), o FMI desde as duas últimas décadas do século XX vem sendo utilizado como uma ferramenta de controle de países “subdesenvolvidos” e para fomentar o pensamento econômico da classe dominante, que atualmente, é o neoliberalismo.

O neoliberalismo foi disseminado de forma radical, sem mediações entre Estado e mercado, colocando o mercado acima de tudo e de todos: uma nova formulação do Estado mínimo, só que agora nos novos moldes, intervindo em alguns setores apenas quando necessário para salvar as crises capitalistas, diferenciando-se do liberalismo “puro” dos séculos anteriores que, desde a crise de 1929, já se mostrava concretamente insuficiente para o funcionamento e reprodução do capital. Agora se construía nos meandros do que se chamou de “Terceira Revolução Industrial”⁶⁰ com altos investimentos em tecnologia de produção e qualificação da mão de obra, para aumentar a produtividade, ter menos custos e conseguir produzir com as novas forças produtivas muito mais mercadorias em um menor espaço de tempo, o que Marx definiria como “mais-valia relativa” (MARX, Karl. 2013a, p.268).

As barreiras entre os Estados nacionais também diminuíram na nova ordem mundial, pois as mercadorias e os ativos precisavam circular de maneira mais ágil. Então, iniciou-se o fenômeno que ficou conhecido como “globalização”, um único produto (que vira mercadoria no sistema capitalista) passou a ter peças de dezenas de países ao mesmo tempo, tudo circulava rapidamente para que o capital pudesse se expandir ao máximo sem interferência estatal, as barreiras alfandegárias diminuíram bastante concomitante com a menor intervenção dos governos. Para facilitar essas transações, também, criaram-se os grandes blocos econômicos como: Nafta⁶¹, União Europeia⁶², Mercosul⁶³, e a Apec⁶⁴.

Essas foram as relações entre o fim da “guerra fria” a as políticas neoliberais aplicadas no final do século XX. Os Estados Unidos da América conseguiu as condições materiais concretas para serem hegemônicos no mundo, guiando a construção da “nova ordem mundial” do neoliberalismo sem adversários que pudessem impor freios ou contrapesos a este processo, implementando privatizações em larga escala, pouco intervencionismo estatal, cortando os

⁶⁰ BORGES, Ângela; DRUCK, Maria da Graça. 1993, p.12.

⁶¹ O North American Free Trade Agreement – NAFTA, ou Tratado Norte-Americano de Livre Comércio, foi uma espécie de acordo econômico para diminuir taxas de importação e exportação entre os Estados Unidos da América, o México e o Canadá, foi posto em vigor em 1994, porém, dissolveu-se em 27 de agosto de 2018, dando lugar ao Acordo Estados Unidos-México-Canadá realizado em 30 de novembro de 2018.

⁶² A União Europeia – UE, é uma organização político-econômica fundada em 25 de março de 1957 por 7 países europeus, atualmente ela conta com 27 países afiliados e atua como uma espécie de “interestado”, um Estado acima dos Estados, que realiza mediações tanto políticas quanto econômicas entre Estados europeus. Contemporaneamente, a força que mais se destaca no bloco é a Alemanha.

⁶³ O Mercosul ou Mercado Comum do Sul é uma organização político-econômica que foi criada em 26 de março de 1991 por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, com objetivos de fazer avançar em conjunto os países dependentes da América Latina aproximando mais os seus mercados. Posteriormente, a Venezuela aderiu ao grupo e a Bolívia está em vias de se integrar.

⁶⁴ A Cooperação Econômica Ásia-Pacífico -APEC é uma organização que visa a integração em bloco do comércio entre países da Ásia e do pacífico e a contribuição mútua para o crescimento deste mercado, em contraponto à hegemonia e dominação que o Japão perpetuou no continente asiático. Ela foi fundada em 1989. Atualmente, tem 21 países membros, sendo alguns deles, inclusive, da América do Sul.

custos com gastos de programas sociais e políticas públicas mais direcionadas aos mais necessitados, realizando arrocho fiscal, austeridade, diminuindo direitos trabalhistas, gastos com saúde, educação, previdência social, aumentando as desigualdades sociais pelo mundo afora (desemprego, pobreza, miséria) e renegociando as dívidas externas dos países “subdesenvolvidos”, desde que estes abrissem as suas economias para que o capital estrangeiro circulasse de maneira livre sem nenhuma contenção. Os grandes governos que primeiro implementaram essa nova ordem neoliberal foram: Reagan (EUA), Thatcher (Inglaterra), Helmut Kohl (Alemanha, a partir de 1982) e Pinochet (Chile). Analisaremos três dessas experiências no capítulo 2.

Todos esses processos do século XX foram fundamentais para a ampliação do capital em termos internacionais, o ciclo que se esgotou no pós-guerra não encerrou as possibilidades do capital, apenas fez com que as suas condições de reprodução tivessem que passar por algumas metamorfoses. A queda do “socialismo real” foi ponto nevrálgico para que este espaço fosse aberto, por causa do “fim das utopias que moveram a ação coletiva nos últimos dois séculos”.

Arelada a essa nova disposição geopolítica e ao esgotamento do modelo fordista de organização do trabalho, outra questão que foi crucial para a instauração da flexibilização das relações trabalhistas foi a “terceira revolução industrial”, as novas tecnologias que foram desenvolvidas também tiveram papel preponderante para encerrar postos de trabalhos na troca da mão de obra humana no setor primário por máquinas:

Estes processos anunciam um novo momento da acumulação capitalista, no qual os chamados novos paradigmas tecnológicos e gerenciais incorporam mudanças nos padrões de uso da força de trabalho. Estes têm resultado numa crescente exclusão social que atinge largos segmentos incorporados a "sociedade de bem-estar" na etapa anterior da acumulação. (BORGES; DRUCK. 1993, p.2).

Primeiro, é necessário assinalar a intensa velocidade das mudanças neste final de século, sustentadas, sobretudo, num intenso desenvolvimento tecnológico. Este propicia novas bases produtivas, onde o tempo é um fator primordial, criando uma simultaneidade na sua difusão e em seus impactos a nível mundial. A interconexão e interpenetração de capitais e de mercados redefine os campos de atuação do capital e do trabalho. (BORGES; DRUCK. 1993, p.5).

A explosão de novas tecnologias foi um dos fenômenos que contribuíram para a emergência e ampliação do “pós-fordismo”, trazendo outras organizações novas para o mundo do trabalho, como foi o caso do “Toyotismo” (BORGES; DRUCK. 1993, p.12).

Houve transformações gigantescas nas áreas de comunicação e de dados/informações nos países centrais do capitalismo, especialmente da década de 1950 em diante, na denominada Revolução da Informação (Terceira Revolução Industrial) que foi se expandido e modernizando

ao longo das décadas: o avanço da tecnologia na eletrônica em seus períodos iniciais utilizada na comunicação e no setor de informação, mas não tão somente nesses âmbitos, pois serviu para o avanço frenético das industriais e, *pari passu*, no desenvolvimento das máquinas tanto para a cidade urbana quanto para os campos; as novas energias (a exemplo da atômica) e a construção de usinas nucleares em níveis impensáveis nos séculos anteriores; a robótica nas linhas de produção na década de 1970, que ampliou o “leque” de possibilidades para a seara do automobilismo e que abriu margens ao “Toyotismo”; o avanço dos computadores, da informática e da internet, nas décadas de 1980 e 1990, e as suas formas mais avançadas que ampliaram o seu acesso após os anos 2000 etc.

Todavia, enquanto essas mudanças qualitativas estavam ocorrendo nos países capitalistas, no “socialismo real”, edificado pelo modelo “Taylor” de organização do mundo do trabalho, as tecnologias não avançavam mais, a rigidez da sua estruturação podava a criatividade, o ímpeto e, até mesmo, a voz dos trabalhadores dentro das fábricas, o que começou a produzir um *gap* econômico entre os países da URSS e as potências capitalistas durante praticamente quatro décadas, e, ao passar de cada uma delas, a distância do *gap* ia aumentando gradativamente, pois, com o advento do “Toyotismo” na organização das cadeias produtivas ocidentais dos países centrais do capitalismo, houve uma nova “abertura” (bem entre aspas como expomos em nosso capítulo 3) para participação da classe trabalhadora na construção das novas invenções, dando-lhe maior condição e possibilidade de participação direta na confecção tanto das mercadorias quanto das próprias forças produtivas, retirando o engessamento das fábricas, principalmente, nos setores automotivos.

Por suposto que este movimento não quebrou a hierarquia substancial das relações de trabalho, nem mesmo deu poder econômico ao proletariado, mas, em verdade, aumentou a exploração, só que a personificou em uma nova roupagem, sob *forma* diversa, dando mais poder de decisão nas produções, justamente para aproveitar a capacidade intelectual da classe trabalhadora em seu potencial, deixando-a expressar isso nos locais de trabalho e roubando-lhe as inovações para aumentar a lucratividade dos grandes burgueses.

Em outro giro, na Rússia Soviética, e em grande parte dos países componentes da URSS (existiram exceções, como a Iugoslávia que tentou construir novas formas de planejamento econômico etc.), seguia-se o mesmo padrão de hierarquia, não só de decisões específicas nos postos de trabalho, mas também do que produzir, como produzir, e para que produzir. Os “técnicos” burocratas seguiam ditando todo o andamento do processo produtivo, aplicando os programas de planejamento central estatal (aos quais me recuso a intitular de planificação, pois esta é a socialização dos meios de produção, não a sua estatização) comandados pelas direções

dos partidos revolucionários, no caso em tela, pelo *Politburo*, fundado pelo Partido Comunista da União Soviética (PCUS), que controlava o processo sobre a classe trabalhadora soviética e, nessa medida, mantinha um arcabouço “taylorista” que fora germinado nos anos iniciais da Revolução Russa.

Como retromencionado não houve a superação deste modo de organização do mundo do trabalho de teor capitalista por outro de viés socialista como pleiteava Kollontai, ou como imaginava Lenin para um futuro próspero da “transição”.

De que maneira a classe trabalhadora soviética poderia engendrar um novo modelo se estava fora do poder político do Estado e alijada do poder econômico em seus trabalhos? De que forma o povo Russo (e de outros países que seguiam em maior grau as decisões do *Politburo*) estaria preparado para acompanhar o novo padrão tecnológico mundial, se não tiveram oportunidades nem sequer de opinar sobre as produções internas?

A formatação econômica “taylorista” da URSS favorecia uma produção *extensiva* de mercadorias, contudo, não possibilitava uma produção *intensiva* qualificada, impedindo saltos tecnológicos fora dos setores estratégicos utilizados na “guerra fria”. Por exemplo, seria possível produzir centenas de milhares de carros iguais em suas fábricas automobilísticas, porém, todos do mesmo modelo ou semelhante, ou seja, a produção em larga escala por extensão. Contudo, não conseguiam montar carros de modelos muito diversos entre si. Simplificando mais ainda por uma analogia: era como se pudessem fazer milhares de mercadorias de uma só cor, mas não tinham a condição de proporcionar a “liberdade” e “autonomia” criativa aos trabalhadores para que pudessem criar mercadorias de mais dez cores diferentes.

A estrutura do mundo do trabalho soviético capacitava e proporcionava uma produção extremamente quantitativa, no entanto, no que concerne ao padrão qualitativo, este estava extremamente abaixo dos níveis do que se processava na Europa e EUA. A produtividade *extensiva* contribuiu decisivamente para que a URSS saísse da condição de país feudal e alcançasse o patamar de segunda maior economia do mundo, dando o maior salto econômico que a história humana já havia presenciado até a década de 1950, porém, não foi o suficiente para acompanhar a produtividade *intensiva* que foi instaurada em seus concorrentes *econômico-político-ideológico* na segunda metade do século XX.

Precisamente neste cenário é que explode a “bomba-relógio” plantada após a adoção do “taylorismo” como elemento fulcral da estrutura produtiva soviética na década de 1920. As brutais contradições instauradas internamente vieram ao seu ápice quando as outras grandes economias tensionaram as contradições externas, impondo um salto qualitativo que a URSS

não poderia alcançar dado o seu sociometabolismo, todas as combinações imperfeitas foram alargadas ao limite: a impotência da classe trabalhadora soviética de não ter recebido as condições de forjar historicamente uma capacidade criativa que pudesse acompanhar os países que adotaram o “Toyotismo”, entrando em uma situação de estrangulamento interno, pois, a única forma de alterar o sistema produtivo seria pelas mãos dos burocratas do Estado (que estavam nessa condição de poder por causa, entre outras coisas, do *sistema de resignação dos afetos*), que a essa altura estavam mais preocupados em se manter como classe dominante em um possível retorno da sociabilidade “pós-capitalista” para a capitalista do que qualquer outra coisa. “Mais precisamente: os sistemas políticos das sociedades pós-revolucionárias mostravam-se ineptos para propiciar a passagem, no âmbito das forças produtivas, de um padrão de crescimento extensivo a outro, intensivo” (NETTO, 2012, p.18).

Em nossa ótica, o caminho viável para superar a crise, posta pelas contradições do sistema “pós-capitalista”, seria uma nova revolução dos trabalhadores que pudesse trazer de volta para si o poder político, tal qual ocorrera em 1917, por meio dos *soviets* (na essência, não os formais da Era Stalinista). Nesse sentido, seria possível realizar uma guinada política que evitasse a deterioração daquelas sociedades e a sua entrega ao capitalismo internacional e, *pari passu*, seria possível, finalmente, à classe trabalhadora soviética buscar erguer tanto uma *forma política* que representasse substancialmente a *democracia socialista* quanto impor a fundação de um novo modo de organização do mundo do trabalho, necessário e fundamental para que fosse possível acompanhar ou, até mesmo, superar o desenvolvimento promovido pelo “Toyotismo” no Ocidente capitalista.

Contudo, o proletariado soviético estava impotente, sem organização e sem força suficiente para esse novo “assalto aos céus”, pois passaram por décadas de despolitização e domesticação política, econômica, carnal e espiritual.

O sistema de resignação dos afetos rebaixou a sua latência, colocando-a a serviço das esperanças nos grandes burocratas que seriam os “competentes” para operar os rumos do país, tal qual já havia ocorrido nos períodos anteriores em que o espírito do tempo, o *Zeitgeist* soviético, foi projetado e petrificado na figura de Stalin, o “pai dos povos”, canalizando, neste indivíduo, a força motriz dos afetos dos povos, sendo esse organismo societal a representação cristalina de uma sociedade que converteu e transferiu a expressão da potência individual e coletiva da classe para o Estado Moderno Soviético, nas personas de seus comandantes supremos. A gloriosa e poderosa classe *para-si*, que assombrou o mundo ao ditar os rumos do seu próprio futuro nas revoluções “socialistas”, foi, ao longo dos anos, forçada a retroceder para

classe *em-si*, devolvida ao seu casulo da submissão e obediência nos espaços decisórios; o pleno funcionamento de um *sistema de resignação dos afetos*.

Diante desses elementos, não havia mais “luz no fim do túnel”, os principais países do “socialismo real” foram alçados para a encruzilhada das suas extremas antinomias: a falência completa do sistema “Taylor” e a decadência do “fordismo” diante do “Toyotismo”; Um Estado completamente incapaz de lidar com a grande crise geral que explodiu nas suas mãos, uma burocracia sem vontade de mobilizar a classe trabalhadora e sem a competência suficiente para tentar qualquer alternativa frente à derrocada iminente; Um povo sem acesso ao poder e impossibilitado de aflorar a sua potência e que, em sendo assim, não teria chances de realizar uma transformação profunda e estrutural indispensável acaso ainda se quisesse levar adiante qualquer espécie de “transição”; O grave impacto sofrido por conta da crise estrutural do sociometabolismo do capital que atingiu todos os países do globo terrestre; A dificuldade em conseguir recuperar todas as perdas no pós-guerra, pois foi a URSS que teve a maior baixa geral dos países aliados, seja pela morte de milhões de heróis combatentes, seja pela devastação da sua infraestrutura e economia, enquanto os EUA estavam crescendo por conta do seu ramo industrial bélico e contribuindo para a Europa Ocidental com o “Plano Marshall”; Além de outras centenas de problemáticas envolvidas no processo de queda do “socialismo real”.

Por suposto que, mesmo em absoluta eclosão, provavelmente (apenas uma hipótese), não seria possível uma autodestruição das grandes sociabilidades “pós-capitalistas”, tão somente, pelas suas contradições. A tendência seria que houvesse a “exaustão” do sistema, com um “colapso” que encaminharia um longo e extenuante período de agonização dessas sociedades até o ponto que uma nova revolução ocorresse ou houvesse um “golpeamento” final por parte do Estado burocrático em direção à restauração capitalista.

Como aponta Zé Paulo Netto, o padrão de produção intensivo, que poderia alavancar novamente a economia, é antinômico com a *forma-política* engendrada que geria o “ordenamento econômico” estatizado e não socializado.

[...] o padrão intensivo é incompatível seja com um ordenamento econômico estatizado burocraticamente, seja com o seu imbricado e correspondente ordenamento político, de baixíssima participação autônoma [...] A crise do “campo socialista” é, nesta ótica, *uma crise estruturalmente determinada pela exaustão de um padrão de crescimento econômico e do sistema político a ele funcional*. (NETTO, 2012, p.20-21).

Conforme explicitou o professor Netto, o Estado Soviético só foi funcional para a produção extensiva e em larga escala que retirou a Rússia da situação agrária do feudalismo, porém, tornou-se disfuncional para a suplantação dos novos paradigmas postos, que

necessitariam de uma *forma-política* socializada para tal feito. A consequência foi o período de decadência geral dos países soviéticos nas décadas de 80 e 90 do século XX. No entanto, como retromencionado, esse processo precisaria de uma ação política para ser finalizado em última instância, já que passou a ser uma espécie de “terra arrasada”

No caso da URSS, a ação de transformação e remodelamento partiu do próprio Estado burocrático, que se autodenominava de “Estado Operário”. Essa estrutura estatal engessada foi capaz de constituir uma “casta” de poderosos com alta influência política e com fortunas, com certa tranquilidade, haja vista que não havia mecanismos reais de controle dela por parte da classe trabalhadora, tendo uma cisão que impossibilitava o acesso da população às grandes decisões.

Seria então, essa “casta”, o último elemento fundamental para findar as experiências soviéticas, a demonstração dramática do fato de que a criatura dominou por completo o seu criador e que o “pós-capitalismo”, visto no decorrer de todo o século XX, teria engendrado os seus próprios algozes, como Marx observara anteriormente, no século XIX, ao se referir ao sistema capitalista, no que concerne à burguesia e às contradições que estavam gerando contra si mesma.

Lembremo-nos da célebre frase “[...] se assemelham ao feiticeiro que não consegue mais dominar as potências infernais que evocou” (MARX, 2012, p.42). Assim também se deu na URSS, quando o sistema Taylor de organização do mundo do trabalho hierarquizou a sociedade e oportunizou a degeneração da construção de uma nova *forma-política*, o saldo final foi um Estado saturado de “contrarrevolucionários” (no sentido de não apoiarem uma nova revolução contra o colapso. Até porque, desde Stalin passaram a ter contrarrevolucionários no sentido pleno do termo na direção da URSS) que, para manter os seus poderes e garantir os seus interesses, estavam dispostos até mesmo a dar a “última cartada” na URSS, mesmo que, com isso, estivessem contrariando a vontade de grande parcela da população e abrindo o espaço para que o capitalismo trouxesse de volta para o leste europeu as suas grandes mazelas sociais, a exemplo da miséria, da desigualdade social e da informalidade no mercado de trabalho.

A figura que personificou esse momento histórico como um *Zeitgeist* foi Mikhail Gorbachev (1931-2022), um burocrata *par excellence* que visou a alcançar os cargos máximos de secretário geral do PCUS e “Presidente” da URSS, justamente para liquidar a experiência social “pós-capitalista” soviética e arruinar todas as suas estruturas que já estavam em estágios de putrefação avançados, por intermédio de um acordão (pacote de reformas, políticas

econômicas e sociais da “perestroika”⁶⁵) que manteria, mesmo no retorno ao capitalismo, as posições sociais dos seus pares na elite russa, realizando o último “saqueamento” das reservas e dos bens nacionais, privatizando-os para si mesmos.

A respeito das intenções e objetivos deste movimento dos burocratas soviéticos, capitaneados por Gorbachev⁶⁶, resgataremos uma citação do grande mentor intelectual da “perestroika”, também conhecido como o “padrinho” da “Glasnot”, Alexander Yákovlev (1923-2005), conselheiro e membro atuante do “Politburo”:

Se se deixasse que persistissem os métodos com os quais funcionava a economia soviética na época... nosso país se encontraria relegado a ser uma potência econômica de segunda ordem e, no fim do século, talvez decaísse ao nível dos países pobres do Terceiro Mundo. Apesar de não termos avançado muito nessa questão, **indicamos, no entanto, algumas diretrizes que exigiam uma mudança drástica do sistema econômico.** Propúnhamos um modelo de desenvolvimento que daria às empresas autonomia financeira e liberdade de iniciativa a fim de romper o cerco centralizador ou reduzi-lo ao mínimo possível... Por outro lado, favorecíamos a organização de empresas mistas, e não só em colaboração com os países socialistas e os países do Terceiro Mundo, mas também com os países ocidentais. Para nós, era a única possibilidade de que a União Soviética participasse da divisão internacional do trabalho, nos intercâmbios de capital, de inversões, etc... A liberdade econômica é inseparável da liberdade política... **Era necessário abolir o monopólio da propriedade estatal... É necessário introduzir a economia de mercado o quanto antes.** (YÁKOVLEV *apud* HERNÁNDEZ, M. In TROTSKY, 2005. Grifos nossos).

Diante desta declaração, as interpretações de que Gorbachev tentou restaurar o “socialismo real” através de reformas e falhou por causa da inexorabilidade da falência de qualquer sociabilidade que não seja a capitalista são muito frágeis e contêm, tão somente, o conteúdo da “ideologia” imperialista e a forma discursiva da naturalização do sistema do capital como o único horizonte possível para a humanidade. Em termos fáticos, o governo Gorbachev foi parte constitutiva para complementar intencionalmente a debacle da URSS, atuando de maneira bastante ativa para concretizar este propósito.

Durante todo o ano de 1985, Gorbachev, atuando como o representante da maioria da burocracia e do capitalismo internacional, limitou-se a fazer propaganda de seu projeto. Mas essa situação mudaria drasticamente a partir de 1986. Em fevereiro-março desse ano realizou-se o XXVII Congresso do Partido Comunista da União Soviética, que votou um novo Comitê Central. Nunca, nos últimos 25 anos, ocorrera uma mudança tão profunda. Foram eleitos 97 novos quadros e 22 suplentes tiveram

⁶⁵ “Em 12 de março de 1985, Mikhail Gorbachev foi eleito para o cargo de Secretário-Geral do PCUS (Partido Comunista da União Soviética). A partir daí, lançou, em âmbito nacional e internacional, a Perestroika (reorganização) e a Glasnost (transparência). O texto da Perestroika estava repleto de frases confusas e intencionalmente ambíguas. Mas o tempo encarregou-se de demonstrar que o verdadeiro conteúdo desse projeto não era outro senão o de tentar sair da decadência econômica por via da restauração do capitalismo. (HERNÁNDEZ, M. In TROTSKY, 2005).

⁶⁶ “A ascensão do “renovador” Gorbachev (como era conhecido na época), que chegou ao cargo de Secretário-Geral apoiado por Gromyko e pela sinistra KGB, foi a demonstração de que a maioria da burocracia, perante os reiterados fracassos econômicos, era sensível à proposta de Gorbachev de fazer mudanças radicais na economia, ou seja, restaurar o capitalismo.” (*Ibidem*).

direito a voto. Na prática, entraram 119 novos dirigentes (da equipe do “renovador”) em um CC de 307 membros, no qual Gorbachev já tinha um peso importante. A partir desse momento, Gorbachev sentiu-se suficientemente forte para passar da propaganda à ação. Em poucos meses, o Parlamento, seguindo as ordens do CC do PCUS, votou uma série de leis que tinham como objetivo desmontar o que sobrava do estado operário e restaurar o capitalismo. Em outras palavras, a partir de fevereiro de 1986, por intermédio de Gorbachev e seus agentes, a burguesia recuperou o poder na URSS. Já em agosto de 1986, ou seja, apenas cinco meses depois do XXVII Congresso do PCUS, o governo autoriza a constituição de empresas conjuntas com capital estrangeiro; em setembro, começa a ser liberado o trabalho privado, mediante a Lei sobre Atividades Individuais. Em junho de 1987, aprova-se a Lei de Empresas do Estado, com a qual se acaba com as subvenções do Estado para as empresas, ao mesmo tempo que as autoriza a comercializar livremente com o exterior. Dessa forma, deu-se o golpe mortal na planificação econômica central e no monopólio do comércio exterior. Em maio de 1988, aprova-se a Lei sobre Cooperativas, que facilita o surgimento de um grande número de empresas privadas. Em dezembro de 1988, aprova-se um decreto que legaliza a venda de casas. Nesse mesmo ano, aprova-se uma lei que liberaliza a atividade bancária. Nesse período, dissolve-se o Ministério do Comércio Exterior (que era o responsável pelo monopólio do comércio exterior). Em 1990, no âmbito da Federação Russa, vota-se a Lei sobre Atividades Empresariais, com a qual se libera totalmente a atuação de todo tipo de empresas capitalistas. [...] Em 1994, 50% das empresas já estavam privatizadas e assim a produção não-estatal chegava a quase 60% do PIB. (HERNÁNDEZ, M. In TROTSKY, 2005).

Enfim, estava dada uma das primeiras grandes rachaduras que engendraram espaços para a possibilidade de ascensão (a partir de 1970) e de amplificação (a partir de 1989 e 1991) do neoliberalismo enquanto novo modo de acumulação flexível e de reprodução capitalista: a derrocada das principais sociedades alternativas ao capitalismo⁶⁷ (representadas pelo “socialismo real”). “Por fim, no final dos anos 1980, com a crise do bloco de países comunistas, o neoliberalismo, frontalmente oposto àquelas ideias, avança ainda mais.” (BARUCO, 2005, p.51).

1.2. A FALÊNCIA DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL OU KEYNESIANO

Após a síntese deste processo (debacle do “socialismo real”), passaremos à explicação e à análise, também *en passant*, de outro fenômeno social que complementou essa quadra histórica particular: a falência do Estado de bem-estar social, do keynesianismo e dos pós-keynesianismos, na esteira da crise estrutural do capital que acometeu o sistema internacionalmente.

⁶⁷ Alternativas ao capitalismo, não ao capital *per se*, como explica Mészáros (2002).

A falência histórica do reformismo social-democrata fornece um testemunho eloquente da irreformabilidade do sistema; e a crise estrutural profunda, com seus perigos para a sobrevivência da humanidade, destaca de maneira aguda sua incontrolabilidade. [...] Na verdade, é inconcebível introduzir as mudanças fundamentais requeridas para remediar a situação sem superar o antagonismo estrutural destrutivo, tanto no “microcosmo” reprodutivo, como no “macrocosmo” do sistema do capital enquanto um modo global de controle do metabolismo social. (MÉSZÁROS, 2015, p.11. Grifos nossos).

A crítica neoliberal ao Estado de bem-estar social no âmbito teórico já havia começado desde os primeiros congressos, reuniões e assembleias dos seus correligionários no final da década de 30 do século XX, contudo, a sua sistematização, com consistência, apenas veio a ser realizada em 1944 com o advento da obra *O Caminho da Servidão* de Friedrich Hayek (1899-1992) que serviu de base e sustentáculo para o início da militância não só teórica, mas, também, prática, dos neoliberais em confronto com os sociais-democratas (keynesianos e pós-keynesianos) e os seus Estados de bem-estar social em construção. No caso de Hayek, em especial, a sua batalha contra a ascensão do Partido Trabalhista inglês ao governo, como explicitou Anderson (1995, p.1):

Começamos com as origens do que se pode definir como neoliberalismo enquanto fenômeno distinto do simples liberalismo clássico [...] O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é *O Caminho da Servidão*, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. [...] O alvo imediato de Hayek, naquele momento, era o Partido Trabalhista inglês, às vésperas da eleição geral de 1945 na Inglaterra, que este partido efetivamente venceria.

O avanço deste embate da Inglaterra para todo o terreno internacional, confrontando todas as experiências sociais-democratas do pós Segunda Guerra Mundial, redundou na formação da organização central de agrupamento e atuação dos neoliberais, em 1947, a famosa Sociedade de Mont Pèlerin (Mont Pèlerin Society), responsável por empreender o maior esforço teórico e prático para a construção do neoliberalismo já visto até então⁶⁸.

Tal sociedade contou com figuras que até mesmo a “esquerda” contemporânea considera como “cientistas”, a exemplo do empiricista vulgar Karl Popper⁶⁹ (1902-1994) defensor da

⁶⁸ “É também o lugar a partir do qual teve início, com a fundação da Mont Pèlerin Society (MPS) em 1947, a longa marcha que levou o neoliberalismo a conquistar uma hegemonia [...] sobre a economia e a política da Europa inteira. Com as dramáticas consequências que ainda hoje experimentamos. Em 1947, quando Friedrich Hayek reuniu um pequeno grupo de economistas e outros intelectuais (incluindo Maurice Allais, Walter Eucken, Ludwig von Mises, Milton Friedman, Karl Popper) para fundar a MPS, os congregados eram apenas 38, em sua maior parte europeus. No fim dos anos 1990, eles tinham se tornado mais de mil, espalhados por todo o mundo, embora a maioria continuasse vindo da Europa.” (GALLINO, 2015).

⁶⁹ Tanto Popper, quanto Hayek e Friedman, são considerados os nomes mais proeminentes do que se compreendeu chamar de “neoliberalismo”: “[...] a vertente que atualmente configura a *ofensiva neoliberal*. Penso que se podem tomar como marcos iniciais (ainda que diversas nas suas estruturas e finalidades) as obras de Hayek e de Popper,

democracia liberal burguesa enquanto padrão universal de sociedade saudável e democrática em contraponto à “ditadura do proletariado”, utilizando-se, para tanto, do simplista “paradoxo da intolerância” contra as sociedades do “socialismo real” e, *pari passu*, enquanto modelo apriorístico (uma desfaçatez, considerando-se vir de um “cientificista”) para evitar um possível caminho para a “servidão” posto por Hayek como sendo um caminho inevitável para qualquer sociedade que siga ampliando a intervenção do Estado na economia, “bingo”, servindo, também, para as do denominado bem-estar social⁷⁰, ficando evidenciado que os adversários de Popper e Hayek nunca foram o nazismo e o fascismo, mas, sim, os seus exatos opostos, o “socialismo real” e os Estados de bem-estar social (tanto os Europeus quanto o mais recuado “New Deal” promovido pelos Estados Unidos da América).

Três anos depois, em 1947, enquanto as bases do Estado de bem-estar na Europa do pós-guerra efetivamente se construíam, não somente na Inglaterra, mas também em outros países, neste momento Hayek convocou aqueles que compartilhavam sua orientação ideológica para uma reunião na pequena estação de Mont Pèlerin, na Suíça. Entre os célebres participantes estavam não somente adversários firmes do Estado de bem-estar europeu, mas também inimigos férreos do New Deal norte-americano. Na seleta assistência encontravam-se Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros. Aí se fundou a Sociedade de Mont Pèlerin, uma espécie de franco-maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos. (ANDERSON, 1995, p.1).

Todavia, como retromencionado no início deste capítulo, todo o movimento teórico e prático dos neoliberais, embora tenha sido uma das fases importantes da sua confecção, não foi a que preponderou para a sua implementação na prática social, como bem apontou Anderson (1995, p.2), a “mensagem” carregada pelos infames precursores do neoliberalismo ficou apenas no plano subjetivo das suas mentes, na objetividade, o seu limite foram os escritos da seita de Mont Pèlerin e as obras individuais de seus partícipes.

Toda essa preparação só pôde ser posta em ação após o surgimento dos entraves das formatações econômicas diversas ao neoliberalismo, vejamos o início do declínio da economia

respectivamente *O caminho da servidão*, de 1994, e *A sociedade aberta e seus inimigos*, de 1945; a partir dos anos sessenta, esta vertente se adensa quer com a continuidade da produção dos “pais fundadores” (em 1957, Popper retorna ao debate com *A miséria do historicismo* e, em 1960, Hayek volta à carga com *Os fundamentos da liberdade*, numa reflexão que haveria de culminante, entre 1973 e 1979, com a trilogia *Lei, legislação e liberdade*), quer com a divulgação de trabalhos que avançam numa linha de elaboração similar (é de 1962 *Capitalismo e liberdade*, de M. e R. Friedman).” (NETTO, 2012, p.83-84).

⁷⁰ “Hayek e seus companheiros argumentavam que o novo igualitarismo (muito relativo, bem entendido) deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos. Desafiando o consenso oficial da época, eles argumentavam que a desigualdade era um valor positivo – na realidade imprescindível em si –, pois disso precisavam as sociedades ocidentais. Esta mensagem permaneceu na teoria por mais ou menos 20 anos.” (ANDERSON, 1995, p.2).

dos países “desenvolvidos” que vinham aderindo a uma intervenção estatal no âmbito econômico mais intensa do que o casual *laissez-faire* previa.

A crise que se expôs (uma crise é gestada no sociometabolismo antes da sua explosão e exposição possíveis de mensurações estatísticas) em 1974-1975 assinalou para os neoliberais a possibilidade de uma “luz no fim do túnel” para que as suas teses pudessem ser levadas a sério pela comunidade capitalista internacional, pois, com este novo fenômeno drástico no quadro econômico geral, o leque para possíveis interpretações e explicações dele foram se ampliando, em especial, quando os neoliberais passaram a destacar a questão da expansão da base monetária nos países guiados pelo keynesianismo, o procedimento de emissões das moedas em maiores escalas, tornou-se um ponto crucial para a crítica ao modelo hegemônico no pós Segunda Guerra Mundial, sendo apontado como o cerne das crises que começaram a se instaurar:

Com relação à crise da teoria econômica, a constituição de um arcabouço teórico em defesa de tais transformações ficou a cargo dos liberais. De forma contrária às análises keynesianas, para as quais o aumento exagerado dos preços do petróleo foi determinante para a deflagração da crise de 1974-1975, os teóricos liberais consideram que sua causa fundamental foi a excessiva expansão monetária, praticada a partir dos anos 1960, principalmente, pelos Estados Unidos. (BARUCO, 2005, p.44).

Evidentemente que essa simplória explicação neoliberal não encontra nenhum foro na realidade social, assim como os liberais neoclássicos da segunda metade do século XIX, o “liberalismo vulgar” (terminologia que explicaremos no capítulo seguinte) do início do século XX e o neoliberalismo, tinham algo em comum: a forma analítica estática e reducionista, centralizada em leis naturalizadas que explicariam exatamente todos os fenômenos sociais da mesma forma, independente das particularidades de cada caso concreto, tendo como exemplo máximo disso a já desgastada “lei da oferta e da demanda”⁷¹.

Nesse sentido, as fórmulas apriorísticas e subjetivistas ao extremo utilizadas pelos neoliberais levaram ao desencadeamento da equação tacanha e estreita de que, inexoravelmente, a expansão da base monetária (emitir mais moeda do que a “natureza” e a “oferta e demanda” determinarem) geraria inflação e o desmantelamento do funcionamento do mercado “natural” de modo “artificial” em qualquer lugar do globo terrestre e em qualquer condição ou situação posta.

⁷¹ Acerca dessa suposta “lei” e, também, das diferenças entre os neoclássicos e os liberais austríacos, remetemos o leitor ao nosso livro “Uma crítica marxista à sociologia”, em seu capítulo 5, onde tratamos exaustivamente sobre essas temáticas.

Não foi nenhuma novidade vindo daqueles, que mesmo na década de 1970, ainda não haviam compreendido absolutamente nada da crise passada em 1929. Os “liberais vulgares”, predecessores dos neoliberais, deixaram o legado teórico de que “A Grande Depressão” foi causada não pela impossibilidade do sistema em se autorregular e pelas suas crises “cíclicas”, mas, sim, por causa da suposta alta intervenção do Estado na economia norte-americana, incluindo nisto a questão das alterações monetárias. Portanto, o “New Deal”, enquanto pacote de remodelação intervencionista para salvar o capitalismo, inexistiu para a “turma” da teoria do valor marginalista, o que teria se passado foi que, novamente, o Estado tinha quebrado o capitalismo e apenas o retorno à sua “naturalidade” poderia superar tal estágio.

A questão básica de que nem sempre a emissão de mais moeda engendra inflação seria demasiadamente multidisciplinar para a compreensão de quem recorre a equações semelhantes às de primeiro grau. Para alcançar esse cume da realidade, seria necessário incluir uma série de questões que passam ao largo da nossa investigação, especialmente no que diz respeito à exposição deste capítulo da genealogia concreta do nosso objeto de pesquisa.

No entanto, traremos aqui algumas pistas: países que emitem a própria moeda, por intermédio do Estado, não podem “quebrar”, exceto se tiverem uma grande dívida externa com um país de moeda mais poderosa na arena internacional, um exemplo contemporâneo: o Brasil, no governo social-liberal de Lula, reduziu muito a sua dívida externa e converteu a maior parte dos seus dividendos em pendências internas no que concerne à dívida pública, então, neste caso, o simples fato de emitir mais moeda, *per si*, não causaria inflação, já que a conversão do que devemos não estaria submetida ao lastro do Dólar ou do Euro.

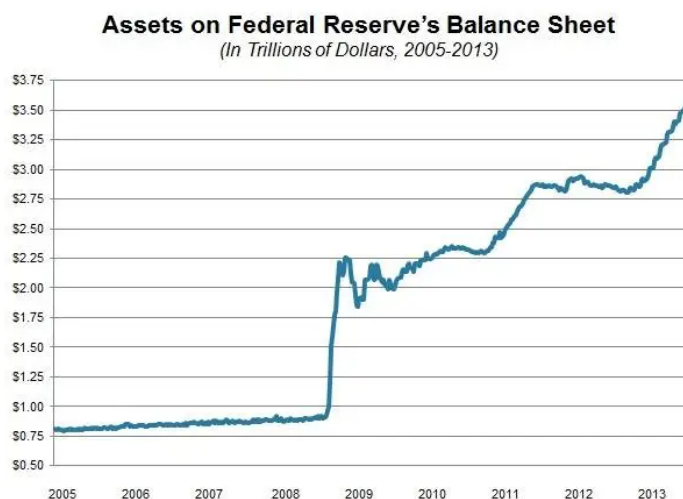
Ficando no mesmo exemplo, agora no sentido inverso, mesmo que um país tenha uma dívida externa alta, como é o caso dos Estados Unidos da América, a expansão da base monetária também não gera inflação por si mesma, sem estar acompanhada de outros fatores, pois, os estadunidenses ainda têm a moeda mais forte do mundo e devem mais nela, ou seja, não há um controle externo que possa fazer drenar a sua própria emissão. Continuando, para que a inflação apareça no processo, um dos elementos concretos cruciais seria a impossibilidade dessa nova moeda criar mais “demanda efetiva” e, conseqüentemente, maior oferta, o que significaria a sua incapacidade de render novas trocas, resultando em novos produtos para suprir essa demanda e, também, a geração de novos empregos por intermédio do Estado no uso dessa moeda.

Esses elementos trariam riquezas maiores do que antes da expansão da base monetária, o que significaria que o dinheiro não estaria mais “artificialmente” na circulação do sistema, haja vista que seria a *forma-mercadoria* representante do *quantum* correto de produção ao final

do processo produtivo e reprodutivo, o equivalente ao PIB concreto total do país, pois, nessas circunstâncias, o dinheiro não estaria realizando um processo unilateral de apenas entrar na economia (sem acrescentar nada materialmente) para no final ter que ser faturado como algo a mais supérfluo no sistema que obrigaria o mercado, por intermédio da “oferta e demanda”, a regular e reequilibrar a situação, tornando as mercadorias e os serviços mais caros para retirar esse dinheiro alheio de cena, com a inflação.

Para que haja de fato essa inflação, o Estado precisa ser incapaz de engendrar novas produções e mais serviços, seja por sua incompetência ao utilizar a nova emissão monetária seja pela incapacidade material do seu país em prover isso, a exemplo de um país sem condições de gerar novos empregos e serviços, tanto pela baixa qualificação da mão de obra quanto pela baixa quantidade de desempregados, ou até na falta de insumos ou condições naturais que possam ofertar novas produções e postos de trabalho, a importação dessas carências, acaso seja feita em uma taxa cambial desequilibrada ou em mercados com moedas mais fortes, certamente poderia fazer a expansão da base monetária ser suprimida.

A própria prática social demonstra essa banalidade: após a crise de 2008, os Estados Unidos da América conseguiram a recuperação expandindo a sua base monetária mais de quatro vezes em comparação ao pré-crise e isso se falarmos apenas nos cinco primeiros anos de recuperação (até 2013):



Fonte: (GALA, Paulo. 2016).

Por incrível que pareça muitos economistas acreditam ainda que impressão monetária gera necessariamente inflação. Nunca se imprimiu tanto dinheiro nos EUA, a inflação por lá está no nível mais baixo de décadas; aliás grande preocupação do FED. Acreditar que impressão monetária gera necessariamente inflação significa ignorar os canais de crédito, confiança, demanda por liquidez e demanda por ativos. [...] O gráfico acima apresenta a evolução do balanço do FED desde que a crise começou. Mais de 2 trilhões de dólares foram impressos e nada da inflação subir. Os

ativos financeiros subiram bem e as bolsas mundiais estão em “all time high”. Mas o crescimento americano continua lento e a inflação baixa. (GALA, 2016).

Ademais, os EUA funcionam com uma dívida pública acima de US\$ 31,4 trilhões (atingidos em 2023)⁷² o que significa mais do que 135% do Produto Interno Bruto (PIB) da nação. Os exemplos são vastos entre os países que disputam o topo da economia mundial: a China, segunda maior economia do cenário, atingiu uma dívida pública em 2022 equivalente a 295% do seu (PIB)⁷³ e, ainda assim, segue na série histórica de mais de três décadas de crescimento e desenvolvimento ininterruptos, feito jamais repetido na história da humanidade, portanto, inédito, e continuam expandido a sua base monetária de modo assombroso; o Japão, economia que se consolidou entre os países “desenvolvidos”, operou no final de 2022 com uma dívida pública de 266% do (PIB)⁷⁴, e segue com alta emissão monetária. Ainda assim, a inflação nunca foi um grande problema ou entrave para os avanços desses três países (EUA, China, Japão) nas últimas décadas.

Esse receituário fiscalista e austericida só é aplicado pelo neoliberalismo dos países dependentes, especialmente os posicionados no “Sul Global”, como é o caso do Brasil que, com uma dívida pública extremamente menor, e, na sua maior parte, em moeda nacional, imprimiu, desde o governo Dilma “dois” em 2015 até o final do governo genocida de Jair Bolsonaro, um ritmo frenético de contrarreformas e políticas fiscais de austeridade, em menor ou maior grau, tendo um alavanque quantitativo no Governo Temer, a partir de 2016, mesmo tendo alto desemprego e amplas possibilidades de ampliação de produção de riquezas ou emprego de serviços, ou seja, condições saudáveis para a injeção de mais dinheiro na economia para proporcionar o aumento da produção e circulação, por intermédio da “racionalidade” do Estado Moderno Burguês.

Porquanto que, pequenas fórmulas, quadradas e “manualescas”, reproduzidas nos manuais de microeconomia não conseguem sequer compreender o fenômeno da inflação, quanto mais receitar o seu controle. No entanto, os neoliberais na década de 1970, insistiram justamente nas teses sobre o equilíbrio monetário como consequência de uma menor intervenção do Estado em questões como a expansão da moeda para reverter a crise que se apresentava no horizonte das grandes potências capitalistas, sem empreender nenhum esforço para a essência e a raiz complexificada da problemática: a crise estrutural do próprio

⁷² Informação disponível em: <https://monitormercantil.com.br/eua-atingem-teto-da-divida-de-us-314-tri-e-so-conseguem-funcionar-ate-junho/>

⁷³ (KAWATE, Iori. 2022).

⁷⁴ (ORGAZ, Cristina. 2023).

sociometabolismo do capital enquanto produto das suas contradições internas⁷⁵, dos complexos sociais explosivos inerentes ao sistema que alcançaram um novo patamar na Era do imperialismo, e culminaram na gigantesca eclosão das décadas de 70 e 80 do século XX, afetando não só os países capitalistas, como, também, os que reproduziam o capital e as suas leis tendenciais sob outra égide nos países do “socialismo real”.

A resposta neoliberal rasa acerca da crise internacional era, em seu núcleo duro teórico, quase a mesma que tentou explicar o funcionamento do sistema desde o início do século XX e já havia sido superada no “New Deal” estadunidense, porém, dadas as condições concretas que estamos explicitando neste capítulo, tais teses começaram a ganhar eco, coro e foro. Avancemos na exposição de algumas delas:

O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. **A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária**, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. **Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos.** Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. (ANDERSON, 1995, p.2. Grifos nossos).

[...] destacam-se a privatização de empresas estatais, a desregulamentação dos mercados (de trabalho e financeiro), e a transferência de parcelas crescentes da prestação de serviços sociais – tais como saúde, educação e previdência social – para o setor privado. Essas medidas concretas contribuíram para **difundir a tese do Estado mínimo e “enxuto”, que teria entre suas metas uma política de “austeridade fiscal** (GALVÃO, 2008, p.149. Grifos nossos).

Precisamos salientar, concomitantemente, que não houve apenas um trabalho “militante” dos neoliberais e das suas organizações na tentativa de insistir nas teses até que o cenário ideal pudesse acolhê-las (processo que durou 3 décadas), em conjunto a essa disposição dos ideólogos houve os financiadores do projeto neoliberal, assim como ocorreu na segunda metade do século XIX com o financiamento maciço para a confecção e divulgação de uma teoria do valor que substituiu a dos clássicos liberais; a teoria do valor-trabalho, procedimento semelhante ao próprio financiamento dos liberais clássicos na ascensão da burguesia ao poder, pois liberais da época como, John Locke (1632- 1704), receberam grandes incentivos financeiros. Não poderia ter sido diferente com os representantes do pior setor burguês no século XX, os neoliberais:

⁷⁵ Como asseverou o velho *Mohr* nos “Grundrisse”, o capital é, por excelência, “contradição viva.” (MARX, 2011, p.558).

Muitos colaboradores da literatura neoliberal receberam significativo apoio econômico, político e institucional de fontes privadas e públicas, o que, sem dúvida, ampliou a visibilidade e o impacto político das suas intervenções (Birch & Mykhnenko, 2010). (FILHO, 2015, p.61).

Obviamente que tal intento não seria suficiente se os teóricos keynesianos e os pós-keynesianos pudessem ter um arsenal categorial suficiente para explicar a crise em que as sociedades de bem-estar, que estavam aplicando os seus modelos, encontravam-se inseridas, em contínuo processo de derrocada. Podemos dizer o mesmo para os teóricos do “socialismo real” que detinham a hegemonia do “marxismo” no século XX, ao não conseguir ter uma explicação coerente e convincente sobre a debacle da URSS e, *pari passu*, os marxólogos academicistas do marxismo ocidental não compreendiam a crise estrutural do capital instaurada na década de 1970 e quais os seus desdobramentos, o que, por consequência, impediu que esses blocos pudessem combater no terreno econômico os porta-vozes do neoliberalismo.

Houve uma debandada geral para o covil do neoliberalismo justamente pela fraqueza teórica e ideológica dos vários entendedores marxistas. Um passo para a nova Canaã do modernismo, onde os crentes de tribuna oravam na defesa da livre concorrência das privatizações. [...] podemos concluir que ocorreu efetivamente um processo de direitização da sociedade, que se instalou também na academia, denunciando ou melhor, “desnudando” os marxistas de moda, junto aos conhecidos trogloditas de direita, que se unem em oração na defesa do neoliberalismo. (FILHO, 2001, p.4).

Os apologetas do “socialismo real” seguiam com o dogmatismo e o engessamento impetrado sobre a teoria social de Karl Marx e Friederich Engels desde a segunda internacional e que ganhou o seu ponto mais grotesco na ascensão do “stalinismo” e da terceira internacional, por outro lado, os marxólogos do “marxismo ocidental”, ao fazerem uma assepsia entre teórica e prática, cindindo-as, perderam de vista o horizonte da práxis social e muito pouco sabiam sobre as questões concretas da ordem do dia, não podendo entregar interpretações fidedignas sobre o colapso global do capital, apenas interpretações de excertos da obra de Marx, escritas por seu próprio punho, sem nenhum acréscimo substantivo que daria conta das transformações que este não viveu, no século XX, quando não mais habitava o mundo dos vivos.

Poucos foram os marxistas no mundo que conseguiram compreender, “no quente”, aquela quadra história da década de 1970 em diante, um deles, que merece menção e estudo rigoroso, foi o filósofo húngaro István Mészáros (1930-2017), que cunhou e consagrou a mais científica tese sobre toda a temática, a da “crise estrutural do sociometabolismo do capital” (que serve de base para a nossa pesquisa), reconhecida até a contemporaneidade como uma importante chave analítica da tradição marxista antidogmática e não academicista.

Quanto aos sociais-democratas keynesianos a situação se encontrava em uma medida ainda mais dramática, tendo em vista que, para compreender a crise que o capital (não só o

capitalismo) estava enfrentando, seria imperioso concebê-la como fenômeno estrutural do próprio sistema, tanto do capital enquanto relação social quanto do capitalismo enquanto um modo de produção que reproduzia o capital por intermédio de um modelo de propriedade privada dos meios de produção.

Contudo, os adeptos dos Estados de bem-estar social jamais poderiam alcançar tal aproximação da realidade concreta, com uma acurácia que somente os críticos do sistema poderiam adquirir, e, isso não significa depreender aqui que inexoravelmente a capacidade intelectual dos radicais anticapitalistas seria superior à dos sociais-democratas, porém, como a etimologia apresenta, os “radicais” vão até o raiz do problema para apanhá-lo com as suas próprias mãos. Noutro lado, os keynesianos e pós-keynesianos não poderiam ir à raiz da crise, pois, também, estavam na base de apoio do capitalismo, na defesa intransigente do sistema socioeconômico e da sua *forma-política*, o Estado Burguês, e sua expressão mais avançada: a democracia liberal burguesa.

Afinal, John Maynard Keynes (1883-1946) não tinha tanta razão como faziam e fazem parecer os reformistas, as suas teses apenas representavam o outro lado da “moeda” em contraponto a outra face liberal dela, porquanto que, ambas as doutrinas, tinham o mesmo escopo e núcleo duro: o aperfeiçoamento do sistema capitalista em contraposição a outras formas sociais, a exemplo do “socialismo real”.

Nesta celeuma, o caminho se tornou divergente, no entanto, o destino seguia idêntico para liberais e keynesianos, cada tradição ao seu modo, visando ao “melhor” funcionamento do capitalismo. Os liberais fracassaram com o modelo denominado pelo liberal clássico Anne Robert Jacques Turgot (1727-1781) como *laissez faire-laissez passer* (que indicava a menor intervenção possível do Estado na economia, o que não significa nenhuma intervenção, até mesmo pelo fato de que o capitalismo só pôde existir e se reproduzir com a contribuição do Estado Burguês, trocas mercantis sem Estado é feudalismo, não capitalismo) após as crises do século XIX e a sua apresentação mais poderosa o “Crash da Bolsa” de 1929, com isso, os Keynesianos entraram em cena não contestando o sistema, mas, sim, a forma de governar e as políticas públicas e sociais, alegando que a maior intervenção do Estado poderia sanar e resolver as crises “cíclicas” engendradas pelo “livre mercado”. Com essa explicação e o sucesso da sua aplicação, eles foram alçados à hegemonia na literatura econômica e política.

Da mesma forma que, na década de 70 do século XX, com a nova derrocada do sistema, os representantes do liberalismo retornam para demonstrar que o problema não é o capitalismo, mas, sim, a forma de governo intervencionista, a diferença é que como já haviam fracassado anteriormente, os liberais precisavam agora apresentar outro projeto de sociedade que não o

simples *laissez faire-laissez passer* enterrado pela própria história, seria necessária uma renovação, que estavam gestando desde o final da década de 30 do século XX, o famoso “neoliberalismo”, a nova faceta rebaixada (em termos teóricos) e radicalizada (em termos programáticos) do liberalismo na contemporaneidade.

As circunstâncias apresentaram um “beco sem saída” para os sociais-democratas, que ficaram de “mãos atadas” ao não conseguirem interpretar a realidade e barrar o neoliberalismo, pelo elementar fato de que não poderiam avançar nas investigações ao ponto de colocarem em xeque o sistema capitalista em si mesmo. Restou a irrisória tentativa de manter as mesmas formulações keynesianas com a novidade da defesa de uma menor dose de intervenção do poder público na economia do que proposto nas décadas passadas, o que proporcionou o surgimento do neokeynesianismo e do pós-keynesianismo, ambos sem poder de alteração substancial da crise em voga.

O resultado não poderia ser diferente, porquanto que manter os resquícios do viés “intervencionista” se configurou como “prato cheio” para que os neoliberais pudessem deflagrar o seu ataque no sentido de que: o sistema está em crise geral e completa e está utilizando o modelo de “intervenção” que deixou para trás o liberalismo, com isso, por suposto que aqueles que governam na crise e não conseguem superá-la não têm como receitar a sua superação pregando os mesmos fundamentos estatais.

Os anos de 1974-1975 marcaram, então, a reviravolta, da mesma forma que 1929 derrubou o liberalismo e levantou o keynesianismo, neste outro campo histórico, o neokeynesianismo foi enterrado e o neoliberalismo deu início à sua escalada na crise de superprodução da segunda metade do século XX:

No início, a crise manifesta-se de forma parcial e localizada em países e setores de atividade onde as relações de produção capitalistas se encontram mais desenvolvidas, mas acaba por se alargar progressivamente a toda a economia até adquirir o caráter de superprodução generalizada de mercadorias. [...] **São casos típicos do que foi descrito as crises de 1929 e de 1974-1975, que, ademais, são responsáveis pela emergência e afirmação de novas hegemonias teóricas. A crise de 1929 foi responsável pela queda da hegemonia teórica de inspiração liberal e pela subsequente emergência de políticas de inspiração keynesiana, assim como a crise dos anos 1974-1975 responde pelo retomo da hegemonia teórica liberal.** (BARUCO, 2005, p.37-38. Grifos nossos).

O diagnóstico profundo da crise estrutural jamais esteve no horizonte destas vertentes que disputavam a “mão esquerda” e a “mão direita” dentro do capitalismo e do Estado Moderno Burguês, porém, na medida em que o esgotamento do sociometabolismo do capital começava a ser visto a “olho nu”, sendo corporificado não só mais nas questões estruturantes, mas, também, nas conjunturais e particulares, edificando-se perante os globos oculares dos

empiricistas vulgares, do realismo ingênuo e, noutra ótica, dos subjetivistas extremados, as circunstâncias postas obrigaram o movimento de reflexão e autorreflexão acerca dos elementos específicos e parciais da crise. Porquanto que nem mesmo as pequenas representações sistêmicas conseguiam mais apagar ou esconder os rastros da grande crise.

Temos como um exemplo cristalino deste processo de derrocada, sendo expresso nas dinâmicas mais parciais da economia política o fato de, a partir de 1974-1975, o preço do petróleo no cenário internacional ter iniciado uma série de aumentos galopantes e incontroláveis dentro das estruturas políticas orquestradas: “Um dos mais decisivos acontecimentos que colaboraram para a crise dos anos setenta, bem como para a expansão do processo inflacionário, foi o aumento do preço do petróleo.” (BARUCO, 2005, p.39).

Observemos mais de perto, por meio de gráficos, este processo que não engendrou a crise geral e nem deu base para a sua explosão (permanente), entretanto, apontou a sua existência e contribuiu para o seu aceleração, fortalecimento e extensão na economia mundial:

Tabela 2.1 - Evolução do preço do petróleo (dólar/barril) – 1970/1979

1970	1,73
1971	2,14
1972	2,45
1973	3,37
1974	11,25
1975	11,02
1976	11,89
1977	12,88
1978	12,88
1º trimestre de 1979	13,89
2º trimestre de 1979	17,17
3º trimestre de 1979	20,67
4º trimestre de 1979	23,91

Fonte: Mendonça (1990: 58).

A crise estrutural do capital já estava sendo gestada nos meandros da virada para a década de 1970, mas, evidencia-se pelo gráfico de Mendonça (1990, p.58) que de 1970 até 1973 um dos seus sintomas, a explosão do preço do petróleo, ainda estava fora de cena e das previsões dos keynesianos e pós-keynesianos, contudo, em 1974 ocorreu uma alta histórica irrecuperável e impossível de não ser enxergada, o barril subiu drasticamente de 3,37 dólares em 1973 para 11,25 dólares no ano seguinte, alta de quase 334%, mais do que três vezes o preço anterior, em uma quadra histórica que mantinha uma constância de variação de cerca de apenas 1 dólar para mais ou para menos em anos seguidos.

Não seria mais possível sustentar o modelo social-democrata sem compreender o fenômeno, e essa apreensão só poderia levar, também, a insustentabilidade da social-democracia, pois demonstraria a necessidade de superar o sistema capitalista como um todo, em todas as suas formas e complexos sociais. Como retromencionado, nenhum interesse nesse sentido fora esboçado, portanto, a incompatibilidade do Estado de bem-estar social com a plataforma vigente e as suas problemáticas abriram demasiadamente o flanco para que outra teoria pudesse colocar na “mesa” um novo modelo de Estado Moderno e uma nova forma econômica de acumulação: o padrão flexível do neoliberalismo.

A incompreensão era tamanha que a própria Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) tinha projetado um crescimento otimista, para o ano de 1974, de 3,8% para os Estados Unidos e de 7,5% para o Japão. O denominado “primeiro choque do petróleo” os pegou de “calças curtas”.

[...] em 1973 as perspectivas de crescimento para o ano de 1974 para a OCDE eram de 3,8%; de 2,3% para os Estados Unidos e de 7,5% para o Japão (Mendonça, 1990:40) O novo aumento do preço do petróleo deflagrado em janeiro de 1974, denominado de primeiro choque do petróleo, consolidaria o quadro de crise econômica. [...] A crise manifestou-se de forma evidente através da quebra acentuada dos indicadores de produção, sobretudo industrial; retrações nos investimentos; aumento espetacular do desemprego e multiplicação das falências empresariais. (BARUCO, 2005, p.39)

Desemprego marchando em frente sem cessar, aumento desenfreado do petróleo, decadência dos indicadores produtivos industriais (primeiros sinais de que o caminho para o rentismo estaria mais aberto do que para os burgueses dos grandes parques industriais nas próximas décadas), queda de investimentos e quebra de milhares de empresas, os sintomas da debacle apressavam-se a entrar no palco. Embora, um pequeno alívio tenha se apresentado em 1976-1977, aquecendo os corações dos defensores do capitalismo de todas as vertentes, logo em seguida, nos anos posteriores a derrocada logrou novos passos ainda mais largos, agravando a cada ano a situação do capitalismo internacional.

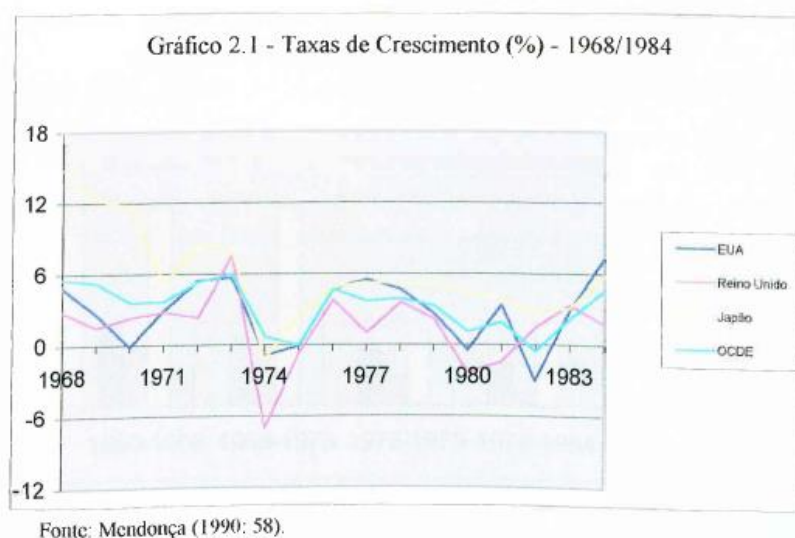
O movimento cíclico total foi composto por uma crise em 1974-1975, seguido de uma leve recuperação no período de 1976-1977, e por uma nova crise, iniciada no ano de 1979. As características da crise do final dos anos setenta são bastante semelhantes à anterior, quais sejam, quebra do produto dos principais países capitalistas (-0,4 para o conjunto de países da OCDE em 1982); os investimentos novamente sofrem grandes retrações (no caso da OCDE, -3,2% no ano de 1982); as quebras atingem sobretudo a produção industrial e, por fim, os níveis de inflação e desemprego também elevam-se consideravelmente (Mendonça, 1990: 59). (BARUCO, 2005, p.39-40).

Depreende-se dessa nova “Era” do capital a possibilidade real do neoliberalismo, diante de todas as evidências, não é possível afirmar que foi a batalha de ideias que trouxe o novo

modelo, a crise sistemática foi a condição basilar para que uma nova hipótese pudesse ser posta sequer em jogo e em discussão nos espaços de hegemonia, ademais, a concreticidade foi quem gerou o neoliberalismo, não ideias de individuais particulares, essas tais “ideias” passaram 3 décadas como se fossem meros “delírios” para os grandes países e Estados capitalistas.

Avançaremos mais na exposição do terreno fértil que lhe permitiu a semeadura. Agora, com um dado mais amplo, a queda incessante da taxa de crescimento total dos países “desenvolvidos”, mais um sintoma mórbido da melancolia do *status quo* inaugurado pela crise estrutural: “A gravidade das crises pode ser apanhada pela queda da taxa de crescimento do período que se estende do final dos anos 1960 a meados dos anos 1980, com destaque para os períodos de 1974-1975 e 1980-1982.” (BARUCO, 2005, p.40).

Vislumbremos os dados estatísticos acerca da temática nos Estados Unidos da América, no Reino Unido, no Japão e nos países englobados pela “Organização para a Cooperação e Desenvolvimento econômico” (OCDE), no período entre 1968 a 1984:



Agora, vejamos a análise de Baruco (2005, p.40) acerca deste cenário retratado no gráfico anterior:

[...] na retração do final dos anos 70 o Reino Unido também apresenta a queda mais acentuada (-2,3%). Os EUA, por sua vez, acompanham o movimento cíclico da economia mundial no biênio 1974-1975, mas já tinham apresentado uma forte queda de atividade em 1970 (passando de 2,6% em 1969 para -0,1 em 1970). Além disso, em 1982 voltam a apresentar forte retração econômica (-3%).

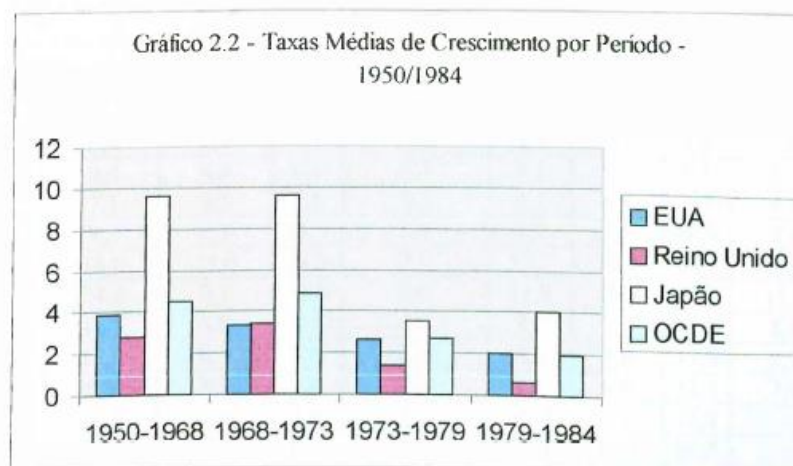
Todas as variáveis apontavam para o mesmo destino: o esgotamento do padrão fordista de acumulação do capital. Complementaremos o quadro analítico com mais estatísticas recolhidas por Mendonça (1990), seguidos de citações explicativas de Baruco (2005):

Tabela 2.2 - Formação Bruta de Capital Fixo (%) – 1969/1977

País\Ano	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977
EUA	2,3	-4,7	4,9	8,5	7,3	-6,8	-11,2	6,3	10,5
Japão	18,1	14,8	4,2	10,0	12,6	-9,5	-1,2	2,7	4,0
Reino Unido	0,3	2,7	1,8	-0,3	6,5	-2,5	-1,7	1,6	-1,8
OCDE	6,8	3,7	4,6	6,4	7,3	-4,8	-5,3	3,6	4,1

Fonte: Mendonça (1990: 45).

Com relação à formação bruta de capital fixo (FBKF), ou seja, o acréscimo de capital resultante dos investimentos, ressalta-se que Estados Unidos e o Japão começam a apresentar fortes quedas já no início dos anos setenta. No entanto, **a queda na FBKF entre fins de 1973 e os anos 1974-1975 é extraordinária.** (BARUCO, 2005, p.41.Grifos nossos).



Fonte: Mendonça (1990: 63).

O Gráfico 2.2 mostra mais claramente a vertiginosa queda das taxas de crescimento de alguns dos principais países capitalistas no período de 1973-1979 e também um novo decréscimo no período de 1979-1984 (com exceção do caso japonês), como resultado de mais uma crise econômica. (BARUCO, 2005, p.41).

O colapso do sistema da “enorme coleção de mercadorias”⁷⁶ encontrou, na década de 1970, a sua saturação que foi exposta largamente e fartamente pelos dados estatísticos, já não seria possível se pensar naquela altura que estava tudo bem ou que seria apenas uma passageira crise cíclica como preconizou Keynes em sua magistral obra Teoria Geral do Emprego e seguiram os seus correligionários, mas, o inverso, o ponto estava mais enraizado, precisamente,

⁷⁶ Expressão cunhada por Marx (2013a): “A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma “enorme coleção de mercadorias” e a mercadoria individual como sua forma elementar.”.

na superprodução e na impossibilidade de escoamento pelo sistema o que, por consequência, engendrou a queda da produtividade visando a diminuir o volume das mercadorias que pela incapacidade e ineficiência do capitalismo não encontravam respaldo para completar o circuito econômico na fase de circulação.

Ademais, novos elementos se fizeram presentes, dando particularidade ao fenômeno histórico: a pequena recuperação do sistema em termos de crescimento, ainda manteve todos os efeitos da debacle, como o aumento exponencial das desigualdades sociais, o aumento do desemprego e a baixa capacidade de conseguir organizar as contradições e as fraturas entre produção e circulação.

O que tudo isso significa? Precisamente que o capitalismo internacional estava perante uma crise de densidades qualitativas e quantitativas diversas das anteriores, o fato da crise de superprodução atingir o sistema década em década⁷⁷, porém, o sistema conseguir se reatualizar para uma nova reprodução ampliada após o período de esfacelamento não estava mais se concretizando, ou seja, as explosões das crises de superprodução e estrutural, apresentaram-se em um quadro permanente (crise estrutural)⁷⁸, mantendo os seus malefícios e travando o retorno ao desenvolvimento (diferente de crescimento) das sociedades capitalistas, fenômeno que se manteve até os dias atuais, quando o padrão neoliberal ainda não foi superado e a degradação e decadência geral do sistema em todos os seus complexos sociais: econômico, político, jurídico, cultural, religioso etc., continuam se aprofundando na mais extrema barbárie.

Em nosso futuro, a crise estrutural do capital — afirmando-se a si própria como a insuficiência crônica de “ajuda externa” no presente estágio de desenvolvimento — deverá tornar-se mais profunda. E, também, deverá reverberar através do planeta, até mesmo nos mais remotos cantos do mundo, afetando cada aspecto da vida, desde as dimensões reprodutivas diretamente materiais às mais mediadas dimensões intelectuais e culturais. (MÉSZÁROS, 2015, p.15).

O sistema não vive mais de fases catastróficas e de ascensos esporádicos, como pensavam os economistas hegemônicos ao estilo de Schumpeter (1883-1950) “boom, recessão,

⁷⁷ Como diria Marx (2013b, p.90).

⁷⁸ Mézáros (2002, p.796) elenca quatro fundamentos que explicam o fato de que a crise inaugurada na década de 1970 se tornou estrutural e não mais uma explosão cíclica como as crises anteriores, vejamos: “1) seu caráter é universal, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade, etc.); 2) seu alcance é verdadeiramente global (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado); 3) sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; 4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na ‘administração da crise’ e no ‘deslocamento’ mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia.”

depressão e recuperação”, o cadafalso, desta vez, foi certo e a marcha fúnebre encontrou um contínuo implacável, não houve mais uma década de alívio para a humanidade, a crise se tornou diária, constante e marcou a ferro e fogo as sociedades capitalistas, desde a década de 70 do século XX sem cessar, como diagnostiquei quase 5 décadas depois, em 2018 (o que significa que o processo de crise se perpetuou e Mészáros acertou em cheio na sua tese da “crise estrutural”):

O mundo ocidental assistiu assombrado à abertura de um período de novas crises no sistema em 2007/2008, principalmente no elo central da cadeia econômica capitalista, os Estados Unidos, país imperialista que sofreu enorme impacto com a explosão da chamada “bolha especulativa imobiliária”, mas essas crises não são datadas a partir de seu impacto, pois já eram preparadas e desenvolvidas no seio econômico muito antes de explodirem. **O capitalismo não vive “ciclos” de crises esporádicos e atemporais, ele é a própria crise, sofre de uma crise estrutural endêmica que faz parte da sua base de produção e reprodução sociometabólica.** [...] O capitalismo sofre de repetidas crises de superprodução e estruturais, o que os keynesianos conceituam com debilidades teóricas de “crise de demanda efetiva”. **A crise e o desequilíbrio se tornam condição patológica de nossa sociedade.** (CRUZ, 2018. Grifos nossos).

As condições materiais da crise estrutural ininterrupta apontavam, da mesma forma que no caso da sociedade “pós capitalista” soviética, a incompatibilidade entre as relações de produção, as forças produtivas e os complexos sociais erigidos delas, contradições iminentes ao sistema que podem não o derrubar de uma vez por todas, mas o mantém em um estado de caos permanente, esse foi o estágio em que o capitalismo chegou. Embasaremos ainda mais essas constatações, em gráficos e comentários.

Tabela 2.3 - Desemprego (% da população ativa total) – 1970/1982

Ano\País	Inglaterra	Estados Unidos	Japão	Alemanha	França	Canadá
1970	3,0	4,8	1,1	0,8	2,4	5,6
1971	3,7	5,8	1,2	0,9	2,6	6,1
1972	4,0	5,5	1,4	0,8	2,7	6,2
1973	3,0	4,8	1,3	0,8	2,6	5,5
1974	2,9	5,5	1,4	1,6	2,8	5,3
1975	4,3	8,3	1,9	3,6	4,0	6,9
1976	5,7	7,6	2,0	3,7	4,4	7,1
1977	6,1	6,9	2,0	3,6	4,9	8,0
1978	6,0	6,0	2,2	3,5	5,2	8,3
1979	5,1	5,8	2,1	3,2	5,9	7,4
1980	6,6	7,0	2,0	3,0	6,3	7,4
1981	9,9	7,5	2,2	4,4	7,3	7,5
1982	11,4	9,5	2,4	6,1	8,1	10,9

Fonte: Mendonça (1990: 57)

Observamos o salto galopante do desemprego na Inglaterra, nos Estados Unidos da América, na Alemanha, na França e no Canadá, mesmo nos anos em que a crise teve uma amenização e diminuiu a sua agudez, isso significa que o rastro das mazelas sociais derivadas dela se incorporam enquanto elementos constitutivos do cotidiano das grandes sociabilidades capitalistas, a crise estrutural demonstra o seu caráter “inovador”.

Tabela 2.4 - Inflação (%) – 1970/1981

Ano\País	Inglaterra	Estados Unidos	Japão	Alemanha Ocidental	França	Canadá	Itália	Países da OCDE
1970	6,4	5,9	7,7	3,4	4,8	3,3	5,0	5,6
1971	9,4	4,3	6,1	5,3	5,5	2,9	4,8	5,3
1972	7,1	3,3	4,5	5,5	6,2	4,8	5,7	4,8
1973	9,2	6,2	11,7	6,9	7,3	7,6	10,8	7,9
1974	16,0	11,0	24,5	7,0	13,7	10,8	19,1	13,4
1975	24,2	9,1	11,8	6,0	11,8	10,8	17,0	11,4
1976	16,5	5,8	9,3	4,5	9,6	7,5	16,8	8,6
1977	15,9	6,5	8,1	3,9	9,4	8,0	17,0	8,7
1978	8,3	7,7	3,8	2,6	9,1	9,0	12,1	7,9
1979	13,4	11,3	3,6	4,1	10,7	9,2	14,7	-
1980	18,0	13,5	8,0	5,5	13,3	10,1	21,2	-
1981	10,9	10,7	5,1	6,0	13,8	13,0	19,3	-

Fonte: Villarreal (1984: 509)

As duas variáveis encontradas nos dois gráficos anteriores levaram Baruco (2005, p.40. Grifos nossos) à conclusão mais provável e científica ao analisar a crise de 1929 e a da década de 1970: o mundo estava presenciando, em 1970, uma crise potencialmente diferente das vistas no século XIX⁷⁹:

Ambas as crises apresentam dois sintomas particulares, que não se encontravam presentes nas crises clássicas do capitalismo e que configuraram um típico processo de estagflação. Em primeiro lugar, mesmo com o processo de recuperação dos anos 1976-1977, os níveis de desemprego continuaram excessivamente altos, sendo sua diminuição pouco significativa. [...] Em segundo lugar, a despeito da recessão do período anterior e da queda acentuada dos níveis de produtividade, observa-se uma escalada do processo inflacionário.

O dessecamento do capitalismo e do modelo keynesiano de sua gestão foram escancarados, expressando o segundo elemento fundamental que mencionamos no início do capítulo para designar o quadro global que finalmente permitiria que o neoliberalismo fosse posto em prática. O termo “impotência”, utilizado por Baruco (2005, p.43. Grifos nossos), é o

⁷⁹ Não é conteúdo, pois as contradições intrínsecas ao sistema são, no essencial, as mesmas, mas em período; não mais eclosões de tempos em tempos, o que se passa é uma eclosão permanente que ainda não se findou e nem se findará, conforme vimos Mészáros (2002) apontar.

que melhor descortina o estado de resignação dos keynesianos diante dos escombros que caíam sobre os seus ombros, sem qualquer perspectiva de sua superação ou, mesmo, no melhor dos casos, de sua amenização.

Ainda de acordo com a análise de Mendonça (199: 64-67), é possível dividir em quatro fases o processo de crise da política econômica dos anos 1970. **A primeira fase se constituiria pela própria eclosão da crise fora das previsões dos governos, isto porque, em que pese os acontecimentos que a antecederam, sempre se acreditava na possibilidade de superação das adversidades e retorno do processo de expansão da atividade econômica. No entanto, os instrumentos que os governos dispunham para executar esta tarefa, foram progressivamente perdendo sua eficácia, com o que se tomaram impotentes diante dos acontecimentos.** Uma segunda fase se caracteriza pelo fato de a recuperação econômica não ter se desenvolvido no padrão esperado, ou seja, os ritmos de crescimento/desenvolvimento, a inflação e o emprego não retornaram aos níveis anteriores à crise. Essa recuperação tímida acabaria por precipitar uma nova crise em 1980-1982, a qual os governos assistiriam novamente impotentes - a terceira fase. **Por fim, a quarta e última fase é constituída pela perda absoluta de eficácia dos instrumentos de política econômica que haviam prevalecido nos anos anteriores, de forma que se abre o caminho para a crise da teoria econômica que a inspira, de filiação keynesiana.** Conclui-se então que a crise econômica, a crise da política econômica e a crise da teoria econômica são processos complexos e intimamente relacionados.

A ineficácia e inoperância completas do keynesianismo em relação à redução de danos da crise é o ponto fulcral, pois o capital ficou completamente sufocado por não conseguir mais se expandir, o valor não mais se autovalorizava, o colapso do sistema passou a demandar uma nova configuração de Estado e de sociedade que pudesse permitir novamente a ampliação do capital, independentemente dos custos sociais que isso renderia, haja vista que o capital é uma relação social, não um entidade dotada de pessoalidade, ou seja, por ser um sistema socioeconômico e, portanto, impessoal, que domina tanto trabalhadores quanto burgueses, utilizando-se dos *seres* humanos, enquanto personificadores da sua “vontade”, apenas por não conseguir caminhar com as próprias pernas para trocar as mercadorias é que as engrenagens e as leis tendenciais do capital forçaram a constituição de um novo padrão de acumulação que pudesse resolver a sua estagnação e a falta de valorização, mesmo que, para tanto, não conseguisse reformular o sistema de tal forma que pudesse superar a crise estrutural do capitalismo.

O objetivo do capital é se expandir e, obtendo essa possibilidade, o caos completo das suas contradições em todos os âmbitos sociais na crise estrutural não teria nenhuma relevância, a esmagadora máquina de moer pessoas precisaria apenas manter a expansão dos seus tentáculos ao redor do mundo, e qual seria a única alternativa viável para esse feito naquele tempo histórico?

No entanto, a valorização do capital excedente, que já não mais conseguia expandir-se na esfera produtiva, através da produção crescente de mercadorias necessitava de uma esfera alternativa de valorização. A valorização financeira cumpriria a contento este papel, com o que se conclui que não foi por acaso que os processos de desregulamentação, abertura e internacionalização das finanças tenham sido aprofundados nesse momento. (BARUCO, 2005, p.44).

A saída que se apresentou para esse esgotamento foi justamente a instauração de um novo padrão de acumulação de capital, não tão somente pequenas mudanças nas políticas do Estado, mas, sim, uma reorganização de como o modo de produção se expressava, a transferência da expansão do capital do setor produtivo para o financeiro rentista e a transformação do mundo do trabalho, convertendo as relações de trabalho formais do fordismo no novo mercado de trabalho extremamente informal, pauperizado e precarizado, aumentando a extração do mais-valor, para manter as taxas de crescimento mesmo na crise, abaixando a já pequena fatia do excedente produzido que era destinada à classe trabalhadora. Esse novo padrão de acumulação do capitalismo, assumiria a nomenclatura de neoliberalismo.

Assim, a validação das políticas econômicas que garantissem a retomada do processo de acumulação de capital no bloco de países capitalistas, após a crise dos anos 1970 exigia uma concepção de desenvolvimento que disputasse a hegemonia com o Keynesianismo. A esta nova concepção de desenvolvimento, inspirada nas teses liberais a este "novo liberalismo", portanto, convencionou-se denominar neoliberalismo. (BARUCO, 2005, p.44).

À moda de conclusão, não podemos deixar de fazer mais uma menção ao processo de “globalização/mundialização”⁸⁰ que, em conjunto com os fenômenos já explicitados exaustivamente, foi de suma importância para ampliar o escoamento de mercadorias e para amplificar as possibilidades de rentismo, colocando a moeda como um elemento crucial para a dominação imperialista dos países “desenvolvidos” sobre os “subdesenvolvidos”, como é o caso dos Estados “Dependentes” da América Latina.

Essa internacionalização completa do capital aproximou os países em vários aspectos, abrindo novas oportunidades de dominação e expropriação, além do uso da força, o uso da moeda, a exemplo de bloqueios internacionais, começou a ser um importante instrumento de controle do imperialismo a partir das décadas de 1960 e 1970 até os dias atuais.

A prática social e a implementação do neoliberalismo estão intrinsecamente interligadas ao fenômeno da “globalização” ou “mundialização”, como diriam outros. De tal sorte que, provavelmente, sem este processo, a constituição do novo padrão de acumulação neoliberal estaria fadada a perecer em pouco tempo, sem as possibilidades da impregnação do rentismo de modo internacional e não tão somente dentro dos Estados nacionais.

⁸⁰ “A mundialização do capital, fase atual do imperialismo [...]” (ROIO, 2007, p.67).

A dívida pública é um dos elementos utilizados por rentistas do imperialismo para ter poder sobre os demais países e conseguir parasitar rendendo seu dinheiro sem gerar produtividade e estender as suas garras para autovalorização ampliada na arena mundial do capitalismo, sem nenhuma oposição do setor industrial e “produtivo”, diga-se, mas, em correlação e união⁸¹.

[...] as experiências neoliberais são completamente inseparáveis de processos globais de complexidade similar, especialmente o imperialismo e a globalização. [...] o neoliberalismo não pode ser encapsulado em uma frase de efeito: ele não pode nem ser definido de maneira puramente conceptual (FILHO, 2015, p.60).

Crise estrutural do capital, debacle do “socialismo real”, impotência e queda do Keynesianismo e do Estado de bem-estar social, globalização/mundialização, estes foram os fenômenos sociais que foram essenciais para a necessidade histórica do sistema capitalista em produzir e reproduzir um novo padrão de acumulação.

O neoliberalismo não é fruto de um debate de ideias acerca do papel do Estado e das suas políticas públicas que foi vencido pelos teóricos neoliberais, que demonstraram ter a razão, não. O neoliberalismo é um rearranjo do sistema da propriedade privada dos meios de produção. Mais do que um novo constructo teórico hegemônico ou um regime de Estado e de formas de governo, ele é uma forma específica de reprodução do capital distinta das anteriores em todos os âmbitos sociais: econômicos, políticos, culturais, religiosos, “ideológicos”, jurídicos etc.

Portanto, é impossível compreender o neoliberalismo sem a chave analítica da totalidade, que consegue capturar a interligação de todos os elementos do fenômeno, compreendendo que não se trata de um sistema de ideias posto em prática, mas, sim, uma prática social do capital em crise geral que precisou de uma reatualização como ocorreu na crise de 1929 que trouxe uma nova forma de Estado e uma sociedade de bem-estar social pela insuficiência do mal(dito) *laissez-faire*, só que agora, com o agravamento de que, na crise da década de 1970, dada às suas especificidades, a mudança societal no que concerne ao padrão de acumulação teve que ser mais drástica.

⁸¹ “[...] as finanças tornaram-se o modo de existência do capital em geral no capitalismo neoliberal. A sua proeminência expressa a subsunção real dos capitais individuais pelo (interesse do) capital como um todo, que se expressa e – ao mesmo tempo – se impõe através do funcionamento regular das instituições financeira e dos mercados e regulamentações anexos a elas. Em termos políticos, a proeminência das finanças implica que a acumulação não é regulada por coligações setoriais contingentes, mas pela classe capitalista. Isso também implica que não há “antagonismo” entre produção e finança sob o neoliberalismo, e não deve haver nenhuma expectativa de que o capital industrial poderá se “rebelar” contra as finanças em favor da restauração dos sistemas de acumulação anteriores. O capital industrial tornou-se estruturalmente embutido no CPJ, e ele apenas se reproduz segundo a lógica financeira do sistema de acumulação.” (FILHO, 2015, p.65-66).

O ponto que defendemos é que as circunstâncias do capital é que engendraram o neoliberalismo e, para isso, precisaram cobrir essa nova reconfiguração com uma teoria que pudesse guiá-lo para os seus objetivos de autovalorização e, para tanto, a teoria que conseguiria efetuar tal giro, além de fundamentá-lo “ideologicamente” e explicitar o seu caráter teórico e “científico”, foi a teoria “neoliberal” que estava sendo propagado pela Sociedade de Mont Pèlerin.

Por conseguinte, não foram os neoliberais e as suas teorias que forçaram o seu modelo, em verdade, houve uma necessidade concreta do sociometabolismo do capital em mudar a rota do seu padrão de acumulação. Isso não significa dizer, de forma alguma, que essas ideias não tenham sido fundamentais para a reprodução e sustentação do neoliberalismo, pois, como já mencionamos, trata-se de um fenômeno social multifacetado.

A conclusão aqui circunscreve-se à genealogia concreta do fenômeno social estudado e, enquanto materialistas históricos, não cremos que poderíamos aduzir que o mundo das ideias é o condutor da realidade concreta ao invés de ser uma das suas expressões, mesmo que as ideias ganhem autonomia relativa para retornar à realidade e moldá-la; o caráter fundante do fenômeno são as condições historicamente determinados em que ele surgiu.

2. A TEORIA NEOLIBERAL SE CONVERTENDO EM PRÁXIS SOCIAL

“A fera, que te faz bradar tremante,
Aqui passar não deixa impunemente;
Tanto se opõe, que mata o caminhante”⁸²

Após a explicitação, no “trato” anterior, da genealogia concreta do neoliberalismo e do cenário internacional em que foi engendrado, avançaremos, no segundo “trato”, para compreender mais especificamente como o fenômeno foi se desenvolvendo na realidade, enfocando as suas particularidades e, também, o escopo teórico que o embasou. Especial destaque terá os pontos que tornaram a teoria neoliberal, a partir do final da década de 1970, a explicação hegemônica do mundo e o horizonte da prática social

Não obstante a factualidade de que o neoliberalismo só pôde existir enquanto um novo padrão de acumulação flexível do capitalismo por causa dos fatores históricos elencados no primeiro capítulo, não significa, por conta disso, deduzir peremptoriamente que o papel dos pensadores neoliberais e das suas teses tenha sido ínfimo ou desprezível diante da realidade social, pois, como explicamos, a relação estabelecida no primeiro capítulo da nossa dissertação foi entre fundado/fundante não entre central/secundário⁸³, razão pela qual é possível depreender que as teorias neoliberais foram importantes para o avanço desse novo rearranjo do capitalismo e que possa ter sido, em alguns momentos, o elemento mais relevante, embora o neoliberalismo não tenha por origem de implementação o campo das ideias, mas, sim, a materialidade da crise estrutural do sociometabolismo do capital.

⁸² (DANTE, 2020, p.9).

⁸³ Procedimento científico este que foi elucidado com objetividade e dureza por Engels, em face da contraposição deturpadora dos ideólogos detratores do materialismo histórico: “[...] a estúpida representação dos ideólogos, segundo a qual, uma vez que nós negamos evolução histórica independente às diversas esferas ideológicas que têm uma função na história, também negaríamos a elas qualquer *eficácia histórica*. Aqui existe, como base, a banal representação não dialética de causa e efeito como pólos que se opõem um ao outro de modo rígido, absoluta ignorância da ação e da reação recíproca. O fato de que um fator histórico, logo depois de ter sido gerado por outras causas em última instância econômicas, reaja por sua vez e possa exercer uma pressão sobre o ambiente que o circunda e até sobre suas próprias causas – aqueles senhores o esquecem muitas vezes de modo quase premeditado.” (ENGELS apud LIGUORI, 2007, p.80-81).

Contudo, mesmo neste cenário, a necessidade histórica do sistema precisou se consubstanciar em alguma vestimenta “científica” para se apresentar como caminho correto a ser seguido numa suposta ação teleológica dos *seres* “racionais” e, para tanto, utilizaram as teorias neoliberais que já estavam na praça antes da sua construção prática.

O fato de que hoje o neoliberalismo constitui a mentalidade hegemônica não é resultado da força das suas ideias ou da mera militância intelectual de seus representantes. Afinal, foi somente na década de 1970 que a doutrina foi celebrada enquanto teoria e aplicada. Friedman, em prefácio escrito em 1982, lamenta que sua obra *Capitalismo e liberdade*, publicada 20 anos antes, tenha demorado tanto tempo para ser “devidamente” reconhecida. (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.69).

Esses fenômenos, e não a força das ideias expressas em livros que analisam princípios, explicam a transição da fragorosa derrota de Barry Goldwater em 1964 para a esmagadora vitória de Ronald Reagan em 1980 - dois homens que apresentam, essencialmente, o mesmo programa e a mesma mensagem (FRIEDMAN, 1985, p.7).

A depuração analítica que precisa ser realizada é a de que, mesmo que as teorias neoliberais sejam cronologicamente antecedentes ao advento do neoliberalismo enquanto forma social, elas não foram o ponto responsável pela gênese e a fundação desta, mas, da sua reprodução e legitimação⁸⁴.

A crise é um momento decisivo. [...] Das crises de ordem social espera-se igualmente uma mudança radical no estado de coisas. No século XX, a doutrina neoliberal foi concebida para lidar com impasses do capitalismo. **Sua gênese não pode, portanto, ser deduzida abstratamente; ela é resultado das crises reais que a ordem capitalista enfrentava.** (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.47. Grifos nossos).

2.1. DO LIBERALISMO VULGAR AO NEOLIBERALISMO

Com o acerto de contas realizado no subcapítulo anterior, poderemos passar para a interpretação da importância dessas teorias no fenômeno sem “derrapar” na suposta concepção de que a ideação dos neoliberais teria gerado a imagética e a prática social do sistema capitalista na fase neoliberal, haja vista que, este (o neoliberalismo como novo padrão de acumulação de

⁸⁴ “Alcançar o consentimento necessário para as grandes transformações em curso, revendo estruturas de proteção e direitos sociais, depende do convencimento, apoiando, entre outros elementos, em formulações teóricas. Estas são fundamentais para a legitimação de uma nova ordem e, por consequência, para o exercício do poder.” (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.71).

capitais), não é uma mera “ideologia”, ainda que o possa ser enquanto apenas um dos elementos da sua constituição (elementos tais como teorias e ideias derivadas da prática social, como demonstraremos mais à frente no capítulo ao encaixar o escopo teórico neoliberal enquanto uma ideologia burguesa) que são, sem dúvidas, rodeados por múltiplas determinações.

Podemos perceber a movimentação dos neoliberais, por exemplo, na batalha pela influência nas “ciências” acadêmicas, em especial, nas “humanas”, que são fundamentais para a confecção de um plasma de mundo que se difunde no seio das tecituras sociais.

A penetração das metodologias neoliberais nesses âmbitos (das “ciências sociais”) condicionou a própria forma contemporânea de pesquisar, e esse foi um objetivo de suma importância (para a estabilização do neoliberalismo) alcançado pela luta dos seus proponentes que instrumentalizaram a *forma-ideológica* neoliberal que foi estruturalmente postada pelo sistema capitalista, demonstrando que uma formatação societal não é estanque e pode ser tensionada pela ação dos indivíduos e da coletividade, seja para a legitimação do sistema posto, como no caso em questão, ou até mesmo para a sua contestação.

[...] a literatura neoliberal se expandiu continuamente a partir de sua base principal na economia para reivindicar a hegemonia em um número crescente de ciências sociais vizinhas (sociologia, ciências políticas, administração, história, e assim por diante). (FILHO, 2015, p.61-62).

Essa “expansão” das teorias econômicas neoliberais, atingindo as “ciências sociais” no geral, tornou-se um dos elementos cruciais para a conquista do domínio dos aparatos que interpretam e narram o funcionamento da sociedade, de tal sorte que os seus resquícios e produtos ainda são colhidos na atualidade: a hegemonia das universidades, centros de ensino e escolas no mundo ocidental ainda é dos neoliberais e está a serviço da reprodução do novo padrão de acumulação flexível de capitais, sendo instrumento para formação de mão de obra precarizada para o mercado de trabalho e, *pari passu*, contribuindo para a formação do *sujeito-empresa*⁸⁵, apregoando nas mentes tanto dos professores quanto dos alunos a “ideologia” neoliberal, os seus fundamentos e os seus princípios⁸⁶, causando a inversão da realidade,

⁸⁵ “É preciso, em particular, uma grande política de educação das massas que prepare os homens para as funções econômicas especializadas que os aguardam e para o espírito do capitalismo a que devem aderir [...] A educação, em Lippmann, não é da ordem da argumentação republicana tradicional, mas da ordem da lógica adaptativa, que é a única coisa que justifica o custo escolar: “É para tornar os homens aptos ao novo tipo de vida que o liberalismo pretende consagrar parte considerável do orçamento público à educação”” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.88-89). Ver também: “Bolkestein detalhava o programa de reformas que deveria permitir a realização integral dessa Europa “ordoliberal”. [...] “o advento da Europa liberal de amanhã pode ser abalado pela educação que se dá hoje aos jovens europeus nas escolas e nas universidades [...]. A tarefa dos universitários, portanto, é transmitir, por meio de seu trabalho, os valores fundadores da sociedade livre ou, em todo caso, combater as ideias que visam a pôr em risco esse tipo de sociedade.” (*Ibidem*, p.244-245).

⁸⁶ O que dissecaremos com maior profundidade no capítulo 3 dessa dissertação.

controlando o que se entende por “interesses das classes exploradas”, hegemonizando a compreensão social do que seria supostamente “bom” para os trabalhadores, sendo que estão encrustando pensamentos no sentido oposto, que prejudicam a classe trabalhadora até no que concerne aos seus direitos mais básicos e elementares de sobrevivência:

[...] o neoliberalismo se apropria e ressignifica demandas e aspirações de parcela das classes dominadas, invertendo-lhes o sentido. Nesse processo de inversão, direitos restritos são convertidos em “privilégios” e conquistas trabalhistas são consideradas “custos” dos quais as empresas devem imperiosamente se desfazer. (GALVÃO, 2008, p.155).

Esse processo não se dá apenas para a submissão espiritual da classe trabalhadora, serve, concomitantemente, para a sua fragmentação, ganhando o “coração” das “classes médias”, que se enxergam sem um lastro material nas relações de produção, sem um lado concreto, porém, acabam decaindo para o campo da burguesia na luta de classes. Em nossos tempos, esses segmentos são conduzidos e condicionados pelo complexo valorativo neoliberal a viverem, no cotidiano, cultuando princípios degradantes como o individualismo exacerbado⁸⁷, a suposta meritocracia, típicos do *sujeito-empresa* etc. Erroneamente, os “sujeitos-empresa” passam a se creem como parte da burguesia, ou como os veem (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.48):

Os sujeitos passam a se compreender como empresas submetidas à insegurança típica da dinâmica do mercado. Em uma sociedade competitiva, os indivíduos comparam e hierarquizam constantemente coisas e pessoas, sendo eles mesmos passíveis de (des)classificação a todo momento

Desde a sua genealogia até alcançar esse grau de internalização nos indivíduos, o percurso do neoliberalismo foi longo. Uma experiência que marcou essa trajetória foi a sua operacionalização na Inglaterra sob a liderança de Margaret Thatcher (1925-2013). Thatcher utilizou com precisão a “ideologia” neoliberal:

Ao analisar a implantação do neoliberalismo na Inglaterra, Harvey destaca a estratégia de envolvimento da classe média, “que desfrutou as alegrias da casa própria, da propriedade privada, do individualismo e da liberação das oportunidades de empreender”. **Deste modo, o governo Thatcher disseminou os valores burgueses entre a classe média e quebrou as solidariedades da classe trabalhadora, o que foi fundamental para a consolidação desse projeto político.** (GALVÃO, 2008, p.154. Grifos nossos).

[...] a ideia de mudar nossas formas de vida, sintetizada mais tarde na frase famosa de Thatcher: “A economia é o método, o objetivo é mudar a alma”. **Transformar o**

⁸⁷ “Essas crises sistêmicas, que se inserem na lógica mesma de funcionamento do capital, foram respondidas com teorias totalmente centradas no indivíduo. A hipertrofia da ação individual chega a seu ponto máximo na doutrina neoliberal, cuja expressão mais significativa é o conceito de “capital humano”, associado principalmente ao nome de Gary Becker, da Escola de Chicago.” (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.48).

espírito para que a ordem do mercado se instale da maneira mais perfeita possível” (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.66. Grifos nossos).

Desta forma, houve a perpetuação gradativa de um consenso acerca de qual seria a melhor saída (do ponto de vista do capital, registre-se) para a grande crise enfrentada, essa saída seria: o neoliberalismo.

O prestígio acadêmico e social dos teóricos neoliberais foi bastante elevado na década de 1970⁸⁸, a exemplo de Hayek e Friedman, que venceram o prêmio Nobel de Economia (uma condecoração formalista burguesa aos defensores do capitalismo no que concernia ao âmbito das “ciências sociais”, não tendo a mesma respeitabilidade dos prêmios na seara da teoria da natureza)⁸⁹, sendo que o primeiro estava desde 1938 tentando emplacar as suas novas teses no terreno liberal sem sucesso aparente, logrando êxito justamente e fatalmente quase 4 décadas depois, dentro do contexto da crise estrutural do capitalismo e da ascensão da possibilidade de um novo padrão de acumulação para o capital.

Esse acolhimento mais fraternal dado a essas teorias, obviamente, influenciou o conteúdo e a forma de políticas públicas nas novas formatações do Estado Moderno Burguês que se erguiam naquela quadra histórica:

Houve em toda parte uma empática acolhida ao neoliberalismo nas práticas e no pensamento político-econômicos desde os anos 1970. A desregulação, a privatização e a retirada do Estado de muitas áreas do bem-estar social têm sido muitíssimo comuns. Quase todos os Estados, dos recém-criados após o colapso da União Soviética às socialdemocracias e Estados do bem-estar social ao velho estilo, como a Nova Zelândia e a Suécia, adotaram, às vezes voluntariamente e em outros casos em resposta a pressões coercivas, alguma versão da teoria neoliberal e ajustaram ao menos algumas políticas e práticas a os seus termos. (HARVEY, 2014, p.12).

Hayek, inclusive, tinha a dimensão da necessidade de travar esse confronto pela hegemonia da explicação do mundo, e que esse confronto, segundo ele, poderia durar uma geração inteira:

Hayek, autor de textos essenciais como *A constituição da liberdade*, alega que era fundamental a batalha das ideias, e que provavelmente esta duraria ao menos uma geração para ser ganha. não apenas contra o marxismo. mas também contra o

⁸⁸ “Um segundo momento do avanço neoliberal se dá a partir dos anos 1960, quando os discípulos de Hayek, e também do monetarista Milton Friedman, começaram a conquistar espaço acadêmico, sobretudo nos Estados Unidos. Nos anos 1960-1970, a produção destes teóricos se toma hegemônica nos meios acadêmicos norte-americanos.” (BARUCO, 2005, p.50).

⁸⁹ “[...] bem como mediante sua crescente influência na academia, particularmente na Universidade de Chicago, em que reinava Milton Friedman. A teoria neoliberal obteve respeitabilidade acadêmica quando Hayek em 1974 e Friedman em 1976 ganharam o prêmio Nobel de economia. Esse prêmio específico, embora assumisse a aura de um Nobel. não tinha nenhuma relação com os outros prêmios, estando como estava sob o estrito controle da elite bancária suíça” (HARVEY, 2014, p.31).

socialismo, o planejamento estatal e o intervencionismo keynesiano. (HARVEY, 2014, p.31).

Outrossim, a influência nefasta das ideias neoliberais não se restringiu aos campos da produção e reprodução do conhecimento como no caso do mencionado *lócus* “científico” da academia burguesa, as suas garras puderam ferir mais profundamente a sociedade, adentrando e ocupando, conjuntamente, os espaços de poder tanto políticos (Estado e demais entidades institucionais e administrativas) quanto econômicos (agências do mercado, organismos econômicos internacionais, círculos e sociedades empresariais e bancárias etc.), entranhando-se completamente na vida cotidiana das sociedades que as aderiam, como bem descreve Harvey (2014, p.13):

Além disso, os defensores da proposta neoliberal ocupam atualmente posições de considerável influência no campo da educação (nas universidades e em muitos “bancos de ideias”), nos meios de comunicação, em conselhos de administração de corporações e instituições financeiras, em instituições-chave do Estado (áreas do Tesouro, bancos centrais), bem como em instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC), que regulam as finanças e o comércio globais. Em suma, o neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretar, viverem e compreenderem o mundo.

Mas, o que seriam, enfim, essas ideias propagadas? De antemão é importante frisarmos duas questões sem as quais estaríamos recaindo em algum tipo de desonestidade intelectual, são elas: primeiro, é necessário destacar que as teses neoliberais não são uníssonas, ou seja, existem diferenças entre os principais teóricos da doutrina e, por isso, seria impossível sintetizá-la em apenas um escopo teórico estreito.

No entanto, todas as vertentes do neoliberalismo partem do mesmo “guarda-chuva” metodológico⁹⁰, de uma base em comum, um núcleo duro de teses gerais que são advindas do que denominamos de “liberalismo vulgar”, então, para expor as ideias neoliberais sem cair em reducionismo, é importante que qualquer analista se detenha neste apanhado mais genérico que baliza a doutrina, sem deixar de citar que cada autor da tradição tem em suas particularidades temas, pesquisas e explicações que podem divergir num ou noutro ponto com os seus pares. Segundo, não poderíamos deixar de registrar o fato de que todo arcabouço estruturante tanto do liberalismo clássico, quanto do “liberalismo vulgar” (este que vai ser o receituário primário de

90 “O rótulo “neoliberal” marcava sua adesão aos princípios de livre mercado da economia neoclássica que emergira na segunda metade do século XIX (graças aos trabalhos de Alfred Marshall, William Stanley Jevons e Leon Walras) para substituir as teorias clássicas de Adam Smith, David Ricardo e, naturalmente, Karl Marx.” (HARVEY, 2014, p.29-30).

onde vão partir os neoliberais para erigir novas concepções que o complementasse) foram exaustivamente estudados e explicitados por nós em outro escrito⁹¹.

O que significa dizer o seguinte: não retomaremos, nesta dissertação, os pontos nevrálgicos que já expomos anteriormente no referido escrito, porque não é o nosso objetivo ficar repetindo o que já escrevemos, tão somente, mudando as palavras e terminologias, pois o que buscamos aqui é analisar outro fenômeno social (neoliberalismo) que ainda não havíamos nos detido seriamente para investigação e exposição. Motivo pelo qual passaremos a tratar, nesse texto, as ideias neoliberais, dentro das nossas possibilidades de tempo e espaço, trazendo à baila apenas os seus elementos constitutivos gerais.

Assinaladas essas duas questões, entraremos, agora, no terreno das formulações essenciais que os neoliberais resgataram e mantiveram do “liberalismo vulgar” (sem expor este de forma extensa e detalhada) e das que foram acrescentadas (especialmente as inovações nas concepções sobre o papel do Estado na sociedade).

O cerne mantido foi a concepção de que o mundo social deveria ser regulado pelo próprio mercado⁹² e as suas supostas leis⁹³ que seriam o resultado das ações de indivíduos que buscam satisfação e lucro somadas, dando um caráter “racional” ao produto final dessas atitudes do cotidiano. Caso contrário, seríamos controlados por uma força “irracional” e “arbitrária” personificada pela burocracia e pelo Estado, haja vista que, para os adeptos do “liberalismo vulgar” e do neoliberalismo, o *ser* humano não consegue ter acesso ao conhecimento necessário para propor teleologicamente o funcionamento da sua própria sociedade.

Neste caso, a teoria do conhecimento kantiana da impossibilidade de acesso a *coisa em-si* ganha aqui destaque e relevo, contudo, com reverberações reducionistas. Sem a possibilidade de gerir ou interferir decisivamente na formatação societal, resta aos humanos relegar esse processo ao mercado, que, impessoalmente, conseguiria equilibrar o sistema de modo “natural”, sem precisar da “racionalidade” humana. No entanto, expressando uma “racionalidade” própria, mistificada, que nós não podemos conceber e nem simular, uma espécie de “irracionalidade” (sem a teleologia dos indivíduos) “racional”, assim se daria o funcionamento coerente e frutífero do sistema capitalista. Constituindo uma relação de que quanto mais “livre” for o mercado mais teremos o desenvolvimento do “bem social”.

⁹¹ Em (CRUZ, 2022b).

⁹² “[...] é especialmente no arco ideo-teórico polarizado por Hayek e Friedman que a ofensiva neoliberal se apoia. Porque é precisamente neste arco que está concentrada a essência do arsenal do neoliberalismo: *uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia.*” (NETTO, 2012, p.84).

⁹³ Cabe frisar que muitas das “leis”, descritas pelos “economistas vulgares”, sequer existem na realidade concreta, ou, quando existem, são explicadas por eles de forma incorreta ou turva.

Na medida em que julga a troca de mercado "uma ética em si capaz de servir de guia a toda ação humana, e que substitui todas as crenças éticas antes sustentadas", o neoliberalismo enfatiza a significação das relações contratuais no mercado. Ele sustenta que o bem social é maximizado se se maximizam o alcance e a frequência das transações de mercado, procurando enquadrar todas as ações humanas no domínio do mercado. (HARVEY, 2014, p.13).

Para a sociedade prosperar seria preciso a procissão de fé da humanidade em acreditar no “Deus mercado”, na “livre-concorrência”, no “livre mercado”, na “mão invisível do mercado”, nas teorias do valor “marginalistas e subjetivistas”, na “lei da oferta e da demanda” e nas explicações de que o complexo valorativo capitalista é apenas uma reflexão material inexorável dos instintos insuperáveis do *ser* humano, que, por ironia do destino, numa mera coincidência, seriam exatamente os que contribuem para o aprofundamento do sistema do capital. A “razão” do mercado se confundiria com o espírito do tempo (expressão coletiva da “racionalidade” total da humanidade em sociedade, ou seja, a sua personificação).

Na medida em que seus teóricos preconizam o mundo como um grande mercado, onde sujeitos racionais agem livremente em busca de satisfação, essa suposta ação espontânea corresponde sempre à lógica da valorização do capital, do qual cada sujeito é portador. **Dessa forma, a “razão humana”, que caracteriza esse agir, é concebida como a razão dos mercados, sendo o capitalismo o resultado natural desse agir espontâneo.** (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.49. Grifos nossos).

O capitalismo seria, portanto, um sistema *supra-histórico* insuperável, e não uma construção social historicamente determinada pelas mãos da humanidade, pois este sistema reproduziria e emularia a identidade orgânica das pessoas, as suas categorias inatas, o que significa afirmar que estamos em uma sociedade espontânea que se expôs desta forma simplesmente porque nós nascemos com esses valores e instintos, numa interpretação de uma metafísica rebaixada (que não chega nem “aos pés” da metafísica dos filósofos idealistas).

2.2. O CONCEITO DE IDEOLOGIA, SEUS SENTIDOS E USOS

Neste subcapítulo, para complementar a interpretação acerca da metafísica do liberalismo, necessitamos recorrer ao conceito de ideologia de Marx e Engels com maior rigor e depuração⁹⁴, baseando-nos na magistral obra “A ideologia Alemã”.

Nela, os autores erigiram um conceito de ideologia enquanto uma forma de investigação e exposição da realidade ineficiente e reducionista, uma espécie de conceito “negativo” para o termo, na mesma linha (no que concerne ao caráter mais expansivo, de ser uma forma de conhecimento e não apenas um sistema de ideias como foi se direcionando o conceito no final do século XIX) do que vinha sendo tratado precedentemente, desde o início do século XIX, mais precisamente, em 1801⁹⁵, pelo filósofo liberal Destutt de Tracy (1754-1836) ao lançar o seu clássico *Les éléments de l'idéologie*.

Para este pensador francês, a ideologia seria uma nova metodologia, uma epistemologia, uma ciência confeccionada para poder estudar a história das ideias humanas, as suas gêneses e os seus fundamentos, portanto, a discussão estava centrada em um modelo de pesquisar e expor “cientificamente” a temática das ideias e não a configuração que temos, contemporaneamente, de que “ideologia” significa um conjunto de valores e visões de mundo, de indivíduos, agrupamentos, movimentos ou partidos de “esquerda” ou “direita”.

Como primeiro apontamento que faremos sobre essa discussão, é importantíssimo lembrar que será justamente nesta esteira proposta por Tracy que Marx e Engels vão partir para empreender a categorização da ideologia, compreendendo-a como uma forma de investigar a realidade e demonstrá-la para a humanidade.

No entanto, ambos vão inserir o componente de “negatividade” a esse processo, no seguinte sentido: afastando-se da suposta neutralidade proposta por Destutt de Tracy, e posteriormente, por Comte, os fundadores da *filosofia da práxis* vão expressar que a ideologia é uma forma de apreensão e exposição da realidade completamente turva e, em vista disso, o seu uso engendrava uma visão mistificada da realidade (mesmo nos casos não intencionais, respeitando a honestidade intelectual de alguns autores), não no sentido de que essas óticas

⁹⁴ É imperioso ressaltarmos que trataremos aqui do primeiro conceito de ideologia (de Marx e Engels em 1845-1846), dado que existe um segundo esboçado posteriormente (1859) por Marx no “Para Crítica da Economia Política”, e até um terceiro que não está de acordo com a obra marxiana, mas, foi formulado pelos marxistas, tal qual Gramsci, como mencionamos em nosso primeiro capítulo

⁹⁵ Embora, já em abril de 1796, Destutt de Tracy tenha vocalizado em uma conferência o termo ideologia: “O conceito de “ideologia” surgiu durante a Revolução Francesa, primeiramente como o nome de uma nova ciência fundada pelos assim chamados ideólogos franceses. Foi Destutt de Tracy que, em abril de 1796, introduziu esse conceito numa conferência proferida no Instituto Nacional de Paris. Por ideologia, Destutt de Tracy entendia uma ciência das ideias que deveria ser a ciência primeira e fundamental. Os ideólogos polemizavam contra a metafísica e a ideologia e, politicamente, defendiam pontos de vista liberais.” (MARX; ENGELS, 2007, p.548).

estariam totalmente incorretas ou sem nenhum embasamento real⁹⁶ (haja vista que elas são derivadas da própria realidade material e representam uma exposição de uma micropartícula desta, que existe e se apresenta para estes pensadores, mesmo que, essa apresentação seja a essência invertida enquanto aparência dos fenômenos)⁹⁷ mas que, ao menos, seriam incompletas e, portanto, carregadas de algum nível de “erro” quanto ao que se reproduzia concretamente na prática social, ou seja, as teses ideológicas não estariam necessariamente erradas (embora pudessem estar completamente), mas, sim, com lentes “manchadas” (com dificuldade de enxergar o todo e as suas conexões, com manchas que só possibilitavam enxergar uma pequeníssima parte da sociedade), resultando em análises parcializadas sobre os fenômenos sociais (parcial como sinônimo de incompleto, de fragmentado, de estilhaçado etc.).

Ressalte-se que não estamos partindo da conceituação de ideologia construída por Althusser e os seus seguidores, tratando-a como uma mera “falsa consciência”⁹⁸ (uma representação ideal farsante, que falseia a realidade social sem ter nenhum embasamento nela), pois esta seria uma crítica gnosiológica à ideologia, não uma crítica ontológica ao corte do mais refinado materialismo histórico.

O que estamos trazendo à baila é que o complexo ideológico, por mais que só possa se constituir enquanto tal pelo fato de ser uma derivação da materialidade e, *pari passu*, ao ganhar força para interferir na prática social e na vida cotidiana (o caso da sistematização de ideias neoliberais que ganharam fôlego e potência para alterar o mundo após a crise estrutural do capitalismo, agindo na luta de classes como uma espécie de arsenal teórico e ideológico da classe dominante, ou melhor, a sua “consciência” acerca do processo em que está inserida nas relações de produção, além de uma autoilusão⁹⁹ de que são dominantes de forma “justa” pelas suas qualidades e, por conta disso, a capacidade para defender os seus interesses particulares diante da organização societal), ainda assim, não consegue fazer mais do que justificar e

⁹⁶ Haja vista que elas são derivadas da própria realidade material e representam uma exposição de uma micropartícula desta, que existe e se apresenta para estes pensadores, mesmo que, essa apresentação seja a essência invertida enquanto aparência dos fenômenos.

⁹⁷ “Se, **em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida**, da mesma forma como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida imediatamente físico.” (MARX; ENGELS, 2007, p.94. Grifos nossos).

⁹⁸ “A redução da ideologia à mera falsa consciência é o movimento característico de Althusser: “a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência”, cuja realização matéria se manifestaria nos aparelhos ideológicos do Estado” (CARLI, Ranieri. 2007, p.43).

⁹⁹ “[...] se expressa também na classe dominante como divisão entre trabalho espiritual e trabalho material, de maneira que, **no interior dessa classe, uma parte aparece como os pensadores dessa classe, como seus ideólogos ativos, criadores de conceitos, que fazem da atividade de formação da ilusão dessa classe sobre si mesma o seu meio principal de subsistência**, enquanto os outros se comportam diante dessas ideias e ilusões de forma mais passiva e receptiva, pois são, na realidade, os membros ativos dessa classe e têm menos tempo para formar ilusões e ideias sobre si próprios.” (MARX; ENGELS, 2007, p.47-48. Grifos nossos).

legitimar a ordem vigente por intermédio da simples aparência dela que foi capturada e convertida em um composto ideológico; fundamentando o fenômeno social sem detectar a sua essencialidade e, portanto, sem capacidade para efetuar a devida crítica das contradições do sociometabolismo do capital que se encontram em seu subsolo funcionando a pleno vapor, mas, sem aparecer para os indivíduos diretamente pelo empiricismo vulgar.

Nesta gama, estaria aí o papel da ciência (a exemplo do materialismo histórico, no caso das teorias sociais que interpretam o *ser social*) para superar a ideologia, apreendendo aquilo que não é alcançado pela aparência dos fenômenos sociais.

Um exemplo: um ideólogo liberal poderia conhecer a “lei da oferta e da demanda”, saber da sua existência e expressá-la, contudo, por não conseguir ultrapassar a “aparência” dos fenômenos sociais, não alcançando a “essência”, dada a parcialidade dos seus estudos, a sua conclusão será que essa pequena parte do todo, que de fato existe, constitua-se como a roda motora de todo o sociometabolismo do capital.

Aqui temos a certeza de que o liberal fala a verdade em partes, não é uma mentira deslavada, a “oferta e demanda” de fato age na concreticidade. Ele tem razão, porém, ao fim e ao cabo, a sua tese estará “errada” no sentido de incompletude (o que não significa auferir intencionalidade de mentir ou não), pois essa “lei” é apenas uma das formas de expressão do sistema, não a sua estrutura. Esta, que é a sua essência, será conduzida pelas relações de produção, numa relação de fundado/fundante, onde a parte da produção vem antes da reprodução, então, podemos mencionar o próprio “preço” (das mercadorias em todos os âmbitos) que advém do “valor” (mais um elemento que está em uma camada mais profunda que não foi atingida pelos ideólogos liberais)¹⁰⁰ e não é originado pela “oferta e demanda”, o que esta faz é apenas balancear para mais ou para menos o “valor de troca” que já está constituído materialmente¹⁰¹, assim sendo, o seu papel seria muito mais secundário do que imaginam (os liberais) se trouxermos à baila o funcionamento geral do sistema do capital.

O resultado disso é que até os liberais clássicos, como Adam Smith (1723-1790) e David Ricardo (1772-1823) que alcançaram elementos concretos da realidade como o “valor trabalho”, a “oferta e demanda” etc., não consigam nos dizer os fundamentos ontológicos desses

¹⁰⁰ Vislumbramos, por exemplo, em Mises (2010, p.329), o atrelamento feito pelos “liberais vulgares” entre o preço e as vontades dos consumidores, como se estas fossem as únicas e decisivas fontes de formação dos preços: “Os consumidores determinam, em última instância, não apenas os preços dos bens de consumo, mas também os preços de todos os fatores de produção. Determinam a renda de cada membro da economia de mercado.”. Ver também: “Os preços se constituem, em última instância, por julgamentos de valor dos consumidores.” (*Ibidem*, p.393).

¹⁰¹ Para uma explicação mais elaborada sobre a formação dos preços e as teorias do “valor”, indicamos (CRUZ, 2022b).

elementos, porquanto que, mesmo corretos, sinceros e rigorosos quanto ao estudo do capitalismo, não puderam nos trazer a essencialidade da nossa sociedade; no fim das contas, foram honestos ideólogos da burguesia e, como sugestionam Marx e Engels, no início de um processo revolucionário, às vezes, existe a ilusão de que os interesses particulares de uma classe sejam os interesses universais da humanidade¹⁰² e, nesse aspecto, não se trata de uma má-fé ou um erro moral por parte de ideólogos como Smith¹⁰³, o que não é o caso dos “liberais vulgares” e dos neoliberais que não estiveram na fase inicial e revolucionária¹⁰⁴ do sistema, mas, sim, na fase reacionária.

A parcialidade das teses erigidas pelos ideólogos (levando-se em conta o significado do termo proposto por Marx e Engels) fazia com que não fossem observadas as questões mais candentes e estruturais do sistema capitalista em sua inteireza, apenas os seus pedaços isolados.

E isso não caberia apenas para os ideólogos liberais propriamente ditos, mas, também, para todos aqueles que não compreendiam a realidade social enquanto uma totalidade. Para esta conclusão basta lembrarmos que, em “A ideologia Alemã”, Marx e Engels estavam combatendo os ideólogos do “neo-hegelianismo” (ou “pós-hegelianismo, como queiram) e os do “materialismo mecanicista”, duas vertentes expressas nas figuras de Bruno Bauer (1809-1882), Max Stirner (1806-1856) e Ludwig Feuerbach (1804-1872), como explicitado por Musto (2021, p.35-36)¹⁰⁵.

O segundo apontamento que devemos realizar é que a parcialidade da ótica dos ideólogos não se restringia ao estudo do capitalismo, mas também na análise de toda a história humana em todas as suas formas sociais.

Aliás, só mesmo na imaginação dos ideólogos essa “vontade” surge antes que as condições tenham evoluído a ponto de poder produzi-la. Depois que as condições evoluíram o suficiente para produzi-la, **o ideólogo pode imaginar essa vontade**

¹⁰² “A universalidade corresponde [...] à ilusão do interesse *comum*. No começo, essa ilusão é verdadeira.” (MARX; ENGELS, 2007, p.49).

¹⁰³ “Ideólogos” é o termo que Marx vai continuar a utilizar para tratar e etiquetar estes pensadores burgueses como Smith, mesmo na sua clássica obra, “O Capital”: “É por isso que o capitalista e seu ideólogo, o economista político [...]” (MARX, 2013a).

¹⁰⁴ “[...] o fenômeno de que as ideias que dominam são cada vez mais abstratas, isto é, ideias que assumem cada vez mais a forma da universalidade. Realmente, toda nova classe que toma o lugar de outra que dominava anteriormente é obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seu interesse como o interesse comum de todos os membros da sociedade, quer dizer, expresso de forma ideal: é obrigada a dar às suas ideias a forma da universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais, universalmente válidas.” (MARX; ENGELS, 2007, p.48).

¹⁰⁵ “[...] uma “crítica da moderna filosofia alemã, tal como exposta pelos seus representantes Ludwig Feuerbach, Bruno Bauer e Max Stirner, e do socialismo alemão, tal como exposto por seus vários profetas” O texto resultante, postumamente publicado sob o título A ideologia alemã, tinha um duplo objetivo: combater as últimas formas do neo-hegelianismo na Alemanha, e então, como escreveu Marx ao editor Carl Wilhelm Julius Leske, “preparar o público para o ponto de vista adotado em minha Economia, que é diametralmente oposto à ciência alemã, passada e presente”.”

como algo simplesmente arbitrário e, conseqüentemente, identificável em todas as épocas e sob todas as circunstâncias. (MARX; ENGELS, 2007, p.318. Grifos nossos).

Foi exatamente dessa deformação da realidade social que a atual classe dominante, a burguesia, locupletou-se para disseminar a ideologia burguesa, seja por intermédio dos ideólogos mais ingênuos e sinceros, seja pelos mais escancarados defensores do sistema capitalista ao utilizaram as suas visões turvas (manchadas) e parcializadas acerca do mundo social, os ideólogos logo trataram de capturar fenômenos que são especificamente do sistema capitalista e transformá-los em fenômenos de toda história, convertendo questões que são particulares, historicamente determinadas, do contexto histórico da modernidade, em questões supostamente universais.

Por meio da ideologia, passaram a apresentar as características do sistema social capitalista como se fossem, também, do mundo orgânico, intrínsecas ao indivíduo desde o seu nascimento e, nesse movimento, deu-se a naturalização do capitalismo, o que, por consequência, levaria à ilusão de que a história acabou, já que vivemos em uma sociedade que finalmente teria conseguido expressar, em suas últimas potências, todos os instintos humanos, uma forma social natural e espontânea, indestrutível e insuperável por ser a nossa cópia biológica individual ampliada em escala social global.

A confusão entre teoria da natureza e teoria social foi aberrante, os ideólogos justificavam e legitimavam o sistema através de uma metafísica do *ser*, o que não foi nenhuma novidade da burguesia ou do capitalismo, tendo em vista que, por mais que o termo “ideologia” não existisse nos sistemas anteriores, todos eles fizeram ideologias¹⁰⁶, visando a elencar fenômenos particulares da sua época e os elevar a universais.

Ocorreu desta forma na idade média e na relação exposta como “divina” na disposição da ordem vigente, do mesmo modo no escravismo grego ou romano, nos quais eram propagadas as teses de que a escravidão era um destino dado e herdado e que não havia existido outra forma societal antes e nem mesmo seria possível existir outra possível, pois a condição de nascer escravo seria inata e intrínseca, no sentido de que cada um veio ao mundo com o propósito, e completar este, seria contemplar a coletividade.

Nesse ponto, analisando o contexto histórico, podemos dar “uma colher de chá” para Aristóteles e a sua tese esdrúxula de que o escravismo era a sociedade mais “evoluída” possível,

¹⁰⁶ “Toda concepção histórica existente até então ou tem deixado completamente desconsiderada essa base real da história, ou a tem considerado apenas como algo acessório, fora de toda e qualquer conexão com o fluxo histórico. A história deve, por isso, ser sempre escrita segundo um padrão situado fora dela; a produção real da vida aparece como algo pré-histórico, enquanto o elemento histórico aparece como algo separado da vida comum, como algo extra e supraterrâneo.” (MARX; ENGELS, 2007, p.43).

considerando o déficit de informações que ele teve naquele tempo, por não ter conhecimento das organizações sociais dos “caçadores-coletores” e da complexidade dos seus sistemas comuns e, em vista disso, é provável que o único sistema que ele tenha visto e tomado conhecimento de que conseguisse reproduzir uma coletividade tenha sido o modelo escravista, base da *polis* em que vivia.

Todavia, o mesmo procedimento não pode ser aplicado aos ideólogos burgueses do início do século XIX em diante, pois era de conhecimento público que o sistema capitalista não havia sido o único na história, ademais, as pesquisas sobre as sociedades comuns primitivas avançaram de tal modo que foi possível realizar a descoberta de que nelas, a humanidade tinha uma ética que não tem semelhança ou correspondência com o complexo valorativo gestado pelo capitalismo.

Enquanto os apologetas do capital pregavam que o individualismo e a propriedade privada eram extensões inatas do *ser* humano, os estudos antropológicos, arqueológicos e históricos, comprovavam que a maior parte da história da nossa espécie foi sob uma base coletivista, comunitária e sem propriedade privada, onde tudo era compartilhado por todos os membros dos agrupamentos de “caçadores-coletores”, inclusive os próprios filhos das pessoas eram considerados filhos de todos, empregando uma responsabilidade coletiva sobre a criação destes, não existiam as famílias monogâmicas e nem o formato de família enquanto unidade econômica gerado pelo patriarcalismo e reproduzido pelo capitalismo. Aliás, muitas das comunidades eram matriarcais.

Nós vivemos por cerca de 150 mil a 200 mil anos em sistemas de propriedade coletiva dos meios de produção, sem classes sociais, sem Estado, sem Direito, sem família monogâmica, sem quaisquer das entidades, instituições e complexos sociais que existem no capitalismo (ENGELS, 2012).

Em contraponto a esses mais de 150 mil anos de coletivismo, a primeira sociedade de classes foi fundada após a Revolução Neolítica (Revolução da Agricultura) que ocorreu aproximadamente entre 8 mil a 12 mil anos atrás¹⁰⁷, quando foi possível gerar excedente por

¹⁰⁷ “O prolongado período do comunismo primitivo, a fase inicial do desenvolvimento da humanidade, onde as classes, a propriedade privada e o estado não existiam, abriu caminho à sociedade de classes tão logo as pessoas foram capazes de produzir um excedente acima das necessidades da sobrevivência cotidiana. Neste ponto, a divisão da sociedade em classes se tornou economicamente viável. A barbárie surge da desintegração da velha comuna. Aqui, pela primeira vez, a sociedade está dividida pelas relações de propriedade, e as classes e o estado estão em processo de formação, embora estas coisas somente emergam gradualmente, passando de uma etapa embrionária e finalmente se consolidando como sociedade de classes. Este período começa há aproximadamente 10.000 ou 12.000 anos.” (WOODS, 2016).

intermédio do meio de produção predominante à época, a propriedade da terra e dos seus produtos (resultados), cindindo a sociedade em classes (ENGELS, 2012).

O progresso humano começa a acelerar como resultado da primeira e mais importante destas grandes revoluções, que foi a transição do modo de produção dos primitivos caçadores-coletores à agricultura. Esta sentou as bases para a vida sedentária e para o surgimento das primeiras cidades. Este foi o período a que os Marxistas se referem como a barbárie, ou seja, a etapa entre o comunismo primitivo e a nascente sociedade de classes, quando as classes começam a se formar. (WOODS, 2016).

A história da divisão de classes e da propriedade privada é a menor parcela do que já vivenciamos enquanto espécie, mas, o que falar do sistema capitalista? Este é um átomo em termos temporais, um “recém-nascido” que não tem mais de 500 anos (se excluirmos a fase de acumulação primitiva do capital, o sistema capitalista só tem 300 anos). Entretanto, a ideologia burguesa, com o seu reconhecido atrevimento, foi capaz de espalhar no tecido social as teses de que qualquer elemento do sistema moderno da propriedade privada dos meios de produção é eterno e imutável, pois estaria marcado a ferro e fogo no espírito humano.

Tal absurdo desavergonhado perdeu qualquer sustentáculo “científico”, principalmente após a enorme pesquisa antropológica feita pelo etnólogo Lewis Henry Morgan (1818-1881), exposta, em especial, no seu clássico *Ancient Society*, publicado em 1877, que fora objeto de estudo e anotações por parte de Karl Marx, e se apropriando dessas anotações Engels escreveu as suas teses acerca da família monogâmica e do patriarcalismo serem fenômenos historicamente determinados e que não só podem, como devem ser superados por uma nova sociedade comprometida com a emancipação do gênero humano, teses essas que foram expostas no polêmico livro “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, publicado em 1884, texto que Engels designou como o “testamento” de Marx, uma homenagem que fizera ao grande amigo após a sua morte, visando a elaborar uma obra que estava em seus planos.

Destacamos que temos discordâncias sobre algumas proposições que foram assumidas por Engels, de modo totalmente acrítico, retiradas da obra de Morgan e das anotações de Marx, como se o *Mohr* estivesse dando a sua opinião sobre o livro do antropólogo norte-americano e não apenas fichando o que compreendia da obra, porém, essa é uma discussão que foge ao escopo desta dissertação e a trataremos com melhor qualidade em outra oportunidade.

Face ao exposto, fica evidenciado que a obra de Morgan e de autores correlatos, comprovaram e explicaram as formas comunais das sociedades dos “caçadores-coletores”, desmascarando qualquer hipótese de “natureza humana”, tendo em vista que ao longo das

centenas de milhares de anos que estivemos neste planeta, centenas de formas sociais foram criadas, sistemas de todos os tipos e contraditórios entre si, com valores específicos que entram em choque e confronto com valores de tempos distintos, com estruturas e complexos sociais diametralmente opostos.

No entanto, ainda assim, a ideologia burguesa perdura a “naturalizar” o seu sistema de dominação até os dias atuais. Por isso, é de fundamental importância resgatar o conceito de ideologia de Marx e Engels, repisando os dois apontamentos essenciais que fizemos (ambos são expostos pelo professor Mauro Iasi)¹⁰⁸: ideologia é uma visão turva (manchada) da realidade, onde os teóricos que são ideólogos só conseguem enxergar a aparência da realidade, fragmentos, sem apreender a sua essência, além disso, a ideologia é responsável por converter aquilo que é particular de uma determinada época em algo universal na história da humanidade¹⁰⁹, mistificando a realidade social para a manutenção da dominação exercida pela burguesia sob a classe trabalhadora, no explorador sistema capitalista. Como afirmaram os fundadores do materialismo histórico, a classe dominante se prontifica a “apresentar um interesse particular, na prática, como interesse comum a todos e, na teoria, como interesse geral.” (MARX; ENGELS, 2007, p.49).

2.3. GRAMSCI E A IDEOLOGIA MARXISTA

Em face do exposto no subcapítulo precedente, podemos concluir que a ideologia aparece pela primeira vez na obra marxiana enquanto um conceito “negativo”, sendo um *modus operandi* de expor interesses particulares de uma classe como se fossem universais, uma metodologia que apreende apenas parcialmente e turvamente o real. Entretanto, a tradição

¹⁰⁸ Em (IASI, 2014) e (IASI, 2020).

¹⁰⁹ “Realmente, toda nova classe que toma o lugar de outra que dominava anteriormente é obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seu interesse como o interesse comum de todos os membros da sociedade, quer dizer, expresso de forma ideal: é obrigada a dar às suas ideias a forma da universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais, universalmente válidas. [...] os diferencia das representações dominantes de épocas precedentes apenas porque os apresenta como verdades eternas. Esses “conceitos dominantes” terão uma forma tanto mais geral e abrangente quanto mais a classe dominante precisar apresentar seus interesses como os interesses de todos os membros da sociedade.” (MARX; ENGELS, 2007, p.48).

marxista, a partir da segunda internacional¹¹⁰ (fundada em 1889) e depois em maior medida no século XX, vai passar a adotar um conceito “positivo” de “ideologia”, tal como aparece nas obras de clássicos como Lenin¹¹¹, Trotsky, Rosa de Luxemburgo, Plekhánov, Gramsci, Lukács (neste caso, com algumas divergências da formulação gramsciana, porém, mantendo o essencial no que tange ao caráter “positivo” da “ideologia”) etc.

No marxismo do mundo ocidental, o conceito que foi amplamente divulgado e até engessado foi o de Gramsci que, em síntese, representa a capacidade dos indivíduos de enxergar que a realidade é fraturada em classes e, por conta disso, construir ideias de mundo que correspondam aos seus interesses do ponto de vista das relações sociais de produção.

Nesta gama, a burguesia, detentora dos meios de produção, ao perceber esta posição, formula os seus valores com base na defesa do capital e da propriedade privada dos meios de produção, permeando todas as entidades sociais com esses valores, dá-se a eles o nome de “ideologia” e, na outra via das relações de produção, temos o proletariado que só tem a sua força de trabalho para vender, e fica refém dessa “ideologia” dominante porque ela se conecta perfeitamente com as necessidades que o capitalismo e todos os seus complexos sociais têm para se reproduzirem, ou seja, ela expressa não só os valores da classe burguesa, mas, também, do próprio tempo histórico, do sistema predominante, por isso, todas as instituições vão refletir essa “ideologia”, submetendo, então, por meio delas, a outra classe, os trabalhadores, cujo interesses históricos, levados à última consequência contradizem o seu tempo histórico, negando-o (o capitalismo, o Estado, o Direito Burguês, a academia burguesa etc.).

Dadas as condições, a classe trabalhadora, que é a maioria esmagadora da população, encontra-se inicialmente sem conseguir erigir a sua própria “ideologia”, pois achatada pelos valores burgueses impregnados em toda a vida social e ensinados desde cedo. Para conseguir superar esse estágio, seria necessária uma conscientização de classe (tomar consciência da posição que ocupa nas relações de produção) e uma organização dos próprios explorados para produzir tanto as suas formas de luta materiais quanto as espirituais (ideias), formulando a sua própria “ideologia” para ser utilizada instrumentalmente no combate contra a classe dominante e o sistema capitalista. Entra em cena, nessa teoria, uma concepção “positiva” de “ideologia”.

¹¹⁰ Especialmente na figura de Eduard Bernstein: “[...] um conceito de ideologia diferente daquele de 1845-184. Alguns sinais parecem surgir em Eduard Bernstein.” (LIGUORI, 2007, p.80).

¹¹¹ A formulação “positiva” de ideologia posta por Lenin em “Que fazer?” e continuada em “O Estado e a Revolução” é bastante conhecida na tradição marxista: “[...] o problema põe-se unicamente assim: ideologia burguesa ou ideologia socialista. Não há meio termo (porque a humanidade não elaborou nenhuma “terceira” ideologia: ademais, em geral, na sociedade cortada pelas contradições de classe, não pode nunca existir uma ideologia à margem das classes ou acima das classes. Por isso, *tudo o que seja* rebaixar a ideologia socialista, *tudo o que seja* afastar-se dela, significa fortalecer a ideologia burguesa.” (LENIN, 2015, p.90-91).

Portanto, se nos basearmos na lavra de Marx e Engels em “A ideologia Alemã” e no seu conceito “negativo” de ideologia, seria um despropósito a formulação elaborada por Gramsci de uma necessidade histórica da construção da “ideologia do proletariado” para combater a “ideologia burguesa”¹¹², pois, se fosse este o caso, estaríamos apenas mistificando ainda mais a realidade para os trabalhadores, ao engendrar uma ótica turva e parcial de mundo social para a classe explorada e oprimida, colocando-a de “cabeça para baixo como numa câmara escura” (MARX; ENGELS, 2007, p.94). Ademais, nosso propósito (comunistas) é a superação de todas as classes, não tão somente a imposição dos interesses particulares da classe trabalhadora sobre os interesses gerais da humanidade.

Mas, obviamente que, como Gramsci não leu “A ideologia Alemã” (não teve acesso ao escrito, pois à época da primeira publicação ele estava encarcerado)¹¹³, a sua formulação fazia algum sentido quando ele tomava por “ideologia” uma sistematização de ideias (concepções de mundo)¹¹⁴ formadora de partidos e condutoras de entidades como o Estado; nesse sentido, seria salutar contrapor as organizações burguesas e as suas “ideologias” construindo e alavancando a “ideologia” da classe trabalhadora para disputar a “hegemonia” da sociedade¹¹⁵, com organismos próprios dos trabalhadores fora das instâncias das instituições capitalistas, sendo guiados pela “ideologia proletária”¹¹⁶.

¹¹² “A ideologia não pode ser compreendida apenas como um conjunto de ideias, que pelos mais diferentes meios (meios de comunicação de massas, escola, igrejas, etc.) são enfiadas na cabeça dos indivíduos. Isto levaria ao equívoco de conceber uma ação anti-ideológica como a simples troca de velhas por “novas” ideias.” (IASI, 1999, p.24).

¹¹³ A primeira publicação da obra “A ideologia Alemã” (contendo mais do que o capítulo sobre “Feuerbach”, pois este já havia sido publicado na década de 1920) foi feita em 1932, na MEGA 1, sob a coordenação de David Riazanov, e Gramsci esteve preso entre 1926 a 1934. Quando posto em liberdade condicional, por conta do seu degradado estado de saúde, viveu em definhamento, entre 1934 até a sua morte em 1937, sem ter tido acesso à “Ideologia Alemã”.

¹¹⁴ “Mas, nesse ponto, coloca-se o problema fundamental de toda concepção do mundo, de toda filosofia que se transformou em um movimento cultural, em uma “religião”, uma “fé”, ou seja, que produziu uma atividade prática e uma vontade nas quais ela esteja contida como “premissa” teórica implícita (uma “ideologia”, pode-se dizer, **desde que se dê ao termo “ideologia” o significado mais alto de uma concepção do mundo [...]**)” (GRAMSCI, apud FREDERICO, 2021).

¹¹⁵ “Quando as classes dominantes passam a se apoiar, em grande medida, na capacidade de difundir sua ideologia e fazer com que ela seja assumida pelas próprias classes dominadas e exploradas – ou por uma parte delas –, consegue impor sua hegemonia sobre o conjunto da sociedade, o que dá uma base mais sólida ao seu poder. A esse movimento de cooptação dos dominados pelos dominadores Gramsci chama de “revolução passiva”, um processo pelo qual se muda a forma de dominação, mas se mantém sua substância. Isso resulta em consequências para a classe trabalhadora, que também deve construir – ao lado da sua força econômica, social e política – o seu poder ideológico, para poder se constituir como articuladora de uma força hegemônica alternativa. **Vale também para as classes dominadas e exploradas a necessidade de organizar não apenas a sua força, mas também a capacidade de que sua ideologia, seus valores, sua visão do mundo, possam conquistar outros setores populares da sociedade.**” (SADER, 2012, p.8. Grifos nossos).

¹¹⁶ Para Gramsci, essa “ideologia” do proletariado seria superior intelectualmente à da burguesia, pois demonstraria o caráter contraditório da realidade social em sua completude, enquanto a “ideologia” burguesa trataria de pacificar essa condição orgânica do sistema capitalista visando a impedir a escalada da luta de classes.

Gramsci fala também na existência, ao lado de uma “ideologia necessária” e “orgânica”, de uma ideologia que é “pura elucubração arbitrária de determinados indivíduos” e, também, de uma ideologia difusa: as “historicamente orgânicas, isto é, que são necessárias a uma determinada estrutura, e ideologias arbitrárias, racionalísticas, “voluntaristas”. **Enquanto são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade “psicológica”: elas “organizam” as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc.** (CC, 1, 237). (FREDERICO, 2021. Grifos nossos).

Evoca-se o Marx de 1859, que Gramsci “amplia” consideravelmente, nele fundamentando a possibilidade de uma concepção positiva de ideologia. Assim, o marxismo se torna uma ideologia entre as outras, com o objetivo de fazer com que uma classe, o proletariado, “tome consciência”. (LIGUORI, 2007, p.83-83).

Fica evidenciado, então, que, na obra de Gramsci, no que tange à “ideologia”, não há nenhum vestígio do conceito erigido por Marx e Engels em 1845-1846, conforme aponta certamente (LIGUORI, 2007, p.77-78. Grifos nossos):

Em segundo lugar, e sobretudo, Gramsci provavelmente não conhece A ideologia Alemã. [...] Será que Gramsci pôde lê-lo ou ler alguma recensão a respeito? **Resta o fato de que não há vestígio disso na sua obra.** Ou seja, ele provavelmente não tem à disposição o que hoje estamos habituados a considerar como o lugar de nascimento do marxiano conceito de ideologia na sua conotação negativa.

Em verdade, é até mesmo possível enxergar algum nível de oposição entre o posto como ideologia no texto marxiano e a “ideologia” marxista de Gramsci. Será em cima disso que Liguori (2007, p.86) vai levantar a sua conclusão de que haveria uma contradição indissolúvel entre os dois conceitos e que Gramsci teria caído nesta contradição por não conhecer o conceito “negativo” marxiano que, supostamente, seria incompatível com o conceito de “tomada de consciência” que o sardo vai construir se embasando no texto “Para a Crítica da Economia Política”¹¹⁷. Não estamos convencidos de que haja de fato este nível de contradição absoluta, pois é possível que haja alguma mediação para a utilização de ambos os conceitos, tanto o “negativo” quanto o “positivo”, embora tenhamos a preferência de não utilizar o conceito de “ideologia” de Gramsci, só que muito mais por outras razões do que por essa contradição.

Ademais, o sardo não elaborou corretamente uma digressão histórica acerca da temática para poder constituir os seus próprios conceitos, que são dois: “ideologia” começando com “i” minúsculo significa, na obra de Gramsci, a sistematização de ideias de

¹¹⁷ Avançando mais do que isso, Liguori (2007, p.86) vai argumentar que essa contradição já se encontra mesmo em Karl Marx ao dispor de um conceito negativo em 1845-1846 e outro positivo em 1859, tese esta que discordamos frontalmente, e contra ela, demonstramos ao longo desta dissertação, a possibilidade concreta da utilização em conjunto do conceito dado em “A ideologia Alemã” e do dado em “Para a Crítica da Economia Política”.

mundo como explicamos nesse subcapítulo. Já “Ideologia”, iniciando com a letra maiúscula, significaria a “ciência das ideias”, aquilo a que nos referimos ao tratar de Destutt de Tracy e o seu conceito para a terminologia no subcapítulo anterior.

É fundamental ressaltar que tais levantamentos são importantes, dado que é imperioso ter em vista que o principal problema de Gramsci, ao efetuar a sua remontagem histórica do termo “ideologia”, foi deixar passar despercebida justamente a parte “negativa” da sua configuração, destacando apenas o lado “positivo”:

Na realidade, as coisas são mais complexas do que Gramsci aqui vê. Quanto à gênese do conceito, ele não faz referência à marca negativa que Napoleão, primeiramente, imprimiu ao termo [...] quando, ‘com tom de desprezo, definiu como ideólogos Destutt de Tracy e seus amigos, os quais tentaram se opor às suas ambições imperiais’, dando a entender que eles – como intelectuais – substituíam ‘a política real por considerações abstratas’ (LIGUORI, 2007, p.77).

Inclusive, é possível encontrar esse contexto de “negatividade” que à época rodeava o conceito de ideologia já nos primeiros escritos de Engels, antes de se tornar parceiro intelectual de Marx, como observou (GORENDER In MARX, 2013a. Grifos nossos): “O ‘Esboço’ de Engels focalizou as obras desses economistas como expressão da ideologia burguesa da propriedade privada, da concorrência e do enriquecimento ilimitado. **Ao enfatizar o caráter ideológico da economia política, negou-lhe significação científica.**”

Essa conotação “negativa” vai ser replicada por Engels, muitas décadas depois, como vemos em um trecho da sua carta a Franz Mehring, em 14 de julho de 1893:

A ideologia é um processo que, com efeito, é completado com consciência pelo chamado pensador, mas com uma consciência falsa. **As forças impulsionadoras [Triebkräfte] propriamente ditas que o movem permanecem-lhe desconhecidas; se não, não seria, precisamente, processo ideológico nenhum.** (ENGELS, 1893. Grifos nossos).

A bem da verdade, como já mencionamos, o descarte do caráter “negativo” do conceito e a utilização do conceito “positivo”, aos moldes de “concepção de mundo”, não foi uma exclusividade de Gramsci e dos grandes clássicos marxistas da primeira metade do século XX, mas, sim, pela grande maioria dos marxistas como um todo, especialmente pelo fato de estarem na Era das grandes revoluções proletárias, a definição dos embates entre as duas grandes “ideologias”, a da burguesia e a do proletariado, caía como uma “luva” para instrumentalizar e agudizar ainda mais a luta de classes à época.

Todavia, o debate para Marx (ao menos no seu primeiro conceito de ideologia de 1845-1846) nunca foi entre “ideologia” da burguesia *versus* “ideologia” dos trabalhadores, mas, sim, entre ciência social *versus* ideologia¹¹⁸.

O materialismo histórico não é uma ideologia, para Marx e Engels, ele é uma ciência fundada justamente para demolir as ideologias, como fica explícito na seguinte passagem (mais de duas décadas depois da escrita de “A ideologia Alemã”): “[...] decidimos esclarecer em conjunto a oposição da nossa maneira de ver contra a [maneira de ver] ideológica da filosofia alemã” (MARX, 1859a), portanto, a “maneira de ver” ideológica estava presente na filosofia alemã que fora criticada por Marx e Engels, a posição de ambos se deu em “oposição” à “ideológica”, caso contrário não seria necessário utilizar o termo “ideológica” nessa oração para designar a ótica (teorias) da filosofia alemã, bastava colocar em contraponto uma “maneira de ver” contra outra “maneira de ver”, se ambas estivessem na mesma etiqueta, mas, como sustentamos, estamos convencidos de que não estão.

Do texto, em original no alemão, depuramos a mesma coisa, “beschlossen wir, den Gegensatz unsrer Ansicht gegen die ideologische der deutschen Philosophie gemeinschaftlich auszuarbeiten” (MARX, 1859b), aqui Marx expõe precisamente da seguinte forma: ele e Engels decidiram trabalhar, conjuntamente, o contraste entre a “nossa visão” e a “ideológica” da filosofia alemã, porquanto que a “visão” de ambos não era ideológica como era a da filosofia alemã criticada na obra “A ideologia alemã”.

Essa conotação não se encerrou neste texto, pois em “O Capital” volume 1, publicado em 1867, Marx continua a impregnar um caráter “negativo” ao termo “ideólogos”, demonstrando, por suposto, que não se considerava um “ideólogo” e nem que a sua teoria seria uma ideologia:

Os agentes práticos da produção capitalista e seus tagarelas ideológicos são tão incapazes de conceber o meio de produção separadamente da máscara social antagônica que hoje adere em seu rosto quanto um escravista o é de conceber o próprio trabalhador separadamente de seu caráter de escravo. (MARX, 2013a).

¹¹⁸ Essa contraposição essencial posta por Marx entre o materialismo histórico *versus* as ideologias seria inviável e incongruente dentro dos meandros dos escritos de Gramsci, de acordo com Liguori (2007, p.81): “Para o jovem Gramsci, a concepção da ideologia em Marx (aquela que hoje consideramos “clássica”, na acepção de visão distorcida da realidade) é inaceitável. O próprio Marx é um ideólogo, porque, se de um lado ‘zomba das ideologias’, por outro ‘é ideólogo como político efetivo, como revolucionário’.” Por isso, consideramos de bom grado a conclusão de Liguori (2007, p.97) de que o conceito de “ideologia” em Gramsci seja original: “O jovem Gramsci recebe uma multiplicidade de influências que contribuem para conduzi-lo até uma original concepção da ideologia através de uma atividade complexa de assimilação-distinção: além de Marx, Engels e Labriola, tiveram papel fundamental autores como Sorel e Croce, mas também Barbusse e Pareto.”

Do mesmo modo, ele continua arguindo problemas e debilidades nas óticas “ideológicas” acerca da sociedade, vejamos mais um trecho de “O Capital”: **“O defeito do materialismo abstrato** da ciência natural, que exclui o processo histórico, **pode ser percebido já pelas concepções abstratas e ideológicas** de seus porta-vozes, onde quer que eles se aventurem além dos limites de sua especialidade.” (MARX, 2013a. Grifos nossos).

Sendo assim, o resgate dessa conceituação de ideologia “negativa” se dá, neste espaço, para que possamos classificar e desvendar a teoria neoliberal (não o neoliberalismo enquanto fenômeno social) que não se trata de nada mais do que uma ideologia, com tudo de trágico e cômico que isso represente (ao estilo kafkiano), dado que é a repetição com implementações vulgares do mesmo mecanismo “teórico” utilizado pelos primeiros liberais clássicos desde o século XVII, há 300 anos, e que é requentado a cada século como se grande novidade fosse.

Vejamos como Marx e Engels, em 1845-1846, na redação de “A ideologia alemã”, já identificavam essa artimanha e combatiam a ideologização da realidade, seja por parte dos idealistas seja pelos materialistas mecanicistas, em defesa da historicização dos fenômenos sociais:

Ele não vê como o mundo sensível que o rodeia não é uma coisa dada imediatamente por toda a eternidade e sempre igual a si mesma, mas o produto da indústria e do estado de coisas da sociedade, e isso precisamente no sentido de que é um produto histórico, o resultado da atividade de toda uma série de gerações, que, cada uma delas sobre os ombros da precedente, desenvolveram sua indústria e seu comércio e modificaram sua ordem social de acordo com as necessidades alteradas. (MARX; ENGELS, 2007, p.30. Grifos nossos).

O comunismo distingue-se de todos os movimentos anteriores porque revoluciona os fundamentos de todas as relações de produção e de intercâmbio precedentes e porque **pela primeira vez aborda conscientemente todos os pressupostos naturais como criação dos homens que existiram anteriormente, despojando-os de seu caráter natural e submetendo-os ao poder dos indivíduos associados.** (*Ibidem*, p.67. Grifos nossos).

Destarte, todas as teorias que tentam naturalizar elementos sociais de determinadas sociedades em específico, operam dentro dos meandros da ideologia. Para Marx, todas as categorias e complexos sociais são historicamente determinados, nem sempre existiram, e podem ser superados, pois aquilo que a humanidade cria, ela também destrói, a única categoria que não pode ser superada é o trabalho (intercâmbio entre o *ser* humano e a natureza, alterando-a para possibilitar as condições materiais e espirituais da sua própria existência enquanto espécie. O que interliga *ser* inorgânico, *ser* orgânico e *ser* social), todo o resto é suplantável, e não poderia ser diferente partindo de quem propõe a completa negação da sociedade capitalista, suprimindo o *estado de coisas* do mundo social, visando a suplantá-lo

por um novo mundo que seria o extremo oposto do atual: o comunismo¹¹⁹.

Há nesse confronto teórico entre o materialismo histórico e a ideologia burguesa, a nevrálgia que inicia as discordâncias fundamentais e as grotescas críticas e difamações ao pensamento de Marx e, concomitantemente, de Engels, sobretudo no que diz respeito à proposta de construir um novo tecido social racionalizado, retirando as mediações e as mistificações que distanciavam os humanos das suas próprias criações, transformado elas, fantasmagoricamente, em produtos à revelia da nossa escolha teologicamente elaborada, pois, para os ideólogos burgueses, seria impossível que um indivíduo pudesse controlar a sociedade completamente e dirigi-la racionalmente, porque as estruturas e entidades do capital seriam naturais, impassíveis de interferência racional.

2.4 A IDEOLOGIA NEOLIBERAL

A ideologia burguesa, tal qual nós explicitamos no fim do subcapítulo anterior, foi a ideologia que deu base para a emergência de todas as “ciências” burguesas e os seus fundamentos (parcialidade, fragmentação, universalização do que que é historicamente determinado etc.)

Vejamos: na teoria hegemônica do Direito, temos que “onde há sociedade, há a justiça”, transformando o Direito que é um fenômeno social existente apenas na modernidade em algo *supra-histórico*; retiram a particularidade do Direito Burguês que só existe no capitalismo e serve para a sua reprodução e colocam um véu universalista nele, através do procedimento absolutamente anticientífico de assemelhá-lo a qualquer regramento social¹²⁰,

¹¹⁹ “[...] isto é, para o comunista, trata-se de revolucionar o mundo, de enfrentar e de transformar praticamente o estado de coisas por ele encontrado. [...] O comunismo não é para nós um *estado de coisas* [*Zustand*] que deve ser instaurado, um *Ideal* para o qual a realidade deverá se direcionar. Chamamos de comunismo o movimento *real* que supera o estado de coisas atual. As condições desse movimento [devem ser julgadas segundo a própria realidade efetiva.]” (MARX; ENGELS, 2007, p.30/38).

¹²⁰ A teoria jurídica *mainstream* confunde e trata como sinônimos normatividade e Direito, quando existem diversas formas normativas que não tem teor jurídico. Essa ideologia foi melhor destrinchada por nós em (CRUZ, 2021): “O direito é um fenômeno historicamente determinado, isso significa que ele nem sempre existiu e, também, pode deixar de existir em sociedades futuras, que se estruturam por intermédios de regras éticas. [...] Confundir regras quaisquer com o direito é querer que um fenômeno particular tenha sempre existido (manusear teleologicamente este movimento), fazendo um exercício, no mínimo, intelectualmente limitado pela “técnica das tesouras” ou, em última instância, de desconhecimento total da realidade concreta e da práxis social histórica,

dizem, por exemplo, que as sociedades reguladas por normas religiosas, estavam sob a égide do direito, o mesmo para sociedades comunais onde a ética é quem direcionava as normas, dizem que uma dúzia de pessoas criando limites morais ao cotidiano é, também, a ação do Direito, de modo que eternizam um complexo social estritamente moderno como se fosse uma expressão inequívoca e natural da humanidade.

Na teoria hegemônica (nos manuais) da ciência política, sustentam a mesma ideologia, asseveram que o Estado, também um fenômeno historicamente determinado e criado pelas mãos humanas, sempre existiu e, sem ele, não há “ordem” social. Novamente por intermédio da “técnica das tesouras”, elencam uma entidade particular e elevam ela a universal, mesmo que tenhamos vivido mais de 150 mil anos sem Estado, buscam similaridades em fenômenos completamente distintos, então, um sábio de uma sociedade, por ser consultado sobre o que fazer, vira a representação do Estado, um Pagé ou Cacique indígena, também se convertem em Estado, desta forma aprendemos nos manuais de “História do Direito” e “Ciência Política” que o Estado, ao invés de ser estudado de maneira historicizada, é dado como a expressão de qualquer “liderança” já existente em qualquer forma social, com isso, temos mais uma estrutura posta no capitalismo que não pode ser superada, pois expressa a natureza humana de que “uns nasceram para liderar”, têm o “dom” da liderança e isso supostamente é expresso e personificado enquanto uma *forma-política* estatal.

E, enfim, o melhor (pior) dos exemplos: o próprio mercado sempre existiu e o problema da economia sempre foi a “escassez”, assim encontramos nos manuais de “economia” e na hegemonia liberal (no momento a neoliberal), aproximam ou quase igualam uma sociedade que é regida e centrada no mercado, com qualquer sociedade que alguma troca tenha ocorrido, confundem uma troca dentro do capitalismo, intermediada pelo mercado, com uma troca no feudalismo ou mesmo no escravismo precedente, onde o mercantilismo não fazia preponderar o mercado nas tecituras societais, quando as trocas eram dispersas, trocas que não estavam mediadas e submetidas pela *forma-mercadoria*, nem pela lei do valor (portanto, nem mercadorias existiam, trocavam-se produtos, a mercadoria surge com a mediação da lei do valor), onde indivíduos produziam as coisas para si mesmos em primeiro lugar e, neste caso, sem ter a centralidade do comércio. Ainda mais longe do que isso, se um

replicando chavões e clichês produzidos por “ideólogos” para, meramente, perpetuar as instituições “sagradas” do capitalismo. As leis sociais são historicamente produzidas, não são leis da natureza irreversíveis. [...] a historicização do fenômeno jurídico torna a sua análise científica e não mística, sendo basilar para erigir qualquer concepção concreta acerca do assunto, afastando-se das concepções fetichistas que se utilizam de “ideologia”, transformando complexos sociais particulares em universais, como é o caso, por exemplo, do que fazem as teorias hegemônicas burguesas com o Direito, com o Estado, com o Mercado, etc.”.

indivíduo, numa sociedade de “caçadores-coletores”, trocasse a sua presa do dia com outro agrupamento, por ter maior necessidade pelo que este outro agrupamento conseguiu caçar, também seria mercado, mercadorias, trocas mercantis.

No fim das contas, qualquer coisa que seja vigente e existente no capitalismo, torna-se uma extensão da natureza humana, e o papel do sistema atual foi apenas potencializar isso, supostamente proporcionando a máxima reprodução do *ser*, alcançando o limite da capacidade e das vontades humanas, o que significaria o “fim da história”, chegando não em uma forma social perfeita, mas, na melhor possível e que consegue garantir mais do que qualquer outra a efetivação dos interesses e desejos da humanidade.

E qual é o principal requisito para que esse paraíso na Terra possa funcionar com eficiência? O preço a ser pago é a alienação dos *seres* humanos, retirar do indivíduo a possibilidade de compreender e controlar aquilo que ele mesmo criou¹²¹, mistificando a realidade e fazendo com que ela seja vista como um resultado de combinações aleatórias que, por justamente não serem planejadas, supostamente funcionam.

Está aí a metafísica do “Deus mercado”, se qualquer um quiser se arvorar para dominar a natureza e a sociedade, controlá-la racionalmente para garantir de forma planejada que os recursos sejam distribuídos de modo a contemplar a coletividade inteira, sem deixar que surjam as grandes mazelas sociais “naturais” da humanidade, este alguém desestabilizaria a ordem “natural”¹²² e involuntária do *estado de coisas* capitalista, causando um grande mal para as pessoas, ao interceder naquilo que é do terreno do divino (mercado) e não da materialidade manobrável.

Interferir no processo espontâneo do mercado engendraria as grandes mazelas da sociedade, já aceitar as coisas como elas são por serem insuperáveis, inatas, contribuiria com a saúde do sociometabolismo do capital e, concomitantemente, do bem-estar social, na medida em que permite as forças estranhas ao *ser* agirem por ele e equilibrar e ajustar o sistema¹²³.

¹²¹ “Contra essa forma de submissão de meus interesses pelos interesses de outro, seria necessário que todos se submetessem a regras racionais e às forças impessoais do mercado, como se fosse questão de assumir uma experiência de autotranscendência, uma Lei produzida pelos humanos e que os transcende.” (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.27).

¹²² “De tal modo, qualquer intervenção nesse mercado impediria o funcionamento natural da sociedade, ou seja, o alcance da ordem natural harmônica, esta é a última premissa. Desdobra-se dela a defesa de um Estado não-interventor, que se limitasse apenas a guardar pela liberdade de ação individual e pelo adequado funcionamento do estado natural da sociedade.” (BARUCO, 2005, p.47).

¹²³ Observemos na lavra do neoliberal Hayek como o mercado se torna uma entidade tão poderosa que faz parte de um processo que nenhum ser humano poderia compreender, pois é algo maior do que ele: “(...) o mercado, à medida que se desenvolve, é uma forma efetiva de fazer com que o homem tome parte num processo mais complexo e amplo do que ele pode compreender” (HAYEK, 1948, p.14-15 *apud* PAULANI, 1996). O capitalismo

Retirar das mãos da humanidade¹²⁴ o seu próprio destino é o grande objetivo, gerar mediações em que só há política se utilizarmos o Estado Burguês, só há normatividade se for com o Direito, só há religiosidade se for intermediada por uma igreja e uma doutrina teológica, só há sociedade funcionando e saudável com a “mão” do mercado, só há produtos que se convertem em mercadorias por causa do capitalismo e não por conta do trabalho, sendo assim, sem o sistema, todos passariam fome, e o crédito de algo ser produzido é do patrão, só há produção ou empresas se existir patrão, o trabalhador tem que ser mediado por essa figura que não pode deixar de existir, haja vista que, supostamente, sem ela, ninguém conseguiria produzir ou fazer circular. Nada mais pode ser exercido diretamente sem mediações ou alienações, pelo próprio sujeito, ele depende intrinsecamente das instituições burguesas para sobreviver, sem elas, o caos seria instaurado.

O que expomos nos parágrafos anteriores é o grande “nó górdio” tanto do liberalismo (seja o clássico, ou o vulgar) quanto do neoliberalismo. A metafísica do mercado leva ao entendimento de que qualquer tipo de intervenção seja parcial ou total na economia, destrói o equilíbrio espontâneo do mundo social, desta forma, alçam a teoria econômica a uma procissão de fé na “racionalidade” de uma entidade criada involuntariamente somando as junções das ações individuais de cada um que busca aumentar o seu lucro de maneira “micro racional”¹²⁵. Este entendimento é sintetizado por Mises (2010, p.135) e criticado com coerência e fundamento em (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.63):

A sociedade de mercado não foi concebida por uma mente suprema, não foi primeiro planejada como um sistema utópico para então ser posta em funcionamento. Ações espontâneas de indivíduos, visando nada mais que superar seu próprio estado de satisfação [...] A própria economia de mercado não foi um produto de ação violenta – de revoluções –, mas de uma série de pacíficas mudanças graduais. As implicações do termo “revolução industrial” são completamente enganosas. (MISES, 2010,

e o mercado são, para ele, então, nos seus termos, entidades que dão “ordens superiores” à humanidade: “[Há] a necessidade, em qualquer sociedade complexa na qual os efeitos da ação de qualquer um vai além de seu espectro possível de visão, de uma submissão às anônimas e aparentemente irracionais forças da sociedade (...) O homem, numa sociedade complexa, não pode ter nenhuma outra escolha a não ser se adaptar àquilo que para ele devem parecer as forças cegas do processo social, obedecendo ordens superiores.” (HAYEK, 1948, p.24 *apud* PAULANI, 1996).

¹²⁴ O exato oposto do que defendiam Marx e Engels ao explicarem o “papel do homem” na história e explicitarem que temos condições tanto de “dominar” a natureza quanto a sociedade: “[...] a história não é senão a sucessão das diferentes gerações, cada uma das quais explora os materiais, os capitais, as forças produtivas que lhe são transmitidas pelas gerações precedentes; assim sendo, cada geração, por um lado, continua o modo de atividade que lhe é transmitido, mas em circunstâncias radicalmente transformadas, e, por outro, ela modifica as antigas circunstâncias [...]” “o homem produz o homem, a si mesmo e ao outro homem; assim como produz o objeto, que é o acionamento imediato da sua individualidade e ao mesmo tempo a sua própria existência para o outro homem [...]” “assim como a sociedade mesmo produz o homem enquanto homem, assim ela é produzida por meio dele” (MARX; ENGELS, 2011).

¹²⁵ “A ideia de uma ordem social espontânea remete ao fato de que instituições como o mercado são o resultado não previsto de atividades humanas. Aqui de novo aparece a ideia de que a ordem capitalista é um desenvolvimento da ação livre humana.” (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.60).

p.135).

Observa-se aqui como Mises cria seu mito fundador da economia de mercado: justamente porque há um paralelismo entre a razão humana e a razão de mercado é que o surgimento do capitalismo se terá dado a partir de “uma série de pacíficas mudanças graduais”, afirmação totalmente falsa em termos históricos e que só pode se justificar por se compromisso de defesa ideológica da ordem vigente. (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.64-65. Grifos nossos).

Podemos imaginar, realmente, que para um fundamentalista religioso, a simples hipótese de um humano tentar compreender a razão de ser e, por conseguinte, manusear uma divindade seja um sacrilégio imperdoável, por isso, a estridência quando tentam pecaminosamente regular a atividade de “Deus”, quem são os *seres* humanos para querer dominar algo que está acima de si? Ninguém teria a capacidade de simular “Deus”, só ele consegue alocar recursos corretamente, só ele faz a produção satisfazer material e espiritualmente as pessoas, aquele que se atrever a fazer o papel de “Deus”, falhará miseravelmente e inexoravelmente, somente o capitalismo com seu “sistema de preços” mantém um modo de produção em funcionamento, qualquer outra alternativa planejada racionalmente apenas demonstrará a incapacidade humana de apreender as “informações” que estão dispostas na realidade, redundando em um fracasso insuperável.

Temos, então, o “esqueleto” fundamental que a teoria neoliberal resgatou do “liberalismo vulgar” e manteve como base do seu escopo metodológico para estruturar quaisquer das suas teses. O ponto explorado é que as formulações finais, mesmo as que contam com contribuições originais e inéditas, no campo no neoliberalismo, vão se sustentar inexoravelmente na metafísica do mercado e na compreensão ideológica (turva e parcial) da concreticidade social.

Se analisarmos todas as propostas políticas neoliberais, o seu pano de fundo será o dogma de que devemos proporcionar um ambiente em que o mercado possa agir livremente e espontaneamente, não interessando se os resultados dessas políticas sejam desastrosos na prática social. As desigualdades sociais podem estar extremamente altas, com o assolamento do desemprego, da fome, do quadro precário da saúde pública, da educação pública, mas, deve-se manter e até ampliar os arrochos fiscais para diminuir sempre a ação do Estado na economia.

As empresas devem ser sempre privadas, não importando se em determinadas circunstâncias específicas, como no caso de setores estratégicos, seja essencial que elas estejam nas mãos do Estado. Nada disso tem importância alguma para os neoliberais, haja vista que não é o caso concreto que vai determinar se é melhor ter algo público ou privado, se é preciso intervenção, fomento e financiamento do Estado ou é melhor deixar as empresas

privadas agirem para tentar ocupar o espaço de mercado pouco valorizado, a única coisa realmente importante é manter a liberdade do mercado, independente do que isso vá causar, o dogma supremo da ordem espontânea estará como norte e horizonte a ser seguido religiosamente em qualquer situação.

A nossa reflexão aqui, provavelmente traga como uma adição ao que já escrevemos em outras oportunidades sobre o assunto do liberalismo e do neoliberalismo (discussão da teoria, explicação histórica, confronto no que concerne à economia política, em especial sobre as teorias do valor, discussão filosófica etc.) o ponto de fixar o neoliberalismo enquanto uma ideologia, não tão somente, como uma mera teoria econômica.

Para não dizerem que não falamos das flores, remontaremos *en passant* de qual liberalismo foi retirada a concepção da metafísica do mercado que o neoliberalismo se apossou e aprofundou, haja vista que, como mencionamos outrora, por mais que o “guarda-chuva” metodológico seja confluyente entre os diversos matizes das teorias econômicas burguesas, há algumas questões particulares que marcam diferenciações entre o liberalismo clássico, o liberalismo neoclássico e o liberalismo austríaco, estes dois últimos, constituem o que denominamos de “liberalismo vulgar”.

A “escola austríaca” será a grande influência para os neoliberais e, *a priori*, é fundamental salientar que essa deve muito à neoclássica pelas teorias do valor subjetivistas e marginalistas, além da noção de mercado.

No entanto, a “olho nu”, é possível perceber diferenças fundamentais entre os autores da neoclássica como Walras (1834-1910), Marshall (1842-1924), Say (1767-1832) etc., e os da escola austríaca como Carl Menger (1840-1921), Böhm-Bawerk (1851-1914) e Mises (1881-1973), pois enquanto os neoclássicos trataram como questão preponderante o equilíbrio quase que matemático do sistema capitalista, os austríacos, após passarem pelas crises severas do sociometabolismo do capital, erigiram um constructo teórico mais abstrato, sem a admissão da simples aritmética como comprovação de um equilíbrio quase estático do capitalismo.

Então, a noção de equilíbrio será revista e os austríacos vão incorporar a concepção de crise nas suas teorias, formulando que as crises e as desigualdades sociais são orgânicas do sistema e normais, fazem parte do seu processo de maturação¹²⁶, afinal, na regulação do

¹²⁶ “Por fim, uma última diferença diz respeito aos conceitos de liberdade e igualdade que, no liberalismo clássico, eram próximos, ao menos juridicamente. Para os neoliberais, a subordinação mútua entre liberdade e igualdade não se apresenta, muito pelo contrário, **a desigualdade se converte em um valor na medida em que, pelo lado econômico, recompensaria os mais produtivos e eficientes e, pelo aspecto moral, incentivaria a "ascensão social" por esforço pessoal** (Carcanholo, 2002).” (BARUCO, 2005, p.50. Grifos nossos).

corpo social, é preciso quebrar os “menos qualificados” que por acaso estivessem com boa vendagem, por intermédio dos consumidores e, também, o “destrinchamento” dos monopólios supostamente criados pelo Estado.

Nessa dinâmica, de eterna quebra do que tem “menos qualificação” e apenas burlava de modo farsesco a sua oferta em curto-espaco de tempo para que houvesse a ascensão do “mais qualificado” em seguida, portanto, as crises das grandes empresas seriam até saudáveis ao sistema, pois representavam ou a incapacidade delas de se renovar no mercado e atender “qualificadamente” a demanda ou a “péssima qualidade” dos seus serviços que seriam ultrapassados espontaneamente por aqueles que prestassem serviços de “maior qualidade”.

O mercado aqui ganha uma concepção mais dinâmica e as crises viram parte do processo necessário para o seu aperfeiçoamento, daí que o fator “espontaneidade” do mercado tenha muito mais espaço nas teorias austríacas do que o “equilíbrio” geral e estático presente nos neoclássicos.

Nos modelos mais fechados e equacionados de “oferta e demanda” e “mercado”, vistos em Say e Walras, não há como encaixar os efeitos intangíveis da “dispersão do conhecimento” de Hayek ou a impossibilidade do empírico ser parte do processo de conhecimento na economia exposta no subjetivismo “senil” de Mises. (CRUZ, 2022b).

Se Marshall e Walras salientam, por diferentes vias, a ideia de equilíbrio, Menger destaca a espontaneidade do mercado. A posição de Menger contra o planejamento centralizado da economia manifesta-se principalmente através de sua concepção de uma ordem social espontânea. (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.60).

Menger foi o autor que serviu de alicerce para que o edifício teórico neoliberal começasse a ser elaborado em 1938 e concluído na segunda metade do século XX¹²⁷. Grande parte das suas proposições serão resgatadas e aprofundadas por expoentes do neoliberalismo, como Hayek, embora novidades como uma ação mais propositiva do Estado Burguês sejam encontradas neste último. “Menger é considerado o fundador da chamada Escola Austríaca, que se desdobra em várias gerações e inclui figuras centrais do neoliberalismo, como Ludwig von Mises e Friedrich von Hayek.” (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.61).

¹²⁷ “Segundo Hayek, numa introdução da obra “Princípios de Economia Política”, a escola austríaca seguiu por mais de sessenta anos (desde 1871 com a publicação do livro de Menger até 1934, quando Hayek escreveu isso) os postulados fundamentais de Carl Menger, dando mais continuidade ao seu pensamento do que descontinuidade. Dessa lavra, podemos aduzir pela voz de um dos principais integrantes da “escola austríaca” que a doutrina de Menger continuou sendo a base deles durante o século XX.” (CRUZ, 2022b).

A teoria do valor marginalista¹²⁸, o mercado enquanto entidade abstrata dinâmica e não uma forma social estática matematicamente falando e a teoria do conhecimento subjetivista ao extremo em conjunto ao individualismo metodológico tacanho são pontos fundamentais que interligam a primeira geração da escola austríaca (Menger) com a que fundou o neoliberalismo (Hayek).

A posição singular de Menger entre os marginalistas e a forma como ele antecipa aspectos do neoliberalismo relacionam-se numa importante medida às peculiaridades da discussão econômica no universo germanófono [...] pela influência de autores como Condillac, que destacam a subjetividade do valor. [...] É possível remontar a concepção marginalista do valor à obra de Condillac, *O comércio e o governo*, publicada no mesmo ano que *A riqueza das nações*. (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.61).

Entre os historiadores não pode haver dúvida alguma de que a posição quase única da Escola austríaca no decurso dos últimos sessenta anos, com referência à evolução da Economia Política, se deve quase integralmente às bases lançadas por Carl Menger. O renome da Escola fora da Áustria e o ulterior desenvolvimento de partes importantes do sistema devem-se aos esforços de seus brilhantes seguidores - Eugen von Boehm-Bawerk e Friedrich von Wieser. Constatar que suas idéias básicas provêm integralmente de Carl Menger, no entanto, não diminui seus méritos. [...] Por outro lado, o que é comum aos seguidores da Escola austríaca, o que faz a sua peculiaridade e o que tomou possíveis as posteriores contribuições científicas desses autores foi a adoção da doutrina de Carl Menger. (HAYEK *apud* MENER, 1983, p.232).

O fato de ter uma concepção mais dinâmica e subjetivista acerca do mercado do que os teóricos da neoclássica não interfere na evidente conclusão de que há em Menger e nos seus herdeiros teóricos uma drástica redução da noção de “racionalidade” e de “sujeito”, como explicitamos noutra ocasião deste texto.

A “racionalidade” do sistema capitalista (a “razão econômica” no sentido filosófico), se levarmos em conta as definições austríacas e as neoliberais, em verdade, é uma pujante “irracionalidade” (agora no sentido do senso comum), porquanto que eles suprimem o ato de “razão” do indivíduo igualando-o a uma ação econômica disposta pelos princípios estreitos do que se entende por “mercado”, surge, neste íterim, uma “razão econômica” que seria o suprasumo da potencialidade humana de raciocinar, ou seja, o *ser* é despido de toda a sua complexidade biopsicossocial¹²⁹ e apenas consegue agir em função de supostas regras

¹²⁸ “Menger retoma essas ideias, propondo que se ordenem as unidades disponíveis de uma espécie de bem de acordo com a importância decrescente da satisfação das necessidades proporcionada por cada unidade. É a unidade de um bem associada à menor satisfação que define seu valor, pondera Menger. Chegando assim a uma concepção de utilidade marginal similar às de Jevons e Walras, apesar de não empregar essa expressão.” (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.61-62).

¹²⁹ Terminologia que não gostaríamos de utilizar, pois fragmenta o ser em partes transversais e não em um todo orgânico-social, mas que, no momento, é o que temos de melhor para fazer a exposição do reducionismo dos austríacos.

econômicas “racionais” do sistema capitalista, como um mero boneco que reproduz uma “razão econômica” enquanto único sentido da sua existência. Diante disso, não é estranha a proposição de que as suas ações são reguladas e equilibradas pelo “Deus mercado”.

A ideia de que o sujeito é movido pelo interesse, pela utilidade, pela satisfação, e de que isso é mensurável, converge para uma concepção de sujeito e de sua ação como essencialmente racionais. Essa acepção estreita de razão, reduzida ao cálculo mercantil, permanece sendo a base do que posteriormente veio a ser chamado de doutrina neoliberal. (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.62).

Essa concepção reduzida de sujeito vai ser expressa em maior amplitude e “profundidade” por Mises, em 1949, na sua principal obra, intitulada “Ação Humana”, nela se apresentam os fundamentos tanto da “razão econômica” do sistema quanto da “ação racional” do indivíduo que serão basilares para a doutrina neoliberal¹³⁰. Este livro, em conjunto com o livro “O caminho da servidão” de Hayek (de 1944) vão demarcar a grande virada teórica e metodológica que apontará uma nova versão de liberalismo que suplantaria o “liberalismo vulgar” se utilizando dele como base.

Ambos os textos foram publicados na década de 40 do século XX, o que não foi uma mera coincidência, pois marca os primeiros passos na organização de uma nova doutrina que se iniciara em 1938, mas que não tinha ainda aportes suficientes, a grande tarefa dos seus signatários, a partir da década de 1940 foi justamente tratar de confeccionar esses aportes. Nesse contexto, surge a *praxeologia* enquanto “metodologia” que abriria as possibilidades para o subjetivismo¹³¹ e o individualismo exacerbados que se constituíram como peças-chaves do neoliberalismo e das doutrinas correlatas.

Em meio ao clima de reconstrução que se seguiu ao desastre da Segunda Guerra Mundial, Mises publica, em 1949, a *Ação Humana*, em que procura desenvolver uma ciência geral da ação humana, designada como *praxeologia*. (SAFATLE;

¹³⁰ Para uma severa crítica a esta obra, ver Cruz (2022b).

¹³¹ Observamos este procedimento sendo eivado com muita ênfase em Mises (2010, p.291-292. Grifos nossos): **“O método específico da economia é o método das construções imaginárias. É o método usado pela praxeologia.** O fato de que tenha sido cuidadosamente elaborado e aperfeiçoado no campo dos estudos econômicos, no sentido estrito, resulta do fato de que a economia, pelo menos até agora, tem sido a parte mais desenvolvida da praxeologia. [...] **Uma construção imaginária é uma imagem conceitual de uma série de eventos resultantes, como consequência lógica, dos elementos de ação empregados na sua formação. É um resultado obtido por dedução [...] Ao configurar tal construção imaginária, o economista não está preocupado em saber se sua construção representa ou não as condições da realidade que ele quer analisar.** Tampouco se preocupa em saber se um sistema tal como suposto na sua construção imaginária realmente poderia existir e funcionar. Mesmo construções imaginárias que são inconcebíveis, intrinsecamente contraditórias, ou irrealizáveis, podem ser úteis e até mesmo indispensáveis para a compreensão da realidade, desde que o economista saiba como delas se servir corretamente. [...] **A maneira mais adequada para se conceber uma construção imaginária consiste em nos abstrairmos de algumas condições existentes na ação real.”** Nesta mesma linha ele segue: “A praxeologia lida com a ação humana em si, de uma maneira genérica e universal. Não lida nem com as condições específicas do meio ambiente onde o homem age, nem com o conteúdo concreto das valorações que impulsionam suas ações.” (MISES, 2010, p.737).

JUNIOR; DUNKER. 2021, p.62).

Ademais, a ideia de indivíduo reduzido a ações e condutas “no” e “de” mercado que permeava a “escola austríaca” desde a sua criação alcançou o seu apogeu na “Ação Humana”. Mises reconfigura as noções de natureza humana indo além do a-historicismo apresentado pelos filósofos políticos e sociais dos séculos XVI ao XIX, todo o debate acerca de “inatismo” ou do que é “natural” do *ser* e as grandes discussões existenciais são rebaixadas para o terreno da ação econômica no mercado capitalista.

O humano foi apresentado por Mises como nada mais, nada menos, do que uma espécie que nasceu e viveu com o objetivo e o propósito de alcançar lucro e evitar prejuízos, e está aí o protótipo mal-acabado de que, desde sempre, a humanidade expressa de si (da sua essência) os mecanismos do sistema capitalista. “A razão humana e a razão do mercado são uma e a mesma coisa, sendo, portanto, o mercado um resultado necessário de toda ação humana.” (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.63).

Toda ação exprimiria a vontade do indivíduo e a forma como ele busca diminuir seu desconforto. **A busca pela felicidade funde-se com a ideia mercadológica de demanda, de modo que os afetos humanos passam a ser reduzidos a motivações para investir, comprar e vender.** [...] As ideias de satisfação e desconforto entram em simbiose com as noções de lucro e prejuízo. (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.63. Grifos nossos).

Compreensão bem exposta por (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.63): “[...] o pressuposto fundamental da praxeologia é que toda e qualquer ação tem por objetivo realizar um lucro, alçado a “fenômeno psíquico”. A praxeologia consiste em uma descrição em termos grosseiramente antropológicos do *homo oeconomicus*”.

Dado este arquétipo de “sujeito” para o neoliberalismo, não restam dúvidas de que essa doutrina, no essencial, enquadra-se no conceito de “ideologia” que Marx e Engels propuseram em “A ideologia Alemã”. Os neoliberais elencaram todos os fundamentos mercadológicos e os seus princípios e valores e transformaram isso na identidade da espécie humana, de modo a eternizar os interesses do capital como se fossem interesses da humanidade em todo o seu percurso histórico. Os grandes ideólogos sempre tiveram a capacidade “de apresentar um interesse particular, na prática, como interesse comum a todos e, na teoria, como interesse geral.” (MARX; ENGELS, 2007, p.49).

Posto esse acréscimo na nossa interpretação acerca do neoliberalismo, avançaremos para conseguir galgar, também, o ponto de descontinuação entre esta doutrina e o puro “liberalismo vulgar”, e ele está precisamente interligado à noção de Estado Moderno e das suas funções enquanto uma entidade derivada da *forma-mercadoria* com o intuito de reproduzir esta.

Na neoclássica, a predominância da noção de “equilíbrio geral” do sistema capitalista afastou drasticamente o Estado de funções primordiais na sociedade. Todavia, nas primeiras gerações da “escola austríaca”, o papel da *forma-política* burguesa se ofuscou ainda mais, sendo dada como “negativa” e “maligna” qualquer movimentação desta como maneira de auxiliar o mercado e, nessas circunstâncias, engendrou-se o “ornitorrinco” teórico (parafraseando o termo de Chico de Oliveira ao se referir ao capitalismo brasileiro do novo-velho) denominado de “anarcocapitalismo”, este significando a defesa de uma sociedade capitalista sem a existência do Estado, o que seria impossível em termos concretos, pois quem garante o sistema é o próprio, sem o Estado, o capitalismo se destrói em crise e perde o seu poder coercitivo sobre as massas, gerando uma espécie de feudalismo em caos hierarquizado não mais por figuras políticas e/ou religiosas, mas pelos detentores de riquezas. Tais ideias estão representadas, especialmente, pela figura de Murray Rothbard (1926-1995), pupilo e aluno de Mises na Universidade de Nova York.

Contudo, essa vertente foi legada ao ostracismo, à época, por conta do contexto histórico que limitou a possibilidade de qualquer “apologética” do capitalismo defender o fim do Estado¹³², haja vista que o grande expoente da outra derivação da “escola austríaca”, Friedrich Hayek, percebe que a luta contra a entidade estatal não poderia ser para derrubá-la, mas, para limitá-la, pois, sem ela, o sistema não poderia se manter. O ponto certo seria deter a sua atuação, que deveria ser drasticamente reduzida, mas não anulada. Então, a corrente austríaca do “anarcocapitalismo” teve a sua existência no século XX ofuscada pela corrente que fundou o “neoliberalismo”.

Portanto, por mais que o insano subjetivismo de Mises, em “Ação Humana”, desse margem para as tendências mais esdrúxulas na história do liberalismo, acabou sendo utilizado para um salto qualitativo um pouco mais sofisticado, com o retorno da tese do “Estado mínimo” em desfavor da que surgiu propugnando o “fim do Estado”, e o dito “Estado mínimo”, com Hayek, ganharia mais funções e obrigações do que o que fora previsto pelos antigos liberais.

¹³² O próprio Mises, no limite, aceita o fato de que sem o Estado, o sistema entraria em uma convulsão social por falta de uma espécie de ordem engendrando a implementação do caos: “Governo é, em última instância, o emprego de homens armados, de policiais, guardas, soldados e carrascos. A característica essencial do governo é a de poder fazer cumprir os seus decretos batendo, matando e prendendo. Quem pede maior intervenção estatal está, em última análise, pedindo mais compulsão e menos liberdade. **Chamar atenção para esse fato não implica em condenar a existência do governo, pois, na realidade, a cooperação social pacífica seria impossível na ausência de um instrumento que impeça, pela força se preciso, a ação de indivíduos ou grupos de indivíduos antissociais.**” (MISES, 2010, p.818. Grifos nossos). No mesmo sentido: “O estado utiliza o seu poder exclusivamente com o propósito de evitar que as pessoas empreendam ações lesivas à preservação e ao funcionamento regular da economia de mercado. Protege a vida, a saúde e a propriedade do indivíduo contra a agressão violenta ou fraudulenta por parte de malfetores internos e de inimigos externos. Assim, o estado cria e preserva o ambiente onde a economia de mercado pode funcionar em segurança.” (*Ibidem*, p.315).

Isso não impede que Hayek, que sofreu importante influência de Carl Schmitt, defenda o Estado como instrumento a ser colocado a serviço do mercado. Afinal, o *laissez-faire* seria uma “descrição bastante ambígua e equivocada dos princípios sobre os quais uma política liberal está baseada” (HAYEK, 2001, p.84), de modo que o Estado por vezes deve assumir o papel de garantidor da ordem concorrencial. (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.68).

Além de Hayek, outro teórico que vai ser basilar para o neoliberalismo com a amplificação do papel estatal em relação ao “liberalismo vulgar” será Milton Friedman (1912-2006), inaugurando a corrente “monetarista” na “escola de Chicago”, propondo a possibilidade de o Estado utilizar do sistema monetário para tentar estabilizar problemáticas econômicas e retomando o processo de “matematização” da “economia” que havia sido rejeitado pelos “austriacos”.

Sendo assim, os neoliberais apresentaram uma nova teoria econômica, por mais que tivessem mantido o “guarda-chuva” metodológico do “liberalismo vulgar”, aqueles introduziram uma doutrina de “livre mercado” com fortes atribuições para o Estado fora do campo econômico, principalmente no que concerne ao âmbito da política (coerção, disciplina e controle da moeda) e da cultura (formação de um novo padrão de conduta cotidiana e do *sujeito-empresa*, concomitantemente com a busca pela hegemonia dos valores sociais vigentes).

Nesse sentido, o Estado passa a ter um caráter essencial para organizar e manter o capitalismo, caráter este que passava longe das proposições e formulações do “liberalismo vulgar”. Observemos como Harvey (2014, p.12. Grifos nossos) aborda a temática:

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. **O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados.**

Não podemos deixar de frisar que, por mais que o Estado tenha sido alçado pelos neoliberais à responsabilidade de atuar fortemente na política (no que concerne ao uso da força) e na cultura, a sua utilidade na economia foi elevada em pequena parte, sendo relegado a papéis secundários, ou seja, mantendo o esqueleto ideológico de que o “Deus mercado” se autorregula e que ele é a expressão ampliada da natureza humana.

Por mais que haja uma diferença no tratamento da temática em relação aos seus predecessores teóricos, não podemos deixar escapar do horizonte que o neoliberalismo foi

criado para combater o “socialismo real”, o keynesianismo, o neokeynesianismo e qualquer outra *forma-política* ou corrente teórica que desse algum destaque ao Estado em detrimento do mercado. A defesa do “Estado mínimo” é, ainda, intransigente e objetivo fulcral dos neoliberais, fundamento que foi basilar para o movimento, dando continuidade ao “liberalismo vulgar” neste aspecto.

Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) de vem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria, o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços). (HARVEY, 2014, p.12).

[...] a influência das ideias liberais na teoria econômica irá desdobra-se em dois grandes princípios. O primeiro afirma que, dado que a busca do lucro e o interesse próprio são inclinações fundamentais da natureza humana [...] **Isto significa admitir a existência de leis econômicas que funcionem de forma automática e autônoma, sempre encaminhando o sistema para uma ordem social harmônica.** O segundo [...] **as atribuições do Estado deveriam ser limitadas, fundamentalmente, à garantia da propriedade privada e dos contratos, à segurança interna e externa e aos serviços essenciais de utilidade pública** (BARUCO, 2005, p.46. Grifos nossos).

Por conseguinte, o “coração” do neoliberalismo seguiu sendo a ideologia burguesa, ou seja, a tese de que o mercado *per si* é a égide da sociedade e consegue gerar o sistema socioeconômico mais eficiente já existente (capitalismo). Já o Estado, entra em cena, mas, tão somente, como uma entidade de pouquíssima intervenção na economia, dado que, nesta doutrina, as grandes crises, as clivagens e as distorções do capitalismo só ocorrem por conta das intervenções demasiadas e “irracionais” (a “racionalidade” só poderia ser alcançada pelo mercado com as sinalizações do seu “sistema de preços”)¹³³ que alguns Estados operam sobre o mercado.

Portanto, qualquer ação estatal contundente ou substancial, configura-se como um erro apriorístico, refutado antes do próprio resultado que se planejou com esta ação, mantendo-se como a instituição “Estado malvado”, exceto no que concernia à coerção e disciplinação das classes dominadas, uma questão tragicômica se levarmos em conta que os liberais e os neoliberais defendiam e ainda defendem (em termos teóricos...)¹³⁴ como “princípio” máximo a suposta “liberdade”¹³⁵. Por outro lado, Harvey observa:

¹³³ “A situação do mercado num determinado momento é a estrutura de preços” (MISES, 2010, p.316).

¹³⁴ Na prática social significa apenas a defesa liberdade formal de garantir a propriedade privada dos meios de produção na mão da burguesia e a liberdade de efetuar e reproduzir contratos e a relação de compra e venda, formalizando e legitimando a dita “sociedade dos contratos”.

¹³⁵ “Ora, as injunções do mercado condicionam toda ação dentro da sociedade onde o que vigora é a lei do capital. Dessa perspectiva, todo discurso acerca da liberdade individual recai em ideologia.” (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.67).

Alegavam que as decisões do Estado estavam fadadas à tendenciosidade política, que dependia da força dos grupos de interesse envolvidos (como os sindicatos, os ambientalistas ou os grupos de pressão corporativos). **As decisões do Estado em questões de investimento e acumulação do capital estavam fadadas a ser erradas porque as informações à disposição do Estado não podiam rivalizar com as contidas nos sinais do mercado.** Esse arcabouço teórico, como vários comentadores assinalaram, não é inteiramente coerente. **O rigor científico de sua economia neoclássica não é facilmente compatível com seu compromisso político com ideais de liberdade individual, nem sua suposta desconfiança com respeito a todo poder estatal o é com a necessidade de um Estado forte e, se necessário, coercitivo, que defenda os direitos à propriedade privada, às liberdades individuais e às liberdades de empreendimento.** (HARVEY, 2014, p.30. Grifos nossos).

Têm-se, portanto, uma dialética (a defesa da forte presença da *forma-política* burguesa para, supostamente, garantir a sua pequena presença) para conseguir mediar a necessidade de coexistência do capitalismo com o Estado Moderno, evitando o extremo de rejeitar completamente a entidade como era feito pelo “liberalismo vulgar”, porém, mantendo como sua centralidade a ideia de que a ação estatal mais prejudica do que contribui para a sociedade.

Assim se coloca o neoliberalismo na fileira das correntes liberais, realizando uma mediação que permite uma pequena-grande dosagem de intervenção do Estado sem que isso signifique ir contra as “leis do mercado”, o “livre-mercado” e a “ordem espontânea” do sistema¹³⁶.

Outro ponto importante a se destacar é que, por mais que o “guarda-chuva” metodológico do neoliberalismo já existisse tanto no “liberalismo vulgar” (segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX) quanto no “liberalismo clássico” (do século XVII até a primeira metade do século XIX), os contextos históricos são diversos. Assim, uma análise mais qualificada deve observar, como fizeram Marx e Engels, que tendo a burguesia cumprido um papel revolucionário na superação do feudalismo e na instituição da nova sociedade (o capitalismo), da mesma forma os papéis exercidos pelos primeiros ideólogos burgueses foram fundamentais, o que não se compara aos dos seus adversários aristocratas, reacionários e conservadores. Do mesmo modo, seria desonestidade intelectual comparar a importância e o papel revolucionário de um Adam Smith com o papel regressivo de um Hayek ou de um Friedman, por mais que todos eles compartilhem a mesma crença na metafísica rebaixada do “Deus mercado”.

Essa comparação entre correntes precisa de uma certa delicadeza e fineza, porque uma

¹³⁶ “Já o novo liberalismo que passa a prevalecer após a crise capitalista dos anos 1970, o neoliberalismo, prega o Estado mínimo como uma forma de propiciar o livre funcionamento do mercado. No entanto [...] necessária a efetiva presença estatal, um Estado forte, para que se constitua o Estado mínimo” (BARUCO, 2005, p.48-49).

teoria só pode ser compreendida dentro da tríade (gênese histórica/contexto histórico - imanência do pensamento - função social), a imanência filológica se mantém, entretanto, o contexto histórico e a função social são diversos se formos traçar paralelismo entre os liberais clássicos, os liberais vulgares (neoclássica e austríaca) e os neoliberais (nova geração dos austríacos e os “Chicago Boys”), tendo em vista que, por exemplo, os liberais clássicos, como Smith e Ricardo, não vivenciaram a fase denominada no marxismo de “decadência ideológica” completa da burguesia e do capitalismo que foi inaugurada a partir de 1848¹³⁷, quando em meio a novas revoluções, a classe dominante do novo sistema, passa a cumprir um papel conservador e contrarrevolucionário para manter a nova ordem vigente que lhe atribuiu o *status* de dominantes na hierarquização social moderna.

Na época desses dois clássicos (Smith e, depois, Ricardo) a burguesia acabara de chegar ao poder e estava em transição de um regime feudal brutal para um regime capitalista mais poderoso que o anterior, então, defender o capitalismo e ser ideólogo burguês tinha outra conotação naquele espaço temporal, coisa que não tem semelhança alguma com o período em que os “liberais vulgares” se propuseram na condição de conservadores do sistema impedindo que fosse superado por outro e, depois, a partir do século XX, orientando-se na posição reacionária de defender o retorno à situação da fase de acumulação primitiva do capital, visando a derrubar o regime de bem-estar social, quando este já havia sido erigido, e a demolir a ação do Estado burguês nessa área.

Portanto, os “liberais vulgares” podem ser melhor assemelhados aos neoliberais, pois estes últimos também cumpriram uma função completamente reacionária desde a década de 1940 até o ano de 2023, colocando-se na contramão de todos os processos sociais que buscavam erigir ao menos um pinga de ‘humanidade’ numa sociabilidade monstruosa e horripilante.

[...] o neoliberalismo possui importantes diferenças com relação ao liberalismo clássico. [...] em primeiro lugar, o liberalismo clássico possuía um caráter mais progressista, de combate à aristocracia (em geral despótica) e de luta contra os privilégios da nobreza e dos direitos divinos, num contexto de ascensão da burguesia ao poder. Já o neoliberalismo se consolida como uma opção de desenvolvimento alternativa ao Estado keynesiano, ou seja, combatendo as políticas

¹³⁷ “As duas datas que demarcaram este debacle geral do sistema foram as revoluções de 1830 e 1848: ‘Podemos dizer, de maneira geral, que o fim da revolução de 1848 marca o período da decadência da ideologia burguesa.’ (LUKÁCS, 2020, p.270). Os lukacsianos mencionam 1848 como momento fundamental para a demonstração de que a sociedade capitalista é dividida em classes sociais, entre dominantes e dominados. O desvelamento desse processo que permanecia oculto no seio das ciências acadêmicas é incontornável, pois as relações de produção constituídas por essas classes que vieram à tona na ‘luta de classes’ [...] São por esses fatores que consideramos tal período como um divisor de águas¹³⁷ para a compreensão do mundo social e, por essa razão, subscrevemos a tese lukacsiana da decadência ideológica do pensamento burguês pós-1848, pois, este, em sua grande maioria, passa a camuflar a descoberta das relações de produção entre capital x trabalho.” (CRUZ, 2022b).

de inspiração keynesiana e defendendo a volta de uma ordem estabelecida anteriormente, em que, supostamente, prevaleceria a concorrência perfeita e a democracia. Note-se, portanto, que o neoliberalismo possui um caráter muito mais conservador que o liberalismo clássico. (BARUCO, 2005, p.49).

Aqui finalizamos a exposição da nevrurgia da teoria neoliberal, e passamos para a explicitação da concretização do ideário dos neoliberais na prática social e os seus resultados iniciais.

2.5. O NEOLIBERALISMO EM PRÁTICA OU UMA VISÃO DO INFERNO

A expansão da economia capitalista no terreno internacional, aproximando os países em termos econômicos ampliou o “leque” de possibilidades das trocas e da circulação de mercadorias e serviços e, com isso, houve um afrouxamento dos “Estados nacionais” que sucumbiram diante da força da invasão do capital, integrando o mundo capitalista sob a égide do subjugamento dos países “subdesenvolvidos” pela economia dos países “desenvolvidos”, pondo de “joelhos” as suas *formas-políticas*.¹³⁸

Compreendamos, então, que o tal fenômeno da globalização ou mundialização pavimentou uma arena internacional propícia para que o neoliberalismo pudesse emergir, explorando a sua máxima potencialidade.

O capital financeiro, por exemplo, teve um salto gigantesco com a agregação da economia mundial, pela maior facilidade e possibilidade cambial, inclusive, alcançando um patamar de nem precisar mais efetuar reinvestimentos no setor produtivo, agindo no campo da especulação e do rentismo com uma proficuidade e alcançando uma lucratividade jamais vistas antes na história do sistema capitalista.

[...] reformularam a integração da economia mundial na esfera dos Estados nacionais, e facilitaram a introdução de novas tecnologias e processos de trabalho, ao mesmo tempo em que contribuíram para a compressão dos salários reais. [...] a financeirização também apoiou a reconstituição do imperialismo norte-americano na esteira do colapso do sistema de Bretton Woods, da derrota dos Estados Unidos

¹³⁸ Para o sistema nada pode estar acima da circulação das mercadorias, como vimos na pandemia de covid-19 nos últimos períodos, tendo os Estados Unidos da América a pior gestão da crise sanitária (dentre todos os países do mundo), pois mantiveram a predominância do mercado, e uma mercadoria só é trocada, em regra, se pessoas as carregarem, portanto, essas personificações das vontades do capital (seres humanos) não deveriam fazer quarentena, afinal, mercadorias não se movimentam sozinhas.

na Guerra do Vietnã e da revolução iraniana. [...] a globalização é a forma do imperialismo e da reprodução global do capital na época neoliberal (FILHO, 2015, p.66).

Cabe perguntar por que a recuperação dos lucros não levou a uma recuperação dos investimentos. Essencialmente, pode-se dizer, porque a desregulamentação financeira, que foi um elemento tão importante do programa neoliberal, criou condições muito mais propícias para a inversão especulativa do que produtiva. [...] O peso de operações puramente parasitárias teve um incremento vertiginoso nestes anos. (ANDERSON, 1995, p.6-7).

Em outro giro, o capital industrial foi perdendo cada vez mais o seu peso e espaço na dinâmica do capitalismo neoliberal, especialmente nos países “dependentes”, da periferia do sistema, que tiveram que conduzir políticas massivas de desindustrialização e, em contrapartida, liberalizar cada vez mais as práticas do rentismo a partir das décadas de 1970 e 1980:

Se entre as décadas de 1930 e 1970 o imperialismo foi compatível com a industrialização da periferia e com reformas que possibilitaram às classes trabalhadoras urbanas o acesso a alguns direitos, a partir dos anos 1980 a ação imperialista vem acompanhada de uma série de contra-reformas que visam eliminar ou restringir direitos e provoca uma “desindustrialização relativa” (GALVÃO, 2008, p.151).

O mundo ocidental na sua grande maioria, salvo algumas exceções, sucumbiu ao poder de expansão do capital, e as nações que tentaram manter os seus “Estados nacionais”, com interesses próprios, foram aniquilados pelo uso da força por parte da “ave de rapina” estadunidense e o seu imperialismo, como foi o caso do Brasil no pré-golpe de 1964, no governo de João Goulart (1919-1976) que propunha um desenvolvimentismo com reformas estruturais e de base que retiravam mais do capital para repartir com o trabalho e, por conta disso, logo foi derrubado para a implementação completa do programa econômico estadunidense para os seus “súditos”. Ao estilo do que também ocorreu nos golpes no Chile, no Uruguai, na Argentina etc., embora, no caso brasileiro supramencionado, a primeira intenção não fosse ainda o “neoliberalismo”¹³⁹, mas, sim, o sucateamento e a dilapidação das empresas nacionais e a abertura total para a entrada sem ressalvas das grandes internacionais, principalmente da *Ford Foundation*.

Todavia, os fenômenos são semelhantes sob o ponto de vista da implementação dos desejos estadunidenses do momento (a depender do tempo histórico) através do uso da força nos países latino-americanos e, tragicamente, a primeira experiência “neoliberal” não poderia ser em outro local que não no laboratório de testes do imperialismo, a América Latina (aqui,

¹³⁹ Este fenômeno social (neoliberalismo) só vai surgir no mundo na crise da década de 1970 e vai ser trazido ao Brasil apenas na década de 1990 no governo de Fernando Collor.

no caso em voga, temos a presença e a interferência tanto dos Estados Unidos da América quanto da Inglaterra).

Note-se que a América Latina foi pioneira na implementação das políticas neoliberais, como é o caso do Chile (a partir de 1973), Uruguai (1974) e Argentina (1976). Essas primeiras experiências ocorreram em concomitância com a implementação de regimes militares ditatoriais na região, o que corrobora o argumento desenvolvido anteriormente, qual seja, embora o objetivo final seja a constituição de um Estado mínimo, a necessidade de desmantelamento das conquistas sociais e de expansão dos mercados requer a presença de Estados fortes, no caso latino-americano, ditatoriais. (BARUCO, 2005, p.51).

[...] a situação peculiar da América Latina, de Corrente de sua inserção subordinada na divisão internacional do trabalho e de sua relação com os países imperialistas, é crucial tanto para se analisar as diferentes condições em que o programa neoliberal é implementado, quanto para se compreender seus resultados, igualmente diferenciados. As reformas neoliberais, adotadas a pretexto de superar as deficiências do modelo de industrialização substitutiva de importações, aumentaram a subordinação dos países dessa região aos países centrais. (GALVÃO, 2008, p.152).

Sejamos honestos, no que concerne ao “programa” neoliberal, em especial sobre o seu receituário de políticas públicas, temos a ciência de que existiram e existem neoliberalismos que são mais neoliberais que os outros (uns Estados são mais “fortes” que os outros, seja no regime político seja no econômico), como dizem por aí, há “coisas e coisas”, ou seja, na empiricidade do processo histórico é possível auferir que os Estados Unidos da América têm realizado intervenções estatais na economia menos modestas do que os teóricos da doutrina aconselhariam, a fórmula que eles impõem aos países “subdesenvolvidos” não são aplicadas em suas próprias terras, porque é mais interessante achatar e extrair valor com a pauperização da vida social e a precarização do mundo do trabalho nos países alheios que lhe são subservientes. A este processo Harvey (2014, p.22) denomina de “desenvolvimento geográfico desigual do neoliberalismo” com a sua “aplicação frequentemente parcial e assimétrica de Estado para Estado e de formação social para formação social”.

Outrossim, essa extração de valor dos países “dependentes” também teve objetivos sócio-políticos, no sentido de restaurar a ordem de hierarquia das elites estadunidenses e europeias sobre os outros países.

Um dos efeitos disso, como demonstram Duménil e Lévy, foi permitir aos proprietários de capital norte-americanos a extração de altas taxas de retorno do resto do mundo ao longo das décadas de 1980 e 1990. A restauração do poder a uma elite econômica ou classe alta nos Estados Unidos e em outros países capitalistas avançados apoiou-se pesadamente em mais-valia e extraída do resto do mundo por meio de fluxos internacionais e práticas de ajuste estrutural. (HARVEY, 2014, p.22).

O controle e a tutela sobre os países “dependentes” no setor financeiro, efetuado por

intermédio do mecanismo da dívida pública, também registra uma diferença relevante entre os neoliberalismos, pois a partir do endividamento, por exemplo, das nações latino-americanas, em moeda exterior (Dólar), houve a instauração da relação de chantagem perpetrada pelo imperialismo estadunidense que colocou a situação nos seguintes termos: ou aplicam o programa neoliberal na sua inteireza com o pacote completo (aderindo ao “choque” das políticas neoliberais, como o arrocho severo da questão fiscal e a desregulamentação geral das relações trabalhistas para engendrar mais empregos informais do que formais, além da extinção de grandes programas sociais e as privatizações das estatais de setores estratégicos da economia) incluindo aí, a brutalidade que for necessária para a sua reprodução, ou estrangularemos e/ou sufocaremos o país cobrando a dívida externa.

Portanto, a imposição do neoliberalismo veio de maneira autoritária em todos os âmbitos, não só pelas ditaduras políticas instauradas. Para os países “dependentes”, a única forma de amortecer a dívida pública externa e não ser destruído economicamente seria adotar e seguir à risca as ordens de implementação do neoliberalismo nas suas mais extremadas vertentes.

Em troca do reescalonamento da dívida, os países endividados tiveram de implementar reformas institucionais como cortes nos gastos sociais, leis do mercado de trabalho mais flexíveis e privatização. Foi inventado assim o “ajuste estrutural”. O México foi um dos primeiros Estados recrutados para aquilo que iria se tornar uma crescente coluna de aparelhos neoliberais de Estado em todo o mundo. (HARVEY, 2014, p.38).

Uma evidência deste processo “assimétrico” é que nos países mais “desenvolvidos” não foram implementados golpes de Estado e nem o uso da força como feito em toda América do Sul, a pressão externa e interna faziam os governos ditos de “esquerda” fomentarem as políticas neoliberais sendo mantidos no “comando” executivo dos seus países, como em uma conciliação pacífica, dando o benefício da dúvida para manter no poder os chefes de Estado eleitos desde que aplicassem o receituário neoliberal, mantendo uma cortina teatral farsesca com a suposta esquerda social-democrata (que tão logo demonstrou ser apenas uma das facetas das correntes ideológicas e apologetas do sistema capitalista), enquanto nos países “subdesenvolvidos” não houve abertura para negociações, como dizem “atiraram primeiro, para perguntar depois”, ao menos, se manteve a integridade dos reformistas latinos em ainda poderem se autointitular de “esquerda”, o que não foi o caso dos sociais-democratas das potências europeias ou da Oceania ao aplicarem o programa neoliberal com maestria.

Sucessivos governos trabalhistas ultrapassaram os conservadores locais de direita com programas de neoliberalismo radical – na Nova Zelândia, provavelmente o

exemplo mais extremo de todo o mundo capitalista avançado, desmontando o Estado de bem-estar muito mais completa e ferozmente do que Thatcher na Inglaterra. O que demonstravam estas experiências era a hegemonia alcançada pelo neoliberalismo como ideologia. No início, somente governos explicitamente de direita radical se atreveram a pôr em prática políticas neoliberais; depois, qualquer governo, inclusive os que se auto-proclamavam e se acreditavam de esquerda, podia rivalizar com eles em zelo neoliberal. (ANDERSON, 1995, p.5).

A inauguração do neoliberalismo no Chile, que se tornou um protótipo de experimentos quase que “laboratoriais” do imperialismo, foi uma consequência tanto da crise estrutural do capitalismo, quanto dos avanços (consubstanciados pela luta da classe trabalhadora organizada em busca de melhorias na qualidade de vida e trabalho) do “socialismo real” e da social-democracia nas décadas anteriores (1950 e 1960) que precisavam ser freados, na ótica dos liberais e dos neoliberais e das classes dominantes, por conta da diminuição das suas taxas de lucros nos governos de esquerda com reformas estruturais firmes, ou a eliminação completa delas, nos casos dos países que construíram o “socialismo real”, além da natural queda derivada da grande crise mundial do capital da década de 1970¹⁴⁰. A “Guerra Fria” teve papel fundamental para que fosse apressado o processo de evolução do neoliberalismo¹⁴¹.

Há, contudo, um elemento nessa transição que merece atenção específica. A crise da acumulação do capital na década de 1970 afetou a todos por meio da combinação de desemprego em ascensão e inflação acelerada. A insatisfação foi generalizada, e a conjunção do trabalho com os movimentos sociais urbanos em boa parte do mundo capitalista avançado parecia apontar para a emergência de uma alternativa socialista ao compromisso social entre capital e trabalho que fundamentara com tanto sucesso a acumulação do capital no pós-guerra. Partidos comunistas e socialistas ganhavam terreno, quando não tomavam o poder, em boa parte da Europa, e mesmo nos Estados Unidos forças populares agitavam por amplas reformas e intervenções estatais. Havia nisso uma clara ameaça política às elites econômicas e classes dirigentes em toda parte, tanto em países capitalistas avançados (como a Itália, a França, a Espanha e Portugal) como em muitos países em desenvolvimento (como o Chile, o México e a Argentina). (HARVEY, 2014, p.23-24).

Há ainda de se lembrar que o neoliberalismo se impõe ou de forma claramente violenta e autoritária (como no Chile) ou no interior de uma lógica que procurou

¹⁴⁰ “Mas na década de 1970 sofreu uma acentuada queda com o colapso do valor dos ativos (ações, imóveis, poupanças). As classes altas tinham de agir com mais vigor para se proteger da aniquilação política e econômica. O golpe no Chile e a tomada do poder pelos militares na Argentina, promovidos pelas elites domésticas com o apoio dos Estados Unidos, ofereceram um tipo de solução.” (HARVEY, 2014, p.25). Ver também: “Perto do final dos anos 1960, o liberalismo embutido começou a ruir, internacionalmente e no nível das economias domésticas. Os sinais de uma grave crise de acumulação eram em toda parte aparentes. O desemprego e a inflação se ampliavam em toda parte, desencadeando uma fase global de “estagnação” que duraria por boa parte dos anos 1970.” (HARVEY, 2014, p.22).

¹⁴¹ “Um grupo de economistas conhecidos como “the Chicago boys” por causa de sua adesão às teorias neoliberais de Milton Friedman, então professor da Universidade de Chicago, foi chamado para ajudar a reconstruir a economia chilena. E interessante a história de como eles foram escolhidos. Os Estados Unidos tinham financiado o treinamento de economistas chilenos na Universidade de Chicago desde os anos 1950 como parte de um programa da Guerra Fria destinado a neutralizar tendências esquerdistas na América Latina.” (HARVEY, 2014, p.18).

quebrar o ímpeto de transformações radicais e críticas na sociedade do trabalho, em alta desde o final dos anos 1960, através de perseguição policial. Sempre bom lembrar como os anos 1970 e final dos 1960 conhecerão leis de emergência em países centrais como Itália e Alemanha e ditaduras capitalistas em toda a América Latina. (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.71).

A dramaticidade do caso chileno ganha contornos mais macabros e tenebrosos quando os efeitos colaterais do primeiro *Frankenstein socioeconômico* (primeira experiência neoliberal) começam a surgir e expor a sua essência “desalmada”. Para um país “dependente”, como é o caso em questão, que produz um PIB muito menor do que os “desenvolvidos”, quando há um maior tensionamento para que a distribuição de bens e riquezas seja cada vez mais concentrada em prol de uma minoria, o caos social se instaura, pois, o que já não era tanto em termos quantitativos, passa a ser retirado em demasia das multidões menos favorecidas e as mazelas sociais são extremadas ao ponto da barbarização completa da vida social.

O neoliberalismo, enquanto padrão de acumulação flexível do capital, estendeu os seus tentáculos no Chile e; destruiu quaisquer tipos de auxílios e programa sociais de redistribuição de renda; pôs abaixo o sistema previdenciário de tal forma que este movimento representa até a atualidade uma das piores políticas públicas da história do país, com idosos (as) largados para definharem como se não fossem sequer humanos; precarizou e pauperizou as relações trabalhistas em níveis estratosféricos, ao ponto de quase retornar ao mundo do trabalho do século XIX sem as leis trabalhistas; fizeram disparar imensuravelmente os índices das desigualdades sociais; enfim, desmantelaram qualquer vestígio de contribuição do Estado para amenizar as clivagens monstruosas geradas pelo sistema capitalista, movimento esse de reparação e reformas para amenização que estava sendo conduzido pelo presidente eleito que foi deposto (sob o comando estadunidense e apoio das elites locais)¹⁴², e assassinado, Salvador Allende (1908-1973).

O resultado, não poderia ser tão diferente disso, afinal, o princípio fundamental do neoliberalismo e a sua função social, conforme a sua própria gênese, é o de conseguir construir uma sociabilidade que possa manter as taxas de lucro da grande burguesia em um mundo colapsado, e só se pode realizar e efetivar tal postulado fazendo com que se retire dos trabalhadores para que haja a mesma composição e a reprodução do *quantum* de lucro burguês

¹⁴² “No começo dos anos 1970, as elites dos negócios organizaram a sua oposição a Allende através de um grupo chamado “Clube de Segunda-Feira” e desenvolveram uma relação de trabalho com esses economistas, financiando seu trabalho através de institutos de pesquisa.” (HARVEY, 2014, p.18). Ver também: “Embora se pudesse comprar com bastante facilidade o consentimento de elites dirigentes locais, a necessidade de coagir movimentos de oposição ou social-democratas (como o do Chile de Allende) associou os Estados Unidos a uma longa história de violência - em larga medida encoberta - por boa parte do mundo em desenvolvimento.” (HARVEY, 2014, p.37).

quando o sistema ainda estava no auge, em pujança.

Este procedimento pode ser resumido em simples frases: “Os louros do capitalismo para a burguesia e as crises para os trabalhadores”, “o bônus do sistema para a burguesia e o ônus para o proletariado”, “privatizar os lucros e socializar as despesas”, “jogar a crise nas costas da classe que não a produziu” ou, mais modestamente, “farinha pouca, o meu pirão primeiro”. Temos aí o produto do que Harvey chamou de processo para reviver a acumulação do capital (que foi rebaixada, dada a crise, na fatídica década de 1970).

O subsequente experimento chileno com o neoliberalismo demonstrou que os benefícios da acumulação do capital revivida foram altamente prejudicados pela privatização forçada. [...] Efeitos redistributivos e uma desigualdade social crescente têm sido de fato uma característica tão persistente do neoliberalismo que podem ser considerados estruturais em relação ao projeto como um todo. (HARVEY, 2014, p.25-26).

Como bem notado pelo marxista britânico, o aprofundamento das desigualdades sociais é uma característica “persistente” e “estrutural” do sistema em sua fase neoliberal, porque só efetuando este rebaixamento das condições de vida das classes dominadas e exploradas seria possível manter ou até mesmo aumentar o padrão de vida das classes dominantes, em razão do capitalismo jamais conseguir voltar a crescer como na sua “Era de ouro” do pós Segunda Guerra Mundial ou mesmo no período entreguerras (mencionando aqui o crescimento dos Estados Unidos da América nas décadas de 1930 e 1940, sob o comando de Franklin Delano Roosevelt, direcionado pelo programa Keynesiano). Harvey vai encontrar os dados empíricos que comprovam este elemento orgânico do neoliberalismo nos estudos de Gérard Duménil e Dominique Lévy acerca do neoliberalismo pelo globo terrestre:

Gérard Duménil e Dominique Lévy, depois de uma cuidadosa redistribuição dos dados, concluíram que a neoliberalização foi desde o começo um projeto voltado para restaurar o poder de classe. Depois da implementação de políticas neoliberais no final dos anos 1970, a parcela da renda nacional do 1% mais rico dos Estados Unidos disparou, chegando a 15% (bem perto de seu valor pré-Segunda Guerra Mundial) perto do final do século. O 1% mais rico dos Estados Unidos aumentou sua parcela da renda nacional de 2% em 1978 para mais de 6% por volta de 1999 [...] Os Estados Unidos não estão sozinhos nisso. O 1% mais rico da Grã-Bretanha dobrou sua parcela da renda nacional a partir de 1982: de 6,5% a 13%. E um exame mais detido revela extraordinárias concentrações de riqueza e de poder surgindo em toda parte. (HARVEY, 2014, p.26).

O que Harvey denomina de “restaurar o poder de classe” é um elemento crucial para compreender a essência do fenômeno do neoliberalismo, essa foi a grande necessidade exposta na crise da década de 1970, como restaurar totalmente tanto o poder econômico quanto o poder político para as mãos das classes dominantes, em meio à catástrofe generalizada do sistema?

Essa, certamente, foi uma das perguntas que a emergência do sistema neoliberal tentou responder na prática social: “os dados sugerem vigorosamente que a virada neoliberal está de alguma maneira e em algum grau associada à restauração ou reconstrução do poder das elites econômicas” (HARVEY, 2014, p.27). Indubitavelmente, o passo inicial para tanto seria a disciplinação social através do poder estatal, depois, a maior centralização do poder econômico por uma distribuição de recursos desigual:

[...] as reformas neoliberais são geralmente implementadas através de um processo com dois estágios [...] A primeira fase (de transição ou de choque) do neoliberalismo requer a forte intervenção do Estado para conter os trabalhadores e a esquerda organizada [...] A segunda fase (do neoliberalismo maduro) se concentra na estabilização das relações sociais impostas no período anterior, na consolidação do controle do setor financeiro sobre a alocação de recursos [...] e na introdução de políticas sociais especificamente neoliberais tanto para gerenciar as privações criadas pelo neoliberalismo, como para reconstituir os sujeitos sociais em linhas neoliberais. (FILHO, 2015, p.63).

Retornando à especificidade do caso chileno, apesar de tanto Hayek quanto Friedman apoiarem diretamente o regime ditatorial, este último exerceu maior influência na economia do novo *Frankenstein*, sendo praticamente o patrono dos seus caminhos, inclusive, enviando vários dos seus discípulos para irem estudar a experiência *in loco*, portanto, a “escola de Chicago” predominou nas américas (especialmente no Chile, com o apoio de Pinochet)¹⁴³, enquanto a “escola austríaca” (Hayek) ganhava mais relevância na Inglaterra.

O “monetarismo” de Friedman foi implementado de modo extremamente autoritário no Chile¹⁴⁴, não só pelo uso da coerção para este tento, mas, também, pela não concessão de recuo em nenhum postulado austericida, evidenciando que estava ali um “brinquedo” do imperialismo que seria utilizado para testar o neoliberalismo 100% em sua completude, até a medula, visceralmente:

[...] foi testemunha da primeira experiência neoliberal sistemática do mundo. Refiro-me, bem entendido, ao Chile sob a ditadura de Pinochet. Aquele regime tem a honra de ter sido o verdadeiro pioneiro do ciclo neoliberal da história contemporânea. O Chile de Pinochet começou seus programas de maneira dura: desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos. Tudo isso foi começado no Chile, quase um decênio antes de Thatcher, na Inglaterra. No Chile, naturalmente, a

¹⁴³ “Pinochet levou esses economistas para o governo, onde seu primeiro trabalho foi nego ciar empréstimos com o Fundo Monetário Internacional. Trabalhando em parceria com o FMI, reestruturaram a economia de acordo com suas teorias.” (HARVEY, 2014, p.18).

¹⁴⁴ “O neoliberalismo chileno, bem entendido, pressupunha a abolição da democracia e a instalação de uma das mais cruéis ditaduras militares do pós-guerra. Mas a democracia em si mesma – como explicava incansavelmente Hayek – jamais havia sido um valor central do neoliberalismo. A liberdade e a democracia, explicava Hayek, podiam facilmente tornar-se incompatíveis, se a maioria democrática decidisse interferir com os direitos incondicionais de cada agente econômico de dispor de sua renda e de sua propriedade como quisesse. Nesse sentido, Friedman e Hayek podiam olhar com admiração a experiência chilena.” (ANDERSON, 1995, p.10).

inspiração teórica da experiência pinochetista era mais norte-americana do que austríaca. Friedman, e não Hayek, como era de se esperar nas Américas. (ANDERSON, 1995, p.9).

Reverteram as nacionalizações e privatizaram os ativos públicos, liberaram os recursos naturais (pesca, extração de madeira etc.) à exploração privada e não regulada (em muitos casos reprimindo brutalmente as reivindicações das populações indígenas), privatizaram a seguridade social e facilitaram os investimentos estrangeiros diretos e o comércio mais livre. (HARVEY, 2014, p.18).

Na experiência neoliberal chilena, o caráter e a essência do Estado Moderno ficaram escancarados: essa é uma entidade erigida para impor e manter a ditadura de uma classe sobre a outra¹⁴⁵, mais especificamente, da burguesia em cima do proletariado¹⁴⁶. Não importando se formalmente e/ou juridicamente estamos inseridos numa democracia liberal burguesa ou numa ditadura aberta do capital¹⁴⁷, em ambos os casos, a gênese e a função social da *forma-política* burguesa é a de dominação, opressão e disciplinação de classes.

A forma de expressão do Estado vai ser configurada a partir dos interesses do capital, se for preciso utilizar o autoritarismo pleno para garantir esses interesses, ele será usado sem pudor, aliás, será até defendido com “unhas e dentes” pelos mesmos liberais e neoliberais que colocam a democracia burguesa enquanto “valor universal” quando se trata de demonizar o “socialismo real”.

Enfim, o Estado Moderno será sempre um Estado que defende os interesses do capital e da sua personificação em classe (a burguesia), independente de quem o esteja ocupando ou se o Estado é mais ou menos ditatorial, como já explicamos em (CRUZ, 2021):

¹⁴⁵ “Como o Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns [...] segue-se que todas as instituições coletivas são mediadas pelo Estado, adquirem por meio dele uma forma política.” (MARX; ENGELS, 2007, p.76).

¹⁴⁶ “O conhecido “Estado Moderno”, na visão de Marx, é exclusivo da sociedade do capital, assim como o Direito, um fenômeno historicamente determinado, não existia a figura do “Estado Moderno” no sistema feudal, desse modo, a gênese desta estrutura é a separação dos trabalhadores do meio de produção gerando duas classes opostas, proletariado e burguesia, e para controlar uma sociabilidade desigual e de conflitos sociais erigiu o “Estado Burguês”. (CRUZ, 2021). Ver também: Como o Estado nasceu da necessidade de combater o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. [...] e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado [...] Portanto, o Estado não tem existido eternamente. Houve sociedades que se organizaram sem ele, não tiveram a menor noção do Estado ou de seu poder. Ao chegar a certa fase de desenvolvimento econômico, que estava necessariamente ligada à divisão da sociedade em classes, essa divisão tornou o Estado uma necessidade (ENGELS, p.137/138, *apud* MASCARO, 2014, p.304).

¹⁴⁷ “O Estado, na interpretação do autor estudado, é por “essência” sempre uma ditadura de classe, será uma ferramenta para o controle da classe dominante sobre a dominada, garantindo a reprodução da sociabilidade burguesa, da lei geral da acumulação de capital e da propriedade privada dos meios de produção. Neste sistema socioeconômico, é possível que esta “essência” ou “conteúdo” ditatorial possa se expressar por meio de uma “aparência” “democrática” pela democracia jurídica formal, como por exemplo a “forma” política instituída sob a égide de um Estado Democrático de Direito. Ou seja, para Marx, a maior parte dos povos inseridos no capitalismo vive sob uma ditadura burguesa, exposta como uma democracia apenas formal e não substancial, ou até mesmo, em alguns períodos históricos, dentro de uma ditadura tanto de “conteúdo” quanto de “forma”. (CRUZ, 2021).

Mesmo quando o Estado Moderno não está sendo ocupado pela classe dominante de maneira direta, ele serve aos seus interesses, pois tem uma natureza intrínseca de classe. [...] Ou seja, ainda que haja uma democracia formal e que seja possível que o povo eleja os seus representantes, a máquina do Estado é, em última instância, um instrumento para dominar os trabalhadores e manter a reprodução econômica do capital regulando a economia. [...] Marx chama de interesses “históricos” aqueles que determinam o próprio sistema econômico, como por exemplo, a defesa em uma constituição do direito de propriedade privada como cláusula pétrea. O Estado, por sua própria “natureza”, defende esses interesses “históricos” independente de quem o governa.

Vejamos como o conceito de “liberdade” de Hayek, quando desnudado (ao defender a ditadura neoliberal chilena sob o comando do sinistro Pinochet), será apenas e tão somente a liberdade do capital poder operar e não a liberdade plena e substancial dos sujeitos, pois quando a “liberdade” do capital for ameaçada, estará justificada qualquer tipo de coerção ao individual para manter a tal “liberdade”:

[...] a famosa carta enviada por Hayek ao jornal inglês The Times, na qual afirma: “Isso não significa, contudo, que em algumas circunstâncias históricas a liberdade pessoal não esteve mais bem protegida sob governos autoritários do que democráticos”. Como exemplos, ele fornece as ditaduras de Salazar em Portugal e Pinochet no Chile. “Mais recentemente eu não consegui achar uma só pessoa até no Chile que não concordaria que a liberdade pessoal era muito maior sob Pinochet do que foi sob Allende” (Hayek, 1978). (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.67).

Fica óbvio e ululante, nesta passagem, que a tal “liberdade pessoal” arguida e defendida pelo austríaco é a aplicação do programa do capital que, neste tempo histórico, seria o neoliberalismo. Se esse programa fosse aplicado à força, a “liberdade pessoal”¹⁴⁸ estaria “protegida” muito mais do que se ele não estivesse sido posto em prática, porque não se trata das pessoas *per si*, mas, sim, de reproduzir o sistema capitalista, devendo este ser legitimado sob quaisquer circunstâncias.

Os dados sugerem além disso que, quando os princípios neoliberais conflitam com a necessidade de restaurar ou sustentar o poder da elite, esses princípios são ou abandonados ou tão distorcidos que se tornam irreconhecíveis. [...] de fato indica uma tensão criativa entre o poder das ideias neoliberais e as práticas reais de neoliberalização que têm transformado nas três últimas décadas o funcionamento do capitalismo global. (HARVEY, 2014, p.28-29).

Desde seu primeiro “laboratório”, o Chile, o neoliberalismo mostrou-se uma doutrina autoritária, ainda que seu arsenal teórico nem sempre revele isso de maneira explícita. Nos anos 1980, Thatcher e Reagan também impuseram à base da força sua agenda. (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.72).

¹⁴⁸ “No entanto, essa exaltação da liberdade humana corre em paralelo com a elaboração de modos de controle cada vez mais sofisticados. Sob o neoliberalismo, a coerção é internalizada, de modo que os sujeitos se autorreificam sob a égide da lógica da mercadoria.” (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.49).

Depois do protótipo “piloto” de instauração dessa “liberdade” neoliberal no Chile, foi dada a largada ao novo padrão de acumulação flexível do capital que àquela altura já estava testado para, na década seguinte, ser implementado na legião de língua inglesa¹⁴⁹; nos Estados Unidos da América com Ronald Reagan (nos períodos entre 1981 a 1989, com os drásticos ajustes fiscais da agenda “Reaganomics”) e na Inglaterra com Margaret Thatcher (entre os períodos de 1979 até 1990, com o “Thatcherismo” da denominada “Dama de Ferro”), ainda que os danos sociais deixados pelo neoliberalismo no caso chileno tenham sido enormes, com fraturas permanentes.

Relembremos que, na década de 1970, a crise do sistema foi a alavanca central para o neoliberalismo, porém, na década de 1980, quando se iniciou a sua emergência nos países “desenvolvidos”¹⁵⁰ outros dois fatores entraram em cena para contribuir com o surgimento e a implementação do neoliberalismo: a queda vertiginosa do “socialismo real”¹⁵¹ e a descrença e descredibilização geral da social-democracia, ambos os fenômenos já abordados no capítulo anterior da nossa pesquisa.

A experiência estadunidense teve como timoneiro teórico e prático o “economista” Paul Adolph Volcker (1927-2019) que foi alçado ao comando do “Banco Central” (FED) ainda no governo Jimmy Carter, em 1979, operando na sua gestão um combate contra a inflação, sem compreender que este não era o elemento central para resolução das problemáticas postas e, com isso, acelerou o aumento do desemprego e diminuiu a circulação de mercadorias e serviços ao conter exasperadamente a emissão de moeda, baseando-se nas teses do “monetarismo”, travando a moeda para segurar a meta de inflação.

[...] uma figura relativamente obscura (mas agora renomada) chamada Paul Volcker assumiu o comando do Banco Central dos Estados Unidos (FED) em julho de 1979, e no curso de alguns meses mudou dramaticamente a política monetária. **O FED a partir de então assumiu a liderança na luta contra a inflação, independentemente das consequências (em particular no que se refere ao desemprego).** (HARVEY, 2014, p.11. Grifos nossos).

Em outubro de 1979, Paul Volcker, presidente do Federal Reserve Bank no go verno

¹⁴⁹ “A imediata recuperação da economia chilena em termos de taxas de crescimento, de acumulação de capital e de elevadas taxas de retorno dos investimentos estrangeiros durou pouco. O caldo azedou quando da crise latino-americana da dívida em 1982. O resultado foi uma aplicação muito mais pragmática e menos dirigida ideologicamente de políticas neoliberais nos anos seguintes. **Tudo isso, incluindo o pragmatismo, ofereceu úteis dados para suportar a subsequente adoção do neoliberalismo na Grã Bretanha (sob Thatcher) e nos Estados Unidos (sob Reagan) nos anos 1980. Não pela primeira vez, uma experiência brutal realizada na periferia transformou-se em modelo para a formulação de políticas no centro**” (HARVEY, 2014, p.18-19. Grifos nossos).

¹⁵⁰ “Os futuros historiadores poderão coerentemente ver os anos 1978-80 como um ponto de ruptura revolucionário na história social e econômica do mundo” (HARVEY, 2014, p.12).

¹⁵¹ “Por fim, no final dos anos 1980, com a crise do bloco de países comunistas, o neoliberalismo, frontalmente oposto àquelas ideias, avança ainda mais.” (BARUCO, 2005, p.51).

Carter, promoveu uma mudança draconiana na política monetária dos Estados Unidos. O compromisso de longa data do Estado democrático liberal com os princípios do New Deal, que significava em termos gerais políticas fiscais e monetárias keynesianas, e tinha o pleno emprego como objetivo central, foi abandonado em favor de uma política destinada a conter a inflação sem medir as consequências para o emprego. (HARVEY, 2014, p.32).

Após Reagan chegar ao poder nas eleições de 1980, a parceria entre ele e Paul Volcker aprofundou o programa neoliberal até às suas últimas consequências, precarizando e desregulando o mundo do trabalho e privatizando as empresas e indústrias estatais, além de proporcionar o alavanque do sistema financeiro com o rentismo e a estagnação do setor produtivo industrial¹⁵².

As duas principais entidades responsáveis por propagar e impor essas medidas neoliberais (além do já mencionado Banco Central dos Estados Unidos da América, o FED), tanto internamente quanto externamente (internacionalmente), foram o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial¹⁵³.

Então, em 1980. Ronald Reagan foi eleito presidente dos Estados Unidos e, armado com uma genialidade e um carisma pessoal, impeliu seu país a revitalizar a economia, ao apoiar as decisões de Volcker no FED e adicionar sua própria mistura particular de **políticas destinadas a restringir o poder do trabalho, desregular a indústria, a agricultura e os setores extrativistas, assim como liberar os poderes das finanças tanto internamente como no cenário mundial**. (HARVEY, 2014, p.11. Grifos nossos).

A vitória de Ronald. Reagan sobre Carter em 1980 mostrou-se crucial, ainda que Carter tivesse seguido sem dificuldades a desregulação (das empresas aéreas e de caminhões de carga) como solução parcial para a crise de estagflação. Os conselheiros de Reagan estavam convencidos de que o "remédio" monetarista de Volcker para uma economia doente e em estagnação era certo. **Volcker foi apoiado e permaneceu em sua posição de presidente do Federal Reserve. O governo Reagan então ofereceu o apoio político necessário por meio de mais desregulação, cortes de impostos, cortes orçamentários e ataques ao poder sindical e profissional.** [...] As indicações de Reagan para posições de poder em áreas como regulação ambiental, segurança ocupacional e saúde acentuaram ainda mais a campanha contra o grande governo. **A desregulação de tudo - de empresas aéreas e de telecomunicações ao sistema financeiro - abriu novas áreas de liberdade de mercado irrestrita para poderosos interesses corporativos.** (HARVEY, 2014, p.33-34. Grifos nossos).

A conta social não tardou a chegar, conforme Harvey (2014, p.35), esse processo

¹⁵² “O capital financeiro buscou crescentemente, no exterior, taxas de retorno mais elevadas. A desindustrialização doméstica e a tendência a levar a produção para o exterior tornaram-se muito mais comuns” (HARVEY, 2014, p.35).

¹⁵³ “O governo Reagan, que pensara seriamente em retirar o apoio ao FMI no primeiro ano de mandato, descobriu uma maneira de unir os poderes do Tesouro norte-americano e do FMI para resolver a dificuldade rolando a dívida, mas exigiu em troca reformas neoliberais. Esse tratamento se tornou o padrão depois daquilo que Stiglitz chamou de "expurgo" de todas as influências keynesianas do FMI em 1982. O FMI e o Banco Mundial se tornaram a partir de então centros de propagação e implantação do "fundamentalismo do livre mercado" e da ortodoxia neoliberal.” (HARVEY, 2014, p.38).

neoliberalizante de Reagan e Volcker proporcionou um aumento drástico e dramático das desigualdades sociais, retirando o pouco de poder conquistado pelo proletariado nas Eras sociais-democratas e devolvendo-o em sua integralidade para a burguesia: “E teve início assim a abissal mudança para uma desigualdade social cada vez maior e a restauração do poder econômico da classe alta”.

Na Inglaterra, o dismantelo completo das funções econômicas do Estado também se deu de modo extremamente acelerado. Thatcher, sob as orientações do “publicista” Keith Joseph, aderiu ao “monetarismo” e tratou de dar fim a qualquer resquício keynesiano no poder estatal inglês.

Outrossim, realizou um ferrenho combate contra a classe trabalhadora e os seus organismos (a exemplo dos sindicatos)¹⁵⁴ para reduzir os seus direitos e impedir a sua organização (visando a quebrar qualquer tipo de laço de coletividade ou solidariedade entre os trabalhadores)¹⁵⁵:

Margareth Thatcher foi eleita na Grã-Bretanha com a firme obrigação de reformar a economia. Sob a influência de Keith Joseph, um publicista e polemista bem ativo, com fortes vínculos com o neoliberal Institute of Economic Affairs, ela aceitou o abandono do keynesianismo e a ideias de que as soluções monetaristas “do lado da oferta” eram essenciais para curar a estagflação que marcara a economia britânica naquela década. Thatcher reconhecia que isso significava nada menos que uma revolução em políticas fiscais e sociais, e demonstrou imediatamente uma forte determinação de acabar com as instituições e práticas políticas do Estado social-democrata que se consolidara no país a partir de 1945. Isso envolvia enfrentar o poder sindical, atacar todas as formas de solidariedade social que prejudicassem a flexibilidade competitiva [...] dismantelar ou reverter os compromissos do Estado de bem-estar social, privatizar empresas públicas (incluindo as dedicadas à moradia popular), reduzir impostos, promover a iniciativa dos empreendedores [...] (HARVEY, 2014, p.31-32).

Essas políticas adotadas em ambas as potências vão resultar na sistematização de um núcleo duro de ações estatais que deveriam ser seguidas como uma espécie de receituário (coordenado por FMI e BIRD) pelos países “subdesenvolvidos” que foram obrigados de todas as formas possíveis a seguir o caminho do neoliberalismo.

A etapa seguinte se define pela passagem do neoliberalismo do plano teórico para o campo político, o que se concretiza com a chegada ao governo das forças liberal-conservadoras na Inglaterra, em 1979, com Margareth Thatcher; nos Estados Unidos, em 1980, com Ronald Reagan; e na Alemanha, em 1982, com Helmut Kohl. **Para o caso inglês, as primeiras políticas de cunho neoliberal a serem implementadas**

¹⁵⁴ “Do outro lado do Atlântico. Margaret Thatcher já tinha sido e leita primeira-ministra da Grã-Bretanha, em maio de 1979, com a tarefa de restringir o poder dos sindicatos e levar ao fim uma destruidora estagnação inflacionária que envolvera o país na década precedente.” (HARVEY, 2014, p.11).

¹⁵⁵ “Todas as formas de solidariedade social tinham de ser dissolvidas em favor do individualismo, da propriedade privada, da responsabilidade individual e dos valores familiares. O ataque ideológico nessas linhas advindo da retórica de Thatcher era implacável” (HARVEY, 2014, p.32).

foram a desregulação, a privatização e a abertura comercial. No entanto, estas ideias e as políticas delas resultantes, são incorporadas pelos organismos multilaterais, fundamentalmente FMI e BIRD, e implementadas nos países que recorrem a estas instituições, em especial os da periferia do sistema capitalista, na qual está incluída a América Latina (BARUCO, 2005, p.51. Grifos nossos).

Ao final das contas, apesar das suas particularidades e peculiaridades, o neoliberalismo tanto nos Estados Unidos da América quanto na Inglaterra possuíam, no universal, a mesma conformação social e objetivos semelhantes, com políticas públicas e ações (ou inações) estatais convergindo na mesma direção: “Volcker e Thatcher arrancaram das sombras de uma relativa obscuridade uma doutrina particular que respondia pelo nome de "neoliberalismo" e a transformaram na diretriz central do pensamento, e da administração econômicos” (HARVEY, 2014, p.11-12).

A solidificação das duas experiências levou, em novembro de 1989, ao que ficou conhecido como “Consenso de Washington”, que foi uma espécie de tratado bíblico ou testamento do neoliberalismo, contendo dez medidas consideradas elementares para qualquer economia funcionar: 1) Disciplina fiscal, evitando grandes déficits fiscais em relação ao PIB; 2) Redirecionamento dos gastos públicos de subsídios (especialmente subsídios indiscriminados) para uma ampla provisão de serviços essenciais pró-crescimento e pró-pobres, como educação, saúde e investimento em infraestrutura; 3) Reforma tributária, ampliando a base tributária e adotando alíquotas marginais moderadas; 4) Taxas de juros determinadas pelo mercado; 5) Taxas de câmbio competitivas; 6) Livre comércio: liberalização das importações, com ênfase na eliminação de restrições quantitativas (licenciamento, etc.), proteção comercial a ser fornecida por tarifas baixas e uniformes; 7) Liberalização do investimento estrangeiro direto interno; 8) Privatização de empresas estatais; 9) Desregulamentação: abolição das regulamentações que impedem a entrada no mercado ou restringem a concorrência, exceto aquelas justificadas por motivos de segurança, proteção ambiental e do consumidor e supervisão prudencial de instituições financeiras; 10) Segurança jurídica para direitos de propriedade privada, a exemplo dos direitos autorais.

O conjunto de regras erguidas pelo “Consenso de Washington” visaram a suplantarem de uma vez por todas a hegemonia do núcleo duro de teses keynesianas que esteve tão em voga nas décadas anteriores ao fenômeno concreto do neoliberalismo em sua efetivação, instituindo, de uma vez por todas, a “nova direita” no mundo.

O consenso de Washington formou-se a partir da crise do consenso keynesiano [Hicks (1974) e Bleaney (1985)] e da correspondente crise da teoria do desenvolvimento econômico elaborada nos anos 40 e 50 [Hirschman (1979)]. Por outro lado, essa perspectiva é influenciada pelo surgimento, e afirmação como

tendência dominante, de uma nova direita, neoliberal, a partir das contribuições da escola austríaca (Hayek, Von Mises), dos monetaristas (Friedman, Phelps, Johnson), dos novos clássicos relacionados com as expectativas racionais (Lucas e Sargent) e da escola da escolha pública (Buchanan, Olson, Tullock, Niskanen). (BRESSER-PEREIRA, 1991, p. 5).

Nesse ponto da história, a virada neoliberal ganhou a hegemonia internacional, fazendo crer que a única saída para a crise e a única explicação econômica de mundo correta era a exposta pelo neoliberalismo, qualquer outra coisa, a partir de então, ganhou caráter de “ideologia” e a economia neoliberal (em termos de micro e macro economia) passou a ser tomada como a ciência econômica universal, e pior, como se fosse algo “técnico” e “neutro”. Portanto, toda e qualquer discussão econômica, seja de “direita” ou de “esquerda”, só seria “técnica” se tomasse como base inicial os pressupostos do neoliberalismo, constituindo, assim, a supremacia da “ortodoxia econômica”.

Observemos, na interpretação de Baruco (2005, p.55-56), três fundamentos neoliberais para a economia que se tornaram quase que obrigatórios para qualquer discussão econômica de um país, pois, fora disso, haveria apenas “fracasso” (reportando-se a qualquer forma de teoria ou prática intervencionista).

[...] como forma de fornecer assistência para os policy makers dos países latino-americanos, foi realizada em 1989 uma reunião entre membros dos organismos internacionais financeiros, funcionários do governo americano e economistas desses países cujas conclusões ficaram conhecidas como Consenso de Washington. [...] O ajuste neoliberal, mais especificamente as políticas propostas pelo Consenso de Washington, constitui uma concepção de desenvolvimento composto por três elementos (Fiori, 1997; Carcanholo, 2002). O primeiro componente seria o da estabilização macroeconômica, com o objetivo de reduzir a inflação e controlar as contas governamentais. [...] O segundo elemento do programa seria constituído pelas "reformas estruturais": abertura comercial, desregulamentação dos mercados, privatização de estatais e de serviços públicos, a eliminação da maior parte dos subsídios, garantindo a liberalização dos preços, e a abertura financeira. [...] o terceiro elemento do programa, qual seja, a retomada dos investimentos e crescimento econômico associado à distribuição de renda para os países periféricos. Mais uma vez, isso significa dizer que, a economia de mercado, funcionando sem intervenções e/ou regulamentações, levaria à ordem natural harmônica, ao crescimento/desenvolvimento econômico.” (BARUCO, 2005, p.55-56).

No limite, o horizonte a ser atingindo (por parte do neoliberalismo) era o da possibilidade da reprodução ampliada do capital, porquanto que o fracasso econômico, político e cultural da primeira tentativa neoliberal (no Chile) não tenha servido de nada, nem para reflexões visando a um melhor aperfeiçoamento social do modelo.

A decadência geral da sociedade capitalista em todos os âmbitos e complexos sociais poderia seguir a sua amplificação e complexificação, o neoliberalismo não foi capaz de salvar o sistema da crise estrutural, como predispunham os seus teóricos quando estavam a batalhar

contra os keynesianos e os sociais-democratas que ocupavam governos no pós Segunda Guerra Mundial, em verdade, a crise se aprofundou, e a única coisa que o neoliberalismo pôde realizar foi fazer de “um limão, uma limonada” para a burguesia imperialista reinstituir a sua soberania econômica¹⁵⁶, política e cultural.

No entanto, analisando o neoliberalismo enquanto nova expressão do sistema capitalista em todas as suas vicissitudes, explicita-se a sua degradação econômica, institucional e de visão de mundo: “As fragilidades econômicas do neoliberalismo, a esclerose das instituições políticas que regulam o seu metabolismo e a corrosão cumulativa das suas bases ideológicas tornam este sistema de acumulação vulnerável a desafios políticos.” (FILHO, 2015, p.69).

Desta forma, surge a grande pergunta de Anderson (1995, p.5) sobre os efeitos e resultados do neoliberalismo na sua empreitada de suplantar o keynesianismo por um suposto modelo superior: “Poder-se-ia perguntar qual a avaliação efetiva da hegemonia neoliberal no mundo capitalista avançado, pelo menos durante os anos 80. Cumpriu suas promessas ou não?”.

Dialeticamente, existem duas respostas para essa mesma pergunta, são elas: para o público em geral, ao povo, as promessas neoliberais de solucionar a crise econômica e gerar um novo bem-estar social não foram cumpridas. No entanto, em uma segunda resposta, é possível dizer que sim, as promessas foram cumpridas, as que foram feitas para a burguesia, de manter e reproduzir a sua acumulação e reproduzir o capital enquanto relação social, neste aspecto, não podemos negar que as experiências neoliberais foram bem-sucedidas: “Mas como restaurar as condições para a retomada da acumulação ativa do capital? Como e por que o neoliberalismo se mostrou vitorioso como a única resposta a essa questão é o cerne do problema que temos a resolver.” (HARVEY, 2014, p.23).

¹⁵⁶ Podemos auferir isso pelo movimento do imperialismo estadunidense levar crédito financeiro para países “subdesenvolvidos” para endividá-los completamente e exercer mais uma forma de dominação internacional, pela moeda, além da dominação clássica pelo uso da força: “As opções dos Estados Unidos, dadas as condições econômicas de depressão e as baixas taxas de retorno na metade dos anos 1970, não eram boas. Era necessário buscar no exterior oportunidades mais vantajosas. Os governos pareciam ser a aposta mais segura, porque, na célebre afirmação de Walter Wriston, presidente do Citibank, **os governos não podem se mudar nem desaparecer. E muitos governos no mundo em desenvolvimento, até então desesperados por recursos, estavam ansiosos o bastante para se endividar.** Mas, para que isso ocorresse, era preciso haver liberdade de ação e condições razoavelmente seguras para emprestar. **Os bancos de investimento de Nova York contavam com a tradição imperial norte-americana tanto para manter abertas novas oportunidades de investimento como para proteger suas operações externas.** [...] Foi nesse contexto que os fundos excedentes reciclados pelos bancos de investimento de Nova York se dispersaram pelo globo. [...] **Isso exigiu a liberalização do crédito e do mercado financeiro internacionais, e o governo norte-americano começou a promover e apoiar ativamente essa estratégia no nível global na década de 1970. Ávidos por crédito, os países em desenvolvimento foram estimulados a se endividar pesadamente, com taxas vantajosas para os banqueiros de Nova York.**” (HARVEY, 2014, p.36-37).

Vamos tratar de discutir a questão em termos coletivos, haja vista que, para nós, não interessa o fato de que a burguesia tenha se locupletado do neoliberalismo, pois este tentou só beneficiar, no máximo, 1% da humanidade, entretanto, é de fundamental importância compreender e explicitar o fracasso do regime ao expor e enclausurar a maioria dos povos que vivenciou e ainda vivencia tal forma societal em uma barbarização total do seu cotidiano.

Nesse sentido, não há termos mais qualificados que fiasco e fracasso para descrever o neoliberalismo, conforme apontou Baruco (2005, p.55) ao analisar este fenômeno social na América Latina: “Em linhas gerais, pode-se constatar que os programas ortodoxos de estabilização implementados na América Latina durante as décadas de 1970 e 1980 seguiram a trajetória ditada pelos postulados monetaristas e apresentaram fracassos retumbantes.”.

Mas, por que essa conclusão? Vamos lá, a degeneração do sistema com o advento da crise estrutural não só se manteve, como se aprofundou:

Em primeiro lugar, persistiu o fenômeno inflacionário; em segundo lugar durante um período relativamente prolongado, coexistiram altas taxas de inflação e desemprego, ao que se soma o quadro de recessão, caracterizando um processo de estagflação; em terceiro lugar, observou-se uma brusca queda do nível real dos salários e, por fim, as cifras sobre a distribuição familiar de renda mostraram uma deterioração da participação que corresponde aos mais pobres e um ganho substancial para os que já eram mais favorecidos na estrutura distributiva. (BARUCO, 2005, p.54-55).

Remando na linha de raciocínio, o neoliberalismo estadunidense e o neoliberalismo britânico não escaparam de ser um extremo desastre social¹⁵⁷, apesar dos apologetas e ideólogos neoliberais terem atribuído como justificativa para o fracasso em solo latino-americano o fato de, supostamente, termos tido mais intervenções estatais do que as devidas¹⁵⁸, nada poderia ser tão previsível, levando-se em conta a radiografia da ideologia neoliberal que fizemos neste capítulo, demonstrando que qualquer problema da sociedade seria resultado da intervenção humana no “Deus mercado”.

Vamos ao saldo do modelo neoliberal nos países integrantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) nas décadas de 1970, 1980 e 1990:

¹⁵⁷ Basta observarmos quais foram as principais políticas de cortes sociais utilizadas por Thatcher na Inglaterra: “O que fizeram, na prática, os governos neoliberais deste período? O modelo inglês foi, ao mesmo tempo, o pioneiro e o mais puro. Os governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. E, finalmente – esta foi uma medida surpreendentemente tardia –, se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água.” (ANDERSON, 1995, p.3).

¹⁵⁸ “Como assevera Carcanholo (2002), o fracasso daquelas experiências de estabilização na região latino-americana foi interpretado pela visão neoliberal como sendo consequência de desequilíbrios ou distorções, que impediriam o livre funcionamento da economia de mercado.” (BARUCO, 2005, p.55).

[...] a derrota do movimento sindical, expressado na queda drástica do número de greves durante os anos 80 e numa notável contenção dos salários. Essa nova postura sindical, muito mais moderada, por sua vez, em grande parte era produto de um terceiro êxito do neoliberalismo, ou seja, **o crescimento das taxas de desemprego, concebido como um mecanismo natural e necessário de qualquer economia de mercado eficiente. A taxa média de desemprego nos países da OCDE, que havia ficado em torno de 4% nos anos 70, pelo menos duplicou na década de 80. [...] grau de desigualdade – outro objetivo sumamente importante para o neoliberalismo – aumentou significativamente no conjunto dos países da OCDE** (ANDERSON, 1995, p.6. Grifos nossos).

Os países da OCDE (Organização para a Cooperação Econômica e para o Desenvolvimento) também registraram grandes aumentos da desigualdade a partir dos anos 1980, enquanto "a diferença de renda entre os 20% da população do mundo que vive nos países mais ricos e os 20% da população do mundo que vive nos países mais pobres era de 74 para 1 em 1977, vindo de 60 para 1 em 1990. (HARVEY, 2014, p.26-27).

A partir das constatações de que os primeiros neoliberalismos tiveram mais efeitos colaterais do que saldos positivos¹⁵⁹, algumas proposições foram revistas e alteradas, em especial, após a década de 1990 e, também, na virada para o século XXI: “Tendo em vista as crises financeiras e cambiais que marcaram a década de 1990, fez-se necessário uma segunda reformulação do pensamento neoliberal, que ficou conhecida como Pós-Consenso de Washington.” (BARUCO, 2005, p.57).

Ocorre que, mesmo com os aperfeiçoamentos realizados nos modelos neoliberais no século XXI, as grandes crises continuaram, como a desastrosa explosão ocorrida em 2007-2008 nos Estados Unidos da América que se alastrou no terreno internacional¹⁶⁰, crise esta que não teve caráter aleatório e autônomo, mas, apenas expressou as extremas contradições acumuladas pelo sistema após a fase da crise estrutural inaugurada na década de 1970.

Ademais, é imperioso ressaltar que as mazelas sociais só aumentaram e tendem a alcançar nas próximas décadas níveis inéditos até mesmo para o sistema capitalista, a exemplo das desigualdades sociais que proporcionalmente já estão se aproximando em demasia nos

¹⁵⁹ “Golpes de Estado, enrijecimento das forças repressivas, ascensão de regimes protofascistas ultraliberais e desmonte dos direitos sociais são alguns elementos visíveis até agora. A face autoritária do *neoliberalismo realmente existente*, para além de todo aparato retórico, aparece macabra no horizonte”. (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.72).

¹⁶⁰ “O mercado mundial é extremamente entrelaçado, existe uma enorme cadeia de ligações entre os países que perpassam desde importação e exportação até as taxas de câmbio, havendo assim uma interdependência entre eles, embora de forma assimétrica, devido ao desenvolvimento “desigual e combinado” a maioria dos países se torna dominado pelo capital imperialista. Desta maneira, uma recessão ou depressão, por mais que pareça localizada, quando atinge uma das maiores economias do planeta traz reflexos sejam diretos ou indiretos nas demais. Rapidamente a crise norte-americana atingiu os principais países europeus que por sua vez, também, estavam preparando as suas próprias crises internas, prontas para uma erupção continuada como em um “efeito dominó”. Grécia, Espanha, Portugal e diversos outros entraram em uma recessão brutal e prolongada. Os países dominantes não conseguem mais transferir a crise de forma completa geopoliticamente para a periferia do sistema, o que vimos foi que a queda acachapou tanto os dominados como as ditas potências.” (CRUZ, 2018).

Estados Unidos da América (e, também, nos principais países “desenvolvidos”) aos índices registrados nas décadas iniciais do século XX e na crise de 1929, tendência demonstrada pelos estudos empreendidos por Piketty (2014) e corroborada pelos dados e estatísticas mais atuais, inclusive do documento “Relatório Mundial sobre as Desigualdades para 2022”¹⁶¹, lançado em 07/12/2021, pela equipe de estudos coordenada por Piketty, no subcapítulo “As desigualdades globais contemporâneas estão próximas dos níveis do início do século XX, no auge do imperialismo ocidental”:

A desigualdade global, medida pelo cálculo T10/B50 entre o rendimento médio dos 10% mais ricos e o rendimento médio dos 50% mais pobres, mais do que duplicou entre 1820 e 1910, de menos de 20x para cerca de 40x, e se estabilizou em torno de 40x entre 1910 e 2020. [...] As desigualdades globais parecem ser tão grandes hoje quanto no auge do imperialismo ocidental no início do século XX. Na verdade, a parcela da renda atualmente auferida pela metade mais pobre da população mundial é cerca de metade do que era em 1820, antes da grande ruptura entre os países ocidentais e suas colônias. Em outras palavras, ainda há um longo caminho a percorrer para desfazer as desigualdades econômicas globais herdadas da organização muito desigual da produção mundial entre meados do século XIX e meados do século XX. [...] A parcela da renda global que vai para os 10% mais rico em nível mundial flutuou em torno de 50-60% entre 1820 e 2020 (50% em 1820, 60% em 1910, 56% em 1980, 61% em 2000, 55% em 2020), enquanto a parcela que vai para os 50% mais pobre geralmente tem sido em torno ou abaixo de 10% (14% em 1920, 7% em 1910, 5% em 1980, 6% em 2000, 7% em 2020). A desigualdade global sempre foi muito grande. Ele cresceu entre 1820 e 1910 e mostra pouca tendência de redução a longo prazo entre 1910 e 2020.

As desigualdades de renda e de riqueza aumentaram em quase todo o mundo desde a década de 1980, após uma série de programas de desregulamentação e liberalização que assumiram diferentes formas em diferentes países. O aumento não foi uniforme: alguns países experimentaram aumentos espetaculares na desigualdade (incluindo os EUA, Rússia e Índia), enquanto outros (países europeus e China) experimentaram aumentos relativamente menores.

Outrossim, as grandes manchetes jornalísticas que descrevem o aprofundamento do fenômeno da desigualdade social, também, apontam-nos essa direção de amplificação das distâncias sociais em termos econômicos:

Este é um dos grandes paradoxos dos nossos tempos: os Estados Unidos, país mais rico do mundo, têm alguns dos piores índices de pobreza no grupo dos países desenvolvidos. [...] Isso significa que quase 40 milhões de americanos vivem abaixo da linha oficial de pobreza. [...] **Assim, a desigualdade de renda e riqueza nos EUA aumentou e é maior do que em quase qualquer outro país desenvolvido, de acordo com o Council on Foreign Relations, um centro de pesquisas em Washington.** (LISSARDY, 2020. Grifos nossos).

Contudo, não avançaremos neste debate acerca das problemáticas envolvidas nos

¹⁶¹ Disponível em: <https://outraspalavras.net/desigualdades-mundo/novo-mapa-da-desigualdade-global/?fbclid=IwAR27R37ER7VjzYjMJe8aeXsqhGBRWLtaD6WDi5JiNGDXGzODmKirEnj79o4> Acesso em 01/04/2023.

neoliberalismos do século XXI (ao menos em termos econômicos e políticos), tendo em vista que ultrapassaria os nossos horizontes de pesquisa para os capítulos 1 e 2 que se limitam a delinear a genealogia, a estrutura e as primeiras práticas sociais deste novo padrão de acumulação flexível do capital denominado de neoliberalismo, submetendo a ele e ao seu núcleo duro teórico e prático, uma interpretação baseada no materialismo histórico.

Por fim, não podemos focar somente nas experiências neoliberais dos países ocidentais como se apenas elas tivessem existido ou se apropriado de modelos dos países dependentes, pois, segundo Anderson (1995), não só as potências ocidentais tiveram um laboratório de testes para o neoliberalismo na América Latina, pois as nações orientais que viveram no “socialismo real”, inspiraram-se em modelos como o aplicado na Bolívia para fundamentar o “choque neoliberal” no mundo oriental (apesar de que há uma enorme diferença entre se espelhar em um “modelo” e obrigar a imposição desse “modelo”, neste último caso, apenas os ocidentais se envolveram):

Se o Chile, nesse sentido, foi a experiência-piloto para o novo neoliberalismo dos países avançados do Ocidente, a América Latina também proveu a experiência-piloto para o neoliberalismo do Oriente pós-soviético. Aqui me refiro, bem entendido, à Bolívia, onde, em 1985, Jeffrey Sachs já aperfeiçoou seu tratamento de choque, mais tarde aplicado na Polônia e na Rússia. (ANDERSON, 1995, p.10).

Finalizamos o nosso capítulo constatando que o neoliberalismo enquanto escopo teórico é uma ideologia burguesa, no sentido dado por Marx e Engels (na obra “A ideologia alemã”): ótica parcial da realidade social, naturalizando todos os fenômenos do capitalismo que são historicamente determinados, convertendo-os em *supra-históricos* ou a-históricos.

Ademais, o neoliberalismo como novo modelo de expressão do capitalismo na prática social internacional não conseguiu superar nenhum dos entraves que estavam postos aos modelos do “socialismo real” e dos keynesianismos a partir da década de 1970, e sequer conseguiu amenizar os choques drásticos proporcionados pela crise estrutural do capitalismo e/ou amortecer os seus estragos no plano das questões sociais. Ou seja, ao fim e ao cabo, a decadência geral do sistema só aumentou sob a égide do neoliberalismo.

3. BARBÁRIE À VISTA: A SUBJETIVIDADE NEOLIBERAL E A SUA “FORMA-IDEOLÓGICA”

“Chegam os Poetas à porta do Inferno, na qual estão escritas terríveis palavras”¹⁶².

“Eis a estância, que eu disse, às dores feita,
Onde hás de ver atormentada gente,
Que da razão à perda está sujeita”¹⁶³.

No terceiro e último “trato” abordaremos a miserabilidade na qual a subjetividade dos indivíduos foi inserida após a constituição do neoliberalismo, que trouxe consigo, além de um novo padrão de acumulação flexível do capitalismo, também uma nova forma de *ser* que deveria condicionar as condutas cotidianas para a máxima potência na reprodução do novo modelo societal em termos econômicos, políticos e culturais (em sentido *lato sensu*), um processo de conversão dos humanos em verdadeiras *bestas-feras*, tal qual aquelas que guardam os portões do inferno de Dante (2020).

Diferentemente do que fizemos nos dois primeiros capítulos, ao trazermos à baila o conceito de ideologia posto por Marx e Engels em “A ideologia Alemã”, neste capítulo, para facilitar a nossa exposição (didática) e possibilitar um grau qualitativo maior de compreensão e interpretação do fenômeno que analisaremos nas linhas seguintes, utilizaremos o termo “ideologia” de modo mais próximo ao que defendia Lukács na sua “Ontologia do ser social”, por mais que tenhamos discordâncias¹⁶⁴, pois ao fazermos desta maneira, será possível manejar

¹⁶² (DANTE, 2020, p.19).

¹⁶³ (DANTE, 2020, p.20).

¹⁶⁴ Frisamos que, acompanhamos Fabio Frosini na sua interpretação de que esse conceito de “ideologia” levantado por Lenin, Gramsci, Lukács, não está na obra de Marx e no Prefácio ao “Para Crítica da economia política”, o *Mohr* estava, em verdade, avisando-nos para não “derraparmos” justamente nele, ao alertar que “é indispensável distinguir sempre entre a transformação material das condições econômicas da produção, que pode ser constatada com a precisão das ciências naturais” (MARX apud LIGUORI, 2007, p.78) para não acharmos que encontraremos nessas a realidade fundamental, a “essência” dessas transformações nas “formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, ou seja, ideológicas” (*Ibidem*), pois nestas, nas “ideológicas”, geralmente, a “essência” se apresenta invertida na “aparência”, e o próprio Marx arremata esse trecho reforçando essa tese: “Assim como não se pode julgar um homem pela ideia que tem de si mesmo, **também não se pode julgar uma tal época de transformação pela consciência que tem de si mesma**” (*Ibidem*). Portanto, não se pode compreender a “essência” de uma época tão somente pelo que as suas estruturas, inclusive as ideológicas, apresentam de si mesmas para nós. O termo “conceber” que virá em seguida ao último trecho aduzindo que as *formas* “permitem aos homens conceber este conflito” (*Ibidem*) está indicando uma aceitação, uma admissão de que o conflito de classes existe, não de que por meio dessas “formas” seria possível tomar conhecimento científico ou consciência de classe/social acerca da real natureza dos conflitos, haja vista que, se assim o fosse, não poderíamos recortar só “ideologia” desse contexto para alegar que por meio dela temos consciência da luta de classes e utilizaremos a “nossa ideologia” para combater a da burguesia, pois teríamos de fazer o mesmo movimento com todas as outras

com maior zelo a “subjetividade” e/ou a “razão” neoliberal que se apossou dos espíritos contemporâneos enquanto *forma-ideológica* expressa pelo neoliberalismo para a sua legitimação valorativa.

O fato de recorrermos à terminologia *forma-ideológica* ao invés de iniciarmos somente com “ideologia”, demonstra, de antemão, que enxergamos esse processo de modo genealogicamente estrutural (sem reduzir todo o processo apenas a estrutura), como um complexo social e não essencialmente como ideais de pessoas ou a sistematização delas em organizações, agrupamentos ou partidos.

Portanto, apesar de deslizarmos e sairmos da égide do que apresentamos nos “tratos” anteriores, com a ideologia sendo uma visão parcial e fragmentada da realidade social, mesmo assim, ainda não acolhemos a conceituação instrumentalizada do termo como operado por Gramsci¹⁶⁵.

Em verdade, estaremos mais próximos do segundo conceito de ideologia visto na obra marxiana, em 1859, no prefácio do “Para a Crítica da Economia Política”, que se dispõe da seguinte maneira: “[...] as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em suma, ideológicas” (MARX, 1859a).

Ao equiparar a *forma-ideológica* com entidades e complexos sociais para descrevê-los (e aqui se fala de “formas” não como simples representações de “conteúdos”, mas como uma parte concreta dos fenômenos), em nossa interpretação, Marx está assinalando, que o segundo

“formas” que Marx está citando em conjunto como complexos sociais do sistema. Vamos exemplificar: a religião nos traz a consciência e a apreensão dos conflitos sociais? E engendraremos a religião do proletariado contra a religião da burguesia? Cremos que não. A mesma coisa se dá com o Direito e o Estado. Marx citou “formas ideológicas” no mesmo contexto desses outros complexos sociais, no mesmo sentido, não há como tesourar apenas um deles e lhe atribuir a interpretação que deram à “ideologia”. Seria muito complicado, em uma advertência de Marx para não se adentrar nessa perspectiva, que caíssemos justamente nela: “Fabio Frosini observou que, aqui, **Marx quer advertir o estudioso contra a confusão entre o estudo científico das ‘condições econômicas da produção’ e sua representação ideológica.**” (LIGUORI, 2007, p.78). Ao fim e ao cabo, não estamos querendo dizer com isso que o conceito de “ideologia” da tradição marxista no século XX é inválido, não se trata disso, apenas que este conceito não é de Karl Marx, e o que faremos com o conceito após essa informação, aí são “outros quinhentos”.

¹⁶⁵ O pensador sardo, ao interpretar a terminologia “formas ideológicas” utilizada por Marx em 1859, tende a uma negação da possibilidade de a “ideologia” ser parte constitutiva da estrutura societal, aproximando-se da consideração de que ela é uma ferramenta na luta de classes: “Gramsci, convém lembrar, fala em estrutura ideológica e não na ideologia como estrutura.” (FREDERICO, 2021). A nossa discordância com essa interpretação não significa dizer, de forma alguma, que ela é impossível ou está incorreta, apenas que cremos ser a mais insuficiente. Inclusive, comentadores como Terry Eagleton, trabalham com a hipótese de que seja possível extrair três conceitos distintos de “ideologia” da obra marxiana: “Terry Eagleton assinalou que na obra de Marx há três concepções distintas de ideologia: uma epistemológica outra ontológica e uma terceira política. (EAGLETON: 1977). Os herdeiros de Marx se dividiram em função dessas concepções.”. (FREDERICO, 2021). Também acreditamos ser possível que esses conceitos possam **derivar** da obra de Marx e/ou **amplificar** consideravelmente em larga escala o que está lá, porém discordamos da possibilidade de eles **estarem** propriamente na sua obra, pois, na lavra marxiana, compreendemos estar explicitamente dispostos os dois conceitos que expomos: o “negativo” de ideologia e o estrutural de *forma-ideológica*, ambos apresentados em nossa dissertação: o primeiro, no capítulo 2, e o segundo, neste capítulo 3.

conceito proposto em sua obra se assemelha a uma estrutura que é reproduzida por determinado sistema social¹⁶⁶, não uma mera ideia partindo do sujeito, mesmo que este atue e tensione o terreno da *forma-ideológica*, haja vista que a dinâmica dos complexos sociais capitalistas é permeada pela dialeticidade da luta de classes.

Nesse quesito, afastamo-nos tanto das concepções “estruturalistas” de Althusser quanto das “politicistas” de Gramsci, visamos, portanto, a estabelecer um *tertium datur* em que as relações de produção engendram uma *forma-ideológica* específica, como expressão do seu sociometabolismo, contudo, *pari passu*, essas relações criam sujeitos que estão inseridos no grande complexo de complexos, com a capacidade de interagir seja aceitando acriticamente e passivamente, seja aceitando e se apossando para apoiar e defender o sistema, seja recusando parcialmente¹⁶⁷ e combatendo a subjetivação dessa *forma-ideológica*.

Mirando nisto, guiar-nos-emos pela constatação marxiana de que o sistema ideológico parte da materialidade, sendo derivado das relações de produção e operando para se apoderar das massas. Em suma, esse conjunto valorativo nasce e se reproduz da concreticidade e da estrutura societal, não da cabeça dos indivíduos que supostamente vão, tão somente, passando-o de uns para os outros, embora isso ocorra, mas não seja o momento fundante deste fenômeno, ou seja, o novo modo de vida neoliberal, para nós, não é uma “razão” simplesmente erigida pelos teóricos da doutrina¹⁶⁸, mas, uma “razão” gerada pelo novo padrão de acumulação capitalista e que modula os sujeitos independentemente da ação desses “pensadores” (o que não muda o fato de que a ação deles, seja teórica ou prática, contribuiu para a ampliação e aprofundamento desse complexo valorativo na sociedade), pois a “razão” neoliberal está impregnada em todos os *locus* do sistema, desde o núcleo familiar até a seara jurídica, política

¹⁶⁶ Ademais, estamos convencidos, concomitantemente, que o conceito de *forma-ideológica* não só comparece em “Para a Crítica da Economia Política”, mas, também, reproduz-se no núcleo conteudístico de “O Capital”, sendo retomado por Marx em seu *Magnum opus*, como explicita Roberto Finelli: “Roberto Finelli sustenta que em *O capital* Marx propõe ‘uma concepção de ideologia diversa e mais coerente’, que define como ideológico ‘o efeito de dissimulação que o processo social de produção e de reprodução do capital efetiva em relação a si mesmo’” (LIGUORI, 2007, p.96).

¹⁶⁷ Utilizamos o termo parcialmente, pois é impossível transitar pelos complexos sociais sem ser afetado pelos seus valores em algum grau, o que pode ocorrer é a conscientização de que este processo de modulação “ideológica” existe e, diante disso, tentar combatê-lo. O fato incontornável é que a *forma-ideológica* perpassa por todas as instâncias sociais: “Tudo o que influi ou pode influir sobre a opinião pública faz parte da estrutura ideológica: a imprensa, as bibliotecas, as escolas, associações de variado tipo, até a arquitetura, a disposição e o nome das ruas (LIGUORI, 2007, p. 90). Este conjunto de trincheiras e fortificações da classe dominante requer um complexo trabalho ideológico para gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes [...]” (PINHEIRO, 2019, p.134).

¹⁶⁸ Como pensaram Dardot e Laval ao se afastarem da crítica à economia política marxista e dos seus grupos de pesquisa e se aproximarem do “nascimento da biopolítica” de Foucault, não que uma noção não possa complementar a outra, pois, também, recorreremos a estes intérpretes, contudo, o abandono de uma noção pela primazia da outra, tornou a visão deles unilateral e com enfoque no “mundo das ideias”, enquanto formador do real.

etc., corporificando-se em decorrência da efetivação completa do modelo social ao mesmo tempo em que, dialeticamente, atua quase que imprescindivelmente para que essa efetivação possa ocorrer.

No fim das contas, a grande demarcação que estamos fincando nestas linhas iniciais se resume à problemática posta contra Weber em (CRUZ, 2022b) onde apontamos que não foi a “ética” calvinista que fundou o novo “espírito do capitalismo”, mas, a abertura para a construção do sistema do capital é que proporcionou as possibilidades para o surgimento de uma nova doutrina teológica que lhe servisse como *forma-ideológica* para controlar os *corpos*, assim como a emergência do catolicismo nos sistemas anteriores, também, deu-se pela e para dominação material e espiritual dos *seres* humanos.

Do mesmo jeito, a subjetividade e a “razão neoliberal” não foram as responsáveis por engendrar o novo humano antes da emergência do modelo neoliberal na concreticidade e, por isso, o neoliberalismo triunfou (as principais circunstâncias que abriram as portas para este padrão de acumulação estão explicitadas em nosso primeiro capítulo) é a esse tipo de conclusão que visamos a nos afastar neste ponto, sem deixar de compreender, dialeticamente, que a atuação teleológica dos neoliberais potencialize a produção do “consenso” que as instituições sociais como um todo coletivo (a exemplo da academia burguesa, da mídia, das igrejas etc.) buscam cada vez mais implementar¹⁶⁹.

É preciso, por ora, invocar e empregar um terceiro conceito de “ideologia” que não consta nas duas formulações de Marx se formos rigorosos na análise dos escritos do *Mohr* (tanto na “Ideologia Alemã” quanto no “Para a Crítica da Economia Política” ou até mesmo em “O Capital”). Como aponta o professor Zé Paulo Netto, este terceiro entendimento de “ideologia” não é da obra marxiana (lavra de Marx)¹⁷⁰, mas, sim, foi erigido posteriormente por diversas tradições marxistas (inauguradas por pensadores revolucionários que visaram a complementar a obra de Marx), e o utilizaremos aqui para a compreensão do que seria a formação do “consenso” neoliberal mencionado por Galvão (2008), em especial, como mencionamos nos parágrafos anteriores, o conceito formulado por Lukács¹⁷¹, só que o adaptando da seguinte

¹⁶⁹ “Enquanto as análises de Chesnais enfatizam os aspectos econômicos da mundialização financeira, outros autores destacam igualmente a importância dos aspectos políticos e ideológicos do neoliberalismo. [...] **Para isso, foi necessário promover a construção de um consenso em torno dos princípios neoliberais. Diversos mecanismos produziram esse consenso, com destaque para o papel dos intelectuais e da mídia.**” (GALVÃO, 2008, p.152. Grifos nossos).

¹⁷⁰ (NETTO, 2016).

¹⁷¹ Vamos expor a posição original de Lukács aqui, pois, estamos realizando alterações nela no decorrer do texto: “Com o surgimento das sociedades divididas em classes, as posições teleológicas secundárias transformaram-se qualitativamente, constituindo-se na “base espiritual” da ideologia: *a modalidade de comportamento social a partir da qual se interfere nos conflitos concretamente postos*. Isso equivale a abordar o complexo ideológico enquanto *função social*. Apenas é ideologia aquela “forma de elaboração ideal da realidade que serve para

forma: a “ideologia”, neste terceiro conceito que estamos trazendo, seria a forma como uma classe tem acesso e “concebe/admite”¹⁷² o processo histórico com as suas contradições e, por isso, luta pelos seus interesses¹⁷³, produzindo e reproduzindo “sistematizações de ideias” como representações de mundo, assim como fez a burguesia em seu embate em prol do neoliberalismo depois da deflagração da crise estrutural do capital na década de 1970. E, diante da sua vitória, passou a estender a sua “ideologia” (já nos referindo ao estilo do “terceiro conceito”) para que esta fosse hegemônica e predominante nas mentes pertencentes à coletividade deste tempo histórico, afinal, sem a contribuição da maioria do “povo”, o modelo poderia ter “caído por terra”, pois só com a adesão de uma classe minoritária como a burguesia, as condições da sua reprodução e legitimação seriam muito difíceis.

Justamente quando o programa neoliberal ganha corporificação e altera a realidade para fazer com que a própria classe trabalhadora apoiasse ou se mantivesse passiva¹⁷⁴ quanto à constituição do neoliberalismo em favor da burguesia é que a sistematização dos interesses burgueses ganha um invólucro concreto e se converte propriamente em uma “ideologia”, levando-se em conta, nesse momento, a posição de Lukács sobre a questão (reforçando que, não estamos convencidos de que esta seja a melhor forma de utilização da categoria, embora seja uma das possíveis e aproveitáveis).

A correção ou a falsidade não bastam para fazer de uma opinião uma ideologia. Nem uma opinião individual correta ou errônea e sequer uma hipótese, uma teoria, etc., científica correta ou errônea são em si e por si uma ideologia: podem apenas,

transformar em consciente e operativa a práxis sócio-humana” Dessa maneira, de acordo com o sentido dado por Lukács, a conversão de uma ideia em ideologia significa a sua transformação em *consciência prática dos conflitos postos*.” (CARLI, 2007, p.41).

¹⁷² Retirando desse termo a carga semântica dada por Lukács (e os demais marxistas clássicos) de que ele significaria a conscientização acerca da realidade e a sua apreensão na raiz, pois, como retromencionado, em nossa concepção, a “ideologia” não pode conferir o acesso à essencialidade da realidade social, apenas a ciência da teoria social pode fazê-lo.

¹⁷³ No sentido impregnado por Lukács, a sistematização de ideias só ganha caráter “ideológico” quando tem reflexo social nos embates entre as classes e, nesse ponto, mantemos a sua interpretação de que a “ideologia” é uma dimensão ampla, de classe e só pode ser uma de fato se interfere concretamente em larga escala na realidade social: “A leitura que Lukács promove de Marx está isenta desses reducionismos. Anotemos uma outra vez que a dimensão material é a esfera a discernir se uma constelação ideal é ou não ideologia. Não está inscrito nas ideias o seu caráter ideológico, sejam “falsa consciência” ou não; isso diz respeito à sua atuação nos embates de uma determinada particularidade histórica.” (CARLI, 2007, p.43). Além disso, o escopo “ideológico” é engendrado e ganha possibilidades de existência a partir da base material da realidade, em especial, das relações de produção e sua respectiva divisão social do trabalho: “[...] o resultado de qualquer trabalho intelectual pode em determinadas situações sociais transformar-se em ideologia, é dizer, a divisão social do trabalho engendra continuamente situações em que esta passagem se torna necessária e permanente” (LUKÁCS apud CARLI, 2007, p.44).

¹⁷⁴ “A maior parte dos autores aqui analisados se concentra na ação das classes dominantes, desconsiderando ou relegando a um segundo plano as classes médias e populares no processo de implantação e consolidação do neoliberalismo. O papel das classes populares na análise parece ser pequeno: é como se elas apenas sofressem os efeitos negativos do neoliberalismo (mediante a intensificação do trabalho, o aumento da insegurança no emprego, o próprio desemprego e a precarização das condições de trabalho) sem participar de sua implementação.” (GALVÃO, 2008, p.154).

como vimos, vir a sê-lo. **Somente depois de terem se tornado veículo teórico ou prático para combater conflitos sociais, quais sejam, grandes ou pequenos, episódicos ou decisivos para o destino da sociedade, é que são ideologias.** (LUKÁCS apud CARLI, 2007, p.42.Grifos nossos).

Não podemos negar que a “ideologia” neoliberal foi “decisiva para o destino da sociedade”, seja ela correta ou incorreta¹⁷⁵, pequena ou grande, portanto, aqui ela ganha esse caráter duplamente ideológico, tanto o que destinamos no segundo capítulo ao demonstrar que as teorias encampadas pelos neoliberais caiam no primeiro conceito de ideologia de Marx e Engels, por serem a exposição dos interesses particulares da classe dominante como se fossem interesses universais da espécie humana, quanto o que apresentamos agora: o complexo valorativo derivado da sociabilidade neoliberal também se encaixa noutro conceito de “ideologia”, o posto por Lukács, como um composto nutrido de efetividade e concreticidade para agir nos conflitos sociais teleologicamente guiado em defesa dos interesses da burguesia, tendo plena materialidade por configurar e reconfigurar a situação social concreta ou o “destino da sociedade”.

O registro desse processo se dá desde a própria noção de “cidadania” confeccionada pela *forma-ideológica* neoliberal, retirando da categoria a sua nevrurgia pública, da interação entre indivíduo e Estado, reduzindo-a ao espaço privado do “cidadão”¹⁷⁶ enquanto sujeito extremamente individualizado e atomizado que busca a resolução das suas problemáticas não mais priorizando as conquistas de direitos sociais mediados pela *forma-política*, mas, sim, no âmbito do mercado, qualificando-se enquanto força produtiva para tentar escalar a pirâmide social.

Nesta quadra, adquirir “poder” para consumir e ter “direito” às mercadorias, torna-se mais importante que o “direito” à cidade, por exemplo, que é mediado pelo Estado, vejamos: a luta para ter individualmente e isoladamente mais a *forma-dinheiro* em mãos e conseguir acessar transporte/locomção e locais de entretenimento se apresenta como mais “importante” do que a luta para que o acesso aos transporte seja público e gratuito para que todos os outros “cidadãos” possam “ir e vir”, ou o embate para que as cidades se organizem de modo coletivizado e garantam o acesso aos espaços de entretenimento e cultura para aqueles que não têm condições para pagar. Ocorre a denominada “banalização da cidadania”

¹⁷⁵ Estamos convencidos de que está incorreta, os neoliberais reduzem a análise do movimento real a uma simbologia estreita de fantasias acerca da suposta “natureza” humana, como explicamos com maiores detalhes no capítulo 2.

¹⁷⁶ “O que pode nos levar a questões sobre a efetiva natureza epistemológica do discurso econômico, isso em um momento no qual ele arroga para si autonomia operacional completa em relação à esfera do político.” (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.19).

e a despolitização das pessoas:

Dentre as tantas consequências nefastas desse processo, destacam-se a banalização da cidadania (ou aquilo que Munck denomina “cidadania pelo consumo”) e a despolitização ou naturalização da política. A ênfase na técnica e nas pseudovirtudes do mercado, de um lado, as novas formas do direito de propriedade, o estímulo à qualificação e à competência, por outro, reforçam a atomização (isto é, a busca de soluções individuais) e a racionalidade capitalista, cujo traço distintivo é a maximização do ganho. (GALVÃO, 2008, p.156).

Mais do que a mencionada “cidadania pelo consumo”, pensamos que a figura do empreendedor, pretensamente dono de si e supostamente autossuficiente, acaba por substituir e encerrar o papel de cidadania que era exercido pelas pessoas antes do advento do modelo neoliberal, principalmente se pensarmos nas conquistas trabalhistas nas sociedades de bem-estar social ou mesmo na tomada do poder pelas mãos da própria classe trabalhadora no “socialismo real”, formações sociais que predominavam antes da crise estrutural do capital na década de 1970.

Ainda que, em menor grau nos países dependentes e “subdesenvolvidos”, podemos exemplificar, também, a questão, com o avanço dos direitos trabalhistas no desenvolvimentismo brasileiro das décadas de 1930 até 1964 que poderia denotar uma cidadania um pouco mais passiva das grandes massas, tendo as transformações sociais vindo de cima para baixo (o que não é um fato totalizante, haja vista as grandes greves, lutas sociais e até mesmo a organização da classe trabalhadora em partidos massificados como o Partido Comunista Brasileiro-PCB e os potentes movimentos anarquistas da época), “diferentemente” do que era visto nos países europeus desenvolvidos em que a “sociedade civil” tinha um nível de organização, organicidade e potência mais latentes (como “explicou” Gramsci ao diferenciar a “sociedade civil” ocidental da “sociedade civil” russa pré-revolução de outubro de 1917), com, talvez, uma cidadania mais ativa.

Porém, o grande fato é que não importa se a cidadania fosse exercida de modo mais ou menos profundo, mas, em sua essencialidade, passava pela mediação da política, e o grande giro da *forma-ideológica* neoliberal foi impregnar nos sujeitos a ideia de que toda e qualquer mediação deve se dar pelo mercado¹⁷⁷ e o Estado e a política servem apenas para restringir e atraparalhar a sua própria “cidadania”.

¹⁷⁷ “Como modo de gestão de si, o neoliberalismo pressupõe um sujeito que age em conformidade com a lógica capitalista, movido pelo interesse, pela utilidade, pela satisfação, que se traduzem nas formulações teóricas em termos matemáticos. **Como modo de gestão dos outros, o neoliberalismo pressupõe um modelo de interação social baseado na dinâmica do mercado.** [...] **Tanto a gestão de si como a gestão dos outros, por conseguinte, subordinam-se à lógica da exaltação do valor.**” (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.66-67. Grifos nossos).

Por outro lado, o neoliberalismo redefiniu a relação entre a economia, o Estado, a sociedade e os indivíduos, incentivando os últimos a dar a suas vidas uma forma empreendedora e subordinando o intercâmbio social a critérios econômicos. A ideologia da autorresponsabilidade tem sido especialmente importante, ao privar os cidadãos de suas capacidades coletivas, eviscerar a cultura das classes trabalhadoras, colocar o mérito do sucesso e o peso do fracasso sobre os indivíduos isolados. [...] a consolidação de novos movimentos de massa exige uma renovação do senso de coletividade que foi sistematicamente desmantelado pelo neoliberalismo. Anteriormente, a coletividade se valia de uma cultura compartilhada da classe trabalhadora (FILHO, 2015, p.67/70).

A remodelação dos entrelaçamentos entre as pessoas, a coletividade e o Estado, subsumindo-os à relação mercantil é, certamente, um dos principais triunfos da classe burguesa no fomento da “ideologia” neoliberal, pois, como afirma Galvão (2008, p.156), “Esse conjunto de elementos dificulta a resistência ao neoliberalismo”, apesar de complementar afirmando também que, dificulta, mas, “não a impede”, obviamente, porque a história nunca acaba e a revolução segue sendo uma possibilidade, mesmo nas circunstâncias mais “alienantes” e barbarizantes¹⁷⁸, como as vistas após a ascensão do nefasto sistema neoliberal (sociedade “doente” que se perpetrou após a crise estrutural do capitalismo, que esgotou completamente as suas possibilidades civilizatórias)¹⁷⁹, em especial, no quadro de direitização mundial que faz retornar o irracionalismo¹⁸⁰ com uma brutal e assustadora força.

Segundo Filho (2001, p.3), o neoliberalismo alavancou quatro questões extremamente destrutivas: a direitização da sociedade civil, a despolitização da realidade, a negação da lógica histórica e o retorno ao irracionalismo. Ele prossegue e fecha arrematando que esses processos levaram à “contração do pensamento crítico e o avanço do pensamento idealista.” Sendo um “movimento de embate ideológico” que “surge de forma mais cristalina e com maior radicalidade, quando se nega Marx”. Enfim, uma sociedade que prega a completa despolitização e a descredibilização de todas as organizações e entidades da classe trabalhadora:

O neoliberalismo [...] trabalha pela despolitização, desacreditando a vida política e os políticos em geral. Os sindicatos e as associações perdem sua força de barganha, são hostilizados e ridicularizados [...] Com referência à despolitização da realidade, que surge em razão da direitização, nunca um fim de século trouxe tantas mudanças

¹⁷⁸ “[...] não poderíamos deixar de salientar que o mundo apresenta um retorno à barbárie. [...] Essa referência nega a vida e cultiva o terror civilizatório da barbárie. Mas é na lógica do capital, mostrando os seus limites e contradições, que o mesmo, subsiste e se eterniza segundo seus interesses de classe.” (FILHO, 2001, p.5).

¹⁷⁹ “A crise estrutural significa, então, não que o sistema esteja prestes a colapsar, e sim que ele não tem mais nada de positivo a proporcionar à humanidade. **Por isso ele se autocorrói em seus próprios fundamentos destrutivos de valorização do valor em descolamento das reais necessidades da humanidade. Temos, então, o “esgotamento dos potenciais civilizatórios do capital” e o crescimento exponencial da barbárie cotidiana, consequência da persistência de um sistema doente.**” (POLESE, 2016, 44-45. Grifos nossos).

¹⁸⁰ “Há um forte conteúdo irracionalista no neoliberalismo, que é a expressão exata da crise da sociedade contemporânea.” (FILHO, 2001, p.5).

no seio da sociedade como agora. Há uma descrença mundial pela política partidária, tanto de direita como de esquerda, os sistemas econômicos estão em crise e a lógica da crise traz como solução o neoliberalismo.” (FILHO, 2001, p.4).

Com a dilapidação do *locus* público em face do endeusamento quase que mitológico do *locus* privado¹⁸¹, o que é repassado como mensagem fundamental para as pessoas é que o seu intercâmbio elementar tanto para sobrevivência material quanto para a espiritual é, tão somente, com o mercado, pois, por intermédio das suas forças ocultas, as operações econômicas irão solucionar as mazelas sociais (que são atribuídas ao Estado, como se este fosse o único gerador delas, por intervir “irracionalmente” no âmbito econômico), de tal modo que este complexo social (o dito “mercado”) se torna o “palco” principal da vida dos indivíduos e, em sendo assim, para conseguir um papel de ator protagonista ou antagonista, que seja, é necessário se adequar às normas e padronizações impostas por ele.

A política, a cultura, os valores, estão submetidos a essa instância, portanto, para efetuar qualquer coisa, é preciso recorrer ao mercado e, evidentemente, como as mediações coletivas são repugnadas, acaso um sujeito não consiga efetivar qualquer ação neste terreno, a culpa será, por suposto, apenas dele, pois se a sua performance fosse “qualificada”, o mercado lhe daria todos os retornos desejados, de maneira que essa entidade represente *farsescamente* a “justiça social” e o famoso axioma “dar a cada qual o que lhe é devido”.

Assim, a multidão que internaliza essa formulação, quando destroçados pela realidade concreta (o que ocorre constantemente), só consegue encontrar culpa e falta de capacidade em si mesma, já que o seu “sucesso” depende si.

Sob o neoliberalismo, a ordem do mercado aparece para o sujeito como palco de realização de uma série de valores, sob a condição de que ele participe do jogo da concorrência e otimize suas capacidades competitivas. [...] Embora, essa nova mentalidade resulte em sofrimento para os sujeitos, carregados de expectativas, descolados de duas condições objetivas e totalmente responsabilizados por seus fracassos, ela é capaz de mobilizar afetos e ganhar adesão social. (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.71).

Nesse campo, apresenta-se uma das mais poderosas “armas” utilizadas pela burguesia para domar os trabalhadores por intermédio da “responsabilização”: algo ou alguém precisa ser responsabilizado pelo seu fracasso e, que tal, você colocar essa etiqueta nas suas próprias costas? Na sua própria conta? Dessa maneira, introjetando tal *modus operandi*, condena-se o *sujeito-empresa* no sentimento da autoculpa e do remorso, dificultando as possibilidades de compreensão e consciência de que a culpa pela sua miséria é da estrutura social.

¹⁸¹ “Os neoliberais, realistas capitalistas por excelência, celebram a destruição do espaço público” (FISHER, 2020, p.10).

Já há algum tempo, uma das táticas mais bem-sucedidas da classe dominante tem sido a da “responsabilização”. Cada membro individual da classe subordinada é encorajado a sentir que sua pobreza, falta de oportunidades, ou desemprego é culpa sua e somente sua. Os indivíduos culparão a si mesmos antes de culparem as estruturas sociais; estruturas que, em todo caso, foram induzidos a acreditar que de fato não existem (são apenas desculpas, invocadas pelos fracos). (FISHER, 2020, p.140).

Essas noções de atomização das questões sociais, reduzindo-as em questões individuais, foram fundamentais no campo de batalha em favor da construção do neoliberalismo de modo mais fecundo, pois elas são a estruturação do que passou a ser considerado como as ideias dominantes do nosso tempo, de tal sorte que as grandes instituições burguesas se direcionaram no sentido de hegemonizá-las, a exemplo das grandes mídias e os seus formatos variados ao longo do tempo (a partir da década de 1970 em diante), das escolas, dos cursos técnicos, das universidades, dos espaços religiosos, pelos políticos, por figuras representativas da sociedade e pelas novas celebridades do “mundo dos negócios”, os “empreendedores”, os “Coachs”, os “influencers” etc.

Veremos Fisher denominar esse conjunto de ideias individualistas e individualizantes de a “religião não oficial da sociedade capitalista contemporânea”:

O que Smail chama de “voluntarismo mágico” - a crença de que está dentro do poder de cada indivíduo se tornar o que quer que seja - é a ideologia dominante e a religião não oficial da sociedade capitalista contemporânea, empurrada goela abaixo tanto pelos “experts” da Tv e gurus de negócios quanto pelos políticos. (FISHER, 2020, p.140).

3.1. A SUBJETIVIDADE HUMANA NO NOVO MODELO SOCIETAL

Se falamos de um *sistema de resignação dos afetos* ao abordar a temática do “socialismo real” no primeiro capítulo, o que seria, então, o neoliberalismo? Como bem exposto em (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.71), o neoliberalismo mobiliza afetos e ganha as massas contundentemente, contudo, ao invés de visar a resignar a latência dos sentimentos mais potentes do *ser* (a exemplo do “socialismo real”), ele busca destroçar, eliminar, arrancar qualquer resquício de potência emancipatória e/ou de capacidade de amor à humanidade, à coletividade, adoecendo completamente tanto o *circuito dos afetos* social

quanto a estrutura afetiva dos indivíduos.

Estamos diante, portanto, de um *sistema de adoecimento dos afetos*, tudo o que remete ao humanismo é combatido furiosamente, passamos a odiar a espécie humana e a nós mesmos, tal qual posto pelo paradigma de Mark Fisher (2020, p.10) “É mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo”¹⁸².

A catástrofe completa do sistema de geração e gestão dos afetos, nesse ponto histórico, só pôde construir o “consumidor-espectador”, despojado de qualquer tipo de esperança na humanidade, enclacrado na vivência tenebrosa do modelo neoliberal sem sequer poder imaginar algum futuro que não seja o da subserviência ao “Deus mercado” ou a espera agonizante pelo tão prometido fim do mundo, afinal, vivenciamos o período do “fim da história”¹⁸³.

O capitalismo é o que sobra quando as crenças colapsam ao nível da elaboração ritual e simbólica, e tudo o que resta é o consumidor-espectador, cambaleando trôpego entre ruínas e relíquias. [...] Ao vangloriar-se de ter – como coloca Badiou – “nos libertado das ‘abstrações fatais’ inspiradas pelas ‘ideologias do passado’”, o realismo capitalista apresenta a si mesmo como um escudo que nos protege dos perigos resultantes de acreditar demais. A atitude de ironia distante, própria do capitalismo pós-moderno, supostamente nos imuniza contra as seduções do fanatismo. Rebaixar nossas expectativas – somos ensinados – é só um pequeno preço a pagar para estarmos a salvo do terror e do totalitarismo. (FISHER, 2020, p.13-14).

O *sistema de adoecimento dos afetos* basicamente implodiu a nossa capacidade de sentir e elevar o nosso espírito como ocorre, por exemplo, em uma catarse artística, e submeteu o denso sentimento de “alegria” ao ganho de lucro para o consumo, sendo isso, uma perversa redutibilidade do *ser* ao mero consumo enquanto forma de obter prazer ou desprazer, atribuindo, também, a destruição psicológica à performance no ambiente de trabalho e/ou nas extensões “alienantes” das redes sociais.

Os quadros clínicos típicos do neoliberalismo são a depressão e a ansiedade, que se tornaram as “doenças dos séculos” XX e XXI. A título de exemplificação, temos os dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) que indicam que fechamos o ano de 2022 com mais de 300 milhões de pessoas com depressão no mundo: “A depressão é um transtorno mental frequente. Em todo o mundo, estima-se que mais de 300 milhões de pessoas, de todas as

¹⁸² E complementa: “Esse slogan captura precisamente o que quero dizer por “realismo capitalista”: o sentimento disseminado de que o capitalismo é o único sistema política e econômico viável, sendo impossível imaginar uma alternativa a ele” (FISHER, 2020, p.10).

¹⁸³ (FUKUYAMA, 1992).

idades, sofram com esse transtorno.”¹⁸⁴.

O resultado foi um processo de reconfiguração completa da forma de descrever o sofrimento psíquico, cujos principais fatores são: o desaparecimento das neuroses como quadro compreensivo principal para a determinação do sofrimento psíquico; a individualização das depressões e sua ascensão como quadro principal de descrição do sofrimento psíquico: a ascensão das patologias narcísicas [...] (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.71).

Sem sombra de dúvidas, etiquetar problemas causados, na maioria dos casos, pelo modelo societal como patologias individuais, “doenças”, é o melhor jeito de realizar a gestão do sofrimento psíquico¹⁸⁵ do ponto de vista do sociometabolismo do capital, assim, as marcas indelévels e os resquícios de desumanidade provocados pelo neoliberalismo ficam, novamente, por conta do indivíduo particular, que, diagnosticado com as denominadas “patologias”, vai buscar tratamento, onde? Na psicologia hegemônica (especialmente em sua prática “clínica” e nas “psicoterapias”. Não abrangendo aqui os debates filosóficos importantes que foram levantados por teóricos e pesquisadores da área), instrumento contemporâneo de controle, disciplina e gestão do sofrimento psíquico, tendo como objetivo readequar o sujeito “deslocado”, para voltar a “funcionar” dentro do sistema, no mercado de trabalho, nos estudos para especializar-se enquanto mão de obra e/ou, até mesmo, cumprir as suas parcas horas de folga consumindo entretenimento industrial, fazendo circular mais as mercadorias, até quando poderia estar desfrutando algo de lazer e/ou cultura.

Este sistema engendra os problemas, seja diretamente na sua condição material de existência, ou indiretamente na sua forma de os “tratar” e “gerir”, conformando uma subjetividade decadente em indivíduos que só precisavam estar fora deste sistema para viver melhor, mas que, ao serem receitados, em seus “tratamentos”, que a amenização dos problemas é voltar a operar “normalmente” (até mesmo evitar “pensamentos negativos” e/ou estabelecer condutas que lhe fazem não acessar estes “gatilhos”, “focar” no aqui e agora, no presente, para evitar a desilusão da desesperança do futuro, é uma completa administração do sujeito, como se fôssemos ratos de laboratório a ser treinados para conseguir retornar à operatividade de um sistema quando este nos deixa em pane, assim como um médico consegue fazer o enfermo voltar a trabalhar mais rapidamente com as suas técnicas

¹⁸⁴

Disponível

em:

<https://www.paho.org/pt/topicos/depressao#:~:text=A%20depress%C3%A3o%20%C3%A9%20um%20transtorno%20mental%20frequente,idades%2C%20sofram%20com%20esse%20transtorno>. Acesso em: 03 de maio. 2023.

¹⁸⁵ “A escolha em abordar o neoliberalismo não apenas como modelo socioeconômico, mas também como gestor do sofrimento psíquico se impõe a nós como resultado da natureza disciplinar de seu discurso, no qual categorias morais e psicológicas são constantemente utilizadas como pressupostos silenciosos da ação econômica”. (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.9).

científicas) dentro dos âmbitos e marcos do sistema do capital, adquirem aí, de fato, verdadeiras “patologias”.

Os “curados” viram, em verdade, “doentes”, ao serem encaixotados na métrica do complexo valorativo da “insanidade” neoliberal que dominou as tessituras sociais da maioria do mundo ocidental.

[...] as neuroses deveriam, de fato, segundo sua forma, ser deduzidas da estrutura de uma sociedade em que elas não podem ser eliminadas. Mesmo a cura bem-sucedida carrega o estigma do danificado, da vã adaptação pateticamente exagerada. [...] Este é o fundamento da inverdade objetiva de toda psicoterapia, que incita os terapeutas à fraude. Na medida em que o curado se assemelha à totalidade insana, torna-se ele mesmo doente, mas sem que aquele para quem a cura fracassa seja por isso mais saudável. (ADORNO, 2016, p.43.Grifos nossos).

As “psicoses” e as “neuroses” (terminologia psicanalítica que foi abandonada pelas classificações oficiais das organizações mundiais de saúde mental)¹⁸⁶ passam a ser naturalizadas¹⁸⁷ e não mais discutidas sob o âmbito da sua derivação por conta da estrutural social como propõe Adorno na citação anterior, não se tem mais nem menções mesmo aos moldes mais limitados de interpretações vistas em Freud e Lacan em que elas (neuroses) eram fruto da desordenação causada pelo núcleo familiar, que se pudermos estender numa compreensão mais concreta, seriam advindas da introdução dos valores destrutivos do capitalismo, do patriarcalismo etc., efetuado pela unidade econômica (família) e pelas instituições burguesas, como a escola, a universidade, o Estado, o Direito, as religiões, a indústria de comunicação, a indústria fonográfica, a indústria do entretenimento em geral e por aí vai.

O ponto é que, qualquer que seja a classificação “clínica” e o diagnóstico da “crise”, deveria ser amparado, também, na análise do contexto histórico societal em que os indivíduos estão inseridos e não apenas como um caso específico, extremamente particular, que somente a história de cada pessoa poderia explicar e/ou, em uma condição tão somente

¹⁸⁶ Conforme apontam (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021).

¹⁸⁷ No sentido de serem colocadas como problemas puramente de ordem da natureza biológica, ou, no outro extremo, como comportamentos em reação a um objeto (específico e não da totalidade social), bastando como “terapia” tentar mudar a postura perante este objeto e não o alterar em si, supondo que a melhora seria advinda da produção de uma ação mais positiva em confronto com o objeto, ao invés de buscar tomar consciência do processo histórico para suplantar o objeto por inteiro e não o seu reflexo diante dele. Acerca da completa naturalização das “patologias”, vejamos: “A saúde mental é efetivamente um caso paradigmático de como o capitalismo realista opera. O realismo capitalista insiste em tratar as doenças mentais como se fossem um fato natural, tal como o clima (embora, como acabamos de ver, também o clima já não é um mero fato natural, mas um efeito político-econômico)” (FISHER, 2020, p.36-37).

biológica/neurológica¹⁸⁸, reduzindo tudo ao sujeito (à sua trajetória individualizada com o seu histórico familiar específico)¹⁸⁹, tanto as causas dos impasses quanto os deveres das suas soluções (novas posturas, novos “pensamentos”, compra e utilização de fármacos, busca de alguma “psicoterapia” qualquer que seja a “abordagem” para se “autoconhecer” etc.).

Assim sendo, o capitalismo afasta de si a sua parte de responsabilidade pela conformação da subjetividade dos seus “porta-vozes” (aqueles que constroem, carregam e trocam as mercadorias, pois elas não se fazem sozinhas e, concomitante, não andam ou circulam sem alguém que possa personificá-las) e ainda disponibiliza os caminhos para amenização de possíveis problemas, deixa-os abertos para que o sujeito possa procurar se tiver “força de vontade”.

3.2. O NEOLIBERALISMO E A GESTÃO DO SOFRIMENTO PSÍQUICO

Por suposto que, por ser um sistema “caridoso”, esses caminhos mencionados no último parágrafo do subcapítulo anterior vão envolver a explosão da circulação de mercadorias (fármacos) abastecendo e reproduzindo amplamente uma das suas indústrias (farmacêuticas)¹⁹⁰, além de idealizar e conceder “terapias” que *vis-à-vis* trazem você de volta ao “jogo” da performance e do *gozo* superficial *versus* frustração, reproduzindo “tratamentos” retirados da lógica de funcionamento da administração e gestão de empresas¹⁹¹ (o que não

¹⁸⁸ Como explica o professor Safatle, uma “patologia mental” não é igual a uma “natural/orgânica”: “Nesse sentido, lembremos Ian Hacking, para quem uma patologia mental não descreve uma espécie natural, como talvez seja o caso de uma doença orgânica como o câncer ou mal de Parkinson.” (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.35-36).

¹⁸⁹ “A privatização destes problemas - tratando-os como causados por desequilíbrios químicos na neurologia do indivíduo e/ou por seu histórico familiar - já descarta de início qualquer questionamento sobre sua causa social sistêmica.” (FISHER, 2020, p.43).

¹⁹⁰ “Nesse sentido, classificações de sofrimento psíquicos não são “espécies indiferentes”, como são aquelas usadas para descrever fenômenos do mundo físico, mas “espécies interativas, ou seja, há uma interação entre categorias e objetos através da apropriação autorreflexiva e da posterior modificação dos objetos. **Por fim, como o fundamento atual da nossa tecnologia de intervenção clínica é farmacológica, a configuração das categorias tenderá a ter a conformação do espectro de atuação do fármaco em questão**” (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.36. Grifos nossos).

¹⁹¹ “Exemplar nesse sentido são as técnicas de psicoterapias breves, como a terapia cognitivo-comportamental (TCC). Várias dessas técnicas são baseadas em práticas comuns em administração de empresas, como a organização das intervenções em um conjunto limitado de “steps”, o foco no aqui e agora, a definição clara e prévia de resultados a serem alcançados, o estabelecimento de padrões de mensuração para a tomada de decisões, entre outras.” (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.32).

poderia ser uma novidade, já que não estamos falando de *seres* humanos, mas, justamente de empresas, escancara-se aí, aterrorizantemente, o *modus operandi* da nossa conversão em *sujeitos-empresa*).

A ontologia hoje dominante nega a possibilidade de que enfermidades psicológicas tenham uma possível origem de natureza social. Obviamente, a “bio-quimicalização” dos distúrbios mentais é estritamente proporcional à sua despolitização. Considerá-los um problema químico e biológico individual é uma vantagem enorme para O capitalismo. Primeiramente, isso reforça a característica do próprio sistema em direcionar seus impulsos a uma individualização exacerbada (se você não está bem, é por conta das reações químicas do seu cérebro). Em segundo lugar, cria um mercado enormemente lucrativo para multinacionais farmacêuticas desovarem seus produtos (podemos te curar com nossos inibidores seletivos de recaptção de serotonina). **É óbvio que toda doença mental tem uma instância neurológica, mas isso não diz nada sobre a sua causa. Se é verdade que a depressão é constituída por baixos níveis de serotonina, o que ainda resta a ser explicado são as razões pelas quais indivíduos em específico apresentam tais níveis, O que requereria uma explicação político-social.** A tarefa de repolitizar a saúde mental é urgente se a esquerda deseja desafiar o realismo capitalismo. (FISHER, 2020, p.66-67. Grifos nossos).

É fundamental fazermos um pequeno “aparte” nesse momento para que não haja interpretações incorretas sobre a utilização de algumas categorias e terminologias que executamos até então, por exemplo, ao mencionarmos “neurose” ou trazermos à baila algumas reflexões psicanalíticas, não significa que temos acordo com as suas integralidades.

Em verdade, temos mais divergências com a psicanálise e os seus principais teóricos do que convergências, tanto que, no que concerne à prática clínica, seguimos o entendimento de que ela representou e ainda representa uma forma de ocultação do sistema socioeconômico enquanto fundamento elementar das questões psíquicas que estão mais na ordem do dia. Da mesma forma como fazem outras vertentes que divergem da psicanálise, a exemplo da prática clínica baseada na tese do “condicionamento operante”.

Portanto, o que realizamos em nossa pesquisa é uma apropriação crítica de algumas categorias que entendemos ajudar a complementar a compreensão da realidade em suas múltiplas determinações (especialmente neste capítulo em que discutimos as questões da subjetivação de uma *forma-ideológica* neoliberal na estrutura psíquica dos seres humanos inseridos no sistema e, neste diapasão, algumas análises psicanalíticas são importantes), submetendo-as ao crivo do materialismo histórico: introduzindo a materialidade e a totalidade para a sua nevrálgia, procedimento este que é comum ao materialismo histórico, pois ele deve ser ortodoxo e não dogmático, tal como nos ensinara Karl Marx após erigir as suas teses realizando uma apropriação crítica do que aprendeu lendo os liberais clássicos e os filósofos idealistas. Afinal, não é porque os métodos e os fundamentos desses autores estejam

incorretos (do ponto de vista marxista) que todas as conclusões ou teses levantadas por eles, estarão, inexoravelmente, incorretas.

Feitas essas considerações preliminares, voltaremos à nossa exposição da pesquisa após citarmos uma passagem de Mark Fisher que explicita uma posição com a qual temos acordo no que concerne tanto à psicanálise quanto a outras correntes da psicologia. Com isso, conseguiremos demonstrar qual é o nível das nossas mediações com alguns conceitos elaborados por psicanalistas, haja vista que não flertamos com o ecletismo “metodológico” ou algo semelhante.

A escola dominante de pensamento em psiquiatria localiza as origens de tais “crenças no mau funcionamento da química cerebral, que deve ser corrigido por produtos farmacêuticos; à psicanálise e demais formas de terapia por ela influenciadas são famosas por procurar às raízes da angústia mental no contexto familiar, enquanto a Terapia Cognitiva-Comportamental está menos interessada em localizar a fonte de crenças negativas do que em simplesmente substituí-las por um conjunto de alternativas positivas. **Não é que esses modelos sejam inteiramente falsos, é que eles deixam escapar - e necessariamente têm que deixar escapar — a causa mais provável de tais sentimentos de inferioridade: o poder social.** A forma de poder social que mais teve efeito sobre mim foi o poder de classe, embora, naturalmente, o gênero, a raça e outras formas de opressão funcionem produzindo o mesmo sentimento de inferioridade ontológica. (FISHER, 2020, p.139).

Com a hegemonia da patologização e da psicologização do mundo do trabalho, a explicação “político-social” cobrada por Fisher se torna praticamente impossível, e uma severa crítica ao sistema capitalista, também, tendo em vista que os “distúrbios” que a sociedade em decadência provoca são gerenciados pelos profissionais das “psicoterapias”, justamente para recortarem esses “distúrbios” e assim evitar a descoberta do pano de fundo de grande parte dos nossos problemas psíquicos.

Uma análise totalizante das questões, por intermédio da teoria social, não cabe, de forma alguma, nas contemporâneas clínicas¹⁹² e consultórios que, mediados pelas leis do mercado, precisam dar o retorno esperado, o resultado do seu serviço: que o paciente aguento aos “trancos e barrancos” ser produtivo (em qualquer dos sentidos que o termo possa ter), mesmo que, para isso, a indicação seja que busque um caminho “improdutivo” para escapar

¹⁹² Sobre a formação das clínicas no neoliberalismo, mencionaremos importante reflexão de Safatle (2021, p.35): “Pois devemos nos perguntar se as orientações que guiam perspectivas hegemônicas de intervenção clínica são neutras em relação a valores. Se elas não são neutras, então é o caso de se perguntar se a gênese de tais valores que dirigem nosso horizonte de cura não exigiria uma perspectiva ampliada de análise na qual modalidades de orientação clínica são compreendidas no interior de sistemas de influência compostos por discursos de forte teor normativo advindos de campos exteriores a práticas terapêuticas, como a cultura, a moral, a estética, a política e a racionalidade econômica. Trata-se, nesses casos, de não fornecer às questões clínicas o estatuto de problemas autônomos, mas de reinscrevê-las no interior do sistema de circulação de valores que compõem as várias esferas da vida social como um sistema de implicação constante. [...] Categorias clínicas não são estruturas descritivas, mas processos performativos.”.

do estresse diário. O período “improdutivo” geralmente leva ao consumo e quando não, é um curto-espaco orientado para “recarregar” as energias e poder voltar ao *status* de produtividade posteriormente.

O *pôr teleológico* dessas intervenções terapêuticas quase sempre se direciona no horizonte do retorno do “enfermo” à adaptabilidade das normas postas pelo sistema capitalista, jamais é em busca do caminho da conscientização social para a contestação do sistema; descansa para conseguir vivenciar o cotidiano neoliberal, não para acabar com este (superar o sistema visando à construção de um novo mundo).

As relações de trabalho foram “psicologizadas” para serem mais bem geridas, até chegar ao ponto em que as próprias técnicas clínicas de intervenção terapêutica começaram por obedecer, de forma cada vez mais evidente, a padrões de avaliação e de gerenciamento de conflitos vindos do universo da administração de empresas. As técnicas de *steps*, de foco, de gerenciamento de “capital humano”, de “inteligência emocional”, de otimização de performance que tinham sido criadas nas salas de recursos humanos das grandes empresas agora faziam parte dos divãs e consultórios. (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.19).

Notemos ainda que essa internalização de um ideal empresarial de si só foi possível porque a própria empresa capitalista havia paulatinamente modificado suas estruturas disciplinares a partir do final dos anos 1920. A brutalidade do modelo taylorista de administração de tempos e movimentos, assim como a impessoalidade do modelo burocrático weberiano, havia paulatinamente dado lugar a um modelo “humanista” **desde a aceitação dos trabalhos pioneiros de Elton Mayo, fundados nos recursos psicológicos de uma engenharia motivacional na qual “cooperação”, “comunicação” e “reconhecimento” se transformavam em dispositivos de otimização da produtividade. Essa “humanização” da empresa capitalista, responsável pela criação de uma zona intermediária entre técnicas de gestão e regimes de intervenção terapêutica, com um vocabulário entre a administração e a psicologia, permitiu uma mobilização afetiva no interior do mundo do trabalho que levou à “fusão progressiva dos repertórios do mercado com as linguagens do eu”** (ILLouz, 2011, p.154). (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.31. Grifos nossos).

Nessa terrível Era onde existe a explosão dos problemas psíquicos em escalas industriais jamais vistas antes na história (nem mesmo nos contextos das guerras mundiais provocadas pela fase de imperialista do capital e pela expansão das “vias-prussianas” de seu desenvolvimento), o sistema socioeconômico e os seus complexos sociais precisariam ser postos em “xeque” em relação a não só potencializarem essas problemáticas, como, também, criá-las.

[...] quero argumentar que é preciso reformular o problema crescente do estresse e da angústia nas sociedades capitalistas. Em vez de atribuir aos indivíduos a responsabilidade de lidar com seus problemas psicológicos, aceitando a ampla privatização do estresse que aconteceu nos últimos trinta anos, precisamos perguntar: quando se tornou aceitável que uma quantidade tão grande de pessoas, e uma quantidade especialmente grande de jovens, estejam doentes? A “epidemia de doença mental” nas sociedades capitalistas deveria sugerir que, ao invés de ser o único sistema que funciona, o capitalismo é inerentemente disfuncional, e o custo

para que ele pareça funcionar é demasiado alto. (FISHER, 2020, p.37).

Quando a gestão desses sofrimentos psíquicos se dá por intermédio de “psicoterapias” que visam a enquadrar o indivíduo novamente nos *lócus* funcionais do sistema, torna-se quase inevitável o movimento de amplificação do “adoecimento” deste indivíduo, pois, como explicamos anteriormente, trazer alguém que por alguma questão não consegue se adaptar às estruturas “doentias” do neoliberalismo para operar segundo a lógica dessas mesmas estruturas, significa impor e o deixar a mercê de “adoecer” ainda mais, ao pensar que o problema é com ele que não consegue se encaixar e não com o sistema, de modo que a sua prática o leve a tentar construir um novo *ser* dotado de todas as características que são postas como qualitativas para e pela *forma-mercadoria*, e o que há de mais sagrado nessa sociedade, além das mercadorias, do que uma empresa?

3.3. O SUJEITO-EMPRESA E O “ADOECIMENTO” DOS TRABALHADORES

A resposta para a pergunta lançada no subcapítulo anterior é simples: não há, de fato nada mais sagrado na contemporaneidade do que a *forma-empresa*, então, diante disso, a pessoa tenta emular ser uma empresa¹⁹³, um “CNPJ”, não uma pessoa, um “CPF”, a sua performance estará submetida aos parâmetros valorativos do mercado de trabalho, porém este mercado nunca está imutável, com um parâmetro exato que pode ser alcançado, haja vista que o fundamento da sua exploração da classe trabalhadora consiste justamente em fazê-la crer que nunca está à altura o suficiente para exercer o seu cargo, precisa se aprimorar e se qualificar de modo “infinito”, para que tente produzir cada vez mais, para provar ao capital e aos outros *sujeitos-empresas* que a sua performance no “palco” em que todos nós estamos submetidos é de excelência.

Então, para o neoliberalismo, o sofrimento deve ser permanente¹⁹⁴, pois, através dele,

¹⁹³ “Não por acaso, o neoliberalismo tem procurado acabar com a própria categoria de valor em um sentido ético. Ao longo dos últimos trinta anos, o realismo capitalista implantou com sucesso uma “ontologia empresarial”, na qual é simplesmente óbvio que tudo na sociedade, incluindo saúde e educação, deve ser administrado como uma empresa.” (FISHER, 2020, p.34).

¹⁹⁴ “[...] fez as empresas descobrirem que ao aumentar o sofrimento das pessoas, você aumenta o resultado e a performance.” (DUNKER In VELOSO, 2021).

você vai tentar gerar ainda mais valor do que já o faz, tentando solucioná-lo por uma via impossível, a do trabalho e do consumo, a via que o próprio sistema lhe vende para mantê-lo em estado de colapso psicológico, constituindo uma dialética entre a inflamação do ego (no sentido vulgar do termo) pela atuação no mercado (vendendo força de trabalho e comprando mercadorias) e a destruição desse ego ao não corresponder às expectativas irreais que recaem sobre si (tanto por cobrança do sistema quanto pela sua autoculpabilização). Neste tempo histórico, a patologia que expressa *par excellence* a nossa subjetividade é a depressão.

Quando o indivíduo é colocado como centro da dinâmica, na verdade pesa sobre ele com máximo vigor uma lei externa, a lei da valorização do capital. Ao internalizá-la, é o próprio indivíduo que passa a exigir de si mesmo ser um empreendedor bem-sucedido, buscando “otimizar” o potencial de todos os seus atributos capazes de ser “valorizados”, tais como imaginação, motivação, autonomia, que caracteriza esse agir. Essa subjetividade ilusoriamente inflada provoca inevitavelmente, no momento de seu absoluto esvaziamento, frustração, angústia associada ao fracasso e autoculpabilização; a patologia típica nesse contexto é a depressão. (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.48).

Outra “patologia” inerente ao sistema capitalista, engendrada pelas drásticas oscilações que ocorrem no sociometabolismo do capital dadas as suas contradições e crises iminentes, são os “transtornos bipolares”.

Nesse sistema, especialmente em seu modelo neoliberal, a sensibilidade humana é freneticamente acessada e atizada, o *gozo* efêmero e superficial, desprovido de substancialidade, é diuturnamente estimulado para que a performance tenha como recompensa e atratividade o vazio das suas vãs expectativas e, *pari passu*, a angústia extrema se instaura ao não ser alcançado o momento idealizado, o que fará retornar ao estágio anterior de busca pelo *gozo* risível, superficial e opaco (ao invés do *gozo* profundo)¹⁹⁵, e, depois, o desprazer da sua realização desprezível, um verdadeiro círculo vicioso que parece inquebrável

¹⁹⁵ Acerca do que denominamos como “*gozo* profundo” e “*gozo* superficial”, expusemos com melhor qualidade em (CRUZ, 2022a): “[...] pela falta de substantividade e politicidade nas ações concretas por causa da desinflência engendrada pelas lideranças políticas dos grandes partidos e entidades de classe, a substantividade dos *corpos* está sendo composta pela frivolidade pueril do vazio existencial; a forma esvaziada da casca seca vaga se confunde erroneamente com a substância da essência que tem em seu *dever* a luta pela plenitude inalcançável na qual a própria jornada [e não o seu resultado] é o elemento fundamental do *gozo*, gerando, assim, um sentimento de pertencimento entre os pares de “esquerda”, ao alcançarem o âmbito do sarcasmo e do escárnio. Uma grande comédia pura sem responsabilidade social, apressou-se em metamorfosear-se em um *gozo* risível de conjunto, emulando um afeto e um prazer na “turma” da jocosidade que se conduziu para o seu ponto de apogeu [...] A vida é uma comédia e esta permeia todos os *lôcus* possíveis e impossíveis, no entanto, a acidez e a ironia precisam ter amparo na substancialidade do *ser*, seja para objeto de catarse geral, seja para uma catarse política. A utilização da comédia pura e da comédia política sem responsabilidade social em busca do *gozo* superficial e opaco (ao invés do *gozo* profundo), quando é reiterada incessantemente em um longo período pelos mesmos grupos de “esquerda”, está tendendo sempre ao benefício da extrema-direita no mundo. [...] O insólito e o cômico nos rodeiam novamente, o fantasma tragicômico não se enfada de assombrar a nossa sociedade e o *gozo* artificial promovido pelo neoliberalismo se reproduz cada vez mais intensamente na figura do indivíduo-empresa.”.

na vida cotidiana dos *sujeitos-empresa*, de modo que exista ascensão e quebra de expectativas a todo instante.

Dialecticamente, a busca pelo prazer efêmero faz efetivar o desprazer contundente e, desta forma, a maleabilidade do humor e do estado psíquico das pessoas é rigorosamente “distrofiada” e desbalanceada. O capitalismo (especialmente em sua fase neoliberal) é “bipolar”, precipuamente, por definição e enraizamento:

[...] o transtorno bipolar é a patologia mental própria ao “interior” do capitalismo. Com seus incessáveis ciclos de auge e depressão, o capitalismo é, em si, fundamental e irredutivelmente bipolar, oscilando entre a excitação maníaca incontrolada (a exuberância irracional das “bolhas”) e quedas depressivas (o termo “depressão econômica” não é à toa). O capitalismo alimenta e reproduz as oscilações de humor da população em um nível nunca antes visto em outro sistema social. (FISHER, 2020, p.64).

Tal cenário caótico e sombrio não é mero acaso ou coincidência com a ascensão do modelo neoliberal a partir da década de 1970. Como mencionamos, o controle do sofrimento psíquico faz parte do conjunto de ferramentas utilizadas pelo neoliberalismo para controlar e disciplinar os *corpos*, “Sem delírio e uma boa dose de confiança cega, o capital não poderia funcionar” (FISHER, 2020, p.64), quanto mais afundamos na barbárie objetiva e subjetiva mais perdemos as forças e as esperanças em resistir e, até mesmo, em superar o sistema¹⁹⁶. Não à toa as estatísticas da recorrência de “distúrbios mentais” tenham disparado no cotidiano social do neoliberalismo:

Na verdade, a questão é justamente que sejam cada vez mais comuns: na Inglaterra, por exemplo, a depressão é a condição mais tratada pelo NHS¹⁹⁷. Em seu livro, *The selfish capitalist* [O capitalista egoísta], Oliver James defendeu de maneira convincente a correlação entre o aumento das taxas de distúrbios mentais e o modelo capitalista neoliberal praticado em países como Grã Bretanha, Estados Unidos e Austrália. (FISHER, 2020, p.37).

Parece que com o pós-fordismo a “praga invisível” de desordens psiquiátricas e afetivas que tem se alastrado, silenciosa e furtivamente, desde mais ou menos 1750 (ou seja, o início do capitalismo industrial), encontrou um novo ponto de agudização. [...] Outro estudo britânico citado por James compara níveis de morbidades psiquiátricas (termo que engloba depressão, fobia e sintomas neuróticos) em pesquisas realizadas entre 1977 e 1985. “Enquanto em 1977 Os casos eram reportados por 22% dos entrevistados, em 1986 esse número subiu para 31%, quase um terço da população”. Uma vez que essas taxas são muito maiores em países que implementaram o que James chama de capitalismo “egoísta” do que em outras nações capitalistas, a hipótese levantada pelo autor é a de que as políticas e a cultura do capitalismo egoísta (isso é, neoliberalizado) seriam culpadas pelo

¹⁹⁶ “Pobreza, fome e guerra podem ser apresentadas como aspectos incontornáveis da realidade, ao passo que a esperança de um dia eliminar tais formas de sofrimento pode ser facilmente representada como mero utopismo ingênuo” (FISHER, 2020, p.33).

¹⁹⁷ Nota da Edição: “National Health System [Sistema Nacional de Saúde Inglês], equivalente ao SUS no Brasil” (FISHER, 2020, p.37).

fenômeno. (*Ibidem*, p.64-65).

[...] segundo a maior parte dos critérios, as taxas de transtornos tiveram um aumento de quase 100% entre os nascidos em 1946 (trinta e seis anos em 1982) e 1970 (trinta anos em 2000). Por exemplo: enquanto 16% das mulheres de trinta e seis anos em 1982 reportaram “problemas com os nervos, tristeza ou depressão” em 2000 essa taxa era de 29% entre aquelas com trinta anos (nos homens, os dados foram de 8% em 1982 e 13% em 2000). (OLIVER apud FISHER, 2020, p.65).

Portanto, a disfuncionalidade é a regra do modelo, a sua normalidade¹⁹⁸, e, por mais que tenha fracassado economicamente, como explicitamos no capítulo anterior, ele venceu no âmbito da impetração da sua subjetividade funesta, “roubando” as mentes e os espíritos dos trabalhadores.

Se o neoliberalismo foi, e ainda é, um fiasco econômico mergulhado profundamente na crise estrutural (o processo aberto em 1974-1975 ainda não foi superado e as explosões econômicas são constantes, ou melhor, permanentes), não podemos arguir que ele fracassou, também, na implementação da sua *forma-ideológica*, em tal medida que não se é possível convencer os indivíduos do fracasso absoluto desta sociabilidade e do seu padrão de acumulação flexível, mesmo que com teorias bem fundamentadas e estruturadas, dados e estatísticas em vastidão e exaustão, pelo fato de que o capital foi beatificado¹⁹⁹ e todos preferem se culpar “atomizadamente” por todos os problemas pessoais e sociais do que perceber que a nossa sociedade é um espetáculo de terror e horror. A grande maioria está convencida de que o terror somos nós, os *seres humanos* enquanto espécie, não o sociometabolismo do capital.

Há um certo “bloqueamento”, tanto do pensamento crítico²⁰⁰ quanto da ação transformadora no “realismo capitalista”²⁰¹. Assim como os fiéis se automutilavam para pagar os seus “pecados”, o *sujeito-empresa* se massacra por ser a “ovelha negra” não adaptada ao

¹⁹⁸ Como apresenta Fisher (2020, p.43), no seu estudo sobre os problemas psíquicos dos jovens britânicos, ser adolescente na Era neoliberal significaria quase que inevitavelmente ter uma condição endêmica, o que expressa o padrão da normalidade do modelo neoliberal: “A depressão é endêmica. É o problema de saúde mais comum no NHS, e tem afligido pessoas cada vez mais jovens. O número de alunos que sofrem de algum nível de dislexia é impressionante. Não é exagero dizer que ser um adolescente no capitalismo tardio da Grã Bretanha está se tornando praticamente uma condição clínica.”.

¹⁹⁹ “A ideologia neoliberal caminha dentro do labirinto perigoso da onipotência terrena, santificando e secularizando ao mesmo tempo o “capital”. A máscara neoliberal serve para ocultar o cérebro das “bestas-feras” que fazem a apologia da livre concorrência e da privatização.” (FILHO, 2001, p.6).

²⁰⁰ Fenômeno que Fisher (2020, p.43) vai denominar de “impotência reflexiva”, ao analisar o estado de desengajamento político dos “estudantes britânicos”: “Não por uma questão de apatia, nem de cinismo, mas de impotência reflexiva. Eles sabem que as coisas vão mal, mas mais do que isso, “sabem” que não podem fazer nada a respeito.”.

²⁰¹ “O realismo capitalista, como o entendo, não pode ser confinado à arte ou à maneira quase propagandística pela qual a publicidade funciona. Trata-se mais de uma atmosfera penetrante, que condiciona não apenas a produção da cultura, mas também a regulação do trabalho e da educação — agindo como uma espécie de barreira invisível, limitando o pensamento e a ação.” (FISHER, 2020, p.33).

sacrossanto neoliberalismo “[...] há uma inversão de valores onde a santificação e a secularização são momentos presentes na vida dos “cristãos” novos do neoliberalismo.” (FILHO, 2001, p.7).

Os monstros venceram e conquistaram a hegemonia completa nas sociedades em que penetraram e estenderam os seus tentáculos miraculosos.

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. **Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas.** [...] Este fenômeno chama-se **hegemonia**, ainda que, naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas e resistam a seus regimes. A tarefa de seus opositores é a de oferecer outras receitas e preparar outros regimes. (ANDERSON, 1995, p.12-13. Grifos nossos).

No que se refere a essa concepção de que não há saídas fora do modelo neoliberal, Fisher expõe a tese de que as massas, provavelmente, não aceitaram com entusiasmo as doutrinas neoliberais, mas as aceitaram relutantemente justamente por serem convencidos de que não haveria outro sistema que funcionasse se não este, ainda que ele seja miserável e sem “atrativos”.

De fato, a descrença em outras formas sociais foi um dos principais elementos para que o “público” passasse a pensar e reproduzir o pensamento de que o neoliberalismo é medonho, mas é “realista”, ele pode existir e funcionar aos “trancos e barrancos”, porém, qualquer outro modelo é apenas “utopia”, sem um caráter “realista” e, por consequência, deve ser rechaçado *a priori*. É dessa condição explicitada que vai surgir o conceito de “realismo capitalista” de Fisher.

Não está claro, de modo algum, que o público tenha alguma vez abraçado doutrinas neoliberais com muito entusiasmo - mas as pessoas foram persuadidas à ideia de que não há alternativa ao neoliberalismo. A aceitação (tipicamente relutante) deste estado de coisas é a marca do realismo capitalista. **O neoliberalismo pode não ter tido sucesso em se fazer mais atrativo do que outros sistemas, mas conseguiu se vender como o único modo “realista” de governo.** [...] **O “realismo capitalista” pode ser descrito como a crença de que não há alternativa ao capitalismo.** (FISHER, 2020, p.143. Grifos nossos).

Essa força avassaladora do complexo valorativo engendrado pelo neoliberalismo enquanto relação social foi notável, apoderando-se das massas. Como explica Mark Fisher, a sensação deixada foi a de não haver mais nenhuma alternativa a essa organização social, dado

que ela “colonizou até os sonhos” das pessoas, tomando posse do nosso “inconsciente” (categoria “descoberta” por Freud)²⁰²:

Os anos 1980 foram o período no qual o realismo capitalista se estabeleceu, com muita luta, e criou raízes. Foi a época em que a doutrina de Margaret Thatcher de que “não há alternativa” - um slogan tão sucinto para o realismo capitalista quanto se poderia querer — se transformou em uma profecia autorrealizável brutal. [...] **Para a maior parte das pessoas com menos de 20 anos, na Europa e na América do Norte, à falta de alternativas ao capitalismo não é nem sequer uma questão. Jameson costumava se referir, horrorizado, aos caminhos pelos quais o capitalismo se infiltrava no próprio inconsciente; agora, o fato de o capitalismo ter colonizado até os sonhos da população é tão amplamente aceito que nem vale a pena comentar.** (FISHER, 2020, p.17-18. Grifos nossos).

3.4. A SUPOSTA FALTA DE ALTERNATIVAS

Trataremos, agora, de mais um ponto invocado por Fisher em seu livro “Realismo capitalista” que foi o enorme impacto do paradigma de que não há como sair do neoliberalismo causou nos sistemas de educação, engessando as possibilidades e as potencialidades que o florescimento do pensamento crítico poderia oferecer, causando o espelhamento, por parte dos alunos, da “impotência reflexiva” dos professores, “impotência” esta derivada da completa resignação dos docentes frente aos organismos de “controle” e padronizações do conhecimento conforme a lógica do produtivismo neoliberal.

Na sala de aula pós-fordista, a impotência reflexiva dos estudantes é espelhada pela impotência reflexiva dos professores. [...] Ao invocar a ideia de que “não há alternativa” e recomendar aos docentes a “trabalhar de maneira mais inteligente, e não trabalhar mais” o realismo capitalista dá o tom dos conflitos do trabalho no pós-fordismo. Um colega sarcasticamente ressaltou que parece mais difícil imaginar o fim do regime de avaliação do que parecia imaginar o fim da escravidão. Esse fatalismo só poderá ser combatido seriamente pela emergência de um sujeito político novo (e coletivo). (FISHER, 2020, p.88-89. Grifos nossos).

²⁰² Com um substrato material é possível aproveitar com mais qualidade essa categoria: como uma espécie de “inconsciência” do indivíduo que se manifesta tolhendo e limitando as suas ações, tendo essa “inconsciência” uma gênese concreta, derivada das relações de produção que geram um complexo valorativo próprio para se legitimar e esse complexo é introjetado no sujeito, nas suas primeiras idades, produzindo as suas noções morais do que é “certo” ou “errado”, o que ele poderá carregar pelo resto da vida, regulando parte dos seus atos. Aqui, o “inconsciente” é produzido materialmente pelo sociometabolismo dos sistemas econômicos e não é uma entidade metafísica.

Esse produtivismo insano, que invadiu os institutos e as universidades ocidentais, tem como elemento nevrálgico a busca pela quantificação mercadológica dos trabalhos de pesquisa e ensino, tendo em vista que trabalhos como dar uma aula não têm uma representação física, pois o produto gerado que vira mercadoria, a aula, é algo imaterial (fisicamente falando), mesmo que esteja gerando um mais-valor, então, para que possa ser medida, otimizada e estar submetida aos padrões de controle (do neoliberalismo), a performance do trabalho realizado, necessita de algo que lhe represente em um *quantum* estatístico, porquanto que, de posse dele, é possível operar na dinâmica da competição do mercado de trabalho.

As responsáveis por conduzir essa quantificação são as agências reguladoras de ensino e pesquisa, tanto públicas (em maior medida) quanto privadas. Para exemplificar, podemos pensar que, no Brasil, isso ocorre por meio do(a) sistema/plataforma Lattes de pesquisa, ou por medidas e institutos do MEC, ou mesmo por entidades privadas que agrupam artigos e dão notas para o “nível” do pesquisador pela quantidade de artigos e pelos locais (revistas) onde eles foram publicados.

Há nesse processo um entrave para os próprios interesses do capital, pois, como aponta Fisher (2020, p.75), não há como mensurar a educação de modo tão rígido e estreito, por intermédio de um “quantitativismo”, como o feito em outros postos de produção de mercadorias e prestação de serviços, já que a qualidade de um artigo científico ou de uma aula não se expressa pela quantidade ou pelos lugares em que eles figuram.

O pensador britânico vai afirmar que o trabalho do educador é “refratário” a qualquer espécie de quantificação, ou seja, insubmisso, resistente a isso, é contrastante com esse *modus operandi*: “No entanto, a insistência em avaliar o desempenho dos trabalhadores, e mensurar formas de trabalho que são por natureza refratárias à quantificação, inevitavelmente acabou por gerar novas camadas de burocracia e gerenciamento.”.

Ele vai continuar aduzindo que, ao ser efetuada a quantificação dessas atividades, por meio de uma intensa burocracia instituída por “avaliações periódicas” de agências reguladoras de ensino e avaliação “por pares”, o seio universitário é moldado para ter “consistência” e “padronização”²⁰³ possibilitando uma avaliação de performance mais tangível, o que abre um “leque” mais palpável e extenso para as exigências que serão realizadas aos trabalhadores da docência acadêmica e aos discentes, baseando-se em quantidade de publicações, relatórios de pesquisa contendo diversas taxas etc. Impondo, inclusive, esses critérios para determinar quem

²⁰³ “Esse sistema de autovigilância é complementado pelas avaliações efetuadas por autoridades externas. O rendimento dos alunos é monitorado pelos “avaliadores externos” que supostamente devem manter a consistência e padronização de todo o setor universitário.” (FISHER, 2020, p.74).

e qual instituição poderá captar mais ou menos recursos para as suas atividades científicas. Configura-se, nessas circunstâncias, o professor *sujeito-empresa*, submetido à lógica da otimização do mercado neoliberal.

Todavia, como exposto, a educação, a pesquisa, especialmente em se tratando do âmbito das ciências “sociais e humanas”, colide (é “refratária”) com esse modelo de avaliação engessado e, por isso, a bem da verdade, a gestão neoliberal desses espaços resulta em uma contundente ineficiência, porque vai comparar a “produção” de professores e pesquisadores pelo *quantum* produzido sem sequer respingar na “qualidade” dessa produção, as avaliações feitas não são sobre os trabalhos e atividades científicas, mas, sim, nas “representações” estéreis desses trabalhos que os docentes se esforçam para criar, elaborando dezenas de artigos e textos em curto-espaco de tempo, sem o rigor necessário, pois precisam cumprir as metas e prazos estipuladas pelo esmagador sistema avaliativo quantificador, sendo regidos por ele e não pelo norteamento de que os artigos e pesquisas só devem ser finalizados quando estiverem maduros e prontos e não pelos prazos impostos.

De tal sorte que o posto em jogo não é mais a “qualidade” da sua própria produção, mas a sua sobrevivência no mercado de trabalho, tendo que produzir insanamente tanto mais quanto for possível para encher o seu currículo, pois sabe que precisa enxertar a sua “representação auditada”.

O que temos não é uma comparação direta dos rendimentos ou desempenhos dos trabalhadores, mas sim uma comparação entre *representações* auditadas de desempenho ou rendimento. É inevitável assim que ocorra um curto-circuito: O trabalho passa a ser orientado para a geração (e manipulação) das representações mais do que para os objetivos oficiais do próprio trabalho. Começa a gerar, mais do que o trabalho em si, todo um sistema de criação e manipulação de representações.

O colapso e/ou curto-circuito da ciência, como aponta Fisher, torna-se inevitável mediante esses ditames. O objetivo de produzir cientificamente é subsumido pelo objetivo da geração das “representações” ao seu máximo para que possam ser “auditadas” e constarem no histórico dos trabalhos realizados pelo trabalhador da área.

A gestão neoliberal das universidades e institutos de pesquisa é, *per si*, “anticientífica”. Outrossim, não é por acaso que as mais recentes pesquisas acerca do sofrimento psíquico ter sido elevado à enésima potência nesses *lócus* apontam o modelo neoliberal introjetado neles como causa dos “adoecimentos” psicológicos em escala industriais, tanto entre os docentes e os pesquisadores, quanto entre os discentes.

Esse sistema massacrante tem desumanizado completamente o ambiente acadêmico ocidental desde a sua constituição na última terça parte do século passado, e, se estamos

convencidos de que essa réplica do *sujeito-empresa* e do funcionamento do mercado de trabalho padrão não traz nenhuma qualidade ou melhora para as produções acadêmicas, mas, o inverso, impõe procedimentos “anticientíficos”, temos de assumir a posição de que a depressão, a ansiedade etc., que emergem ligeiramente e assustadoramente em nossos ambientes não é coincidência, é um projeto do neoliberalismo a pleno vapor e funcionamento, que destrói a nossa estrutura psíquica.

Portanto, o pior a ser constatado é que o sistema neoliberal nos “adoece” e ainda atrapalha a produção científica em sua raiz e essencialidade.

Se nos recusarmos a aceitar as justificativas neoliberais — de que sistemas de controle trazidos dos negócios pretendiam aumentar a eficiência dos trabalhadores — **então se torna claro que a ansiedade produzida pelo Quadro de excelência em pesquisa e outros mecanismos gerencialistas não são efeitos colaterais acidentais desses sistemas — são seu real objetivo.** (FISHER, 2020, p.146. Grifos nossos).

3.5 A HEGEMONIA DA FORMA-IDEOLÓGICA DO SISTEMA

Avançando na análise da vitória da *forma-ideológica* do neoliberalismo, retomaremos o anunciado no capítulo 2 de que as teses neoliberais se tornaram a única interpretação de mundo possível (ao menos a única aceitável nos *lôcus* mais estratégicos e fundamentais do novo modelo societal), com tamanha intransigência que, até a crítica teria de estar dentro desse escopo, a disputa entre socialismo *versus* capitalismo ou liberalismo *versus* social-democracia se reduziu a neoliberalismo de direita *versus* neoliberalismo de esquerda, “A hegemonia neoliberal se expressa igualmente no comportamento de partidos e governos que formalmente se definem como seus opositores.” (ANDERSON, 1995, p.8).

Para alcançar tal grau de hegemonia e controle de programas, ideias e discursos foi necessário que qualquer debate fecundo sobre estrutura ou conjuntura estivesse enclausurado dentro de uma baliza moral, com a completa psicologização dos discursos, ou seja, interditar o debate econômico-político-social e instaurar sobre ele um embate de valores.

Por suposto que, quando se têm o domínio das instituições e complexos sociais que reproduzem quais são os valores corretos e os valores incorretos, o debate está vencido *a priori*,

pois “As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes” (MARX; ENGELS, 2007, p.72).

Ao tomar posse dos “aparelhos ideológicos” e introduzir no senso comum que o plasma do mundo, representado em teoria, seriam os pressupostos neoliberais, a posição moral dos indivíduos médios (como diria o insólito Kant) será sustentada pela exegese neoliberal. Portanto, as teses opostas que forem levantadas, nessa seara de debate, serão ou patologizadas ou consideradas como imorais.

Nem todos tinham percebido, mas não estávamos apenas falando como empresários de nós mesmos. Estávamos transformando tal forma de organização social em fundamento para uma nova definição de normalidade psicológica. **Nesse sentido, tudo que fosse contraditório em relação a tal ordem só poderia ser a expressão de alguma forma de patologia. Patologizar a crítica era simplesmente mais um passo.** (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.32. Grifos nossos).

Recorreremos aqui, de maneira isolada (por não ser o contexto geral da nossa pesquisa), a um simples exemplo do nosso século XXI, em meados de 2015, com a insurgência da maioria da população grega contra as políticas neoliberais que eram impostas em seu país pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e União Europeia (fundamentalmente sob o “comando” da Alemanha).

Os gregos disseram um basta, demonstraram a sua insatisfação através de um plebiscito e elegeram um partido que se colocava enquanto figura antineoliberal da conjuntura nacional: o Syriza (partido fundado pela coligação de 13 partidos de “esquerda”).

Diante desse cenário de revolta e possível confronto, qual foi o tratamento dado pela mídia ocidental e pelas principais instituições (do “mercado”) europeias e estadunidenses, mesmo diante dos interesses e da vontade do povo grego? Encaixotar as contradições que foram expostas pela indignação da classe trabalhadora como se fossem desvios psicológicos, afinal, qualquer discussão “saudável” e sensata só poderia ser realizada dentro dos parâmetros do neoliberalismo, tudo o que sair desse delineamento geral é considerado “delírio” (em termos, literalmente, patológicos) ou utopia, desde a implementação do modelo até então.

Observamos, no caso grego contemporâneo, quais os posicionamentos da presidente, à época, do Fundo Monetário Internacional (FMI), Christine Lagarde e da vice-presidente da Comissão Europeia, Viviane Reding:

Diante do desejo dos gregos em trilhar um caminho heterodoxo, a então presidente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Christine Lagarde, não teve dúvida: foi à imprensa exigir o fim do “comportamento infantil” dos seus contedores e dizer que esperava retomar o diálogo “com adultos na sala”. No dia seguinte, a então vice-presidente da Comissão Europeia, Viviane Reding, cantava a mesma música, ao dizer que chegara a hora de termos diante de nós adultos, e não “crianças mal

educadas”. Ou seja, discordar não era entrar em um embate sobre visões macroeconômicas distintas, mas agir como crianças que desconhecera, a “responsabilidade” da emancipação, com suas “obrigações”. O embate era simplesmente entre maturidade e minoridade psicológica. Por isso, o embate não era debate algum, a voz dos gregos era apenas a expressão patológica da irracionalidade. (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.17).

A posição divergente dos postulados neoliberais foi taxada como “infantilidade”, o que significa colocar a questão em um patamar moral: aqueles adultos que ainda não aprenderam como se portar enquanto tais, são os que não aceitaram se submeter aos valores do neoliberalismo e, por conta disso, são as crianças na sala.

Não é possibilitado o confronto entre aceitar como correta ou tomar como incorreta a política de austeridade fiscal, a única permissividade dada é crer nessa forma de gestão opinando se o pacote austericida deve ser em maior ou menor grau, mas que ele deve acontecer obrigatoriamente e apenas adultos não amadurecidos discordariam disso.

Nessa quadra, o neoliberalismo se alça a uma condição psicológica, a de “normalidade”, e a divergência em relação a ele se converte em condição “clínica” de “anormalidade”, no sentido profundamente patológico, como explicamos anteriormente, o não adaptado ao modelo recebe uma etiqueta “médica”. Por conseguinte, ser contra austeridade fiscal ou privatizações em larga escala passou a significar ser imoral, imaturo, ou, no limite, “enfermo”.

Mas a nomeação de tais políticas como “austeridade” era um fato a ser sublinhado. **Pois ela explicitava como valores morais eram mobilizados para justificar a racionalidade de processos de intervenção social e econômica. Note-se que ser contra austeridade é, inicialmente, uma falta moral, um desrespeito ao trabalho de terceiros, além de uma incapacidade infantil adulto de uma retenção e poupança. Criticar a austeridade é assim colocar-se fora da possibilidade de ser reconhecido como sujeito moral autônomo e responsável.** Da mesma forma, era moral a defesa de que os indivíduos deveriam parar de procurar “proteção” nos braços paternos do estado-providência a fim de assumir a “responsabilidade” por suas próprias vidas, aprendendo assim a lidar com o mundo adulto de uma “sociedade de risco” (embora nunca tenha realmente ficado claro se os riscos afinal eram para todos). (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.18. Grifos nossos).

Temos, então, que a extrema psicologização do real efetuada não serviu tão somente para o controle tanto da vida cotidiana quanto da performance no mercado de trabalho, mas, também, como forma de impor pensamentos econômicos, políticos e culturais enquanto formas de condutas morais e instituir padrões de “normalidade” e “anormalidade” para definir o que converge com o neoliberalismo e o que diverge “Mas o que vemos atualmente é algo de outra ordem, a saber, a justificação de ações econômicas e a paralisia da crítica através da mobilização massiva de discursos psicológicos e morais” (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.19).

Nasce, após o fenômeno neoliberal, um modo de controle social sem igual, no qual a disciplinação do padrão fordista é até dispensável, haja vista que a captura dos sujeitos se dá em um nível que a pessoa segue as ações positivas ao sistema para conseguir estar no caminho da naturalidade, da “normalidade” e escapar do fino liame que pode lhe conduzir ao plano da “anormalidade”.

Pois era fato que estávamos a assistir a uma tendência, cada vez mais extensa, em se servir de termos psicológicos e morais para falar sobre processos econômicos. Como se certa psicologia moral estivesse a colonizar as múltiplas esferas da vida social através do discurso econômico. (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.19).

Houve a perpetração das teorias neoliberais como únicas fontes do saber acerca da realidade social e, neste ínterim, a academia burguesa fragmentada e parcializada pôde recortar cada vez mais as pesquisas no campo das ciências humanas e sociais, pois a questão econômica já estava resolvida e explicada nos departamentos de economia vulgar (“Economics”), sem chances de rediscussão, caberia às ciências sociais apenas os estudos dos “fatos sociais” isolados²⁰⁴.

Todas as demais “ciências” foram submetidas ao crivo do império do neoliberalismo que se apresenta como uma “economia moral”, portanto, as pesquisas e os debates críticos não poderiam mais alcançar as “esferas” do econômico e do político sob o risco de estar marcado pela etiqueta da “insanidade”, o que, de alguma maneira, também reflete no sofrimento psíquico exacerbado dentro das universidades ocidentais sob o regime neoliberal e da sua sanha por patologização de condutas contrárias ao seus ditames.

A autonomia da economia, sua posição de discurso de poder ilimitado na definição das orientações de gestão social, caminha juntamente com a legitimação cada vez mais claras de suas injunções como uma psicologia moral, ou seja, como um discurso no qual se articulam injunções morais e pressuposições a respeito de desenvolvimento e maturação. O que nos leva a afirmar que o império da economia é solidário da transformação do campo social em um campo indexado por algo que poderíamos chamar de “economia moral”, com consequências maiores não exatamente para os modos de produção e circulação de riqueza, mas para a eliminação violenta da esfera do político enquanto espaço efetivo de deliberação e decisão, com a redução da crítica à condição de patologia. Uma eliminação que, como gostaria de mostrar, tem consequências maiores para os modos de sujeição psíquica e sofrimento social. (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.20).

Podemos constatar que, por mais que tal forma de controle tenha sido engendrada e reproduzida após a emergência do neoliberalismo enquanto modelo societal, não é estranho aos

²⁰⁴ Para um estudo mais profícuo acerca da problemática da fragmentação do saber indicamos a leitura do nosso livro “Uma crítica marxista à sociologia”.

liberais a moralização das questões sociais, em verdade, é ponto basilar e está entranhado nas suas teses, basta lembrarmos que o clássico Adam Smith é conhecido também como um “filósofo moral” e todo o debate valorativo esteve embutido fortemente na tradição desde os clássicos, perpassando por Stuart Mill (1806-1873) e Tocqueville (1805-1859), dentre outros, sendo retomada por Menger e os vulgares e posteriormente resgatada pelos neoliberais²⁰⁵, demonstrando que a possibilidade de implementação das teorias neoliberais na prática social, causada pela crise estrutural do capitalismo, abriu as portas para a completa moralização das concepções de mundo que surgiriam após o predomínio do modelo em tela.

Conforme apresenta o professor Vladimir Safatle, o elemento da moralidade já era central nos primeiros ataques dos ideólogos neoliberais contra as sociedades de bem-estar social e, concomitantemente, as do “socialismo real”, desde o final da década de 1930 e início da de 1940, expandindo-se, evidentemente, com a posterior hegemonia neoliberal nas décadas futuras, mais especificamente, a partir da década de 1970.

A tese a ser defendida aqui é que o uso reiterado de tal estratégia cresce com a hegemonia do neoliberalismo. Fato que os textos da Sociedade Mont Pèlerin não nos deixa esquecer. Lembramos, por exemplo, como se iniciava o texto que apresentava os objetivos dessa sociedade, primeiro grupo formado nos anos 1940 para a difusão dos ideais neoliberais. “Os valores centrais da civilização” estão em perigo... (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.20).

O ponto alcançado, após o alastramento e concretização do neoliberalismo, é que a sua *forma-ideológica* institui uma arena de batalha em que a fundamentação econômica e política é engolida e suplantada pela moralidade. Não se trata mais, nesse contexto, de saber qual sistema é mais eficaz que o outro, mas, sim, que existem valores universais e supra-históricos que devem ser defendidos para evitar uma suposta degeneração e decomposição da própria civilização *per si*, são eles: a “liberdade” (de comprar e vender mercadorias e força de trabalho) e a “democracia” liberal (ditadura da burguesia sobre o proletariado instrumentalizada pelo Estado Moderno Burguês/Estado Democrático de Direito).

Sendo assim, um sujeito que não defenda os princípios da “liberdade” e da “democracia liberal”, antes de qualquer posição teórica acerca da realidade, é um indivíduo com uma “falta moral”. Do ponto de vista do sistema e da sua simbologia expressa na tessitura societal, discordar do neoliberalismo não é mais, tão somente, um erro teórico ou um “equivoco

²⁰⁵ “Na verdade, o que o neoliberalismo pregava eram intervenções diretas na configuração dos conflitos sociais e na estrutura psíquica dos indivíduos.” (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.24-25).

científico”, é ser “anti-civilização”, haja vista que os seus princípios, supostamente, representam a base inexorável para qualquer sociedade humana “saudável”.

A recusa ao primado da propriedade privada e da competitividade não seria apenas um equívoco econômico, mas principalmente uma falta moral. Sua defesa deverá ser não apenas assentada em uma pretensa eficácia econômica diante dos imperativos de produção de riqueza. Ela devia se dar através da exortação moral dos valores imbuídos na livre iniciativa, na “independência” em relação ao Estado e na pretensa autodeterminação individual. (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.20. Grifos nossos).

Este cenário aponta diretamente para a complexidade e densidade das múltiplas determinações do fenômeno neoliberal, pois, além de ser um modelo socioeconômico (novo padrão de acumulação flexível do capital), apresentar uma nova *forma-política* concreta, ser uma conjunção de teorias variadas (com as suas divergências particulares, mas unidos no essencial, no “núcleo duro” da defesa da metafísica do “Deus mercado” e no padrão de intervenção que o Estado precisa ter ou não ter), ser e/ou ter uma “ideologia” nos dois sentidos diferentes já apresentados por nós (visão parcial da realidade e *forma-ideológica*), o neoliberalismo, também, tornou-se ao longo da sua construção, uma “engenharia social”, pois como vimos, ele foi pedra angular para a constituição e a conformação de uma nova subjetividade humana, gerando um novo *ser*, ou, conforme Safatle (2021), “desenhando pessoas”, engendrando um inédito “design psicológico”.

Contudo, é evidente que este processo não poderia ocorrer de forma completamente passiva e pacífica, redesenhar o *ser* humano sem o seu consentimento é uma tarefa árdua, a resistência ao *sujeito-empresa* existiu e ainda existe, ocorre que, como não se apresentaram mais horizontes externos que servissem de contraponto ao capitalismo, como era o caso do “socialismo real”, a resistência ao neoliberalismo no mundo ocidental se reduziu ao quadro interno e em um “tom” dialético de resistência resignada, de crítica positiva, dado que a negação da negação não encontraria mais um *lócus* para apontar rumo à suplantação, houve o achatamento das possibilidades revolucionárias e a quebra do espírito coletivo transformador, alastrando um sentimento de conformidade reativa entre os que resistiam para sobreviver e não visando a conseguir viver (em sua plenitude).

Todavia, o saldo e o produto da “equação” não podem ser concluídos apenas por intermédio de análises individuais ou de movimentos sociais e agrupamentos, por mais que saibamos do problema dramático da crise de direção revolucionária que vivenciamos no mundo pós-fordista (instaurado nas décadas finais do século XX), é possível compreender que o “defenestramento” da “política” aplacou não só os lutadores sociais, mas a classe trabalhadora

como um todo, ou seja, a maioria dos que estão sob a égide do neoliberalismo foi vilipendiada e descaracterizada enquanto humanos e, mais, como atores políticos²⁰⁶.

Afinal, digerir a nova “razão” do mundo (a subjetividade neoliberal) com toda a sua irracionalidade personificada em uma suposta racionalidade *supra-humana* mercantil não é uma tarefa simples e fácil, o neoliberalismo operou um dismantelamento da capacidade ativa dos sujeitos, através da sua assombrosa e exitosa “engenharia social” (trabalhando em “design psicológico”).

Mas isso nunca funcionaria se não houvesse outra dimensão dos processos de intervenção social. **Dimensão na qual podemos encontrar um profundo trabalho de design psicológico, ou seja, de internalização de predisposições psicológicas visando à produção de um tipo de relação a si, aos outros e ao mundo guiada através da generalização de princípios empresariais de performance, de investimento, de rentabilidade, de posicionamento, para todos os meandros da vida.** (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.30. Grifos nossos).

Quando mencionamos o dismantelo da política, estamos a falar de tudo o que a envolve, até mesmo a noção de classes sociais. A subjetividade neoliberal conseguiu apagar da mente das pessoas e bloquear a capacidade de apreensão da própria realidade objetiva e das suas extremas contradições, a universalização do *sujeito-empresa* apresenta em sua aparência que todos são empreendedores, como se fossem pertencentes a uma só classe, mesmo existindo “empreendedores” que passam fome e os que conseguem comer, mas sofrem a exploração inerente às relações de produção capitalistas entre capital versus trabalho, e os “empreendedores” que tem acesso a maior parte da riqueza socialmente produzida, esses representam menos de 5% da humanidade, todos estes são “empreendedores”, não mais desempregados, empregados e patrões.

Essa ocultação da materialidade societal também faz parte do processo de implementação da subjetividade neoliberal, inclusive, no que concerne à própria exclusão da “gramática dos conflitos”, a exemplo do que mencionamos acerca de categorizar indivíduos que estão em classes opostas, como se fizessem parte de um só classe, sem contradições e, por conseguinte, sem lutas a travar entre si, a luta deve ser contra si mesmo, para melhorar o seu desempenho enquanto uma empresa, o “seu maior adversário é você mesmo”.

²⁰⁶ “No entanto, submeter-se à pretensa racionalidade das leis da economia exige uma despolitização radical da sociedade, uma recusa violenta de seus questionamentos a respeito da autonomia do próprio discurso econômico em relação aos interesses políticos.” (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.27). Ver no mesmo sentido: “[...] o neoliberalismo é um modo de intervenção social profunda nas dimensões produtoras de conflito. Pois, para que a liberdade como empreendedorismo e livre-iniciativa pudesse reinar, o Estado deveria intervir para despolitizar a sociedade, única maneira de impedir que a política intervisse na autonomia necessária de ação da economia.” (*Ibidem*, p.25).

Mas o aprofundamento desse processo exigia uma destituição completa da gramática do conflito e da contradição objetiva. Ou seja, tratava-se de passar do social ao psíquico e levar sujeitos a não se verem mais como portadores e mobilizadores de conflitos estruturais, mas como operadores de performance, otimizadores de marcadores não problematizados. Para tanto, seria necessário que a própria noção de conflito desaparecesse do horizonte de constituição da estrutura psíquica, que uma subjetividade própria a um esportista preocupado com performances se generalizasse, e para isso a mobilização de processos de internalização disciplinar de pressupostos morais era fundamental. Por isso, as modalidades neoliberais de intervenção deveriam se dar em dois níveis, a saber, no nível social e no nível psíquico. (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.25).

O triunfo do *sujeito-empresa* sobre o *ser* coletivo²⁰⁷ é a grande marca conquistada pelo neoliberalismo, ao desenhar e introduzir nas pessoas uma subjetividade própria, o modelo consegue realizar uma proeza incontestável, a de não precisar se defender e se legitimar sozinho, mas, em conjunto com as suas vítimas, a classe trabalhadora é capturada espiritualmente, de modo que, por meio da internalização dos preceitos neoliberais em seus *corpos*, convertem-se em devotos defensores da propriedade privada dos meios de produção e da maximização da sua exploração em um mercado de trabalho cada vez mais desregulamentado e flexibilizado, ou, melhor dizendo, “precarizado”.

Para escapar das condições miseráveis de vida, a oportunidade que o modelo oferece e consegue ser capaz de tomar os “corações” das massas é lutar dentro do mercado para se apresentar enquanto empresa de si mesmo, pois são as empresas que prosperam e são morais, esqueçam direitos trabalhistas ou fim das classes, vocês podem vencer se replicarem as operações de uma empresa: sejam “adultos” maduros e assumam os riscos da sociedade e assim poderão ascender em todos os âmbitos possíveis, por intermédio da meritocracia, como fazem as empresas bem-sucedidas, sejam corajosos e “desbravadores” (como diria o velho Weber...), fujam da “falta moral”.

Dessa forma, a empresa poderia nascer no coração e na mente dos indivíduos. Um design psicológico que só poderia ser feito através da repetição generalizada de exortações morais que nos levavam a compreender toda resistência a tal redescritção empresarial da vida como falta moral, como recusa em ser um “adulto na sala”, em assumir a virtude da coragem diante do risco de empreender e abrir novos caminhos por conta própria. (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.30).

²⁰⁷ “Podemos incluir aqui também, a preponderância do individualismo sobre a solidariedade: A competição empresarial não é um jogo de críquete, mas um processo de relação fundado na ausência de solidariedade (vista como entrave para o funcionamento da capacidade seletiva do progresso).” (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.32).

Safatle, ao refletir sobre esse triunfo, assevera que o formato empresa tomou o coração e a mente dos indivíduos, porém, aparentemente, o que aconteceu não foi o mero aprisionamento dos corações, mas, sim, a sua dilapidação.

Após o advento do neoliberalismo, os *seres* humanos começaram a se portar como cascas vazias que reproduzem, tanto no seu trabalho quanto no cotidiano, o complexo valorativo neoliberal e vivem de maneira coisificada, vendendo-se e se apresentando enquanto força de trabalho no máximo de ambientes que consiga frequentar, e aqueles que tem acesso a internet e redes sociais (apenas cerca de metade da população mundial) efetuam performances mercantis para angariar novas oportunidades no mercado em perfis “profissionais” e/ou demonstram o “sucesso” da sua vida profissional em formato de invenções acerca de um modo de viver ostentativo, que, na maioria das vezes, não corresponde a 1% da sua real situação concreta em face da barbarização crescente da vida social, todavia, não importa, pois como empresas precisamos performar e demonstrar os nossos “resultados”, sejam eles fictícios ou não.

Finalmente o capital conseguiu realizar o seu grande objetivo, expandir a *formamercadoria* de tal sorte que tudo o que existe no mundo se convertesse em mercadoria, agora não é apenas a força de trabalho humana que é mercadoria, mas, também, o seu espírito individual e coletivo se metamorfoseou em mercadoria, qualquer conduta humana foi rebaixada e condenada a estar submersa em prol da lógica do capital.

Trabalho e vida tornam-se inseparáveis. O capital te acompanha até nos sonhos. O tempo para de ser linear, torna-se caótico, fragmentado em divisões puntiformes. **Na medida em que a produção e a distribuição são reestruturadas, também é reestruturado o sistema nervoso.** (FISHER, 2020, p.62-63. Grifos nossos).

3.6. O CIRCUITO DOS AFETOS NA SOCIABILIDADE NEOLIBERAL

Estamos diante do *sistema de adoecimento dos afetos*, tudo o que era *sólido se desmanchou no ar*, os nossos sentimentos (em todas as suas instâncias) passaram a ser mediados pelo mercado, a “racionalidade” das ações humanas advém, agora, da razão empresarial:

Como sabemos, a generalização da forma-empresa no interior do corpo social abriu as portas para os indivíduos se autocompreenderem como “empresários de si mesmos” que definem a racionalidade de suas ações a partir da lógica de investimentos e retorno de “capitais” e que compreendem seus afetos como objetos

de um trabalho sobre si tendo em vista a produção de “inteligência emocional” e otimização de suas competências afetivas. (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.30-31).

O *circuito dos afetos* do neoliberalismo retira do sujeito as suas características mais sociáveis e solidárias, através das novas instituições e complexos sociais que ganharam o pano de fundo neoliberal, a exemplo do Estado, do Direito, da cultura *lato sensu*, das escolas, das universidades, da família etc., que interagem com o indivíduo e não só moldam os seus afetos como conformam as suas estruturas, chegando ao ponto de engendrar uma forma psíquica própria deste modelo societal.

Podemos mencionar aqui a questão dos “desejos” (sem entrar no mérito da discussão mais abrangente se são mais carregados de objetividade ou subjetividade, se são o próprio processo em andamento se efetivando ou a busca de um *devoir* inalcançável. Embora, de antemão, registremos que tendemos a estar mais próximos da posição da dialeticidade entre o objetivo e o subjetivo), na quadra histórica em que a razão humana é balizada pela racionalidade mercantil, o *circuito dos afetos* começa a introjetar no *ser* a redução da sua potencialidade e capacidade de desejo, atrelando-o, unilateralmente e rabaixadamente, ao que é o desejo do próprio sistema para se reproduzir, estabelecendo uma subjetividade superficial e previamente ajustada pelas condições materiais que produzem e reproduzem o neoliberalismo.

A sociedade dita ser a da “liberdade” e da “individualidade”, controversamente, elabora um perfil unificado de condutas e de sentimentos que visa a ser universalizado e padronizado nos *corpos* das grandes massas trabalhadoras, em um movimento cultural que Fisher (2020, p.18. Grifos nossos) vai chamar de “precorporação”: “Não estamos lidando agora, como antes, com a incorporação de materiais dotados de potencial subversivo, mas sim com a sua “precorporação”: **a formatação e a moldagem prévia dos desejos, aspirações e esperanças pela cultura capitalista.**”

Os desejos serão canalizados para as áreas da performance no mercado de trabalho e do consumo na fase de circulação de mercadorias do sistema, instaurando o mais quadrado e mecânico *Homo economicus* já existente, ao passo que cobra deste, simultaneamente, a “criatividade” e a “individualidade” para poder criar “novidades” no âmbito do trabalho, essa extrema contradição é um dos fundamentos para a condição de caos psíquico do *ser* nessa nova Era.

O mesmo *ser* que foi matematizado deve buscar algum grau qualitativo da sua particularidade para elevar a sua performance individual no mercado por intermédio de uma racionalidade aritmética e quantitativa configurada sob a égide da prática efetiva e de qual o

retorno (lucro e/ou abertura de “novas oportunidades”) dessa prática, se ela é suficiente ou não, tanto para si enquanto *sujeito-empresa* quanto para o mercado de trabalho como um todo.

A afetividade desse humano, redesenhado pela *forma-ideológica* neoliberal, acaba virando uma ferramenta utilizada pelo *ser* que se autocompreende como um empresário de si visando a sua máxima otimização (das “competências afetivas” para operar psicologicamente na linha da expansão proposta objetivamente pelo sociometabolismo do capital) e para a construção de uma “inteligência emocional” específica para as condições de trabalho.

Como sabemos, a generalização da forma-empresa no interior do corpo social abriu as portas para os indivíduos se autocompreenderem como “empresários de si mesmos” que **definem a racionalidade de suas ações a partir da lógica de investimentos e retorno de “capitais” e que compreendem seus afetos como objetos de um trabalho sobre si tendo em vista a produção de “inteligência emocional”**. (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.30-31. Grifos nossos).

Este padrão de otimização que é generalizado colide frontalmente com a imposição de que se apresente individualidades diferenciadas e “desbravadoras”, particulares, únicas, para “inovar” o *locus* da produção e trocas de mercadorias, essa extrema antinomia em que o *sujeito-empresa* é posto, parece-nos indissolúvel e insuperável dentro dos marcos da sociabilidade capitalista²⁰⁸, até porque essa fratura faz parte do *modus operandi* do sistema para o funcionamento do seu novo padrão de acumulação. Inclusive, no que diz respeito ao controle emocional das pessoas, é preciso manter esse tipo de dicotomia, para que haja a gestão do sofrimento psíquico: quanto mais frustrados e “adoecidos” estiverem os trabalhadores, proporcionalmente, por terem os seus desejos subjugados pela “razão econômica”, mais estarão lutando para produzir (produtividade socioeconômica para o sistema) e se “autorrealizar” no mercado de trabalho, ou seja, o martírio psicológico é um dos principais impulsionadores da economia neoliberal em seu objetivo de aumentar as taxas de lucros dos burgueses.

A dialética entre o sonho abstrato de “vencer na vida” (quando isso foi resumido socialmente a ter dinheiro, altos cargos no mercado de trabalho ou status) que foi subjetivado pela *forma-ideológica* neoliberal se choca e entra em frangalhos ao ser confrontado futuramente pela realidade objetiva que impede que esse sonho do trabalhador seja efetivado, então, entra em cena a ruína e a decadência das condições psíquicas deste sonhador.

²⁰⁸ A suplantação desse novo sujeito só pode ser realizada com a própria superação do sistema capitalista e a construção de uma sociedade baseada no trabalho associado, com um complexo valorativo comunitário, coletivo, solidário, livre e justo, efetivando, finalmente, após mais de dois mil anos, o que denominamos de “Ética”. Somente nessas condições seria possível erigir um outro *ser*, em um sistema com uma *forma-ideológica* que possa materializar uma subjetividade emancipadora da humanidade, afinal, como explicita Safatle (2021, p.33), todo “modelo socioeconômico” engendra uma “gestão social de subjetividades” e uma “psicologia que lhes é inerente”, não seria diferente em uma sociabilidade estruturada na socialização dos meios de produção, ela também terá, se existir, uma subjetividade própria e particular.

O que nos faz retomar a questão da dicotomia do objetivo em alcançar o gozo superficial e a frustração ao não o conseguir ou mesmo ao consegui-lo. De um lado, a classe trabalhadora é convencida de que tudo pode, e para concretizar o que quiser basta ter vontade, sendo bombardeada por esse caldo cultural individualizante, por outro lado, ao não conseguir absolutamente nada do que quer na concreticidade desigual do capitalismo, é ferida de morte pelo impiedoso e implacável sentimento de que é incapaz, de que não serve para nada, pois todo mundo consegue vencer, menos você mesmo, passando a se enxergar como uma “anomalia” que não se adapta à sociedade (que não tem espaço nela e não deveria, então, pertencer a ela) e, por isso, é um *ser* imprestável.

Conforme aponta Fisher, o resultado dessa dialética que engendra esses sentimentos pode culminar na depressão e/ou quadros congêneres. Observemos a sua análise sobre esse ponto, ao interpretá-lo no contexto do Reino Unido dando o título de “duplo imperativo particularmente cruel” a essa estrondosa antinomia do que é introjetado na subjetividade humana, mas que não pode ser realizado materialmente:

É o outro lado da depressão - cuja convicção subjacente é a de que somos todos exclusivamente responsáveis pela nossa própria miséria e, portanto, a merecemos. Um duplo imperativo particularmente cruel é imposto aos desempregados de longa duração no Reino Unido: **uma população que, durante toda a sua vida, foi levada a acreditar que não prestava para nada é simultaneamente bombardeada pela injunção de que pode fazer tudo o que quiser.** (FISHER, 2020, p.140. Grifos nossos).

Assim, como explicitamos anteriormente, o desmoronamento da *psiquê* coletiva não é uma crise desprestenciosa e/ou aleatória, é um projeto²⁰⁹ deliberado e esperado pelo neoliberalismo, inclusive, enquanto aporte e sustentáculo para o processo de recuperação do poder de classe da burguesia, que não se resume ao exposto por Harvey (temática que abordamos e comentamos no capítulo 2) acerca da retomada da posição de dominação política e econômica que fora impetrada a partir do neoliberalismo restituindo a concentração do poder nas mãos dos burgueses.

Esse movimento conta, concomitantemente, com o notável papel do controle da subjetividade dos trabalhadores e, nesse sentido, vemos Fisher afirmar que a “depressão coletiva” é um resultado do retorno da subordinação do proletariado com maior força no modelo societal neoliberal, portanto, uma depressão cultivada: “Devemos entender a submissão fatalista da população do Reino Unido à austeridade como consequência de uma depressão deliberadamente cultivada. [...] A depressão coletiva é o resultado do projeto da

²⁰⁹ Parafraseando Darcy Ribeiro ao comentar sobre a crise da educação brasileira.

classe dominante de ressubordinação.” (FISHER, 2020, p.141).

Ao subsumir os desejos à razão empresarial, o neoliberalismo empreende uma façanha notável, em que os próprios trabalhadores exercessem sobre si um autocontrole²¹⁰, para poder performar sempre em “alto nível” já que o seu desejo, agora, coincide com o da lógica “comercial”, é nesse sentido que Fisher (2020), ao resgatar Deleuze e Guattari, diz que o sistema neoliberal avança mais sobre o “controle” do que a mera “disciplina”. No mesmo sentido, Safatle (2021) explica esse padrão de autovigilância implementado na relação de trabalho após a submersão dos desejos da classe trabalhadora ao mercado, afirmando que a “generalização da forma-empresa”:

[...] permitiu ainda a “racionalização empresarial do desejo” (DARDOT; LAVAL, 2010, p.440), fundamento normativo para a internalização de um trabalho de vigilância e controle baseado na autoavaliação constante de si a partir de critérios derivados do mundo da administração de empresas. Essa retradução total das dimensões gerais das relações inter e intrassubjetivas em uma racionalidade de análise econômica baseada no “cálculo racional” dos custos e benefícios abriu uma nova interface entre governo e indivíduo, criando modos de governabilidade muito mais enraizados psicologicamente (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.31.Grifos nossos).

Aqueles que se recusam ou resistem, em face da conformação do seu *ser* de acordo com essa modulação neoliberal e as suas normas e padronizações, na maioria das vezes, têm a sua *psiquê* esmagada, o que deriva em uma série constante de problemas psíquicos, são relegados ao martírio, à angústia, e à repressão (no sentido de reprimir em si) da sua revolta diante desta sociabilidade barbarizante:

Pois o sofrimento psíquico guarda uma dimensão de expressão de recusa e de revolta contra o sistema social de normas. Uma revolta que se expressa nas três dimensões do que entendemos comumente por forma de vida, a saber, o desejo, a linguagem e o trabalho. Já Hegel insistia, em sua Fenomenologia do espírito, nos vínculos orgânicos entre a lei do coração e o delírio da presunção, ou seja, entre a revolta contra a ordem social que sai ao mundo em vista de grandes transformações e o delírio de quem vê suas intenções serem continuamente invertidas pelo curso social (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.33-34).

Enfim, a *forma-ideológica* que implementa a subjetividade do neoliberalismo está diretamente ligada com as questões dos afetos humanos em todas as suas dimensões, o sofrimento psíquico é elemento fundamental para qualquer análise séria acerca da temática do

²¹⁰ “[...] a racionalidade neoliberal pressiona o eu a agir sobre ele mesmo no sentido de seu próprio esforço para seguir na competição. Todas as atividades devem se comparar a uma produção, a um investimento, a um cálculo de custo. A economia se torna uma disciplina pessoal” (DARDOT; LAVAL, 2010, p.412). Acerca do autocontrole e autovigilância que foram implementados pelos valores neoliberais, ver também: “[...] a interiorização de normas de performance, a autovigilância constante para se conformar aos indicadores, a competição com os outros são os ingredientes dessa ‘revolução de mentalidade’ que os ‘modernizadores’ querem operar” (*Ibidem*, p.398).

novo modelo societal, pois “Isso significa dizer que não se sofre da mesma forma dentro e fora do neoliberalismo”. (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.33). Portanto, o nosso calvário foi construído historicamente e socialmente, não só geograficamente ou biologicamente, e, por conta disso, necessitamos conceber a hipótese revolucionária de destruí-lo e soterrá-lo.

Nesse contexto, vemos, também, que até a arte é capturada, domada e castrada de toda a sua subversividade e capacidade de prover catarses que possam elevar o espírito humano no que concerne à amplificação da sua sensibilidade e potencialidade reflexiva, vulgarizando o seu sentir, não o educando para conseguir apreender as *formas* mais sofisticadas da estética.

Quando isso ocorre, a arte é desfigurada e transformada em “cultura de massas” e a partir dessa “massificação” incessante ela chega, em algum instante do processo, ao *status* da situação perfeita para a sua última metamorfose que poderá defenestrá-la ao grau mais tacanho: a arte, infelizmente, torna-se uma mercadoria empossada pela indústria cultural que a converte em entretenimento.

O movimento de transmutação da arte em entretenimento demonstra a face e o semblante da decadência geral do capitalismo neoliberal e do mal-estar cultural hodierno, a *forma-mercadoria*, na sua sanha pela expansão, enquadra até mesmo o que pode haver de mais belo ou sublime da produção humana, engessando a sua capacidade criativa, mas, qual é a finalidade deste movimento? Retomemos ao ponto, se os desejos são reduzidos ao consumo, nada mais eficiente do que oferecer uma mercadoria *par excellence* que possa fazer rodar amplamente este setor: o entretenimento superficial (passageiro e instantâneo).

Como realização de um prazer instantâneo e momentâneo, a dialeticidade, comentada em parágrafos anteriores, entre a imediata satisfação de um prazer não substancial leva à frustração, e esta levará à busca pela nova satisfação instantânea. O entretenimento rebaixado e as novas tecnologias estão intimamente interligados neste processo de produção de “adoecimentos” psíquicos.

Registre-se, aqui, a nossa não adesão às teses que trazem inerentemente um caráter negativo às novas tecnologias e avanços na informática (como feito por Adorno em alguns momentos ao criticar severamente a “Razão” e a “técnica”), o que criticamos aqui é o seu modo de uso cultivado na sociabilidade neoliberal.

Neste cenário, os estímulos exacerbados, embora, completamente desprovidos de substancialidade, são espécies de comandos que ativam a ansiedade e a expandem até o limite do que o bolso do consumidor possa pagar, ou do tempo que possa dispendar para o “desfrute” do entretenimento. Segundo Fisher (2020, p.47-48), ao analisar a influência deste fenômeno nas dificuldades encontradas pelas escolas e institutos educacionais para a disseminação do

conhecimento, conclui que há uma excessiva ativação da ansiedade e a ampliação do “déficit de atenção” como resultantes do fenômeno.

A consequência de estar capturado na matriz de entretenimento é uma interpassividade ansiosa e agitada; uma inabilidade em concentrar-se ou manter o foco. [...] Se algo como um transtorno de déficit de atenção e hiperatividade for uma patologia, então é uma patologia do capitalismo tardio - a consequência de se estar conectado aos circuitos de entretenimento-controle de uma cultura de consumo hipermediada.

Solicitamos desculpas ao leitor, neste momento, pois faremos uma citação direta muito longa, no entanto, necessária, pois se apresenta como uma excelente analogia para a compreensão de como, no espaço de trabalho, o neoliberalismo exige e formata os afetos dos trabalhadores em busca de maior produtividade para o aumento da lucratividade, ao ponto de exigir aos funcionários tanto demandas produtivas quanto afetivas.

O contexto da citação envolve a interpretação do filme “Como enlouquecer seu chefe”, de 1999, dirigido por Mike Judge, com enredo situado na representação dos ambientes de trabalho na década de 1990. Mark Fisher recolhe uma das cenas do filme para demonstrar analogicamente a efetividade da intervenção do sistema neoliberal na afetividade do *ser* que produz capitaneada pela personificação do sistema, o *ser* que lucra, e como essa é uma das formas de controle dessa sociabilidade:

Lá, exige-se que cada funcionário customize os uniformes com “sete peças pessoais” (broches, adereços, remendos e coisas do tipo), como forma de expressar sua “individualidade e criatividade”. **Uma demonstração contundente da maneira com que “criatividade” e “expressão pessoal” tornaram-se, na sociedade de controle, algo intrínseco às atividades de trabalho.** Conforme alertaram autores como Paolo Virno, Yann Moulier Boutang e outros, hoje em dia, **os trabalhadores recebem demandas não só produtivas, mas também afetivas. É particularmente reveladora sobre esses novos arranjos do trabalho a tentativa de quantificar grosseiramente essas contribuições subjetivas.** O exemplo dos adereços dos empregados aponta para outro fenômeno: as expectativas ocultas por trás das normas oficiais. Joanna, uma garçonete da cafeteria, coloca em sua roupa as exatas sete peças pessoais, mas é advertida que, apesar de sete ser oficialmente o bastante é, na verdade, uma meta a ser superada - ou seria ela uma funcionária que “só faz o indispensável”?

— Quer saber, Stan? Se você quer que eu use 37 peças, por que não me pede pra usar 37 e pronto? - Joanna reclama.

— Bem - responde o gerente - lembro de tê-la escutado dizendo que gostaria de expressar mais sua individualidade.

O bastante não é mais o suficiente. Eis aí uma síndrome familiar aos trabalhadores que acabam descobrindo que receber um “satisfatório” em uma avaliação de rendimento já não é mais satisfatório. (FISHER, 2020, p.71-72. Grifos nossos).

Ganhamos, a partir daí, um pouco da dimensão estratosférica do que significa a

conversão do *ser* em um *sujeito-empresa*: todas as suas configurações humanas são reduzidas e voltadas para o desenvolvimento e desempenho do mercado. Os robôs não estão surgindo pela tecnologia, os robôs somos nós. Essa é a grande tragédia da hegemonização da *forma-ideológica* neoliberal. Há um enorme vilipêndio à subjetividade humana que passa despercebido em nosso cotidiano repetitivo: “Note-se ainda como esse tópico da generalização da forma-empresa é, ao mesmo tempo, a descrição das formas hegemônicas de violência no interior da vida social.” (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.32).

As ligações fraternais entre os indivíduos são rompidas e/ou esgarçadas, pois é preciso que sejamos todos competidores nessa sociedade, o “outro” não é parceiro, é adversário, ou, no pior dos casos, o seu “superior-chefe” (burguês nacional ou imperialista internacional). Nesse sentido, o principal afeto cultivado por essa sociabilidade não é o amor entre os sujeitos, mas, o medo (do invasor, do competidor, do colonizador, do explorador). Aos senhores (patrões) sempre a submissão e a louvação, não pelo seu crédito, mas pelo poder que representa objetivamente que desperta o medo:

Essa violência pede uma justificação política, ela precisa se consolidar em uma vida social na qual toda a figura da solidariedade genérica seja destruída, na qual o medo do outro como invasor potencial seja elevado a afeto central, na qual a exploração colonial seja a regra (SAFATLE; JUNIOR; DUNKER. 2021, p.32).

3.7. PÓS-FORDISMO: FLEXIBILIZAÇÃO, INSTABILIDADE E COLAPSO DA ESTRUTURA PSÍQUICA DOS SUJEITOS

Nos encaminhando para as exposições finais deste capítulo, precisamos destacar as especificidades e particularidades do pós-fordismo no processo de implementação da subjetividade neoliberal, e comentar quais foram as mais visíveis mudanças na estrutura psíquica humana após o fim do padrão fordista de organização do mundo do trabalho (no contexto dos países ocidentais capitalistas, haja vista que, nos países do “socialismo real”, em sua grande maioria, o modelo Taylor ainda era predominante e, embora tenha diversas semelhanças com o padrão fordista, não são a mesma coisa) engessado e hierarquizado que fora substituído por um padrão mais “flexível”, “descentralizado”, “individualizado” etc.

Todavia, de antemão, precisamos mencionar que essa aparente “descentralização”

esconde uma nova estrutura burocrática completamente escabrosa e, provavelmente, a única alteração qualitativa em relação aos modelos burocráticos “estatistas”, combatidos pelos neoliberais, seja o que encontramos de diferença entre a categoria do “controle” de Deleuze e a de “disciplina” de Foucault, na primeira, a rigidez hierárquica não precisa ser explícita ou predominante para que exista a vigilância e o controle social dos *corpos*, pois o próprio sistema introjeta na subjetividade dos indivíduos que eles precisam se autovigiar²¹¹, convencendo-os deste papel que precisam exercer para o “bem” da sociedade e ainda agradecer por isso, pois seria um dever minoritário e pequeno a ser pago diante da grandiosidade de se ter um emprego²¹² nas circunstâncias da instabilidade *par excellence*, é como se houvesse um *lócus* de extrema vigilância sem precisar de um vigilante exterior para fazê-lo funcionar e operar, no pós-fordismo o autocontrole se constitui como um dos elementos da performance dos sujeitos, já na segunda categoria, a disciplinação seria mais direta, engessada, hierarquizada, enrijecida em seus padrões e normas duras, uma disciplina imposta em um sujeito mais passivo contra as forças da vigilância social, onde a prisão/cadeia é a *forma* mais adequada para representar a sociedade²¹³: “[...] depois a fábrica, de vez em quando o hospital, **eventualmente a prisão, que é o meio de confinamento por excelência.**” (DELEUZE, 2000, p.1).

Observemos a síntese sobre o debate entre as duas categorias supramencionadas, contendo as suas diferenças e as das suas respectivas representações “sociedades disciplinares” e “sociedades de controle”, pelas palavras de Deleuze:

É verdade que entramos em uma sociedade que podemos chamar de uma sociedade de controle. Um pensador como Michel Foucault analisou dois tipos de sociedades bem próximos de nós. Aquelas que ele denominou como sociedades de soberania e aquelas outras que ele denominou como sociedades disciplinares. [...] A sociedade disciplinar define-se - as análises de Foucault tornaram-se, com justiça, célebres - pela constituição de meios de sequestro: prisões, escolas, ateliês, hospitais. A

²¹¹ “A nova burocracia não toma a forma de uma função específica, delimitada, realizada por um grupo particular de trabalhadores, mas invade todos os campos do trabalho. O resultado - já previsto por Kafka - é que todo trabalhador se torna seu próprio auditor, forçado a avaliar o próprio desempenho.” (FISHER, 2020, p.86).

²¹² “O trabalho de autovigilância que se exige rotineiramente dos trabalhadores - todas aquelas auto avaliações, revisões de performance, livros de registro - **seria, como nos é dito, um preço pequeno a pagar para manter nossos empregos.**” (FISHER, 2020, p.144. Grifos nossos).

²¹³ Registre-se que, para alguns comentadores de Foucault, como é o caso do professor Ernani Chaves, a categoria da “disciplina” não representa mais tão somente a conceituação clássica dada em obras conhecidas como “Vigiar e Punir” de 1975, porquanto que, após a publicação póstuma de “Nascimento da Biopolítica”, seria possível enxergar um grau maior de complexidade na referida categoria, expandindo-a para além da “forma prisão” e das categorizações realizados por Foucault de que estaríamos nas “sociedades disciplinares” que teriam sucedido as “sociedades de soberania”. Em nossa ótica, a categoria da “disciplina” continua sendo insuficiente para compreender tanto o capitalismo quanto a sua forma neoliberal, em especial, no que diz respeito à sua *forma-ideológica*, pois a unilateralidade da preponderância no poder político deixa escapar os mecanismos de ação e conformação impostos pelo mercado de trabalho e pela economia no geral, elementos estes que conseguem “controlar” os sujeitos.

sociedade disciplinar tem necessidade destas instituições. [...] Nós entramos em sociedades de controle que se definem de um modo muito diferente das sociedades de disciplina. [...] as prisões, as escolas, os hospitais, são lugares de discussão permanente. Não será melhor distribuir os cuidados a domicílio? Sim, sem dúvida este é o futuro. As oficinas, as fábricas, estão se rompendo por todos os lados. Não serão melhores os regimes de terceirização e o trabalho a domicílio? Não haverá outros meios de punir as pessoas que não a prisão? As sociedades de controle não passarão mais pelos meios de sequestro. Mesmo a escola. [...] o sensacional será fazer, ao mesmo tempo, a escola e a profissão. Será interessante saber qual será a identidade da escola e da profissão através da formação permanente, que é nosso futuro e que não mais implicará forçosamente o reagrupamento dos escolares em um meio de sequestro. Um controle não é uma disciplina. Com uma rodovia, não se encarceram as pessoas, mas ao fazer rodovias multiplicam-se os meios de controle. Não digo que esta seja a única finalidade da rodovia, mas as pessoas podem rodar infinitamente e "livremente" sem estarem confinadas e ao mesmo tempo estando perfeitamente controladas. Este será nosso futuro. (DELEUZE, 2003, p. 299-300).

De uma forma ou de outra é possível que as categorias sejam complementares, tanto “controle” como “disciplina” perduram nos seus ambientes próprios²¹⁴, mas, como o neoliberalismo se apresentou como modelo para superar a burocracia e implementar a “liberdade”, o “controle” se tornou uma ferramenta mais efetiva para que a “essência” dessa sociabilidade se apresentasse como o seu exato oposto no âmbito da “aparência”, para poder contrapor o “socialismo real” burocratizado:

O fato que medidas burocráticas tenham se intensificado sob governos neoliberais que se apresentam como antiburocráticos e antiestalinistas pode, a princípio, parecer um mistério. No entanto, viu-se, na prática, proliferar uma nova forma de burocracia - uma burocracia dos “objetivos”, dos “resultados esperados” das “declarações de princípio” - ao mesmo tempo em que ganha força a retórica neoliberal sobre o fim do comando vertical e centralizado. Pode parecer que essa volta da burocracia é algo assim como um retorno do reprimido, ironicamente reemergindo no coração de um sistema que jurou destruí-lo. Mas seu triunfo no neoliberalismo é bem mais que um atavismo ou uma anomalia. Como indiquei anteriormente, não há contradição entre O “ser smart” e o aumento da administração e regulação: são duas faces do trabalho na sociedade de controle. (FISHER, 2020, p.72-73).

Iniciaremos a análise do ponto (pós-fordismo) trazendo à baila, talvez, um dos elementos mais marcantes do novo padrão de organização do mundo do trabalho, que é precisamente o esgarçamento, até a última instância, das relações formais de trabalho, substituindo-as por relações extremamente flexíveis, “dinâmicas”, precarizadas e informalizadas.

Essa alteração drástica engendrou uma rotatividade enorme nos postos de trabalho e, também, nos fluxos dentro da classe trabalhadora, entre os empregados e o “exército industrial

²¹⁴ A subsistência de respingos das *formas* “disciplinares”, mesmo na hegemonia das “sociedades de controle”, foi algo formulado e apontado pelo próprio Deleuze: “Certamente, conviveremos ainda com toda a sorte de “restos” das sociedades disciplinares por anos e anos, mas sabemos já que estamos em sociedades de um outro tipo que devemos chamar, segundo a palavra proposta por Burroughs - e Foucault nutria por ele uma viva admiração - de sociedades de controle” (DELEUZE, 2003, p. 299).

de reserva”²¹⁵, a conversão de emprego em desemprego e vice-versa disparou de modo que as próprias estatísticas de desemprego não conseguem capturar mais o real em questões de milésimos de segundos.

É possível afirmar que essa rotatividade estrondosa no mercado de trabalho seja a grande marca registrada a ferro e fogo pela superação do fordismo e, que fique bem evidenciado aqui, que não defendemos o modelo fordista de organização do mundo do trabalho, longe disso, haja vista que, em nossa concepção, a humanidade precisa construir uma nova sociedade baseada na coletivização dos meios de produção, e no “trabalho associado” e, disso, derivar-se-ia um padrão de organização do mundo do trabalho inédito na história²¹⁶.

Contudo, é inevitável pontuar que a inauguração do pós-fordismo e a substituição da “centralidade” do emprego formal pelo informal causou um decréscimo em termos qualitativos para as condições materiais e espirituais de vida da classe trabalhadora, abriu-se um grande abismo em que as condições precárias se tornaram insuportáveis.

O fim da estabilidade e de direitos trabalhistas fundamentais ocasionou danos psíquicos e materiais (no sentido “cru” do termo, de condições de sobrevivência) incomensuráveis, pois entrou em cena a dinâmica da completa instabilidade, dando vazão às condições que Fisher (2020, p.60.Grifos nossos) nomeia com o slogan de “não há longo prazo”:

O ethos abraçado por McCauley não é outro senão aquele examinado por Richard Sennett em *À corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*, um estudo fundamental sobre as mudanças afetivas que a reorganização pós-fordista do trabalho traz à tona. **O slogan que resume essas novas condições é “não há longo prazo”. Enquanto anteriormente os trabalhadores podiam aprender um único conjunto de habilidades com a expectativa de assim galgar posições em uma rígida hierarquia organizacional, agora se espera que periodicamente adquiram novas habilidades enquanto pulam de posto em posto, vagando de empresa em empresa.**

O novo *lócus* de trabalho desregulamentado é uma obra-prima pela perspectiva do

²¹⁵ “Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional.” (MARX, 2013a, p.460).

²¹⁶ Como bem expõe Fisher (2020, p.154), a nostalgia pelo fordismo é perigosa e danosa para aqueles que lutam pela construção de uma sociedade socializada. O nosso problema é não vislumbrar outra alternativa superior no horizonte, achar que qualquer coisa fora do neoliberalismo é irreal e utopia: “Mas essa nostalgia pelo fordismo era, na verdade, perigosa - a derrota não decorria do fim do fordismo, mas do fato de nos faltar uma visão alternativa da modernidade capaz de competir com o relato neoliberal.” (FISHER, 2020, p.154).

capital, haja vista que consegue rebaixar a massa salarial do excedente que repassa aos trabalhadores para manter as taxas de lucro dos burgueses nas alturas, além de aquecer e movimentar o mercado do lado do trabalho, a mudança dos empregos de longo prazo pelos de curto prazo faz com que o proletariado tenha que está em competição exacerbada de modo incessante, a disputa pela qualificação da mão de obra cresce, enquanto empregados e desempregados vão se alternando nos postos de trabalho passageiros, nos famosos “bicos” ocasionais ou em contratos temporários.

Nessa gama, a extração do mais-valor e a sua acumulação se estabelece em um *continuum* para o capital (que seria este, em nossa ótica, o real objetivo/meta do sistema neoliberal, que emergiu para tentar o retorno dessa estabilidade para a classe dominante), enquanto a barbarização da vida social e a o aumento da exploração se amplificam para o trabalho. Estamos diante de um contrassenso perverso: estabilidade para os exploradores e opressores e instabilidade para os explorados e oprimidos, paz entre nós monopolistas e competição entre eles “empreendedores de si” na arena do mercado. Essa é a dicotomia inaugurada pela “flexibilização” do pós-fordismo:

David Blacker observa de forma mordaz em seu próximo livro, *The falling rate of learning and the neoliberal endgame* [A taxa decrescente de aprendizado e o fim-de-jogo neoliberal], que **as virtudes da “competição” devem “convenientemente ser reservadas apenas para as massas. Competição e risco são para pequenos negócios e pessoas pequenas como empregados do setor privado ou público” A invocação da competição tem funcionado como arma ideológica - o alvo real é a destruição da solidariedade e, enquanto tal, o sucesso tem sido notável.** (FISHER, 2020, p.145. Grifos nossos).

A rigidez da linha de produção fordista deu espaço a uma nova “flexibilização”, um termo de dar calafrios na espinha de qualquer trabalhador hoje em dia. Essa flexibilização foi definida por uma desregulamentação do capital e do trabalho, com a força de trabalho sendo precarizada, “casualizada” (um aumento no número de trabalhadores empregados em regime temporário) e terceirizada. (*Ibidem*, p.62).

Essa estrutura é de causar “calafrios” ou coisas até piores (cremos nessa segunda hipótese), talvez Fisher tenha sido generoso nos termos. Na prática, essa metamorfose ocorrida no mundo do trabalho agudizou drasticamente o sentimento de pânico individual e social, agora, os que estão laborando se juntam aos que não acharam oportunidades na categoria dos que não conseguem dormir por não saberem se vão conseguir ter trabalho no dia seguinte e, por consequência, pagar as suas contas: alimento, moradia, luz etc.

A maioria da população, que vive na sociabilidade neoliberal, convive com o dilema de que precisa “matar um leão” não por dia, mas, por hora ou minuto, dado que a *forma-salário* tradicional foi se esvaindo e cresceu o salário por hora de trabalho, por dia, por uma temporada, ou mesmo o seu fim nos casos dos “empreendedores” (os “empresários de si”),

que trabalham sem formalização, sem carteira assinada, enquanto CNPJ's, recebendo proporcionalmente menos do que recebiam outrora os trabalhadores do padrão fordista e, ainda, sem as suas garantias sociais e direitos trabalhistas.

O pânico e o medo entram fortemente em cena, mas, não só eles, a ansiedade, também e, concomitantemente, a ótica sobre um futuro próspero, todos estão tão instáveis que só podem responder ao cotidiano presente em sua máxima expressão, sem ter a condição de planejar nada para um projeto de vida a longo prazo, não há como ter a noção do que se reserva para o próximo turno do dia, o neoliberalismo destruiu tanto o presente quanto o futuro da classe trabalhadora: “Períodos de trabalho alternam-se com dias de desemprego. De repente, você se vê preso em uma série de empregos de curto prazo, impossibilitado de planejar o futuro.” (FISHER, 2020, p.63).

A imprevisibilidade é a palavra que melhor define o estado do cotidiano das pessoas, faz-se necessário, para a sobrevivência nesse averno, o exercício da “capacidade” de “responder” aos “eventos” imprevisíveis, mas, como não ser surpreendido em uma realidade social caótica como essa? Bom, os trabalhadores têm de descobrir isso todo santo dia, lidar com a imprevisibilidade é condição *sine qua non* para a sobrevivência no “modo de produção just-in-time” inaugurado pelo pós-fordismo a partir do final da década de 1970:

Para funcionar com eficiência como um componente do modo de produção *just-in-time* [por demanda], é necessário desenvolver uma capacidade de responder a eventos imprevisíveis, é preciso aprender a viver em condições de total instabilidade, de “precariedade”, para usar um neologismo horroroso. (FISHER, 2020, p.63).

Outra maneira de chegar a essa história é através da reestruturação do capital no final dos anos 1970 e início dos anos 80, com a chegada do pós-fordismo. Isso significava o uso crescente de condições precárias no trabalho, produção just-in-time e a temida “flexibilidade”: precisamos nos curvar ao capital, não importa o que o capital queira; somos obrigados a nos curvar a ele. (*Ibidem*, p.153).

Fisher (2020, p.93), vai exemplificar o quão devastadora pode ser para a consciência dos sujeitos a instabilidade e a imprevisibilidade neoliberal, trazendo à baila um caso específico que ocorria no seu cotidiano de trabalho com as ações confusas de um diretor do instituto educacional (de “educação continuada”) em que ele dava aulas: em um dia o diretor aparecia otimista declarando resistência ao formalismo burocrático imposto à educação para poder quantificá-la enquanto mercadoria e otimizar o trabalho dos docentes da mesma forma como ocorre nos demais trabalhos, porém, no outro dia, aparecia completamente adaptado ao sistema, de modo a fazer crer que o dito no dia anterior nunca tivesse sido dito.

Segundo Fisher (2020, p.93-93), esse tipo de performance passou a fazer parte da vida

social dos docentes para que pudessem sobreviver em meio às contradições do neoliberalismo, enquadrando-se na dinâmica do autocontrole para se manter “são” e com “boa saúde”.

Realmente, a subjetividade de quem se submete a viver nessa rotina, ou é obrigado a se submeter a ela, tende a ser estraçalhada se não passar a “dançar conforme a música”, descartando “cinicamente” (aqui temos um grau de discordância com Fisher por ele individualizar a questão como um “cinismo” do trabalhador-docente)²¹⁷ qualquer “reflexão crítica” para poder estar dentro das regras do sistema, sendo isso um demonstrativo de que, mesmo nos espaços que deveriam ser em tese do “conhecimento” e da “consciência”, em verdade, também se enquadram como um dos âmbitos de reprodução da lógica do neoliberalismo e da sua *forma-ideológica* e, os trabalhadores ali inseridos, estão pressionados, também, pela instabilidade do mercado.

Dentro do mesmo prisma, na ótica de Fisher, é perceptível que ocorra uma certa dialeticidade, especialmente se tratando dos docentes e/ou dirigentes/reitores que são encarregados dos postos mais altos das suas instituições, no sentido de que, por mais que estes sejam contra o modelo educacional produtivista e burocrático do neoliberalismo, ou mesmo repugnem com todas as forças esse processo, não só não fazem nenhuma oposição a ele, como abafam e/ou impedem aqueles que querem fazer.

Acrescentaríamos à análise de Fisher sobre esse ponto a questão de que a volatilidade do mercado de trabalho, também, é um elemento a ser considerado nesses casos, por mais que, em alguns deles, se passem em empregos públicos²¹⁸ mais regulados e formais. Portanto,

²¹⁷ Provavelmente, acerca dessa questão em específico, seja possível resgatar um trecho de Althusser (autor, registre-se, que acreditamos ter compreendido mal a integralidade da obra de Marx) comentando a dificuldade dos teóricos em compreender o livro “O Capital”, de Karl Marx, para ponderar a dificuldade que a estrutura acadêmica impõe para o pensamento dos seus integrantes, sejam professores e/ou pesquisadores, e balancear um pouco a dinâmica da influência da estrutura sobre o próprio “cinismo” levantado por Fisher: “Por outro lado, se os especialistas em história, economia política, sociologia, psicologia etc. tiveram e ainda têm tanta dificuldade para “compreender” *O capital*, é porque estão submetidos à ideologia dominante (a da classe dominante), que intervém diretamente em sua prática “científica” para falsear seu objeto, sua teoria e seus métodos. Salvo poucas exceções, eles não suspeitam, não podem suspeitar do extraordinário poder e variedade do domínio ideológico a que estão submetidos em sua própria “prática”. Salvo poucas exceções, são incapazes de criticar por si mesmos as ilusões em que vivem e que ajudam a manter, porque elas literalmente os cegam.” (ALTHUSSER In MARX, 2013a). Bom, reiteramos que não temos acordo com Althusser no ponto de que a “ideologia” necessariamente seja algo falso ou equivocado, por mais que se constitua enquanto um pensamento “parcial” e “turvo” da realidade, como apontamos no capítulo 2.

²¹⁸ Como o próprio Fisher vai perceber e demonstrar em outro trecho, os espaços educacionais públicos com gerência direta do Estado são os melhores ambientes para a implementação do complexo valorativo neoliberal e, também, do seu sistema burocrático educacional, para testagem e depois ampliação e reprodução nos organismos privados. O Estado, nesses casos, é elemento fundamental para a imposição da *forma-ideológica* do neoliberalismo, a exemplo das instituições de avaliação de “qualidade” e controle de pesquisa que são, na maioria dos países, estatais. “Competição em educação (tanto entre instituições como entre indivíduos) não é algo que emerge espontaneamente uma vez que a regulação estatal seja removida - pelo contrário, é algo produzido

não se deve resumir essas circunstâncias à influência do “realismo capitalista” enquanto ideiação de impossibilidade de superação do neoliberalismo e ao comportamento “cínico” daqueles que executam esse “papel duplo”, apesar de serem elementos constitutivos do fenômeno, como bem exposto por ele ao explicitar mais um exemplo no Reino Unido.

Tomemos o Quadro de excelência em pesquisa - um sistema para avaliar a produção de pesquisa por acadêmicos no Reino Unido. Esse sistema massivo de monitoramento burocrático é amplamente odiado por aqueles sujeitados a ele, mas até agora nenhuma oposição real foi adotada. **Esta situação dupla - em que algo é detestado, mas ao mesmo tempo é realizado - é típica do realismo capitalista, e é particularmente pungente no caso da academia, uma das supostas fortalezas da esquerda.** (FISHER, 2020, p.144. Grifos nossos).

Com o dismantelo dos postos de trabalho de “carreira” que eram estáveis, os trabalhadores perderam completamente a possibilidade de direcionar trilhas a serem seguidas para a sua vida em particular e até da sua família. Não há caminho aberto para o futuro, e a enorme volatilidade do mercado de trabalho pós-fordista forja picos alternados de “altos” e “baixos” intermitentemente.

Essa dinâmica do imponderável e da adversidade constante fabrica intensos reveses no quadro psíquico social e, aqui, ao entrar na temática do pós-fordismo, é preciso levantar novamente o tema da “bipolaridade”:

Marazzi argumenta que os trabalhadores pós-fordistas são como o povo judeu do Antigo Testamento, logo após terem deixado a “casa da escravidão”: libertos de uma sujeição à qual não querem mais retornar, mas também abandonados, perdidos no deserto, confusos quanto ao caminho a se seguir. **Esse conflito psicológico furioso, interno ao indivíduo, não poderia deixar de produzir suas baixas. Marazzi pesquisa as conexões entre o aumento da bipolaridade e o contexto do pós-fordismo.** (FISHER, 2020, p.64. Grifos nossos).

Essa pressão assombrosa imposta aos sujeitos no cotidiano social não poderia resultar em algo diferente do que o “colapso” das suas estruturas psíquicas e a “privatização do estresse”²¹⁹, a sociedade neoliberal se apresenta como um *lócus* “doentio” esmagador de subjetividades: “Muitas estruturas (psíquicas, inclusive) colapsaram diante das condições terrivelmente instáveis do pós-fordismo.” (FISHER, 2020, p.66).

É por isso que *comodificar* os indivíduos²²⁰ e “tratá-los” individualmente significa

ativamente por novos tipos de controle estatal. O Quadro de excelência em pesquisa e o regime de inspeções escolares supervisionadas no Reino Unido pela OFSTED são ambos exemplos clássicos desta síndrome.” (FISHER, 2020, p.145).

²¹⁹ “Trato da associação entre pós-política, pós-ideologia, a ascensão do neoliberalismo e a ascensão conjunta da depressão, particularmente entre os jovens. Chamo esse processo de ‘privatização do estresse’.” (FISHER, 2020, p.153).

²²⁰ “Tal entendimento **comodificado** das emoções acaba por levar à criação do senso de um mundo interno nos humanos completamente intocável, individualizado e sozinho. Para Holzman (2009), tradicionalmente, as teorias

desprezar a realidade concreta, haja vista que a explosão dos quadros “clínicos” ocorreu devido a uma condição material e social específica do novo padrão de acumulação flexível do capitalismo.

A cultura neoliberal - que se tornou dominante no momento em que o movimento antipsiquiatria ia se enfraquecendo - individualizou a depressão e a ansiedade. Ou melhor, o aumento dos casos de depressão e ansiedade são um efeito da tendência, bem-sucedida, do neoliberalismo em privatizar o estresse (FISHER, 2020, p.157)

Acompanhamos, por exemplo, o entendimento de Fisher (2020) acerca da depressão (na amplitude das suas diferentes formas) que pode ser melhor compreendida se percebermos e nos atentarmos ao fato de que boa parte da sua genealogia está dentro do quadro político e econômico da sociedade, abrindo, então, espaço para o combate mais amplo e eficiente ao “problema”, sem que precisemos adotar a postura unilateral de compreendê-la nas suas mais variadas formas somente como “quadros analíticos individuais e psicológicos”²²¹.

Há, portanto, interligações fundamentais entre as depressões e a política e, como aponta Fisher, diante deste cenário, existem interesses concretos por parte do sistema neoliberal e das suas “forças sociais reais” em tentar “ocultar” qualquer conexão nesse sentido²²², isolando a depressão como apenas um diagnóstico “clínico”.

Todas as condições materiais engendradas pelo neoliberalismo caminham no sentido do esfacelamento da estrutura psíquica humana: o estímulo à competitividade exacerbada, o individualismo pueril, a instabilidade completa em todos os âmbitos da vida social, a conversão do *ser* em um *sujeito-empresa* desumanizado para poder operar como uma máquina e/ou mercadoria dentro do mercado de trabalho, a imposição da vida cotidiana enquanto um reflexo da performance, a redução da razão humana à razão econômica, o consumismo desenfreado estimulado pelo sistema para conseguir circular mais mercadorias e ter mais lucros, o aumento das desigualdades sociais, da fome, da miséria, a decadência e a degeneração dos seus complexos sociais, a permanente crise socioeconômica, a hegemonia

psicoterapêuticas funcionam dentro dessa lógica do capital. Tomam o humano como possuidor, dono de uma personalidade, que seria como uma entidade pertencente ao indivíduo e que provê suas emoções e o orienta em suas formas de ser, de sentir e de agir. A autora aponta que essa **comodificação** da personalidade e das emoções traz, como umas das principais consequências, a alienação.” (BORGES, 2010).

²²¹ “Exponho aqui minhas próprias experiências de angústia mental não porque ache que há algo especial ou único sobre elas, mas em apoio à tese de que muitas formas de depressão são melhor compreendidas - e combatidas - por meio de quadros analíticos impessoais políticos, e não individuais e ‘psicológicos’.” (FISHER, 2020, p.137).

²²² “Faz parte da depressão uma voz “interior” desdenhosa que nos acusa de autoindulgência - “você não está deprimido”, “você está apenas sentindo pena de si mesmo”, “dê um jeito nisso” -, passível de ser disparada ao tornarmos pública a condição. **É claro que não se trata bem de uma voz “interior”, e sim da expressão internalizada de forças sociais reais, algumas das quais têm um interesse oculto em negar qualquer conexão entre depressão e política.**” (FISHER, 2020, p.138-139. Grifos nossos).

do que deve ser considerado como indivíduo fracassado ou de sucesso, as imposições de padrões sociais e culturais de beleza, de como se portar, do que deve ser e fazer, a metrificação do *ser* pela sua produtividade ou improdutividade no mercado de trabalho, a desumanização dos setores oprimidos e explorados da sociedade, a estigmatização das pessoas, a degradação e a precarização do mundo do trabalho, a atomização do sujeito, descolando-o dos espaços coletivos de afetividade (onde se poderia cultivar a sensação de pertencimento, com a libertação da consciência e a compreensão de fazemos parte de um todo e, sendo assim, não somos e não estamos sozinhos, fazemos parte de uma classe que comporta a maioria da população mundial, ocultar essa verdade objetiva faz parte do “sucesso” neoliberal)²²³ como os sindicatos que foram desmantelados, sendo este processo um dos principais objetivos do modelo neoliberal que instaurou um combate severo contra essas entidades e contra os movimentos sociais desde 1979 com o governo Thatcher, o que foi replicado pelo mundo nas demais experiências neoliberais que lutaram a ferro e fogo para impedir a organização da classe trabalhadora nos *lócus* em que o estresse poderia ser convertido em luta política e consciência social²²⁴, mas não é pertinente ao sistema, pois o seu propósito é individualizar ao máximo os sujeitos, privatizando completamente o estresse, a ansiedade, o medo etc.

Enfim, tudo isso e mais outras milhares de coisas fazem parte da vida social dentro do sistema capitalista em sua faceta neoliberal, este é o *sistema de adoecimento dos afetos*.

No passado, se seu salário e condições de trabalho piorassem, você poderia ir a um sindicato e se organizar, **enquanto agora, se o estresse no trabalho aumentar, somos encorajados a enxergá-lo como um problema unicamente nosso, privado, e a lidar com ele individualmente.** Somos obrigados a lidar com esse sofrimento por meio de automedicação, antidepressivos (cada vez mais amplamente prescritos), ou, se tivermos sorte, com terapia. **Mas essas preocupações - experimentadas agora como patologias psíquicas individuais - não têm raízes na química cerebral: residem no campo social mais amplo.** Como não há mais um agente, um mediador, para uma ação de classe coletiva, não há como abordar esse campo social mais amplo. (FISHER, 2020, p.153. Grifos nossos).

Problemas gerados ou agravados em circunstâncias sociais são amplificados se interpretados e “tratados” faticamente²²⁵, precisamos compreender a complexidade do

²²³ “[...] o neoliberalismo não apenas martelava os trabalhadores; também encorajou as pessoas a não se identificarem mais como trabalhadoras. Seu sucesso foi conseguir seduzir as pessoas para fora dessa identificação e para fora da consciência de classe.” (FISHER, 2020, p.153-154).

²²⁴ O ocultamento da luta de classes e das demais lutas sociais são parte do projeto de “desativação” dos conflitos, que conduz os indivíduos para os caminhos da atomização e da despolitização, fazendo-os cederem as suas almas em troca do desenvolvimento das empresas: “Se for pra virar a noite pra entregar a pauta, você vira a noite; se for pra trabalhar no fim de semana, você trabalha; se for pra prejudicar alguém, você faz isso também. Ou seja, a gente foi criando um esquema de relações profundamente ofensivo pra nosso cuidado de si e para nossa subjetividade. A desativação do conflito deu muito resultado [...]” (DUNKER In VELOSO, 2021).

²²⁵ Acerca de uma visão totalizante e Lukácsiana dos “problemas psicológicos”, encontramos uma ótima síntese no artigo “Marxismo e psicologia: aportes para uma reflexão materialista sobre o indivíduo”.

panorama social “endêmico” para que se possa pensar em um novo modelo de “intervenção”, com “terapias sociais”²²⁶ e “multidisciplinares”, com a construção de espaços coletivos de afetividade e novas instituições políticas que não estejam permeadas pela decadência geral do nosso sistema neoliberal e os seus respectivos complexos sociais²²⁷, além da apreensão do contexto histórico que nos fornece a dramática constatação de que mesmo com o atual “colapso das estruturas psíquicas”, os afetados (toda a população das sociedades neoliberais) precisam combater os complexos sociais (que os esmagam) conquistando a consciência social do processo no qual estão envolvidos, pois, o fato é que os “distúrbios” são nomeados pelo sistema e, em outro tipo de sociedade, grande parte deles nem sequer existiriam e os que poderiam existir por influência biológica não seriam “distúrbios”, dado que não seriam considerados e tratados como tal, mas, sim, como pontos de diversidade e diferença, de particularidade, elementos positivos da singularidade humana.

Evidentemente que, nas hipóteses de implicações negativas à sociedade, cuidados mais reforçados devem ser operados, porém, neste parágrafo, estamos a falar do que se apresenta enquanto a grande massa que ocupa a maioria dos casos atuais, que são derivados nevrálgicamente das nossas condições sociais e/ou com marcadores biológicos “reforçados” à enésima potência por essas mesmas circunstâncias sociais.

Como percebeu Karl Marx, com proficuidade, já em 1846, certos problemas psíquicos são da “natureza” da nossa sociedade capitalista, engendrados por ela, e, além disso, sociedades distintas não geram os “mesmos produtos”, ou seja, alterando a sociedade é possível, também, mudar e/ou superar os seus problemas (mesmo os psíquicos) o que corrobora a nossa tese de que são as relações de produção que fundam um circuito dos afetos e não o inverso (afetos fundam o “poder” social):

Antes de tudo, é um absurdo considerar antinatural um comportamento que se consuma com tanta frequência; o suicídio não é, de modo algum, antinatural, pois diariamente somos suas testemunhas. [...] **Ao contrário, está na natureza de nossa sociedade gerar muitos suicídios, ao passo que os tártaros não se suicidam. As sociedades não geram, todas, portanto, os mesmos produtos; é o que**

²²⁶ Para o aprofundamento na temática, sob as lentes do marxismo, indicamos a leitura do artigo “Terapia social: desenvolvimento humano e mudança social” da professora Celiane Camargo-Borges, pois nele se apresenta de forma mais fecunda o contraponto entre a proposta de “terapia social” e as “psicoterapias” hegemônicas no capitalismo.

²²⁷ Nesse sentido, remetemos ao “otimismo da vontade” (terminologia de Gramsci) de Fisher quando diz que a consciência de classe e a construção de novos espaços políticos “não decadentes” não só podem acontecer, mas como se converte em uma tarefa/compromisso formidável que temos que realizar, mesmo que não haja soluções fáceis para este feito: “A reconstrução da consciência de classe é, de fato, uma tarefa formidável, que não será alcançada com soluções prontas e fáceis. Mas, ao contrário do que nossa depressão coletiva nos diz, é uma tarefa que pode ser realizada: inventando novas formas de envolvimento político, revitalizando instituições que se tornaram decadentes, convertendo o descontentamento privatizado em raiva politizada. Tudo isso pode acontecer, e, quando acontecer, quem sabe o que será possível?” (FISHER, 2020, p.141).

precisamos ter em mente para trabalharmos na reforma de nossa sociedade e permitir-lhe que se eleve a um patamar mais alto. (MARX, 2006, p.25. Grifos nossos).

Voltemos à análise da dinâmica pós-fordista e as suas implicações: as falácias da meritocracia e do indivíduo “empreendedor de si” que vão tomar conta da imagética popular se convertendo em hegemonia prática e discursiva, vão instaurar uma verdadeira “roda gigante” na subjetividade dos trabalhadores, tendo em vista que se vende na “praça” a ideia de que qualquer um pode ascender socialmente, bastando “fazer por onde”, esforçando-se e tendo força de vontade.

Acontece que a conta não fecha na prática social, então a “roda gigante” existe, mas, controversamente, não roda, fica praticamente parada, com uma pequena parte estando nos assentos de cima e o restante, a maioria esmagadora, permanecendo na parte de baixo.

Nesse contexto de baixíssima mobilidade social, a crença de que é possível “mudar de vida” é danosa ao psicológico das pessoas, já que a *forma-ideológica* neoliberal impregna ela em nossas mentes fazendo com que se torne uma espécie de consenso geral, de tal sorte que se constitua como o senso comum da sociedade, então, os indivíduos passam a crer abstratamente que a sociedade funciona através do mérito e, *pari passu*, estes vão enxergar objetivamente que a sua vida não muda, a conclusão é se martirizar por não ser bom o suficiente para competir com os “vencedores” que mereceram estar onde estão na escala social e na divisão social do trabalho.

Fantasiadamente, a sociabilidade “empreendedora” *par excellence*, divulga aos quatro cantos que basta empreender para alcançar o topo social, quando, em verdade, desde a emergência do neoliberalismo, as desigualdades sociais só aumentaram e a mobilidade e possibilidade de ascensão na hierarquia social só diminuiu, o que ocasiona o “choque” entre a abstração do sucesso pelo trabalho e a realidade da precarização cada vez maior do cotidiano:

[...] tanto as aspirações, quanto as expectativas de que elas possam se cumprir. (...) Na fantasia da sociedade empreendedora, fomenta-se a ilusão de que qualquer um pode ser Alan Sugar ou Bill Gates, independente do fato de que a probabilidade real de algo assim ocorrer tem diminuído desde a década de 1970 - uma pessoa nascida em 1958 tinha muito mais chances de ascender na escala social (através da educação, por exemplo) do que uma nascida em 1970. Das toxinas do Capitalismo Egoísta, aquelas mais nocivas ao bem-estar são as que sistematicamente encorajam a ideia de que abundância material é a chave para a realização, que apenas os ricos são vencedores e que o acesso ao topo está aberto para qualquer um disposto a trabalhar duro, não levando em conta o ambiente familiar, étnico ou social - se você não for bem sucedido, o único que pode ser culpado é você mesmo. (OLIVER apud FISHER, 2020, p.65-66).

Contra toda essa catástrofe o pós-fordismo neoliberal se defende argumentando contra o fordismo, trazendo à baila as problemáticas deste como a rigidez e a hierarquização completa do ambiente de trabalho, a padronização e a uniformização dos trabalhadores impedindo espaços para expressão da individualidade, singularidade e criatividade humana, convertendo os *seres* humanos em meras máquinas, um amontoado gigantesco de burocracias formais e, no campo dos afetos, a instauração do quadro de permanente “tédio”²²⁸ pela estabilidade e “previsibilidade” da sua vida social cotidiana, sem as grandes emoções de uma sociedade mais volátil.

Bom, precisamos concordar com esses apontamentos, de fato, o fordismo foi tudo isso e muito mais, sem dúvidas um perverso modelo de organização do mundo do trabalho. Ocorre que a “flexibilidade” e a imprevisibilidade do pós-fordismo não melhoraram as condições materiais e espirituais da nossa existência, mas, em verdade, pioraram, pois estamos envolvidos em um caos social ainda mais bárbaro do que o do próprio fordismo, portanto, tanto um quanto outro são nocivos à humanidade.

A “emoção” da instabilidade e da precariedade pós-fordista, como afirma Fisher, tem como resultante o fato de que a ansiedade seja o seu “estado emocional” *par excellence*.

Os neoliberais rapidamente associaram as fábricas fordistas, e a estabilidade e segurança da social-democracia, com o tédio, a previsibilidade e a burocracia vertical. No lugar disso, os neoliberais ofereciam emoção e imprevisibilidade. Mas a desvantagem dessas novas condições de fluidez é a ansiedade perpétua. A ansiedade é o estado emocional que se correlaciona com a precariedade (econômica, social, existencial) que a governança neoliberal normalizou. (FISHER, 2020, p.156-157).

É imperioso ressaltar que este colapso psíquico não é apenas do sujeito e do seu intercâmbio direto com a sociedade como um todo, pois, na maior parte dos casos, há uma intermediação que se coloca entre ambos, um núcleo chamado “família”, obviamente que, no caos que estamos expondo, a família, enquanto unidade econômica e correia de transmissão da *forma-ideológica*, não poderia passar ilesa durante esse processo e sofre, também, do

²²⁸ O pós-fordismo pode ter suplantado o tédio enquanto quadro psíquico geral, já que ninguém consegue nem mesmo descansar pelas preocupações gerados pela instabilidade neoliberal, porém, como diz Fisher, tudo ainda continua extremamente entediante, o “entediante está em toda parte”: “Mas se a forma contemporânea do capitalismo extirpou o tédio, não superou o entediante. Pelo contrário - é possível argumentar que agora o entediante se tornou onipresente. No mais das vezes, desistimos de qualquer expectativa de sermos surpreendidos pela cultura - e isso vale tanto para a cultura “experimental” quanto para a cultura popular. Seja a música que parece ter saído de 20, 30, 40 anos atrás, os sucessos de bilheteria de Hollywood que reciclam e reutilizam conceitos, personagens e trocadilhos esgotados há muito tempo, ou os gestos batidos tão comuns na arte contemporânea, o entediante está em toda parte. [...] Em vez de absorção, ele só pode nos distrair com o entediante. [...] Nós nos movemos incessantemente em meio ao entediante, mas nosso sistema nervoso está constantemente tão superestimulado que nunca desfrutamos o luxo de nos sentirmos entediados. Ninguém está entediado, tudo é entediante.” (FISHER, 2020, p.158-159).

“adoecimento” produzido pelo pós-fordismo.

Geralmente, a família já é caso de estudo para a compreensão de problemáticas psíquicas dos indivíduos, o seu modelo “tradicional” monogâmico, inclusive, advém da divisão da sociedade em classes sociais, após a “Revolução Neolítica”, por conta da necessidade da geração e gestão de mão de obra e administração e acumulação de produtos e bens (ENGELS, 2012). Nela, instalou-se uma estruturação patriarcal opressora e vil, que se manteve há cerca de 10 milênios e ainda persiste a existir em sua formatação apropriada e reproduzida pelo capitalismo.

Só este fato retomado já seria o suficiente para compreender as múltiplas implicações opressivas tanto materiais quanto espirituais que este ambiente pode proporcionar. A questão seria muito mais extensa se entrássemos em mais outras dezenas de fatores que este *locus* engendra e perpetua, mas, ficaremos apenas neste para informar que essa instituição, de veras problemática na história da humanidade, tornou-se um dos grandes refúgios do *ser* precarizado pelo mercado de trabalho pós-fordista e, por incrível que pareça, está aí, concretamente, um ponto de “acolhimento”, mesmo que este, em determinadas circunstâncias, possa ser perverso.

Porém, como o inferno de Dante é “fichinha” diante do neoliberalismo, as contradições deste perpassam e inter cruzam diretamente as famílias, ao feri-las pela instabilidade e precarização social e destroçamento psicológico que causa nos que trabalham. Não há mais nem a estabilidade de “tempo” para que esse núcleo possa se organizar em atividades afetivas, pois as cargas horárias laborais também foram subsumidas pela praga da flexibilidade do mercado, portanto, o suposto espaço de comunhão contra a barbárie do mundo social é submetido à pressão mercadológica, criando um ambiente de desafoço do estresse se unindo com mais estresse do “outro”, resultando em um processo de “estresse intolerável”:

Ao mesmo tempo, com a esfera pública sob ataque e a rede de proteção do “Estado paternalista” sendo desmontada, a família se torna um importante refúgio das pressões de um mundo no qual a instabilidade é uma constante. À situação da família no capitalismo pós-fordista é contraditória na exata medida tal como o marxismo tradicional havia previsto: o capitalismo precisa da família (como uma ferramenta essencial de cuidado e reprodução da mão-de-obra; um bálsamo para as feridas psíquicas infligidas pela anarquia das condições socioeconômicas), ao mesmo tempo em que a sabota (negando aos pais a possibilidade de passar mais tempo com os filhos; impondo um estresse intolerável aos casais na medida em que eles se tornam a fonte exclusiva de consolo afetivo um para com o outro). (FISHER, 2020, p.61).

A catástrofe do pós-fordismo não permite um milímetro de qualquer rede afetiva de

apoio. A família é destroçada e estilhaçada pelo cotidiano social, fragmentada sentimentalmente, porém, dialeticamente unida no que concerne aos termos da operatividade financeira que lhe é designada pelo capitalismo, o que se esvai é a interação constante e “saudável”.

Quando até mesmo o sacrossanto *lócus* familiar se apresenta em completa desarmonia, o *sujeito-empresa* se depara com um horizonte desesperador, e o medo se reforça, o medo de estar sozinho, de não ser relevante ou importante para outrem, de “morrer sozinho”, e, por outro lado, percebe-se completamente cercado pela hostilidade do mercado de trabalho e a sua instabilidade exacerbada pelo pós-fordismo, rodeado pela cizânia “adoecedora” dos complexos sociais neoliberais e sem encontrar conexões interpessoais que possam lhe dar base.

A realidade que se apresenta é a da perda de confiança, até mesmo de identidade, sem nenhuma estabilidade, movimenta-se nos escombros do terror, do medo, do desespero e da náusea (mais aterrorizante do que a exposta por Sartre no seu famoso romance escrito décadas antes da ascensão do neoliberalismo).

... isolado, separado, cercado de espaço hostil, você de repente se vê sem conexões, sem estabilidade, sem nada para mantê-lo firme ou no lugar; uma irreabilidade vertiginosa e nauseante se apossa de você; você se vê ameaçado por uma completa perda de identidade, um sentimento de completa fraude; você não tem o direito de estar aqui, agora, habitando este corpo, se vestindo desta maneira; você é um nada, e ‘nada’ é, literalmente, o que você sente que está prestes a se tornar. (FISHER, 2020, p.140).

Acerca de toda essa barbárie que o neoliberalismo trouxe para a nossa vida social, é importante que repisemos que nada é imutável e praticamente tudo o que é do *ser* social foi gerado pelas “mãos” da humanidade, diferentemente do que os apologetas e os ideólogos do capital tentam nos fazer crer que as suas instituições e complexos sociais são naturais e eternos.

Dito isso, recorreremos novamente à categoria do desejo que foi moldada pelo *sistema de adoecimento dos afetos* norteando o “prazer” conforme a “razão econômica” do lucro e da performance no mercado de trabalho, porém, o desejo, *per si*, não é uma questão inata, inflexível, de “essência” meramente biológica, ele é “composto” e carrega um caráter multifatorial, isso significa dizer que é tanto possível como necessário que construamos uma nova sociedade que possa efetivar um *circuito dos afetos* mais saudável para a coletividade, o que vai implicar em reforços e modulações de desejos muito mais profundos e afetivamente não prejudiciais para a estrutura psíquica humana, ou seja, buscar uma alternativa para que

isso ocorra está na ordem do dia (ao menos nos horizontes daqueles que visam a superar a completa barbarização da vida promovida pelo neoliberalismo).

Se o desejo não é uma essência biológica fixa, então também não há nada como um desejo natural pelo capitalismo. O desejo é sempre composto. Anunciantes, marqueteiros e consultores de relações públicas sempre souberam disso e a luta contra o neoliberalismo exigirá que saibamos construir um modelo alternativo de desejo capaz de competir com aquele empurrado pelos técnicos libidinais do capital. (FISHER, 2020, p.151).

O “desejo” foi apenas um dos exemplos entre os inúmeros que poderíamos citar, o grande ponto é enfatizar que da mesma forma que o neoliberalismo engendrou o completo colapso da estrutura psíquica da humanidade, de modo processual e social, pode existir uma contrapartida, um novo modelo que consiga acabar com a nossa degradação psíquica, tirando totalmente de cena o *sistema de adoecimento dos afetos* do neoliberalismo.

A realidade social, em todas as suas instâncias, é dinâmica, processo e movimento, ela não se esgota, nós não estamos no fim dos tempos ou da história, como gostariam alguns profetas da “última civilização” (supostamente o capitalismo). Inclusive, Fisher (2020, p.34) apresenta uma ótima analogia sobre isso, apontando que o próprio neoliberalismo e todas as suas práticas e programas, também já foi considerado “impossível” e impensável quando o padrão fordista imperava e figurava como a única alternativa do capitalismo:

Vale a pena recordar que o que é atualmente chamado de realista já foi um dia “impossível”: a onda de privatizações dos anos 1980 seria impensável apenas uma década antes, e o atual panorama político (com sindicatos dormentes, ferrovias desnacionalizadas e serviços públicos terceirizados) mal podia ser imaginado em 1975. (FISHER, 2020, p.34).

Em face de todo o exposto neste capítulo, chegamos à conclusão de que o neoliberalismo obteve sucesso no processo de subjetivação da sua *forma-ideológica*, capturando, agora, não só o trabalhador no campo material, mas, também, no espiritual, apossando-se da estrutura psíquica daqueles que vivem sob o seu regime, moldando-a para criar e /ou reforçar afetos que depreciam o próprio *ser* e a sua classe, engendrando um cotidiano social disfuncional para ser funcional (aos interesses do capital), ou seja, o adoecimento drástico da classe trabalhadora é fundamental para as engrenagens do modelo, que, assim, institui um *circuito dos afetos* baseado em um *sistema de adoecimento dos afetos*. E, deste modo, consegue ter controle e gestão sobre os indivíduos mesmo em um cenário de barbarização completa da vida social: instabilidade, imprevisibilidade, precarização, volatilidade etc., reprimindo a sua revolta e/ou insatisfação com o sistema, convertendo-a em revolta contra si mesmo, ascendendo a categoria da autoculpabilização.

A *forma* por excelência que se apoderou das massas e permitiu esse controle foi a de *sujeito-empresa*, que faz o *ser* performar enquanto “empreendedor de si”, como se fosse ele mesmo coisificado, transformado numa empresa, submetido em todos os seus aspectos à “razão” econômica neoliberal, e não mais um humano com amplitude de expressar a máxima potencialidade da sua razão, dos seus afetos e desejos, sendo tratado, nessa sociedade, como uma mera mercadoria que precisa nutrir o produtivismo e aumentar a lucratividade e acumulação da burguesia.

Enfim, como demonstramos, a categoria do *sujeito-empresa* foi a peça-chave para o sucesso da subjetividade neoliberal e, por consequência, crucial para o esgarçamento e estilhaçamento do tecido social, tendendo cada vez mais a se apossar do espírito da classe explorada; barbárie à vista, porque os portões do inferno abertos pelas *bestas-feras* na década de 1970 nunca mais foram fechados.

Portanto, em meio ao individualismo exacerbado, a falta de empatia, a extrema competitividade, a destruição dos campos afetivos, nós temos de apresentar uma nova forma de solidariedade e um novo sentido de coletividade. “A antiga solidariedade que o neoliberalismo decompôs foi-se de vez, para nunca mais voltar. Mas isso não significa que tenhamos que estar presos ao individualismo atomizado. Nosso desafio agora é reinventar a solidariedade.” (FISHER, 2020, p.150).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizaremos a exposição da nossa pesquisa com uma sistematização geral do que foi abordado em seus três capítulos (“tratos”), trazendo à baila os elementos fundamentais que conseguimos apreender do fenômeno social do neoliberalismo no decorrer da investigação que visou a estabelecer um constructo teórico acerca da realidade social, tendo por base a compreensão de que o objeto por ora analisado está dentro de uma totalidade social com interligações incessantes entre os complexos sociais.

Posto isso, fica evidenciado que o nosso enfoque foi dirigido ao processo histórico em pleno movimento, de tal sorte que seria impossível supor que tenhamos buscado ou alcançado qualquer grande conclusão das temáticas em voga, pois a realidade é filme, não imagem. Porquanto que para acompanharmos ao máximo as derivações do neoliberalismo, teríamos de acompanhá-lo e interpretá-lo pelo resto das nossas vidas.

Então, o que propomos, neste estudo, foi realizar uma pequena captura mais aproximada e material acerca da estrutura sociometabólica do neoliberalismo ao invés de direcionarmos as nossas lentes, predominantemente, sobre o movimento das ideias e teorias que rondaram o terreno da tessitura social antes das condições de possibilidade de existência do próprio fenômeno.

O direcionamento para as condições de possibilidade do neoliberalismo e para as efetivações destas, por intermédio de eventos históricos concretos, remonta-nos analogicamente ao procedimento realizado no século XVIII, por Kant, ao se concentrar na estrutura mesma da *forma* de pensar (da metafísica), priorizando-a em detrimento dos resultados finais dos eventos práticos, por mais que fosse tratar destes posteriormente à sua investigação inicial acerca da teoria do conhecimento envolvendo a capacidade e as limitações do *sujeito cognoscente*.

Do mesmo modo, só que materialistamente, nós tentamos lançar alguma luz sobre a estrutura do neoliberalismo, pois cremos que o *estado da arte* já tenha fartamente apresentado os produtos deste fenômeno social no século XXI, mas, hegemonicamente, dando preponderância “estrutural” às doutrinas neoliberais, à nova subjetividade do modelo e à “razão” econômica neoliberal e, em sendo assim, espelhando-nos em Karl Marx e Friedrich Engels, provavelmente, tenhamos sopesado em alguma instância a “mão” acerca da importância dos elementos materiais na fundação da sociedade neoliberal, especialmente no primeiro capítulo (haja vista que nos outros dois capítulos o papel das teorias neoliberais e da subjetividade do neoliberalismo entram em cena) em razão dos nossos “adversários” os

ocultarem, tal qual Engels confessa ter feito em conjunto com o *Mohr* ao sempre colocarem em cena nas suas análises as condições econômicas e materiais da produção e reprodução humana em sociedade.

Portanto, de imediato, é preciso que isto esteja amplamente em tela para a apreciação do leitor, tendo em vista que possa ser uma decepção que não tenha encontrado em nosso texto a extensiva análise que desejaria sobre o neoliberalismo, englobando as expressões mais atuais do modelo e, concomitantemente, apontando com maior riqueza de detalhes a sua prática social desde 1970 até 2023.

Conhecemos as nossas limitações e, diante disso, concentramo-nos, inicialmente, em tão somente efetuar o giro “metodológico” supramencionado para nos juntar aos escritos mais completos e fecundos de outros autores, com o desiderato de somar mais forças no sentido de tensionar o debate em prol das teses que admitem que a fundação e a “última instância” do neoliberalismo só podem ser encontradas nas relações de produção, nas forças produtivas e na luta de classes.

Outrossim, ainda que tenhamos visado a dar essa contribuição para o campo marxista de análise, no terreno específico das investigações da força motriz neoliberal, apenas entregamos um pequeno “grão de areia” para a tradição.

Estar de posse desse entendimento será fundamental para compreender a nossa pesquisa exposta, localizando-a dentro da caixinha em que ela se encontra após o seu encerramento. Nesse sentido, não se encontrará no texto nenhuma grande conclusão ou importantes novidades teóricas, pois não foi este o seu objetivo, mas, inversamente, a nossa pretensão se deu meramente no sentido de propor a possibilidade da apropriação crítica de diversas interpretações não marxistas, para compor o nosso arsenal teórico, desde que essas apropriações sejam passíveis de serem submetidas ao crivo da prática social e da realidade concreta, em defesa da compreensão estrutural do neoliberalismo.

Em face do exposto é que houve a opção pelo título de “considerações finais” ao invés de “conclusões”, dado que temos muito mais pequenas considerações de início do que grandes conclusões de fim. Precisamente seguindo essa linha é que o nosso primeiro capítulo vai tratar da genealogia do neoliberalismo.

Com base nas nossas investigações bibliográficas e reflexões em cima delas, elencamos no primeiro “trato” (capítulo) do texto quatro momentos privilegiados e cruciais para a emergência do neoliberalismo enquanto novo padrão de acumulação flexível do capitalismo, são eles: a crise estrutural do sociometabolismo do capital (tese apresentada por István Mészáros), a debacle do “socialismo real” e do mundo soviético, a falência do modelo

keynesiano e social-democrata de expressão do capitalismo e o fenômeno da globalização/mundialização como elemento imposição da construção do neoliberalismo em escala mundial.

Iniciamos o capítulo explicando o conceito de crise estrutural do capital e estabelecendo quais seriam as métricas que utilizaríamos ao longo da dissertação para interpretar o neoliberalismo, quais sejam: conceituar o termo não como se fosse uma doutrina, mas, como uma *forma* social concreta inédita que expressa o capitalismo contemporâneo. Nesse caso, quando mencionamos “neoliberalismo” no decorrer do texto, estamos a falar desse novo padrão de acumulação capitalista e não de sistematização de ideias, estas e os seus autores nós citamos como “neoliberais”.

Apenas a título de exemplificação, seria como se quando falássemos em capitalismo pensássemos na estrutura social concreta do sistema e não em um conjunto de ideias de teóricos liberais ou iluministas que defendiam e legitimavam o capitalismo quando da sua construção objetiva. É nesse sentido. Não que, por isso, estejamos considerando o neoliberalismo como um novo modo de produção, não é este o caso, apenas trazemos analogicamente aqui este exemplo por demonstrar com destreza o que estamos elaborando quanto ao conceito de “neoliberalismo”, sendo uma estrutura social materialmente produzida, não idealmente.

Sobre a debacle do “socialismo real” e das sociedades “pós-capitalistas” (termo de Mészáros) explicitamos a influência da crise estrutural do capital que, pela sua extensão, atingiu as *formas* expressas do capital nesses países. Ademais, sintetizamos três elementos nevrálgicos que geraram o declínio geral e o colapso completo dessas *formas* societais: crises econômicas externas e internas, crises políticas internas e externas e crises culturais internas e externas.

No desenvolvimento do capítulo, apresentamos o sistema Taylor de organização do mundo do trabalho (implementado na Rússia revolucionária desde a década de 1920, gerando antinomias indissolúveis para essa sociabilidade que iriam se ampliar e estourar posteriormente) como um dos fundamentos das crises econômicas em conjunto com a crise estrutural do capital, também expomos que a derrocada da *ditadura do proletariado* e dos *soviets* foi ponto fulcral para a crise política, que ao fim e ao cabo, encerraria estes regimes décadas depois e, por fim, apresentamos o mal-estar cultural produzido e reproduzido na URSS, configurando, no *circuito dos afetos* soviético, um *sistema de resignação dos afetos*.

Ao concebermos esses dois fenômenos sociais supramencionados, que expressaram e engendraram condições da *psiquê* do *ser* soviético e do seu sujeito coletivo, nós caminhamos no sentido de apontar que, realmente, a nossa concepção teórica não é a de explicar as sociabilidades humanas estritamente pelas condições materiais de existência (relações de

produção, forças produtivas e luta de classes), mas, apenas, tentar instituir estas condições como fundantes dos processos.

O ponto decisivo, então, será a concepção de que a realidade é uma totalidade, um complexo de complexos e, por isso, elementos mais subjetivos e/ou culturais podem ser, também, decisivos para a consumação, reprodução e até ampliação das sociabilidades concretas, inclusive, tendo papel mais relevante do que a economia e do que a política em vários momentos, o que evidencia que não há, em nossa ótica, uma realidade social estanque e fatorialista onde determinados “fatores” sempre influenciam mais do que os outros, em verdade, todos estão interligados e agindo em comunhão, podendo um ser mais preponderante que o outro a depender do contexto histórico e das circunstâncias concretas dadas²²⁹.

Nesta gama, apresentar ainda no primeiro capítulo os termos *circuito dos afetos* (que representa a interligação dos afetos dos indivíduos entre si e com as estruturas e instituições sociais, com estas últimas moldando e até gerenciando a produção e reprodução dos afetos nestes indivíduos. Uma espécie de círculo afetivo em que estão dispostos dialeticamente nas condições de passividade e atividade tanto o *ser* quanto as estruturas da sociedade: o sujeito o “outro”, o Estado, o Direito, as *formas* econômicas, as religiões e demais entidades culturais, as instituições administrativas do Estado etc.) e *sistema de resignação dos afetos* (a estrutura específica de subjetividade engendrada e derivada do *circuito dos afetos* do “socialismo real” que domesticava as pulsões e os desejos da classe trabalhadora nesse sistema “pós-capitalista”) foi de suma importância para demonstrar o caráter totalizante das sociedades, seja a capitalista ou a do “socialismo real”.

Ademais, demonstra como essa estrutura subjetiva e a sua devida representação teve papel importante para a queda da Rússia Soviética, apresentando ao leitor a dimensão (influência) de um *circuito dos afetos* quando formos explicitar qual é a subjetividade que o *circuito* neoliberal vai inaugurar como especificidade própria (*sistema de adoecimento dos*

²²⁹ “Essa posição de forma alguma pode ser confundida com um “determinismo economicista”, não é preciso adotar uma leitura marxista “fatorialista” para entender a forte influência da questão econômica nas formas sociais, em nenhum momento compreende-se que o fator econômico é o único determinante, nem mesmo que ele seja o mais “especial”, ou mais “relevante”, existem, inclusive, obras em que Karl Marx advoga à certos períodos históricos a preponderância do fator cultural ao econômico, ou do político sobre o econômico, como em trechos do “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte”. A tese materialista é de que os demais fatores sociais são frutos das relações de produção, isso de forma nenhuma conclui que, por exemplo, a cultura seja a mesma coisa que a economia, ou que sempre inexoravelmente uma vai preponderar mais sobre a outra, a conclusão é que uma deriva da outra, ou seja, sem a produção das condições materiais de existência humana não há nem sociedade, quanto mais cultura, consequentemente, ambas estão em certo grau interligadas e influenciando-se. [...] Com a economia política não se entende tudo sobre as relações sociais, a realidade é permeada por múltiplas determinações e milhares de fatores, mas também, sem ela, não se entende nada, isto posto, a melhor forma de apreender o movimento real é analisando a sociedade como um todo entrelaçado.” (CRUZ, 2018, p.446).

afetos), no terceiro capítulo, e como isso será crucial para a reprodução e a amplificação do neoliberalismo.

Para arrematar o processo da debacle do “socialismo real”, expomos *en passant* (como fizemos com todo o processo, aliás) os estágios finais de agonização e degradação econômica e política das suas principais sociedades.

Na segunda metade do primeiro capítulo a nossa proposta foi, também, sem grandes aprofundamentos, interpretar o fenômeno da globalização/mundialização e os impactos que este causou para a conformação do sistema neoliberal, abrindo as fronteiras políticas e econômicas necessárias para a expansão dos mercados e traslado das novas tecnologias, especialmente, da informação e informatização que foram frutos da denominada “terceira revolução industrial”.

A queda dos “Estados nacionais” e a ampliação de importação e exportação de serviços, terceirizando ainda mais a mão de obra no comércio internacional, e a dominação econômica de países “subdesenvolvidos” por intermédio do uso da moeda, por exemplo, com as explosões das dívidas públicas sob o comando do dólar, foram pontos vitais para a globalização/mundialização.

Seguimos para alcançar o último dos 4 eventos fundantes do neoliberalismo que mencionamos: a queda das sociedades do Estado de bem-estar social norteadas pelas políticas keynesianas e/ou pós-keynesianas. Ao analisar esse processo, trouxemos, lado a lado, tanto as problemáticas dessas sociabilidades quanto a crise estrutural do capitalismo, e, justamente por isso, o rol de dados e estatísticas econômicas acabam tendo forte presença nesse espaço.

No entanto, é imperioso ressaltar que todos os quatro eventos que engendraram as possibilidades do neoliberalismo estavam ocorrendo simultaneamente, ou seja, os sintomas da crise estrutural que aparecem aqui no mundo ocidental capitalista, também estavam em voga no “socialismo real” e embasaram o avanço do imperialismo no que tange ao processo de expansão do projeto de globalização/mundialização.

Discutimos, também, a incapacidade dos teóricos keynesianos em conseguir realizar um diagnóstico da crise em que as sociedades sociais-democratas ocidentais estavam inseridas, principalmente pelo fato de não irem à raiz da estrutura do sociometabolismo do capital, pois estavam mais preocupados em salvar e legitimar o sistema capitalista na sua forma de bem-estar social e o capitalismo como um todo, do que realmente investigar quais as problemáticas envolvidas com as relações de produção e as forças produtivas, e o esgotamento do sistema.

Essa falta de uma explicação do *estado de coisas* em degeneração e, por conseguinte, de possibilidades de apresentar saídas, fez com que uma brecha fosse aberta para que os neoliberais pudessem descredibilizar completamente os keynesianismos e, além disso, começar

o esforço de colocar no “palco” das grandes discussões no capitalismo ocidental as hipóteses neoliberais de outrora (iniciadas em 1938) como únicas alternativas para superar a grande crise.

A partir daí, os neoliberais ganharam a cena e rumaram à hegemonização das suas “teorias” econômicas no mundo tanto ocidental quanto oriental, após o advento da crise estrutural do capital e das estagnações e subseqüentes derrocadas do “socialismo real” e das sociabilidades guiadas pelos sociais-democratas. Encerramos o capítulo nesse terreno.

O segundo capítulo da dissertação começa de forma conectiva em relação ao fim do primeiro, traçando a importância que o processo de atuação dos ideólogos e dos apologetas neoliberais e as suas teses tiveram para sedimentar a construção do neoliberalismo que já estava ocorrendo na prática social antes da sua relevância, mas que teve grandes impactos em termos de conformação e legitimação após a conquista de espaço por parte dos neoliberais no terreno da luta de classes.

Adentrarmos nessa seara complementou o ciclo da dinâmica de totalidade que enxergamos ser a realidade, com a exposição da unidade entre sujeito e objeto dialeticamente interagindo na construção da prática social, demonstrando que todas as dimensões objetivas e subjetivas, tanto do *ser* social quanto do *ser* humano, estão entrelaçados na composição do todo orgânico que é o composto social.

Diante disso, é imperioso ressaltar o caráter de unidade teórica e “metodológica” entre os três capítulos do texto, pois só com essa ótica será possível evitar a caracterização fatorialista de que estaríamos fragmentando fenômenos sociais, cindindo-os em repartições completamente autônomas: questões econômicas isoladas em certos pontos do escrito, questões políticas em outros, questões teóricas e “ideológicas” noutros etc. Quando, em verdade, a nossa tentativa foi de tentar imprimir um ritmo totalizante que pudesse apreender e englobar o máximo de elementos dos mais diversos e variados âmbitos possíveis no decorrer de toda a nossa investigação e exposição, mesmo que nesta, para fins formais e didáticos, apresentem-se temáticas recortadas por subcapítulos. Embora, sejam constatáveis lacunas e brechas que demonstram que o “êxito” no intento do projeto tenha sido parcial e permeado de incompletudes.

O andamento do segundo capítulo segue no destaque apresentado ao movimento das ideias neoliberais como fulcrais para o desenvolvimento da nova sociabilidade. Contudo, seria impossível reunir, abordar e interpretar todas as vertentes neoliberais, haja vista que existem diferenças de maior ou menor grau em várias delas, como expomos no trajeto do capítulo. Portanto, identificamos a necessidade de nos concentrar nos principais teóricos da doutrina neoliberal, os mais importantes e significativos para a prática social do novo modelo e, nesse

ínterim, detivemo-nos na apreciação de Mises e Hayek em maior medida e Friedman em menor escala.

Realizamos, também, uma digressão aos liberais das tradições anteriores (dos séculos XVIII e XIX) para conseguir identificar o núcleo duro de continuação entre as correntes e identificar o “guarda-chuva” metodológico que se manteve e poder, *pari passu*, encontrar qual seria o ponto disruptivo que desse características próprias ao novo liberalismo, de tal sorte que pudesse de fato ser detectado que existe uma doutrina (neo)liberal com uma especificidade diferenciadora das correntes antecedentes.

Nesse procedimento, chegamos à compreensão de que havia um grande ponto de continuidade que interligava todas essas correntes, desde os liberais clássicos (Smith e Ricardo), passando pelo que denominamos de “liberalismo vulgar” que é composto por “neoclássicos” (Walras, Marshall, Say) e por “austriacos” (Carl Menger, Böhm-Bawerk, Ludwig Von Mises), até chegar aos neoliberais (Mises, Hayek, Friedman, e os atuais no século XXI) que são a última apresentação da corrente que temos conhecimento.

A manutenção que encontramos diz respeito ao caráter ideológico de enxergar e apresentar a realidade social que pode ser encontrado de Smith até Friedman, *modus operandi* este que vai engendrar a metafísica do “Deus mercado” e a crença na impossibilidade do planejamento econômico em qualquer escala por intermédio de qualquer organismo.

Nessas circunstâncias, tivemos de recorrer com rigor e depuração ao conceito de ideologia de Marx e Engels na magistral obra “A ideologia alemã”, pois ele poderia nos fornecer a chave analítica mais qualificada para classificar a nevralgia do liberalismo clássico, do “liberalismo vulgar” e do neoliberalismo.

Os fundadores da *filosofia da práxis* (materialismo histórico) vão conceituar a ideologia com uma conotação “negativa”, seria uma forma turva/manchada e parcial (incompleta) de compreender a realidade social, sendo, por consequência, uma concepção teórica que só possa alcançar a “aparência” e não a “essência” das sociabilidades.

A partir deste aporte mistificado, os ideólogos, em maior ou menor medida, vão sempre converter os interesses particulares da classe dominante em interesses universais da humanidade, apresentando que os constructos sociais de seu tempo, os complexos sociais, as entidades, os sistemas socioeconômicos não são historicamente determinados, mas, sim, derivações da natureza humana.

Por meio desse procedimento, almejam em todas as instâncias possíveis unificar completamente o *ser* orgânico e o *ser* social, atribuindo às supostas características inatas dos *seres* humanos a condição de serem as bases da sociabilidade do capital, sendo esta apenas a

sua última e mais adequada representação. *Formas* sociais como o capitalismo, o Estado, o Direito etc., passam a ser explicadas como derivações da natureza humana e não como produtos históricos específicos que os humanos produzem e destroem de acordo com as circunstâncias materiais.

Todas as coisas que existem no sistema capitalista passam pela conversão em elementos supra-históricos e/ou a-históricos. Nesse sentido, há a interdição de um debate científico e “historicizante” das questões sociais que tenha a capacidade de identificar e explicitar quais as especificidades próprias de cada sistema e sociabilidade humana, distinguindo as suas forças motrizes, porquanto que o debate hegemônico produzido pelos ideólogos incontornavelmente levará à concepção de “fim da história”, não havendo nada mais que possa ir além do capitalismo.

Em face da enorme multiplicidade de compreensões e significações que a palavra “ideologia” recebeu ao longo dos últimos 226 anos, fez-se necessário, da nossa parte, uma digressão para explicar a história do termo e as suas primeiras conceituações, dadas pelo pensador francês Destutt de Tracy no final do século XVIII e no início do século XIX, para apresentar as conotações “positivas” e “negativas” da expressão e a sua apresentação como uma ferramenta de estudos, uma espécie de método, uma ciência do estudo das ideias.

Vamos localizar e apontar como o conceito de ideologia marxiano vai ser expresso, nesse contexto, enquanto um método de investigação e exposição operado por ideólogos que convertem a realidade totalizante e historicamente determinada em uma realidade parcializada e metafisicamente determinada.

No entanto, este procedimento não é suficiente para conseguir estabelecer precisamente o modo como utilizamos a ideologia para explicar as teorias neoliberais, pois a própria tradição marxista que, em sua grande maioria nos períodos de 1889 até 1932, não teve acesso ao texto completo de “ideologia alemã”, construiu, até por conta desse fato, um conceito de “ideologia” “positivo” que seria predominante e hegemônico na tradição durante o século XX.

Por conseguinte, tendo em vista essa constatação, abrimos um parágrafo específico para explicar qual era o conceito de “ideologia” utilizado pelos marxistas no século XX, especialmente na figura de Antonio Gramsci, e quais as diferenças entre essa acepção do termo e a acepção marxiana a qual nós aderimos no referido segundo capítulo.

Logrado êxito nessa explanação, pudemos avançar na análise da ideologia neoliberal e dos seus principais postulados, traçando o *continuum* teórico entre os liberalismos e as doutrinas neoliberais.

Doutro lado, o ponto de descontinuação encontrado entre os clássicos dos séculos XVIII e XIX, os “vulgares” dos séculos XIX e XX e os neoliberais dos séculos XX e XXI, encontra-se precisamente na *forma-política* e como esta se porta na sociedade, especialmente diante do mercado e dos sujeitos.

Nas ideologias neoliberais, o Estado Moderno Burguês passa por uma remodelagem em comparação com as correntes liberais anteriores que defendiam o puro *laissez faire-laissez passer*, a sua intervenção na economia, por exemplo, passa a ser defendida em alguns aspectos, mesmo que ainda em baixa medida, como é o caso da utilização do sistema monetário para buscar maior estabilização, supostamente combater a inflação aumentando as taxas de juros dos bancos públicos e diminuindo a emissão de moeda, ativação de mecanismos sob controle do Estado como a dívida pública para que os países “desenvolvidos” possam aprisionar os “subdesenvolvidos” etc.

A extensão do Estado não para no âmbito econômico, ela é pretendida de modo muito mais severo e estendido nos campos da política e da cultura. Para os neoliberais, esta entidade precisa aumentar drasticamente a sua atuação no sentido de controle das massas, por intermédio dos seus instrumentos de coerção e disciplina, visando a conseguir deter qualquer tipo de revolta com a maior precarização da vida social imposta no modelo neoliberal em prol da manutenção das taxas de lucros das classes dominantes em meio à grande crise do sistema capitalista.

Outrossim, coloca-se como tarefa do Estado a construção de um novo padrão de conduta e vida cotidiana, a exemplo da constituição de um modelo de pessoa a ser seguido, o empreendedor de si (que na prática social será apresentado na figura do *sujeito-empresa*), utilizando-se de todos os meios possíveis (universidades, escolas, mídia, etc.) para introjetar na mente da classe trabalhadora esse *status* de existência provido de *habitus* que são capazes de fazer o ser humano operar em conformidade com todos os interesses do capital.

Enfim, nas doutrinas neoliberais, apesar da manutenção do ódio ao Estado e da atribuição da culpabilidade de todos os problemas sociais a ele, um pequeno giro foi efetuado, o Estado mínimo precisa ser mínimo, porém, também, ser forte, muito forte, para poder produzir todas as condições materiais e espirituais necessárias para o funcionamento do mercado, ou seja, o Estado ganha aqui uma reponsabilidade maior, não para intervir no mercado, mas para intervir em tudo aquilo que venha contra ele, inclusive os indivíduos. Nesse quesito, a defesa da democracia liberal burguesa se esfacela, e os neoliberais passam a defender uma ditadura aberta do capital em qualquer situação de risco de diminuição das taxas de lucro da burguesia ou de maior intervenção no mercado.

Portanto, a entidade estatal se torna responsável por produzir e manter as condições e circunstâncias favoráveis ao funcionamento completo e impositivo do capital e dos interesses da burguesia, evitando qualquer tipo de recuo.

No transcorrer do segundo capítulo, detivemo-nos também sobre o processo histórico e prático de construção do neoliberalismo, elegendo para uma análise mais minuciosa as suas três primeiras grandes experiências: Chile (com Pinochet, a partir de 1973), Inglaterra (com Margaret Thatcher, a partir de 1979) e Estados Unidos da América (com Ronald Reagan, a partir de 1980-1981).

Em nossa avaliação tratamos das principais questões econômicas e políticas envolvidas nos três processos, a exemplo da ditadura imposta no Chile para implementação do receituário neoliberal pelo uso da força, o que desvela de uma vez por todas a falácia da suposta defesa intransigente da “liberdade” por parte dos ideólogos burgueses, em verdade, é tão somente a tentativa de resguardar a liberdade formal que garante que a propriedade privada dos meios de produção esteja nas mãos da minoria (classe burguesa) e a “liberdade” para que todos possam firmar e efetivar contratos, tanto nas relações de trabalho quanto nas de compra e venda, formalizando, assim, a legitimidade da “sociedade dos contratos” a qualquer custo, mesmo que seja por um golpe de Estado sangrento.

No que tange às políticas econômicas, percebemos que a doutrina de choque foi levada a cabo com maior vigor e rigor no caso chileno e nos posteriores neoliberalismo da América Latina do que nos EUA e na Inglaterra, e, dada essa percepção, compreendemos que houve uma assimetria nas aplicações dos programas neoliberais comparando as experiências dos países “subdesenvolvidos” com os “desenvolvidos”. Para aqueles, sempre o método utilizado para a implementação foi a imposição pela força, e os arrochos fiscais foram aplicados em maior grau, justamente para que houvesse a extração de mais-valor dos países “subdesenvolvidos”, transplantando este excedente para os “desenvolvidos”.

Observamos, também, que em todas as três experiências, a influência do capital financeiro estava se tornando cada vez maior do que a do capital industrial, não de forma que um estivesse em contraposição ao outro, mas, sim, ambos se complementando em uma unidade de diversos, só que, nesta unidade, a predominância estava saindo das mãos do ramo produtivo e indo para o ramo improdutivo e especulativo. Este processo foi fomentado e capitaneado pelo fenômeno da globalização/mundialização que pôs abaixo as pequenas “independências” que tinham os “Estados nacionais”, colocando o mundo abaixo do Dólar e do Euro, sob o comando dos rentistas internacionais e, *pari passu*, das multinacionais dos setores de serviços e informação.

Prosseguindo em nossa exposição, logramos elencar quais eram as principais medidas econômicas e políticas públicas do programa neoliberal que perpassaram as experiências neoliberais que investigamos e, entre as principais, encontramos a massiva privatização das empresas públicas, mesmo as dos setores mais estratégicos para qualquer economia, dilapidando os patrimônios públicos; a acentuada retirada de direitos trabalhistas e previdenciários, além da extrema flexibilização das relações trabalhistas; os ajustes fiscais que retiraram dos orçamentos estatais as possibilidades de realização de políticas públicas de redistribuição de renda, com a impetração de reformas pró-capital, e limites de gastos públicos com base no “fiscalismo” que compreende erroneamente que o Estado só pode gastar o que “arrecada” e que é preciso focar sempre em manter o pagamento da dívida pública e ainda impedir “déficit primário”; dentre outras atuações econômicas, uma boa síntese do programa se encontra nas recomendações do “Consenso de Washington”.

Expomos a dilapidação das organizações dos trabalhadores, especialmente os sindicatos, e o ataque direto aos movimentos sociais, processo este que foi elevado à sua última potência no caso da Inglaterra de Thatcher.

No fim do segundo capítulo, passamos a tecer algumas considerações acerca de qual saldo o neoliberalismo havia deixado para o mundo, após as suas primeiras aparições, e se teria cumprido alguma das suas promessas, e algumas perguntas que foram levantadas também por alguns dos intérpretes que estávamos utilizando naquele momento para a compreensão das experiências neoliberais.

Bom, em nossas estimativas, o neoliberalismo não conseguiu lograr êxito em praticamente nada do que os seus ideólogos e apologetas projetavam, principalmente para a maioria da população dos países neoliberais, pois o resultado foi a barbarização completa da vida social em todos os âmbitos, a não superação da crise do capitalismo, ao inverso, aprofundou consideravelmente a crise em seu quadrante histórico, agravando os seus sintomas. A única promessa que o neoliberalismo conseguiu efetivar foi a restauração do poder de classe das burguesias, dando-lhes novamente as taxas de lucros anteriores à crise estrutural do capitalismo, mesmo em um cenário de baixo crescimento e quase nenhum desenvolvimento socioeconômico dos países envolvidos.

Enfim, a melancólica constatação final de que o neoliberalismo, em todas as instâncias, só serviu para beneficiar uma minoria (burguesia) e prejudicar a maioria (classe trabalhadora), jogando nas costas desta a conta da crise geral do capital e o peso dos seus reflexos econômicos, políticos, culturais e, até humanitários, ou melhor, “desumanitários”.

No terceiro e último “trato” (capítulo), vamos buscar o fechamento das pontas abertas ainda no primeiro capítulo no que concerne a importância das subjetividades específicas de cada sociabilidade e as suas interações com a *psiquê* dos indivíduos a elas submetidos, demonstrando, finalmente que o neoliberalismo não se resume aos seus elementos fundantes, mas corresponde a um composto social totalizante e, por consequência, não pretendemos e não realizamos em nossa pesquisa uma redução do fenômeno apenas às suas “causas”.

Logo no introito deste capítulo, precisamos trazer à baila um outro conceito relacionado ao termo “ideologia”, diferentemente do que recorremos no segundo capítulo que denotava a ideologia “negativamente” enquanto uma visão turva/manchada e parcial da realidade social, agora, damos luz a uma interpretação mais ampla e estrutural para a questão, ao invés da ideologia como forma de apreensão e exposição da realidade por parte de indivíduos (ideólogos), temos um conceito mais impessoal, denominado de *forma-ideológica*.

Extraímos essa nova formulação da interpretação que realizamos sobre o que Karl Marx escreveu acerca da temática no prefácio do seu texto “Para a Crítica da Economia Política” de 1859, ao tratar a *forma-ideológica* como semelhante as demais formas jurídicas, políticas, religiosas e mais, dizer que essas também são *formas-ideológicas* das sociabilidades, Marx coloca a questão da “ideologia” em outro patamar do que havia feito em 1845-1846 em “A ideologia Alemã”.

Dessa exposição marxiana é possível depreender tanto que o Direito, o Estado, as religiões são complexos sociais dotados e permeados de “ideologia” do sistema que os engendrou quanto que esse sistema produz *formas-ideológicas* específicas seja para legitimar e reproduzir essas instituições (no caso em tela, instituições burguesas) seja para estruturar uma *forma-ideológica* em si que possa expressar e representar as necessidades desse sociometabolismo.

Por ser uma acepção mais estrutural, esse segundo conceito de “ideologia” que encontramos na lavra marxiana, abriu-nos a possibilidade de conseguir capturar e expor com maior precisão qual seria a subjetividade própria da estrutura do capitalismo em sua faceta neoliberal e como ocorreu o seu processo de subjetivação social, além de auferir quais os resultados do processo ainda em movimento de subsunção da *psiquê* social pela razão econômica neoliberal.

Sendo assim, utilizamos a *forma-ideológica* do neoliberalismo como peça-chave analítica para compreender toda a estruturação da subjetividade engendrada e exalada pelo novo modelo societal.

Por suposto que, mais uma vez, tivemos que traçar paralelos com o que a tradição marxista compreendeu por “ideologia” no século XX, para demarcar a linha de diferenciação entre o que pensavam ser “ideologia” e o que nós compreendemos por *forma-ideológica* que ainda não ganha aqui, contornos de “positividade” ou de possibilidades de ser instrumento de conscientização e alteração da realidade, ao contrário, é o modo como uma sociabilidade consegue aprisionar as mentes dos seus partícipes para reproduzir um complexo valorativo que possa lhe reproduzir com maior qualidade e potência.

Então, a *forma-ideológica* é mais um dos complexos sociais que agem dentro do composto social geral, ao estilo da interpretação que a realidade é um complexo de complexos, portanto, é imperioso conceber que estamos a tratar de uma *forma* social que não é estanque, ela está inter cruzada com as outras instituições e mais do que isso, entranhada dentro de todas elas. Portanto, pode parecer que estamos operando um movimento de destacar uma estrutura própria, autônoma absolutamente, que está separada das outras, mas, não é este o caso. Apresentamos ela sistematizando-a conceitualmente apenas para fins didáticos, pois, ao fim e ao cabo, essa *forma* apesar de ter caráter estrutural, está na mesma unidade das outras formas e, por conseguinte, sob a égide do capital e das suas “leis” tendenciais.

No prosseguimento da exposição, vamos apontar que a *forma-ideológica* do neoliberalismo gerou uma “razão” econômica própria, diversa das sociedades sociais-democratas do século XX, além de produzir uma subjetividade barbarizante e “adoecedora”.

Nesse contexto, retomaremos o que desenvolvemos já no primeiro capítulo como uma pista/pegada, o conceito de *circuito dos afetos* (que é engendrado e composto, também, pela *forma-ideológica*) e a sua funcionabilidade, dessa vez, para apreender qual seria o sistema afetivo que o neoliberalismo fundou, em nossa investigação o ponto subjetivo mais alto que encontramos na tessitura societal deste modelo foi a formulação e a conformação de uma *psiqué* coletiva “adoecedora” que transmuta os sentimentos humanos invariavelmente para os seus mais rebaixamentos mais bárbaros, construindo um ser autodestrutivo e, *pari passu*, nocivo ao “outro”, pois este é seu concorrente, seu inimigo.

Os laços mais solidários e comunitários são reduzidos para pequenos âmbitos afetivos focalizados e privados enquanto o individualismo e a competitividade são extremados e estimulados nos grandes *lôcus* sociais de interações ampliadas dos *seres*. A degeneração das estruturas psíquicas dos sujeitos se apresenta como marca registrada indelével do neoliberalismo e, nessas circunstâncias, as características específicas deste modelo nos levaram a concepção de que a sua forma particular de *circuito dos afetos* é o *sistema de adoecimento dos afetos*.

Em maior ou menor grau, todas as relações humanas, sejam interpessoais, sejam econômicas, políticas, culturais etc., acabam, recorrentemente, em última instância, aprofundando-se no caminho da barbárie. Os modos como o indivíduo vai se relacionar com o “outro”, pessoalmente e diretamente ou coletivamente e indiretamente, serão mediados por instâncias sociais em permanente estágio de putrefação.

A construção do *sujeito-empresa* e o enquadramento das pessoas nesse *status* reduziu a existência do *ser* humano que passa a se enxergar, se apresentar e se portar como se fosse uma empresa, encaixotando os seus afetos dentro da lógica do mercado e da “razão” econômica neoliberal.

Nesse modelo, a grande “razão” humana é desprezada e dilapidada em prol da efetivação de sujeitos completamente esvaziados, superficiais e matematizados, agindo e condicionando os seus sentimentos aos estímulos do mercado de trabalho, viver para poder produzir, receber pela produção e conseguir por conta disso, consumir.

Toda a complexidade afetiva humana passa a ser resumida à simplicidade de operar e performar como se fôssemos peças de um xadrez para os interesses do capital, se nas *formas* anteriores de apresentação do capitalismo os humanos eram colocados concretamente como apêndices das máquinas, a particularidade do neoliberalismo foi fazer com que não só estivéssemos materialmente nesta posição, mas, também, portássemos-nos enquanto tal, entendêssemos-nos como um mero apêndice.

Se o capitalismo em suas fases iniciais precisou do uso da força através do Estado e do Direito para obrigar as pessoas a trabalharem e no decorrer do seu estabelecimento fez todos se curvarem a produzir para a o capital e sua personificação (a burguesia) por não ter nada mais do que a sua própria força de trabalho, sentindo na pele as dores resultantes dessa relação de exploração e submissão pelo fato de precisar receber a *forma-dinheiro* para conseguir sobreviver, agora, na realidade contemporânea, os indivíduos trabalham pelo prazer, pela efetivação do seu desejo, pelo *gozo* superficial, pois os seus desejos passaram a ser apenas os desejos da empresa.

As dores do mercado de trabalho não são mais encaradas como enfadonhas, mas como prazerosas e necessárias para atingir o gozo da performance no âmbito do trabalho. O mercado de trabalho suga e condiciona todas as expectativas humanas, colocando-as dentro dos seus meandros, assim o desejo de uma pessoa é fazer o capital se reproduzir cada vez mais. As fugas da realidade são dentro dela mesma, a válvula de escape, o entretenimento e o consumismo exacerbado, são a expressão mais qualificada do fechamento do ciclo econômico com a expansão da fase de circulação das mercadorias quando elas estão travadas por superprodução.

O nosso objetivo e horizonte de vida passa cada vez mais a ser apresentar uma performance mais qualificada enquanto *sujeitos-empresa*, o mercado passou a dominar os estímulos ao *ser* em todas as escalas. Quando toda a vida do indivíduo passa a ser guiada pelo mercado de trabalho, e o sofrimento que ele engendra é encarado pelos trabalhadores como prazeroso para que se possa alcançar um desejo futuro já condicionado pelo sistema, a classe trabalhadora passa a não só aceitar o sistema e as suas condições degradantes, mas como querer se aprofundar nelas e defendê-las como se fosse a própria vida, o neoliberalismo, assustadoramente, apresenta ao mundo a maior máquina de captura de subjetividades humanas que o sistema capitalista já apresentou em sua história até então.

Nessas circunstâncias concretas, o novo modelo societal se torna terrivelmente “patologizante”, as antinomias que ele causa na psique dos sujeitos são extremadas e, por isso, há um grande surto de “doenças” psicológicas jamais visto antes, uma explosão sem precedentes de depressão, de ansiedade, de “bipolaridade” etc., o sistema não só gera materialmente esses “problemas” psíquicos como também cria vários outros para poder etiquetar e enquadrar os “desajustados”.

O neoliberalismo engendra um ambiente onde a disfuncionalidade é a funcionalidade, e é de posse dessa compreensão que vamos realizar a nossa análise acerca do *sistema de adoecimento dos afetos* no terceiro capítulo, dando ênfase ao fato de que as condições sociais estão sendo mais decisivas para a ampliação dessas “patologias” do que as condições biológicas, químicas e neurológicas e, neste caso, incluir a teoria social enquanto ferramenta de compreensão desses processos se torna mais importante do que tão somente gerar máquinas para avaliar o cérebro humano e realizar intervenções medicamentosas, pois desta forma seria possível buscar as causas dos “problemas” para tentar solucioná-los, ao invés de tentar agir apenas no resultado do processo visando supostamente a uma redução e contenção de danos que, em verdade, apenas está contribuindo para a sua amplificação.

Descortinamos, dessa forma, uma enorme contradição que serve aos interesses do sistema capitalista que impregna os sujeitos: por um lado a completa atomização do *ser*, individualizando-o até a medula, conseguindo com isso, jogar a responsabilidade por todas as consequências de suas vidas apenas nele mesmo, e de posse dessa situação, introjetar nas mentes das pessoas que tudo é possível e que o mercado é justo, sendo um amplo ambiente de oportunidades, por outro lado, esse mesmo *ser* iludido pela ideia de meritocracia e de que só depende de si mesmo para ascender socialmente, da sua própria performance, é defenestrado pela realidade cruel da desigualdade, da miséria, da injustiça e todas as mazelas sociais que o sistema capitalista gera.

Neste entrave, entre os sonhos que são colocados na mente dos trabalhadores e a derrocada deles pelas condições materiais do mercado de trabalho, o indivíduo não consegue mais enxergar qualquer resquício de culpa ou responsabilidade da sociedade pela sua condição de fracasso e miserabilidade, pois a sua subjetividade já foi totalmente capturada e ele acredita intensamente que o único culpado por tudo o que lhe ocorre é ele mesmo.

Então, para conseguir se adaptar à barbárie cotidiana do capitalismo ele pensa precisar tão somente mudar coisas em si: os seus hábitos, as suas ações, se “qualificar” mais para o mercado etc., assim, conseguirá atingir os seus objetivos (que são os objetivos estabelecidos pelo capital, não pelo próprio sujeito), com isso, para resolver a frustração vai constantemente aprimorar a sua performance, porém, nunca conseguirá atingir o ponto necessário e desejado.

Nessa dinâmica, o fracasso, a frustração e o sofrimento psíquico se tornam elementos cruciais para o neoliberalismo, quanto mais derrotados e “adoecidos” estiverem os sujeitos mais buscarão sair dessas condições pelos meios que a “razão” econômica neoliberal lhe impôs como formas de viver: melhorar e aumentar a sua performance para efetivar desejos pelo consumo.

Esse ciclo vicioso vai se tornar a predominância da vida social cotidiana das pessoas, o eterno fracasso vai ser condição *sine qua non* para a luta eterna pelo “sucesso”. Como produto desse mecanismo a humanidade convive com o colapso geral das estruturas psíquicas dos sujeitos.

No fim do último capítulo, nós introduzimos o debate sobre a influência e as conexões entre a instauração do pós-fordismo com a sua gigantesca instabilidade e volatilidade e essa decadência psicológica dos indivíduos.

A flexibilização do mercado de trabalho e da vida cotidiana vai ser um elemento crucial para a decomposição da saúde mental no neoliberalismo, estimulando os sentimentos de medo, pânico, desespero, estresse, terror, náusea etc., ou seja, assim como a instabilidade socioeconômica se tornou a marca registrada do pós-fordismo, a instabilidade psicológica das pessoas é a marca registrada do *sistema de adoecimento dos afetos* do neoliberalismo, derivado do seu macabro *circuito dos afetos*.

Esperamos que essa dissertação possa se somar aos demais trabalhos que estão a alertar os “adversários” do materialismo histórico de que não só é possível compreender as questões subjetivas e psicológicas do sujeito e da sociedade com lentes marxistas, como se faz necessário tal procedimento para que seja possível apreender essas questões dentro dos meandros da totalidade social e das suas múltiplas determinações.

Portanto, não são só as análises foucaultianas, as psicanalíticas e as de gêneros correlatos que conseguem explicar essas questões, como apontam os que tentam defenestrar o marxismo

com os “espantalhos” propagados nas alegações de que este apenas se restringe à interpretação econômica da sociedade, de que dá preponderância ou apenas considera os “fatores” econômicos e que, por conseguinte, não serve de arsenal teórico ou é completamente insuficiente para compreender as questões do neoliberalismo, de tal sorte que o “Nascimento da biopolítica” e congêneres se apresentem como a nova “descoberta da roda”.

O marxismo ortodoxo (na atribuição dada por Lukács), não só pode ser o caminho para compreender a nossa realidade contemporânea (neoliberalismo), como, por seu caráter não dogmático, consegue se apropriar das “novidades” categoriais propostas por todos os autores que estão na “moda” e na “ordem do dia” da academia ocidental, acrescentando-as ao seu acervo por intermédio de uma apropriação crítica, materializando-as e compreendendo-as dentro do terreno da categoria da totalidade e as utilizando principalmente com objetivo de interpretar e alterar a realidade social, tendo em vista que a teoria marxista se norteia pelo paradigma de Marx (2013b) de que só pode ser classificada como teoria aquela que faz críticas à sociedade visando a sua suplantação.

Ao fim e ao cabo, se houve alguma pista que chegamos perto de encontrar e demonstrar é a da necessidade histórica de superação do sistema capitalista, pois, ao que nos parece, não são só as condições materiais de existência da humanidade que estão em risco pela constante amplificação da destruição da natureza e do planeta, mas, também, a destruição total das condições espirituais de existência, com um colapso generalizado da estrutura psíquica humana e, se tivermos algum “pingo” de “razão” em nossa pesquisa, esta última destruição se aproxima a passos mais largos (em termos de celeridade e não profundidade) do que aquela destruição.

Barbárie à vista, se tivermos sorte. Abaixo a barbárie, se formos fortes.

O ego de um mundo em entropia não só pode, como deve ser destruído!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor. **Ensaio de psicologia social e psicanálise**. São Paulo: Unesp, 2016.
- ANDERSON, Perry. **Balanço do neoliberalismo**. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.
- AUGUSTIN, André Coutinho. **O debate sobre organização do trabalho no socialismo real**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia. 2013.
- BARUCO, Grasiela. **Do Consenso Keynesiano ao Pós-Consenso de Washington**. Uberlândia – MG, 2005.
- BEZERRA, Paula. **Pela primeira vez, mais da metade dos brasileiros não têm trabalho, diz IBGE**. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/2020/06/30/pela-primeira-vez-mais-da-metade-dos-brasileiros-nao-tem-trabalho-diz->. Acesso em 04/04/2023.
- BORDIGA, Amadeo. **Doutrina do Corpo Possuído pelo Demônio**. Disponível em: <https://proelium.medium.com/doutrina-do-corpo-possu%C3%ADdo-pelo-dem%C3%B4nio%C2%B9-9f856b0c84fb#1dd5>. Acesso em: 22 abril. 2023.
- BORGES, Ângela. **Os novos horizontes de exploração do trabalho, de precariedade e de desproteção**. Cadernos do CEAS, Salvador, n. 239, p. 713-741, 2016.
- _____.; DRUCK, Maria da Graça. **Crise global, terceirização e a exclusão no mundo do trabalho**. Caderno CRH 19, Salvador, 1993.
- BORGES, Celiane. **Terapia social: desenvolvimento humano e mudança social**. Arq. bras. psicol. vol.62 no.3, Rio de Janeiro, 2010.
- BRANDÃO, André. **FRIEDRICH ENGELS E A QUESTÃO DO MÉTODO NO MARXISMO**. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 12, n. 3, p. 76-95, dez. 2020.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz. **A CRISE DA AMÉRICA LATINA: CONSENSO DE WASHINGTON OU CRISE FISCAL?** Pesquisa e Planejamento Econômico, 21 (1), abril 1991: 3-23.
- CARLI, Ranieri. **O conceito de ideologia no último Lukács**. Revista Novos Rumos. Ano 22 – Nº 47, 2007.
- CHASIN, José. **Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- CRUZ, Caique. **A subsunção do real ao estético, a miséria do pós-modernismo**. REBELA - Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos, v. 8, n. 3 (2018).
- _____. **Igualdade natural, desconfiança e o homem lobo na obra de Hobbes**. Blog Café com Sociologia, Maceió/AL, p.1-6, ago. 2020. Disponível em: <https://cafecomsociologia.com/homem-em-hobbes/>.
- _____. **O Direito é um instrumento de resolução de conflitos sociais ou de dominação de classe? Uma análise de Karl Marx acerca do fenômeno jurídico**. 21 de setembro de 2021. Disponível em: <https://lavrapalavra.com/2021/09/21/o-direito-e-um-instrumento-de-resolucao-de-conflitos-sociais-ou-de-dominacao-de-classe-uma-analise-de-karl-marx-acerca-do-fenomeno-juridico/>. Acesso em: 24 abril. 2023.
- _____. **O “Koo-munista” ou protofascista? A tragicômica performance brasileira na rede social “Koo”**. 21 de novembro de 2022a. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2022/11/koo-munista-protofascista-tragicomica-performance-brasileira-rede-social-koo.html>. Acesso em: 24 abril. 2023.
- _____. **Notas sobre a dramaticidade conjuntural (Parte 1)**. *Esquerda Marxista*, 22 fev. 2018. Disponível em: <https://www.marxismo.org.br/notas-sobre-a-dramaticidade-conjuntural/>. Acesso em: 23 abril. 2023.

- _____. **Uma crítica marxista à sociologia**. Campinas-SP: Papel Social, 2022b.
- DANTE, Alighieri. **Inferno**. Traduzido por José Pedro Xavier Pinheiro. – Jandira, SP: Principis, 2020.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.
- DELEUZE, Gilles. **Deux régimes de fous**. Paris: Les Éditions de Minuit, 2003.
- _____. **Post-Scriptum sobre as Sociedades de Controle**. Texto extraído de Conversações, 1ª Edição, 3ª Reimpressão, Editora 34, Rio de Janeiro, 2000. Tradução: Peter Pál Pelbart.
- ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**. 1877. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal/docs/anti-fuhring.pdf>. Acesso em: 04/04/2023.
- _____. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução Ciro Mioranza. São Paulo: Lafonte, 2012.
- _____. **Carta a Franz Mehring**. 4 de julho de 1893. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1893/07/14.htm>. Acesso em: 07/05/2023.
- _____. **Carta a Miss Harkness**. Abril de 1888. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/freville/1936/literatura/05.htm>. Acesso em: 03/05/2023.
- FILHO, Alfredo Saad. **Neoliberalismo: Uma análise marxista**. Marx e o Marxismo v.3, n.4, jan/jun 2015.
- FILHO, João dos Santos. **Neoliberalismo: lógica do irracionalismo – Ensaio sociológico sobre o neoliberalismo**. Revista Espaço Acadêmico - Ano 1 - Nº06 - Novembro de 2001 - Mensal.
- FISHER, Mark. **Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?** Tradução Rodrigo Gonçalves, Jorge Adeodato, Maikel da Silveira; [coordenação Manuela Beloni, Cauê Ameni]. – 1. ed. – São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- FONTES, Virginia. **Neoliberalismo no Brasil**. 21 de março de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HDVniMIW0nE>. Acesso em: 21 abril. 2023.
- FREDERICO, Celso. **Gramsci e a ideologia**. 20 de outubro de 2021. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/gramsci-e-a-ideologia/>. Acesso em: 05 de maio de 2023.
- FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GALA, Paulo. **Impressão de moeda e inflação nos EUA**. Disponível em: <https://www.paulogala.com.br/moeda-e-inflacao-nos-eua/>. Acesso em: 22 abril 2023.
- GALLINO, Luciano. **A longa marcha dos neoliberais para governar o mundo**. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/noticias/545210-a-longa-marcha-dos-neoliberais-para-governar-o-mundo>. Acesso em: 22 abril. 2023.
- GALVÃO, Andréia. **O neoliberalismo na perspectiva marxista**. Crítica Marxista, São Paulo, Ed. Unesp, n.27, 2008, p.149-156.
- GUIMARÃES, Cássia; ROSSLER, João. **A conduta subjetiva do trabalhador em Lenin: proximidades ou divergências com a concepção de Taylor?** Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2022, vol. 25.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. Tradução Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. -- 5. ed. -- São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- IASI, Mauro Luis. **O dilema de Hamlet: o ser e o não ser da consciência**. 1. ed., 1. reimp. São Paulo: Viramundo, 2014.
- _____. **O que é ideologia para Marx?** 7 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Rfp4LUNtUnQ>. Acesso em: 24 abril. 2023.
- _____. **Processo de consciência**. São Paulo: CPV, 1999.
- INTERNACIONAL. **EUA atingem teto da dívida de US\$ 31,4 tri e só conseguem funcionar até junho. Monitor Mercantil**. 19 de janeiro de 2023. Disponível em:

<https://monitormercantil.com.br/eua-atingem-teto-da-divida-de-us-314-tri-e-so-conseguem-funcionar-ate-junho/>. Acesso em: 24 abril. 2023.

IVO, Anete; BORGES, Ângela et al. **Dicionário temático desenvolvimento e questão social**. 2ªed. – São Paulo: Annablume, Brasília. 2020.

KAWATE, Iori. **Dívida da China atinge nível recorde de 295% do PIB**. 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2022/12/06/dvida-da-china-atinge-nvel-recorde-de-295-pontos-percentuais-do-pib.ghtml>. Acesso em: 22 abril. 2023.

LAZAGNA, Angela. **Lenin e o “taylorismo soviético”: uma abordagem crítica**. Ponto e Vírgula - PUC SP - No. 21 - Primeiro Semestre de 2017 - p.36-53.

LENIN, Vladimir. **Que fazer: Problemas candentes de nosso movimento**. Tradução Marcelo Braz. -2. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2015.

LESSA, Sergio. **Para compreender a Ontologia de Lukács**. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

LIGUORI, Guido. **Roteiros para Gramsci**. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

LINHART, Robert. **Lenin, os camponeses, Taylor**. Trad. Daniel Aarão Reis e Lúcia Aarão Reis. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.

LISSARDY, Gerardo. **Por que os EUA têm os piores índices de pobreza do mundo desenvolvido**. BBC News Brasil, 2 ago. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53562958>. Acesso em: 25 abril. 2023.

LUKÁCS, György. **História e Consciência de Classe: Estudos Sobre Dialética Marxista**. Tradução de Rodinei Nascimento, São Paulo, Martins Fontes, 2003.

_____. **História e Consciência de Classe**. Tradução de Telma Costa. Lisboa, Publicações Escorpião. 1974.

_____. **Introdução a uma estética Marxista: Sobre a Particularidade como Categoria da Estética**. São Paulo: Instituto Lukács, 2018.

_____. **Para uma ontologia do ser social**. Volume 14. Tradução Sérgio Lessa; revisão Mariana Andrade. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. Supervisão editorial, Leandro Konder; tradução, Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano. - São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução Antonio Carlos Braga. São Paulo: Lafonte, 2012.

MARX, Karl. Considerações de um rapaz acerca da escolha de uma profissão. 1835. In HEINRICH, Michael. **Karl Marx e o nascimento da sociedade moderna: biografia e desenvolvimento de sua obra volume I: 1818-1841**. Tradução Claudio Cardinali. -1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. 3. ed. Tradução Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2013b.

_____. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política**. Supervisão editorial Mario Duayer; tradução Mario Duayer e Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

_____. **O capital: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital**. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013a.

_____. **Para a Crítica da Economia Política**. Janeiro de 1859a. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio.htm>. Acesso em: 24 abril. 2023.

_____. **Sobre o suicídio**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **Zur Kritik der Politischen Oekonomie**. Vorwort (Prefácio). Janeiro de 1859b.

MENDONÇA, A. **A crise econômica e a sua forma contemporânea**. Lisboa: Editorial Caminho, 1990.

- MENGER, Carl. **Princípios de Economia Política**. Introdução F. A. Hayek. Tradução Luiz João Baraúna. [S.l.]: Victor Civita, 1983.
- MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Revista Outubro, 4.ed. 2015.
- _____. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MILTON, Friedman. **Capitalismo e liberdade**. Tradução Luciana Carli. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MISES, Ludwig von. **Ação humana**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.
- MUSTO, Marcello. **Novas caracterizações de Marx após a Marx-Engels-Gesamtausgabe (MEGA2)**. Tradução de Hyury Pinheiro. Crítica Marxista, n.53, p.33-49, 2021.
- NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. – 5. Ed. – São Paulo: Cortez, 2012. – (Coleção questões da nossa época; v.44).
- NETTO, José Paulo. De como não ler Marx ou o Marx de Sousa Santos. In: NETTO, José Paulo. **Marxismo Impenitente. Contribuição à história das idéias marxistas**. São Paulo: Cortez, 2004.
- _____. **IDEOLOGIA em Marx, Engels e Lukács**. 8 de outubro de 2016.
- Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PO42EKGODCA>. Acesso em: 03 maio. 2023.
- _____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- ORGAZ, Cristina. **Como o país mais endividado do mundo ainda tem crédito internacional**. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-64333089>. Acesso em: 22 abril. 2023.
- PAIVA, Ilana; OLIVEIRA, Isabel; VALENÇA, Daniel. **Marxismo e psicologia: aportes para uma reflexão materialista sobre o indivíduo**. Revista Direito & Práxis, Rio de Janeiro, Vol. 9, N. 3, 2018, p. 1794-1811.
- PAULANI, Leda Maria. **Hayek e o individualismo no discurso econômico. O individualismo e seus críticos**. Lua Nova, [s.l.] n. 38, dez. 1996.
- PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Tradução Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- _____. **O novo mapa da desigualdade global**. 2021. Traduzido pelo Portal Outras Palavras, Publicado em 07/12/2021.
- PINHEIRO, Marcos. **A “CRISE DA EDUCAÇÃO” EM TEMPOS DE NEOCONSERVADORISMO: A CONTRIBUIÇÃO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PARA COMPREENDER O PRESENTE**. Cadernos GPOSSHE On-line, Fortaleza, v. 2, n. 1, 2019.
- POLESE, Pablo. **Que tipo de crise? István Mészáros e a crise estrutural do sistema do capital**. EM PAUTA, Rio de Janeiro. 1º Semestre de 2016 - n. 37, v. 14, p. 40 – 60.
- REZENDE, Claudinei. **A REGÊNCIA DO CAPITAL SEM CAPITALISMO NAS SOCIEDADES PÓS-CAPITALISTAS**. Projeto História, São Paulo, v.60, pp. 7-43, Out-Dez, 2017.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. **Paradoxos do sindicalismo**. In: Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. pp. 27-37. ISBN: 978-85-7982-026-7.
- ROIO, Marcos Del. **Lênin e a Transição Socialista**. Lutas & Resistências, Londrina, n.3, v.2, p. 67-82, 2º sem. 2007.
- SADER, Emir (org.). **Gramsci: poder, política e partido**. Tradução Eliane Aguiar. – 2.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- SAFATLE, Vladimir; JUNIOR, Nelson da Silva; DUNKER, Christian. (Orgs). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. – 1.ed.; 2.reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

- SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desemparo e o fim do indivíduo**. 2. Ed. ver.; 7. Reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- SILVA, Ingrid Lydiane. **OFENSIVA NEOLIBERAL E O DESMONTE DO ESTADO BRASILEIRO NEOLIBERAL**. ANAIS III SINESPP - Simpósio Internacional Estado, Sociedade e Políticas Públicas | Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas Universidade Federal do Piauí – UFPI, 2020.
- TRACY, Destutt de. **Oeuvres complètes**. Ed. Claude Jolly. Volume III: *Éléments d'idéologie*, 1. *L'idéologie proprement dite*. Paris: Vrin, 2012. Disponível em: http://www.mlwerke.de/me/me13/me13_007.htm. Acesso em: 24 abril. 2023.
- TROTSKY, Leon. **A revolução traída: O que é e para onde vai a URSS**. Sundermann, 2005.
- VELOSO, Amanda Mont'Alvão. **Depressão: 'Pessoas olham a própria vida como se fosse uma empresa a ser medida pelos resultados', diz psicanalista**. 21 de março de 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-56381902>. Acesso em: 04/05/2023.
- VILLARREAL, R. **A contrarrevolução monetarista**. Rio de Janeiro: Record, 1984.
- WOODS, Alan. **Uma introdução ao materialismo histórico (Parte 2)**. Esquerda Marxista, 2016. Disponível em: <https://www.marxismo.org.br/uma-introducao-ao-materialismo-historico-parte-2/>. Acesso em 13/05/2023.